

ISSN 1519 – 1958

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ



Revista

FACTU

Ciência

ANO 18 VOLUME 33 – JULHO/DEZEMBRO/2017

Publicada pela
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

Adalberto Lucas Capanema
Presidente AEPU

Maria José Lucas Capanema
Diretora Administrativa

Adalberto Lucas Capanema
Diretor Geral

Fabírcia Lucas de Mendonça
Secretária Geral

Contatos

Revista FACTU Ciência
Rua Rio Preto, 422Unaí – MG
CEP. 38.610-0000
Tel: 38 3676 6222
www.factu.br

Dêner Geraldo Batista Neves
Editor

Dêner Geraldo Batista Neves
Gabriel Moreira

Graziela Cristina Simões

Lidiane Campos dos Santos

Francilene Lima Ferreira

Maria Aparecida de Oliveira

Michelle Lucas Cardoso Balbino

Nathalia Oliveira Martins

Conselho Editorial

Jânua-Celi de Miranda Souto
Revisão

**Ficha catalográfica preparada pela seção de catalogação e Classificação da Biblioteca da
FACTU**

Revista FACTU CIÊNCIA – Ano 18, nº 33 (JUL/DEZ 2017). Unaí: FACTU, 2017.
Semestral
ISSN 1519 – 1958

1. Gestão. 2. Educação Física. 3. Enfermagem. 4. Unaí. 5. Educação

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Os resultados expressos nos artigos são de inteira responsabilidade dos seus autores.

APRESENTAÇÃO

O Conselho Editorial da revista FACTU CIÊNCIA coloca à disposição de seus leitores o 33º volume da Revista Científica, referente ao segundo semestre de 2017. A Revista FACTU CIÊNCIA é o meio de divulgação de artigos científicos dos nossos sete cursos de graduação. Neste volume são apresentados artigos de autoria de membros do corpo docente e discente.

A revista FACTU CIÊNCIA consolida-se como um dos mais importantes veículos de comunicação científica da região e o Conselho Editorial da Revista FACTU CIÊNCIA convida, mais uma vez, os estudiosos e pesquisadores da FACTU e de outras instituições a enviarem seus escritos para o próximo volume.

Tenham uma boa leitura.

Conselho Editorial da Revista FACTU CIÊNCIA

Os editores não assumem nenhuma responsabilidade por danos a pessoas ou propriedades que possam ser causados por uso das ideias, técnicas ou procedimentos contidos no material publicado nesta revista. A submissão de artigos pressupõe que estes artigos, com exceção dos resumos ampliados, não tenham sido publicados anteriormente, nem submetidos a qualquer outra publicação

Sumário

Consultoria Contábil em Sociedade Empresária: Um estudo de caso em sociedade de Unaí-MG Caroline Peres da Silva; Renato Wesley Amaral.....	05
Insatisfação Corporal em Estudantes de Educação Física Leiliane da Silva Barbosa; Eric Francelino Andrade.....	19
A Percepção dos Professores do 4º e 5º Anos do Ensino Fundamental Sobre os Cenários dos Jogos no Ensino da Matemática Edinamar Costa da Silva; Lenivaldo Geraldo Souza.....	26
A Percepção do Professor do Ensino Fundamental Acerca do Estresse Laboral e o Processo de Adoecimento Poliany Ferreira Ribeiro; Edivânia Fernandes de Araújo Xavier.....	50
Os Egressos do Curso de Ciências Contábeis da FACTU Inseridos no Mercado de Trabalho Tallison Henrique Ferreira Gonzaga; Gabriel Moreira; Lidiane Campos Santos.....	82
O Papel do Contador no Desenvolvimento do Planejamento Tributário: Um estudo de caso com os contadores atuantes nos escritórios de contabilidade em Buritis – MG Karine Santos Marins; Andréia Teixeira Costa.....	117
A Importância do Cooperativismo para as Associações de Produção Leiteira: Estudo de caso na associação Murzelo em Unaí – MG Lidiane Campos Santos; Gabriel Moreira; Izabelle Campos Pinto.....	143
A Relevância da Tecnologia no Processo da Comunicação: O uso da internet no ambiente acadêmico da FACTU Darlene Menezes Silva; Jhênneffer da Silva Boffi; Camila Kelen de Sousa; Cláudia Aparecida Machado.....	159
A importância da Auditoria Interna nas Organizações: Estudo de caso sob a ótica dos clientes da Contabilidade Versiani. Delma Pereira Mota; Letícia Spíndola Santos; Camila Kelen de Sousa; Cláudia Aparecida Machado.....	172
Perfil dos Corredores Fundistas da Cidade de Unaí-MG Matheus Borges da Silva; Graziela Cristina Simões.....	183
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	200

CONSULTORIA CONTÁBIL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA: Um estudo de caso em sociedade de Unaí-MG.

SILVA, Caroline Peres da¹
AMARAL, Wesley Renato²

RESUMO: Esta pesquisa busca explicar sobre uma consultoria contábil atuando no sistema empresarial para garantir a permanência dos bons resultados, auxiliar na organização e planejamento de modo a evitar uma dissolução involuntária. O estudo carrega consigo o objetivo geral o qual pretende explicar como uma consultoria contábil trabalhando com a controladoria e seus instrumentos de controle interno, contábil, custos, fiscal, ativo e preventivo, irá dar suporte à sociedade empresária para o alcance de retornos positivos evitando que a sociedade enfrente uma dissolução involuntária. Para representar o tema central deste trabalho, Portella (2013) retrata que uma consultoria contábil leva novas visões onde estiver implantada, possibilita a seus envolvidos um maior conhecimento, observa e analisa novas vantagens para sair a frente no mercado e claro o relatório de um consultor com informações mais precisas e focadas. A pesquisa se justifica no interesse de demonstrar uma contabilidade preventiva na forma de consultoria contábil obtendo resultados positivos demonstrando ser um instrumento de relevância, auxiliando na execução das atividades dentro da sociedade. Esta pesquisa é de abordagem exploratória de característica qualitativa, em que conta com procedimento técnico de estudo de caso no qual para coletar as informações necessárias, terá o apoio do instrumento de coleta de dados denominado entrevista semiestruturada. A pesquisa contribui para entender como uma consultoria contábil, pode atuar em meio a sociedades e empresas, possibilitando compreender como pode ser implantada, bem como irá trabalhar dentro de um sistema empresarial a fim de absorver os retornos causados por sua atuação. Por fim, a consultoria contábil abordada demonstra métodos de otimizar os negócios pela adequação a realidade vivenciada, bem como sua ação para os retornos positivos, sendo ponto relevante para a tomada de decisão de sucesso.

Palavras-chave: Consultoria contábil. Controladoria. Resultados positivos.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo vem demonstrar a contabilidade por um aspecto diferente do comum do dia-a-dia dos profissionais contábeis. Esta pesquisa apresenta sobre a consultoria contábil trabalhando com a controladoria e alguns de seus instrumentos, que surgem para trazer às sociedades empresárias uma segurança maior e um sistema organizacional com o objetivo de auxiliar nos resultados positivos, evitando assim, que a sociedade sofra uma dissolução involuntária.

Esta pesquisa envolve a consultoria que surge para mudar a imagem do mercado frente às funções da contabilidade, mostrando assim, que além de lançamentos e fins fiscais a profissão contábil pode levar as sociedades empresárias uma consultoria em tempo hábil, com retornos positivos, evitando consequências negativas que podem acarretar em uma dissolução involuntária.

¹Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

²Orientador. Especialista em Direito Público pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, professor da disciplina de Empresarial, Tributária e Processo Civil na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

O referido estudo traz em sua problemática o seguinte questionamento como à consultoria contábil pode auxiliar sociedades empresárias a evitar uma dissolução involuntária por resultados negativos. Além da questão problema a pesquisa busca por alcançar e responder também aos objetivos traçados. O objetivo geral almeja explicar como uma consultoria contábil trabalhando com a controladoria e seus instrumentos de controle interno, contábil, custos, fiscal, ativo e preventivo, pode dar suporte à sociedade empresária para o alcance de retornos positivos, evitando que a sociedade enfrente uma dissolução involuntária causada por consequentes resultados negativos.

Para dar uma maior fundamentação ao objetivo geral foram estabelecidos também alguns objetivos específicos, os quais tem o intuito de melhor responder aos questionamentos existentes, assim os objetivos específicos são: O primeiro surge para explicar que um controle interno bem executado atingirá bons resultados, em que nenhum sócio terá o interesse em se dissociar, salientando que o planejamento irá afastar a hipótese de uma dissolução involuntária; já o segundo busca através de uma análise junto ao contador sobre os instrumentos da controladoria utilizados na sociedade para controle e planejamento; e o último, parte do questionamento ao contador de que como uma contabilidade voltada para consultoria pode evitar na visão do próprio pesquisado uma dissolução involuntária por maus resultados.

Além da problemática e objetivos, tanto geral como específicos, o nascimento de uma pesquisa científica traz com ela uma justificativa de qual a importância da sua existência, sendo assim este trabalho surge para apresentar como uma contabilidade preventiva na forma de consultoria contábil pode gerar resultados melhores na sociedade empresária, demonstrando que a consultoria é um instrumento de relevância que leva aos negócios planos organizacionais para melhor execução das atividades dentro da sociedade.

Tem como intuito de contribuir no que tange as técnicas de plano organizacional, as quais podem ser as respostas para problemas dos maus negócios, ou solução de tarefas que não são bem executadas e até mesmo a resposta porque tantas empresas e sociedades empresárias encerram suas atividades logo nos primeiros anos. Isso devido muitas vezes as sociedades e empresas não colocarem em prática a utilização desses métodos que possuem inúmeros recursos que possibilitam uma melhor gestão empresarial.

Contudo, este trabalho irá demonstrar sobre a visão do contador interno da sociedade Santa Isabel Transporte e Turismo Ltda., o que eles realizam para auxiliar quanto à obtenção de resultados positivos, evitando que a sociedade passe por resultados negativos que podem levá-la a uma série de problemas e prejuízos podendo causar a dissolução involuntária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLADORIA NA EFICÁCIA ORGANIZACIONAL

Com o passar do tempo o índice de novas empresas aumentou e junto com o surgimento dessas empresas também veio mais procedimentos e fiscalizações nessas entidades econômico-administrativas. Assim, foi necessário uma organização e controle dentro dessas entidades, pois o governo apresentou novas políticas fiscais, padrões deveriam ser formados em uma empresa para o bom funcionamento, a contabilidade tinha que ser adequada para a tomada de decisão e com todas as mudanças e tantas necessidades aparece à controladoria que ficaria deste modo responsável por observar e controlar o sistema empresarial.

Figueiredo e Caggiano (2008) definem que a controladoria é um departamento provido de um conjunto de conhecimentos e procedimentos trabalhando em prol da gestão econômica e organizacional das empresas, para assim propiciar aos gestores um maior controle sobre todos os procedimentos que ocorrem em um sistema empresarial e para gerar tomadas de decisões de melhores resultados. Os autores ainda retratam sobre a missão da controladoria que diante tanta

responsabilidade para o bom funcionamento das empresas e sociedades não poderia ser outro se não zelar pela sua continuidade.

A controladoria se apresenta importante para o bom funcionamento das empresas e sociedades há alguns anos, tanto que Schmidt e Santos (2006) já retratavam sobre as principais funções deste departamento, assim, eles destacam que diante cada cenário a controladoria deve sistematizar, controlar os riscos operacionais, elaborar as informações, analisar e fazê-las inteligíveis aos usuários, supervisionar e planejar melhores estratégias dentro do sistema empresarial, tudo isso visando atender sua missão zelando pela durabilidade da empresa.

Bianchi, Backes e Giongo (2006) retratam que o ambiente de atuação da controladoria pode ser visto em dois modos, sendo um trazer a praticidade em fornecer as informações úteis a todas as áreas da empresa, para que estas possam realizar e colocar em prática suas estratégias e o outro modo de atuação bem visível deste instrumento empresarial de planejamento e organização é a realização da integração de todas as estratégias, com o objetivo geral determinado pela alta gerencia.

Que a controladoria é um departamento da contabilidade já se sabe, pois se retratou isto em parágrafos anteriores, mas não se pode deixar de definir o profissional da contabilidade que trabalha por trás deste departamento sendo, pois, denominado *controller* especializado e tendo o domínio não só da contabilidade como também em outras áreas para um suporte maior, áreas estas que irão ser aliadas para o bom desempenho das funções desempenhadas por este profissional.

Segundo Figueiredo e Caggiano (2008, p. 12), o *controller* é:

[...] o gestor encarregado do departamento de Controladoria; seu papel é, por meio do gerenciamento de um eficiente sistema de informação, zelar pela continuidade da empresa, viabilizando as sinergias existentes, fazendo com que as atividades desenvolvidas conjuntamente alcancem resultados superiores aos que alcançariam se trabalhassem independentemente.

Assim, neste seguimento e diante as definições já explicadas pode-se compreender que a controladoria está envolvida nos processos da tomada de decisão, porém não é a responsável por decidir, sua responsabilidade está voltada por fornecer aos gestores uma base segura e informações reais e confiáveis que levem a decisões precisas que atenda ao que a empresa espera caminhando com os objetivos que ali foram estabelecidos (BIANCHI; BACKES; GIONGO, 2006).

Oliveira, Perez Junior e Silva (2011) descrevem que a controladoria na eficácia organizacional tomou ainda mais importância com o desenvolvimento e as crescentes mudanças no mundo dos negócios sendo essenciais para planejamento e controle a longo e curto prazo. A competitividade e a disputa por um lugar no mercado fez com que departamentos como a controladoria ligada a planejamento, organização, controle e eficácia fossem mais solicitados e consequentemente implantados em sociedades, grandes empresas e até pequenas e médias empresas para fornecer uma consultoria adequada e uma segurança para a continuidade dos negócios, pois além de trabalhar com as informações que a própria contabilidade fornece, passa a contar também com profissionais que interpretam e auxiliam melhor a administração na obtenção de bons resultados.

No mundo dos negócios os empresários e sócios que constituem uma sociedade almejam com toda certeza os resultados positivos, com isso a busca pela eficácia se torna objetivo a ser alcançado para a prosperidade dos negócios. Devido a isso, com o desenvolvimento e crescimento dos negócios fica mais difícil para a alta gerencia o contato com as demais áreas e o controle sobre todos os acontecimentos. Por isso, a tamanha necessidade de um controle organizacional bem realizado, pois propiciará a alta administração/gerencia a

relação com demais setores e gerentes para, contudo alcançarem as metas e retornos positivos (NASCIMENTO; REGINATO, 2013).

Contudo, a controladoria ganha mais importância a cada dia com o crescimento e evolução no mundo dos negócios, sendo necessário mais suporte dentro das empresas e sociedades para conseguirem controlar e continuar a evoluir. Deste modo, a controladoria com seus instrumentos que atua para a continuidade se torna uma grande aliada à consultoria que se identifica muito com este departamento por almejar as mesmas coisas sendo a continuidade e prosperidade dos negócios. A seguir será abordado sobre um instrumento da controladoria e explicação de alguns modelos a serem adotados para maior segurança e exatidão nos planejamentos e controles do sistema empresarial.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou a forma de abordagem qualitativa na busca de informações relevantes, sendo o método de abordagem o exploratório que buscou junto ao contador de uma contabilidade interna de uma sociedade empresária de Unaí as informações necessárias para conclusão da pesquisa.

Rampazzo (2005) descreve bem o que consiste a observação, onde o autor diz que é um dos meios mais utilizados pela vida humana para de compreender a existência, situação realidade ou pessoas de todo o universo. Já a análise trata-se de um olhar mais minucioso das coisas, de uma maior atenção para realizar uma interpretação fiel a real situação.

Assim, a unidade de observação e análise desta pesquisa trata-se de uma sociedade empresária sendo, pois, a Santa Izabel Transporte e Turismo LTDA que tem o seguimento na prestação de serviço de transporte rodoviário de passageiros, transporte rodoviário de cargas e encomendas, fretamento e aluguel de veículos. A sociedade se encontra no mercado há mais de 50 anos transportando vidas e bens, tendo a sua matriz localizada na cidade de Unaí-MG desde 1977.

A sociedade conta com uma contabilidade interna responsável por todos os seguimentos contábeis, sendo este departamento fator principal para a busca das informações necessárias a conclusão desta pesquisa. Desta forma, a unidade a ser observada é a sociedade, buscando as informações especificamente na sua contabilidade interna junto ao contador que é colaborador da mesma há 12 anos.

Neste trabalho a coleta de dados foi realizada através do instrumento de coleta denominado entrevista que Marconi e Lakatos (2005) definem ser o contato entre duas pessoas, onde uma delas no caso o pesquisador tem o intuito de coletar informações referentes ao assunto estudado, para então averiguar e analisar tudo que foi coletado. A entrevista pode ser estruturada onde conta com um roteiro fixo planejado e estabelecido anteriormente e também existe a entrevista semiestruturada onde existe um roteiro de perguntas que servem para dar um direcionamento, porém o entrevistador conta com a liberdade para o surgimento de outras perguntas durante a execução da entrevista caso seja necessário. É uma forma de explorar mais, porém deve existir um preparo e conhecimento bem amplo sobre o que está sendo pesquisado.

Portando, esta pesquisa buscou sua fundamentação e informações através do estudo de caso que observa uma realidade em particular sendo o deste trabalho a busca pelos métodos de controle e planejamento da sociedade Santa Izabel.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e discussão dos resultados é o tópico no qual traz as respostas a todos os questionamentos estabelecidos no início da pesquisa. Nesta parte são apresentadas as perguntas do pesquisador, em seguida as respostas do pesquisado e a partir disso a fundamentação com

base no referencial seguida da análise do pesquisador. A seguir serão apresentadas todas as perguntas com as respectivas respostas, realizadas ao contador da empresa.

A primeira pergunta do instrumento de coleta de dados quer saber se a empresa utiliza métodos de controle e planejamento para auxiliar a gestão na tomada de decisão?

Contador - Ela utiliza sim. Nós trabalhamos com planilhas de custos, planilhas no Excel, onde são feitos levantamentos de custos com pneu, custos com lubrificante, para ver de onde é mais viável comprar o lote, podendo ser em Brasília ou aqui mesmo na região, tipo Patos ou Uberlândia e também as pesquisas de preço de mercado.

Franco (1996) retrata que a cada dia que se passa o número das empresas só aumentam fazendo com que a informação contábil tenha uma importância maior, devido de acordo com o autor de todo negócio necessitar de um método da contabilidade e o controle que esta pode implantar.

Outro fator observado é o que os autores Oliveira, Perez Junior e Silva (2011) descrevem, pois, reconhecem a importância de um controle, porém apresentam que o planejamento estratégico é uma junção de tudo que é estabelecido pela sociedade para alcançar aos anseios desta, observando assim aonde se quer chegar, a forma de seguir, o caminho desejado, para então se entender qual a melhor forma de se escolher.

Em observância à fala do contador a empresa trabalha com suas planilhas nas quais possibilita verificar a relação dos custos existentes, como também trabalha com um levantamento de preços que permite a escolha pelo mais viável e o que lhe custe menos como uma forma de economia de seus recursos. Desta forma, chega-se nas questões expostas pelos autores, em que o controle disponibilizado pela contabilidade tem a cada dia mais importância diante a evolução no mundo dos negócios e o planejamento, pois este traça a melhor forma de se seguir e escolher, lhe garantindo vantagens de mercado.

Logo em seguida é questionado ao pesquisado que se sim, defina quais os principais e comente sobre os benefícios gerados no meio empresarial por esses métodos.

Contador - A princípio são as planilhas de custos e tomada de preço, onde faz o levantamento dos orçamentos para ver quais estão com o preço melhor e faz a compra direta desse mais em conta. E as planilhas para levantamento de qual linha está tendo o custo maior para ver o que pode ser reduzido, observando a questão de movimentação de passageiro que influencia na receita e despesa, para identificar o que pode reduzir no que toca na utilização de peças e lubrificante.

Nascimento e Reginato (2013) ressaltam em seus estudos que um controle bem executado e realizado conforme cada ambiente onde está inserido reflete para sua administração todos os procedimentos que ocorrem dentro do sistema empresarial, o que garante a informação em tempo hábil e com tempestividade, para que as decisões possam ser tomadas com base em dados confiáveis.

Portanto, a fala do contador à luz do referencial teórico pode-se compreender que se essas planilhas e levantamento de orçamentos são feitas por um controle bem executado, acaba possibilitando a administração uma visão melhor. O que lhe possibilita identificar quais as linhas que lhe estão dando mais custos do que receitas, ou então quais insumos estão sendo mais gastos para que se possa tomar providências antes que tais acontecimentos lhe causem prejuízos.

A terceira pergunta quer saber se existe na Santa Izabel a utilização do departamento controladoria para controle e planejamento?

Contador - A empresa não tem um departamento específico para controladoria, mas faz

esse levantamento dos custos que é realizado pelo gerente administrativo que fiscaliza esse controle em toda a empresa, no estoque, almoxarifado e demais setores.

A empresa em estudo não tem um departamento específico para controladoria, entretanto realiza seus levantamentos de custos e tomada de preço, com isso Figueiredo e Caggiano (2008), definem a controladoria como sendo um departamento provido de um conjunto de conhecimentos e procedimentos, que trabalham para uma gestão econômica e organizacional das empresas, onde dessa forma possibilita aos gestores o controle sobre todos os procedimentos dentro do sistema empresarial para assim possibilitar decisões que garantam melhores resultados, zelando pela continuidade dos negócios.

Os autores Bianchi, Backes e Giongo (2006) ainda descrevem que a controladoria pode ser vista em dois tipos, onde uma é voltada para a praticidade em fornecer informações de todos os setores de uma sociedade/empresa, a qual possibilita colocar em prática os objetivos traçados e fazer as melhores escolhas e o outro tipo é o envolvido com planejar e organizar para que haja uma interação em todas as áreas.

Assim, depois do que foi retratado pelos autores, pode compreender que mesmo a sociedade não tendo um departamento específico para a controladoria ela não deixa de utilizar seus instrumentos, pois este levantamento de custos e pesquisa por melhores preços os quais são fiscalizados pelo gerente administrativo, são uma forma de controlar, organizar e planejar adotada pela empresa, para atender as suas necessidades de informação, possibilitado a gestão a tomada de decisão que lhe permita melhores resultados.

A quarta pergunta trouxe o seguinte questionamento, onde primeiro retratou que a controladoria é dotada de instrumentos que são de grande auxílio para tomada de decisão, como controle interno, contábil, custos, fiscal, ativo e o planejamento estratégico. A empresa utiliza esses instrumentos? Você falou muito da questão de custos, além do de custo existe um controle interno voltado para outras áreas?

10

Contador - Nós utilizamos muito esse controle interno na parte de custos, na parte de estoque, mais na parte de estoque para controle do uso de óleo diesel, que é o que consome mais aqui na empresa. E a parte fiscal de vez em quando o pessoal faz o levantamento de qual tributação é a melhor opção para reduzir os impostos. Porém no momento a empresa está sendo tributada pelo lucro real porque como as despesas da empresa são altas, tem a influência para a tributação do lucro real.

Em continuidade a quarta pergunta e para uma clareza quanto à resposta foi questionado novamente ao pesquisado se então a empresa utiliza um controle fiscal, algumas vezes para controle de qual a melhor tributação?

Contador - Sim, faz o planejamento tributário e verifica qual está sendo mais viável para poder está adotando. Mas a parte maior que influência e a questão de custos no controle de estoque principalmente na parte de óleo diesel.

Foi retratado na primeira resposta sobre a utilização do controle interno na parte de custos no qual este tipo de controle se enquadra no controle interno administrativo em que Rezende e Favero (2004), descrevem ser o que se preocupa com a segurança gerencial, o qual zela pelo seguimento das diretrizes administrativas.

Em seguida Oliveira, Perez Junior e Silva (2011), salientam que o controle interno trabalha em prol dos planos organizacionais para gerar maior confiabilidade nos investimentos feitos, nas mudanças, no aumento da produtividade gastando menos ou como no caso da sociedade em estudo no aumento da prestação de serviço utilizando menos recursos, sempre se preocupando em levar a bons resultados.

Desde a primeira pergunta é possível perceber que a preocupação maior da empresa é a questão dos custos, com isso Nascimento e Reginato (2013) explicam que o controle de custos é um instrumento muito importante o qual trabalha para detalhar os procedimentos relacionados a obtenção e também ao uso dos recursos, é importante, pois, propicia através de uma coleta de informações, o cálculo exato sobre o consumo de tais recursos, onde desta maneira possibilita reportar aos gestores os fatores dos processos da prestação de serviço permitindo que haja melhores escolhas na obtenção dos insumos possibilitando a redução necessária sem perda de qualidade.

Outro fator retratado na resposta do pesquisado é sobre o controle fiscal, em que é dito sobre a ausência de um controle fiscal contínuo, mas de tempos em tempos fazem um planejamento tributário para escolha da melhor tributação. O controle fiscal é um método importante e que lhe permite economias, seria muito bom para a empresa a sua utilização contínua, este controle é responsável por observar e escolher os caminhos legais de pagar menos tributos. Para um bom controle fiscal é necessário um profissional que conheça bem a tributação da empresa e esteja sempre atualizado de acordos com as leis vigentes, para então através de estudos, possa escolher para a sociedade em que está inserida a tributação que permita gastar menos de maneira legal (NASCIMENTO; REGINATO, 2013).

Portanto, é possível observar que os métodos de controle dentro da sociedade pesquisada são totalmente voltados para a questão de custos, pois brevemente foi mencionada sobre uma utilização de controle interno a qual está direcionada para o que tange aos custos existentes. É visível que a maior atenção existente para a parte de planejamento e controle da sociedade Santa Izabel é na observação da utilização dos recursos para poder identificar qual área está consumindo mais, o que está sendo mais gasto e também na economia no momento da compra onde há a escolha por menores preços sem perda de qualidade.

Foi retratado sobre um planejamento tributário o qual é possível entender que é feito na sociedade somente de tempos em tempos, não é um controle utilizado de forma continuada pela empresa. O controle fiscal não é foco da sociedade, mas também não está descartado totalmente, já que existe um planejamento algumas vezes, a parte fiscal é um setor complexo devido uma alta tributação existente no país, porém é interessante a adoção deste controle, pois é responsável também ao auxílio na parte de economia, ele trabalha para escolher formas menos onerosas para a empresa, assim, funciona para escolher caminhos que custem menos sem sair da legalidade.

A quinta pergunta quer saber sobre o conhecimento por parte da sociedade sobre a dissolução involuntária. Assim, foi retratado que resultados negativos podem gerar uma dissolução involuntária. Existe dentro da sociedade um conhecimento sobre esta dissolução?

Para responder a pergunta do entrevistado o entrevistador respondeu que não, e explicou que a dissolução involuntária é quando toda a sociedade se dissolve, no caso de resultados negativos.

Após esta resposta e com o intuito de compreender melhor foi ainda perguntado, mas, a empresa se prepara para que ela não sofra prejuízos, por exemplo, mantenha o controle no decorrer do ano, das suas atividades?

Contador - Sim. Isso é igual eu te falei sempre é feito um levantamento dos custos para ver se está tudo dentro dos parâmetros para não ter alguma coisa muito fora da curva, sempre mantendo assim um nível médio.

Bertoldi e Ribeiro (2011), descrevem que a dissolução involuntária por maus resultados é algo em que sócios não esperam e pode ser causada por diversos motivos dentre eles, má administração, tomada de decisões sem respaldo, erros e fraldes e inúmeros outros. E todos esses motivos podem gerar uma sequência de resultados negativos que causam prejuízos,

onde se consecutivos fogem do controle e abala a estrutura empresarial podendo terminar em uma dissolução involuntária.

Diante dessa dissolução involuntária, Nascimento e Reginato (2013) demonstram que a consultoria presente no dia a dia possibilita uma melhor administração devido o retorno de informações, retrata ainda que permite uma visão sistêmica permitindo conhecer todas as atividades existentes, onde gera uma maior confiabilidade e possibilita melhores resultados evitando uma dissolução seja ela qual for.

Deste modo, mesmo que na primeira resposta o entrevistado tenha respondido que não existe dentro da sociedade a preocupação com esta dissolução involuntária, ele vem retratando logo em seguida sobre os levantamentos que são feitos dentro da sociedade para que tudo permaneça dentro dos parâmetros e não cause prejuízos.

Assim, se for analisado o que os autores explicam onde primeiro fala que a dissolução pode ser causada por inúmeros motivos, dentre esses motivos uma má administração e que a consultoria permite uma visão sistêmica na qual possibilita conhecer todas as atividades, é possível entender, que mesmo não tendo uma consultoria a sociedade estudada se previne contra a dissolução, já que os seus levantamentos de custos são controlados para que nada saia do nível, com a preocupação em evitar um prejuízo levando em conta que se os custos se elevam e prejuízos ocorrem esses fatores são efeitos de uma má administração. Logo indiretamente através de seu controle próprio a sociedade trabalha para evitar maus resultados, afastando assim a dissolução involuntária.

Já a sexta pergunta mostra que o controle interno é um método bastante utilizado no meio empresarial. Você como contador acredita que o controle interno bem executado garante resultados positivos contribuindo para continuidade da sociedade?

Contador - Sim, eu entendo que essa questão de controle interno não for feito da maneira certa, pode acabar não mostrando para empresa um custo que está muito alto em que ela poderia estar reduzindo e isso aí acabar impactando no lucro final da empresa, acabar gerando prejuízo.

Quanto à questão de controle interno Oliveira, Perez Junior e Silva (2011), definem que este irá atuar como um espelho das situações empresariais, sendo uma espécie de controle que atua na prevenção, no qual sua função será de proteção frente aos pontos fracos, responsável por observar e revisar transmitindo assim uma confiabilidade das informações.

Nascimento e Reginato (2013) descrevem que o controle interno gera uma operacionalidade eficaz, na qual trabalha para eliminar desperdícios, permite uma tomada de decisão mais firme, oferece informações que garantem avaliações de desempenho mais exatas, por fim o controle interno bem implantado garante um retorno maior, uma visão mais vasta e consequentes retornos tempestivos sobre as atividades empresariais.

Portanto, o controle interno como o pesquisado mencionou se não for feito de maneira correta não vai atuar como exposto pelos autores, assim, não será espelho das situações empresariais, não irá agir de modo preventivo e também não eliminará desperdícios o que se acontecer poderá como falado, impactar no lucro final da empresa. Contudo a resposta do entrevistado é bem real, pois se não for utilizado da maneira correta não vai mostrar os pontos necessários a serem corrigidos o que pode ter consequências não muito boas.

A sétima questão descreve que na pesquisa que está sendo realizada é retratado sobre uma consultoria na qual funciona como método preventivo. Você um profissional atuante no meio empresarial o que pensa sobre essa consultoria preventiva?

Contador - Eu a vejo como uma ferramenta de auxílio aos gestores, ela auxilia muito esta questão de controle, ainda mais hoje em dia em que está tendo muito essa questão de verificar o que está sendo gasto e se está sendo absorvido da maneira adequada para ver o

que pode ser reduzido de custo. Porque hoje em dia o pessoal está visando é isso aumentar receita e reduzir custos.

Para embasar a resposta do entrevistado Portella (2013) destaca que a consultoria contábil é um instrumento que auxilia a sociedade a permanecer neste mundo globalizado. A autora (2013) ainda salienta que a consultoria é um instrumento de apoio dos gestores e sócios, que trabalha para que este opte pela melhor escolha, dando suporte para os planejamentos e estratégias com intuito de alcançar impactos positivos tanto no presente como no futuro.

No entanto é possível perceber que a consultoria como retratada no referencial pode ser um instrumento de auxílio a gestores, de planejamento e escolhas confiáveis é também vista pelo pesquisado como uma ferramenta de auxílio dos gestores no aspecto de controle e também para o aumento das receitas e redução dos custos.

Portando, a consultoria apresentará o seu auxílio através da aplicação dos seus métodos de controle e planejamento de forma a identificar os pontos necessários a serem modificados, como também na produção de informações tempestivas que atendam às necessidades dos gestores, sempre trabalhando em prol da gestão econômica e organizacional da entidade envolvida.

Na oitava pergunta, para encerrar a entrevista na sua visão de contador interno de uma sociedade empresária como a Santa Izabel, você acredita que uma consultoria contábil trabalhando com a controladoria e seus instrumentos de controle e planejamento, auxiliam as sociedades e até mesmo empresas na otimização de seus resultados?

Contador - Sim, influência porque ela gera relatórios gerenciais que podem auxiliar na questão de tomada de decisão, igual mencionei na questão de onde tem um custo mais alto para poder reduzir e está ajustando esses picos que tem na curva.

13

Para melhor conhecer sobre a empresa ainda foi perguntado se a gestão da Santa Izabel utiliza algum tipo de controle, ou é mais voltada só para as áreas como você falou?

Contador - Não tem um setor específico de controladoria, tem o que o gerente administrativo faz. Na empresa cada gerente gera seu relatório, onde a partir deste relatório o gerente administrativo alimenta uma planilha final, que resulta em um levantamento geral, onde é possível identificar que determinado setor está tendo um custo elevado como, por exemplo, material de escritório, onde é possível estar constatando o que precisa ser reduzido.

Então a planilha de custos envolve toda empresa?

Contador - Tem não só uma. Mas são várias planilhas que tem esse levantamento de gastos com cada departamento, com parte de operações, parte de manutenção, peças, parte de lubrificantes, tudo separado.

Cada gerente faz um relatório e o gerente administrativo analisa?

Contador - Ele pega os relatórios, organiza fazendo um levantamento geral para passar ao diretor administrativo.

Na sua primeira resposta o pesquisado afirma que a consultoria auxilia na otimização dos resultados, com isso Portella (2013) relata que a consultoria contábil leva novas formas de se enxergar, possibilita maior conhecimento, cria caminhos para vantagens competitivas. A autora (2013), ainda retrata sobre seus relatórios que são formados com informações mais precisas e focadas que garante novas visões, um pensar diferente com decisão de maior

precisão.

Já quando questionado sobre se a gestão utilizada algum controle específico foi relatado que são as planilhas de controle de custos mesmo, onde existem várias cada uma para seu departamento, essas planilhas adotadas pela sociedade são para controle de gastos em sua maioria. Assim Schier (2006), destaca que o controle de custos é algo que gera benfeitorias, pois atua para eliminar desperdícios. Nascimento e Reginato (2013) ainda corroborando com o assunto descreve que o controle de custos pode ter funções diferentes de acordo com o local em que está inserida, podendo ser para aumento de estoque ou para controle de gasto como é o caso da sociedade estudada.

Portanto, se percebe que o pesquisado concorda que a consultoria contábil auxilia e influencia na otimização do resultado, pois ela produz relatórios gerenciais e automaticamente o próprio puxa essa consultoria para o foco da própria empresa que é a questão do controle dos gastos, a tomada de preço e eliminação dos desperdícios. Com isso é notório deste a primeira pergunta até a última que o foco e objetivo da sociedade é o controle e planejamento na parte dos custos sendo essa a preocupação principal em todos os setores.

Contudo, através das análises feitas é possível perceber que a Santa Izabel não trabalha com muitos métodos de controle e planejamento. A empresa não tem uma consultoria contábil, porém acredita que esta é um instrumento de auxílio aos gestores e reconhece seus benefícios, não tem o departamento controladoria, entretanto não quer dizer que não faz uso já que utiliza muito a questão do controle de custos. Por fim, mesmo não trabalhando com vários instrumentos de controle, mantém o seu centralizado em um aspecto e de acordo com as respostas mantém o bom êxito dos negócios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consultoria contábil e sua utilização através da controladoria e seus instrumentos é uma forma de controle e planejamento, para sociedades e empresas no qual apresenta, se desempenhada de acordo com as necessidades de cada ambiente de atuação um planejamento e processo de observação de tudo que é envolvido no sistema empresarial. Assim, a consultoria atua como uma ferramenta de gestão, a qual trabalha auxiliando na obtenção de planejamentos e estratégias mais precisas para causar impactos positivos tanto no presente quanto no futuro da entidade.

A análise realizada apresenta vários pontos importantes sobre o sistema empresarial da Santa Izabel, sociedade em que está sendo estudada. Com isso, diante todas as análises expostas, é possível responder ao objetivo geral que “pretende explicar como uma consultoria contábil trabalhando com a controladoria e seus instrumentos de controle interno, contábil, custos, fiscal, ativo e preventivo, irá dar suporte à sociedade empresária para o alcance de retornos positivos, evitando que a sociedade enfrente uma dissolução involuntária causada por consequentes resultados negativos”.

A consultoria contábil exposta durante todo o trabalho é um instrumento que se implantado de acordo com cada realidade pode gerar retornos positivos, pois irá adequar os métodos a realidade empresarial. Durante a análise e mesmo a sociedade não contando com esta consultoria, o entrevistado apresenta sua visão de contador onde vê a consultoria como uma ferramenta de auxílio dos gestores, no aspecto controle e também para otimização das receitas e redução de custos. O que gera retornos positivos a sociedade e garante sua continuidade, evitando uma dissolução involuntária por resultados negativos.

Assim, a consultoria contábil se implantada de acordo com cada realidade, atendendo as necessidades de cada ambiente de atuação, resulta em bons resultados, onde o que importa é a utilização dos instrumentos certos para cada entidade, entretanto se utilizados todos garantirá uma maior precisão das informações.

Além do objetivo geral foram estabelecidos três específicos onde o primeiro surge para explicar que um controle interno bem executado atingirá bons resultados, onde nenhum sócio terá o interesse em se dissociar, salientando que o planejamento irá afastar a hipótese de uma dissolução involuntária. Com isso é possível identificar que um controle interno se bem implantado atinge resultados satisfatórios, onde se for observado outro fator no qual ele não é bem feito pode acabar não mostrando para os gestores algo fora do eixo, não funcionando como espelho das situações empresariais, não atuando como método preventivo o que pode impactar de maneira negativa.

Assim, o controle interno é um método de controle o qual pode gerar resultados positivos, porém como retratado pelo pesquisado se não implantado da maneira correta não irá conseguir demonstrar os erros, elevação dos custos, quer dizer, não irá exercer sua função de método preventivo. Portanto, é possível atingir bons resultados com o controle interno desde que executado e implantado da maneira correta.

Já o segundo objetivo específico da pesquisa buscou através de uma análise junto ao contador sobre os instrumentos da controladoria utilizados na sociedade para controle e planejamento. Como retratado bastante durante toda a análise, pode-se dizer que a sociedade utiliza um controle de custos através das suas planilhas de levantamento de custos, a empresa também utiliza como planejamento as tomadas de preços que visam uma economia no momento da aquisição. Durante a entrevista o pesquisado também mencionou sobre a utilização de um controle interno na parte de custos, porém algo bem superficial e por fim comentou sobre um planejamento tributário que é realizado de tempos em tempos. Portanto, é possível perceber que os instrumentos da controladoria utilizados pela sociedade é o controle de custos, controle interno bem básico voltado para o controle de custos e um controle fiscal que não é contínuo.

Passando agora para o terceiro objetivo específico este partiu de um questionamento ao contador de como uma contabilidade voltada para consultoria pode evitar na visão do próprio pesquisado uma dissolução involuntária por maus resultados. Para responder a este objetivo basta partir da análise que demonstra a visão do contador da sociedade sobre a consultoria preventiva, em que o mesmo disse que vê a consultoria como uma ferramenta de auxílio a gestores, de planejamento, a qual possibilita verificar os gastos para identificar o que se pode reduzir.

Outro fator importante sobre como essa consultoria pode evitar a dissolução involuntária é como retratado pelo entrevistado em que acredita na consultoria contábil na otimização dos resultados, onde está produz relatórios gerenciais que são a base para as tomadas de decisões. Sendo assim, a consultoria no combate da dissolução involuntária irá ser instrumento de análise, verificação e observação, a qual se responsabiliza para manter os parâmetros dentro do sistema empresarial garantindo que nada saia muito fora da curva, dando a certeza do bom êxito nos negócios.

Depois de exposto todos os objetivos e exposto suas respostas é momento de responder ao questionamento principal deste trabalho sendo a problemática a qual buscou saber de que forma a consultoria contábil pode auxiliar sociedades empresárias a evitar uma dissolução involuntária por resultados negativos?

Sendo assim, diante de todas as informações colhidas é possível entender que a consultoria contábil pode funcionar de diversas maneiras de acordo com cada ambiente em que está inserida. Em que nem sempre é necessária à utilização de todos os métodos para se alcançar o bom êxito nos negócios, a adequação de métodos de controle e planejamento à realidade empresarial pode ser o ponto chave para bons retornos e que a consultoria pode ser eficaz com métodos simples, os quais gerem informações tempestivas a entidade em que está inserida.

Foi possível compreender que o auxílio desta consultoria contábil irá partir muitas das vezes dos relatórios gerenciais que irá disponibilizar, tais relatórios irão ser a chave para a

tomada de decisão dos gestores, em que relatórios precisos como os que uma consultoria pode fornecer acabam sendo primordiais para uma decisão de reflexos positivos.

Portando, a consultoria contábil irá evitar uma dissolução a partir da execução de métodos que controle, verifique e analise aspectos de gastos, aquisições, na eliminação de desperdícios, bem como métodos que garantam uma melhor funcionalidade para a operacionalização de toda a entidade envolvida. Podendo atuar como método de controle de custos como é o caso da sociedade analisada, podendo inserir um controle interno para melhor visualizar as situações ou até mesmo um planejamento para aumento de receitas. E também amparada de outros métodos que não foram abordados neste trabalho, mas que se associados com a contabilidade podem gerar uma consultoria de qualidade e precisa.

Antes de deixar sugestão para a sociedade é importante destacar que o método utilizado por esta é adequado e preciso, servindo de grande auxílio nos seus mais de 50 anos de mercado levando informações e garantindo o bom êxito dos negócios. Como sugestão para auxiliar na otimização dos resultados, a pesquisa indica a implantação de mais métodos como um controle interno em todas as áreas da sociedade, de modo a propiciar uma ligação entre todas, fazendo com que as informações retornem com maior tempestividade possibilitando a gestão conhecer melhor sobre todos os seus departamentos funcionando assim como espelho de todas as situações empresariais.

Seria muito interessante também para sociedade a utilização de um controle fiscal contínuo, para auxiliar na escolha de caminhos que diminuam a carga tributária da sociedade, possibilitando a esta economia. Este controle fiscal auxiliaria até no momento das aquisições de, por exemplo, óleo diesel através do estudo da tributação no momento da aquisição visando identificar, de qual estado é mais viável a compra. Por fim, a sugestão de implantar uma consultoria contábil na sociedade, para auxílio de controle e planejamento de modo a produzir mais informações, possibilitar o reflexo de detalhes dentro do sistema empresarial para garantir ainda mais no dia-a-dia da sociedade os retornos positivos.

Contudo, como sugestão de novas pesquisas seria interessante pesquisar por uma consultoria contábil que trabalhe para capacitação de profissionais das empresas ou sociedades auxiliando a estas a trilharem para instituição inserida o caminho de melhor escolha, possibilitando as empresas uma capacitação de seus colaboradores na área contábil gerencial.

Como foi abordada anteriormente a consultoria pode atuar com outros métodos que não foram abordados neste trabalho, pois a contabilidade é ampla e conta com vários instrumentos que se utilizados corretamente podem dar retornos inesperados, assim a busca por outros métodos que podem ser vantajosos para sociedades e empresas é uma boa opção a ser estudada. Ou então, pesquisa de consultoria para microempreendedor, já que eles são obrigados a ter uma contabilidade formal, possam ter o fornecimento de informações que os auxiliem a alavancar os seus negócios.

REFERÊNCIAS

ASSAF, Alexandre; ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de. **Introdução à contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso avançado de direito comercial**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BIANCHI, Márcia; BACKES, Rosemary Gelatti; GIONGO, Juliano. A participação da controladoria no processo de gestão organizacional. **Revista contexto**, Porto Alegre, v. 6, n. 10, 2º semestre 2006. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF->

8#q=a+participa%C3%A7%C3%A3o+da+controladoria+no+processo+de+gest%C3%A3o+o rganizacional+bianche,+backes,+giongo&*>. Acesso em: 11 mar. 2017.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à Governança Corporativa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CATELLI, Armando (Coor.). **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria**: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade gerencial**. 14. ed. São Paulo: AMGH, 2013.

LUNKES, Rogério João; GASPARETTO, Valdirene; SCHNORRENBERGER, Darci. Um estudo sobre as funções da controladoria. **Revista de contabilidade e organizações**, Florianópolis, v. 4, n. 10, set-dez 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=um+estudo+sobre+as+fun%C3%A7%C3%B5es+da+controladoria&*>. Acesso em: 11 mar. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Auster Moreira (Org.); REGINATO, Lucianen (Org.). **Controladoria**: um enfoque na eficácia organizacional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional**: conceitos, estrutura, aplicação. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

_____. **Contabilidade gerencial**. 1. ed. Curitiba: Iesde Brasil, 2012.

PORTELLA, Camila Pereira. A importância de uma consultoria contábil gerencial em empresas de serviços: clínica de estética. **Biblioteca digital Unijui**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1659/A%20import%C3%A2ncia%20de%20uma%20consultoria%20cont%C3%A1bil%20gerencial%20em%20empresas%20de%20servi%C3%A7os%20clinica%20de%20est%C3%A9tica.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 fev. de 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RESENTE, Suely Marques de. FAVERO, Hamilton Luiz. A importância do controle interno dentro das organizações. **Revista de administração nobel**, Maringá, v. 1, n. 03, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2532313-A-importancia-do-controle-interno-dentro-das-organizacoes.html>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos de controladoria**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Gestão de custos**. 20. ed. Curitiba: Ibplex, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013

INSATISFAÇÃO CORPORAL EM ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

BARBOSA, Leiliane da Silva¹
ANDRADE, Eric Francelino²

RESUMO: A imagem corporal é uma ilustração da mente humana sobre a dimensão, forma e aparência do corpo, podendo ser distorcida pelos indivíduos. Existe uma preocupação em investigar este aspecto em adolescentes ou universitários, principalmente de áreas da saúde que, frequentemente, apresentam alta preocupação com a estética. Assim, o presente trabalho teve como objetivo avaliar o nível de satisfação corporal entre estudantes de Educação Física, comparando o gênero. Participaram 30 acadêmicos de ambos os sexos com idade entre 20 e 23 anos. Utilizou-se como instrumento o *Body Shape Questionnaire* (BSQ) para avaliar a satisfação com a imagem. Os resultados obtidos no BSQ foram comparados por teste *t-student* para amostras pareadas, sendo considerado um nível de significância de 5%. Foi observado que houve um maior nível de insatisfação com a imagem corporal em indivíduos do sexo feminino. Demonstrando que acadêmicas do curso de Educação Física são mais insatisfeitas com sua imagem corporal, quando comparadas a seus congêneres.

Palavras-chave: Imagem corporal. Satisfação com a imagem. Transtorno alimentar.

1 INTRODUÇÃO

A imagem corporal consiste em uma complexa construção mental ou síntese feita a partir da combinação de vários elementos, sendo sua formação e desenvolvimento influenciados por fatores culturais, sociais, neurológicos e psicológicos (SLADE, 1994 apud SAUR; PASIAN, 2008). Adicionalmente, a imagem corporal pode ser considerada como uma ilustração que se tem na mente acerca das dimensões, da aparência e da forma do corpo, assim como das respostas emocionais (sentimentos) a ele associados (SLADE, 1994 apud CARVALHO; PEPATOS, 2004, p. 74).

Existem dois componentes principais inter-relacionados como partes da aquisição da imagem corporal: um perceptual, relacionado ao grau de precisão com que o tamanho do corpo é percebido, e um afetivo ou subjetivo, relacionado ao nível de satisfação corporal ou rejeição ao tamanho do corpo em geral (SLADE, 1994 apud SAUR; PASIAN, 2008). Ainda segundo o mesmo autor, uma vez que a imagem corporal se refere à experiência psicológica sobre a aparência e funcionamento do corpo, observa-se que o descontentamento relacionado à massa corpórea muitas vezes pode estar associado a uma imagem corporal depreciativa.

Nesse sentido, existem vários transtornos alimentares causados pela insatisfação corporal (GUIMARÃES et al, 2014). Dentre eles podemos citar a anorexia, a bulimia e a vigorexia, cada um deles com características específicas e que podem se tornar graves e levar até a morte do paciente.

De acordo com Mahan e Arlin (1995 apud OLIVEIRA, 2007), os transtornos alimentares podem ser caracterizados como comportamentos anormais relacionados à alimentação e nutrição onde o indivíduo se nega a ingerir os alimentos, bebidas em excesso, vômitos, abusos de laxativos ou mesmo exercícios excessivos que vem acompanhados de ideias distorcidas sobre sua imagem corporal, alimentação e transtornos psicológicos.

¹Acadêmica do Curso de Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia - FACTU

²Orientador. Doutor em Ciências na área de Fisiologia e Metabolismo. Professor na Faculdade de Ciências e Tecnologia - FACTU

Considerando a importância do bem-estar corporal que pode ser afetado por diferentes transtornos de imagem, procura-se responder a problemática: Qual o nível de satisfação com a imagem corporal dos estudantes de Educação Física?

Desta forma, o objetivo geral do presente estudo foi avaliar a satisfação com a imagem corporal em estudantes de Educação Física. Os objetivos específicos foram: avaliar a satisfação com a imagem corporal de acordo com o gênero; classificar os níveis de insatisfação com a imagem corporal e analisar os principais fatores que contribuem para o combate os transtornos de imagem em jovens.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A IMAGEM CORPORAL

Segundo Vidal (2006), a imagem corporal é o desenho que o ser humano faz do próprio corpo, ou a forma como enxerga seu corpo, podendo ser alterada ao longo dos anos, podendo ser influenciada por um conjunto variado de experiências sensoriais. Adicionalmente, a imagem corporal é a figuração do próprio corpo na mente do indivíduo, ou seja a maneira pela qual o corpo se apresenta para si próprio, o conjunto de sensações cinéticas construídas pelos sentidos (audição, visão, tacto, paladar) oriundos das suas próprias experiências (OLIVEIRA, 2007).

A imagem corporal está intrinsecamente ligada ao conceito de si próprio, sendo o produto das percepções conscientes e inconscientes ao longo da vida do indivíduo, bem como suas relações socioculturais e psicológicas, associado às experiências vividas, que tem uma importância fundamental na formação da imagem corporal (FLOWLER, 1989 apud OLIVEIRA, 2007).

Os estudos de preocupações com a imagem corporal datam desde 1935 onde Schilder se referiu que a imagem é a visão do nosso corpo que produzimos na nossa mente (OLIVEIRA, 2007). Segundo Cardoso et al (2012), a construção da imagem corporal se dá por influência de diversos contextos entre eles podemos citar os culturais, sociais e psicológicos, onde seus fatores estão relacionados a peso corporal, idade e gênero.

De acordo com Laus et al (2006), jovens, especialmente do sexo feminino, apresentam com frequência insatisfação com a imagem corporal, apresentando uma imagem negativa com temor a obesidade e com tendência ao uso de métodos de controle do peso. Porém, não são só as mulheres que sofrem com uma imagem corporal negativa os homens também sofrem com esta questão.

A imagem corporal envolve três componentes. O perceptivo, o subjetivo e o comportamental (THOMPSON, 1996 apud SAIKALI et al, 2004). O componente perceptivo se relaciona com a própria percepção da aparência física envolvendo uma estimativa do tamanho corporal e o peso, enquanto o subjetivo envolve aspectos como a satisfação com a aparência, nível de preocupação e ansiedade a ela associada. Por fim, o componente comportamental focaliza as situações evitadas pelo indivíduo por experimentar desconforto associado à aparência do corpo (THOMPSON, 1996 apud SAIKALI et al, 2004).

Segundo Bittencourt et al (2009), a imagem corporal não é definitiva e pronta, mas é dinâmica, modifica-se e altera-se constantemente, justificando sua labilidade pela influência dos estados emocionais, dos conflitos psíquicos e do contato com outras pessoas e com o mundo. Para Vidal (2006), as pesquisas com imagem corporal aumentaram e, nos últimos anos, a psicologia clínica e a psiquiatria dominam estes assuntos, principalmente com estudos em jovens do sexo feminino. Assim, o conceito de imagem corporal se tornou multidimensional e dinâmico, diferindo de indivíduo para indivíduo, e é formado a partir de várias experiências pessoais e influências exteriores.

De acordo com Vasconcelos (1998 apud VIDAL, 2006), a satisfação corporal é definida como uma das variáveis moderadas que equilibram as relações entre a realidade externa mais ou menos objetivas e as realidades internas subjetivas, sendo assim um indicador de certas diferenças entre estas duas realidades. Para Vidal (2006), a imagem corporal pode ser entendida como negativa já que a insatisfação corporal é a avaliação subjetiva negativa de sua própria imagem corporal ou partes corporais.

Alvarenga et al (2010) consideram que a insatisfação corporal é a avaliação da discrepância entre a imagem corporal real e a idealizada. Segundo estes autores, as mulheres apresentam maior insatisfação que os homens, assim como maiores transtornos alimentares.

No Brasil, a insatisfação com a imagem corporal e sua magnitude tem sido avaliada em estudos localizados especialmente em adolescentes ou universitários, sendo que tal avaliação é feita, principalmente, através de questionários como o *Body Shape Questionnaire* (BSQ) (ALVARENGA et al, 2010). Outro método para a avaliação da satisfação corporal é a Escala de Silhuetas de Stunkard que avalia a percepção do tamanho e formas corporais, bem como o modo como o indivíduo enxerga e percebe seu tamanho ou sua figura mental do corpo atual; o ideal de tamanho e formas corporais, o que é considerado um ideal de beleza e a insatisfação com o tamanho e as formas corporais, diferença entre a percepção e o que considera ideal (ALVARENGA et al, 2010).

3 METODOLOGIA

3.1 PARTICIPANTES

Participaram do estudo 30 estudantes do curso de Educação Física, sendo 16 mulheres e 14 homens, selecionados aleatoriamente. A média de idade dos homens foi de $21,5 \pm 1,1$ anos, enquanto as mulheres apresentaram a média de idade de $21,7 \pm 1,2$ anos.

Os voluntários responderam a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha informações sobre os objetivos do estudo, bem como garantia ao participante a confidencialidade dos dados coletados.

3.2 INSTRUMENTO

Após o consentimento dos participantes, foi aplicado o instrumento *Body Shape Questionnaire* (BSQ) que continha 34 questões fechadas. Nessas questões o indivíduo poderia marcar de “1” ao “6” o nível de aceitação como corpo. As perguntas eram sobre autoestima e apresentavam situações na qual quem sofresse problemas com a aceitação corporal iria se identificar e marcar um nível mais elevado. A análise dos dados de cada voluntário foi feita através do somatório dos valores obtidos em todas as questões. Desta forma, valores elevados no somatório foram atribuídos a altos níveis de insatisfação com a imagem corporal.

Adicionalmente, foi realizada a classificação dos escores do BSQ de acordo com o nível de insatisfação com o próprio corpo. Tal classificação foi realizada conforme descrito por (RIO, 2016) onde o valor inferior a 110 pontos indica ausência de insatisfação, valores entre 111 e 138 indica baixa insatisfação, valores entre 139 e 166 classifica como insatisfação moderada e valores superiores a 167 indicam insatisfação grave.

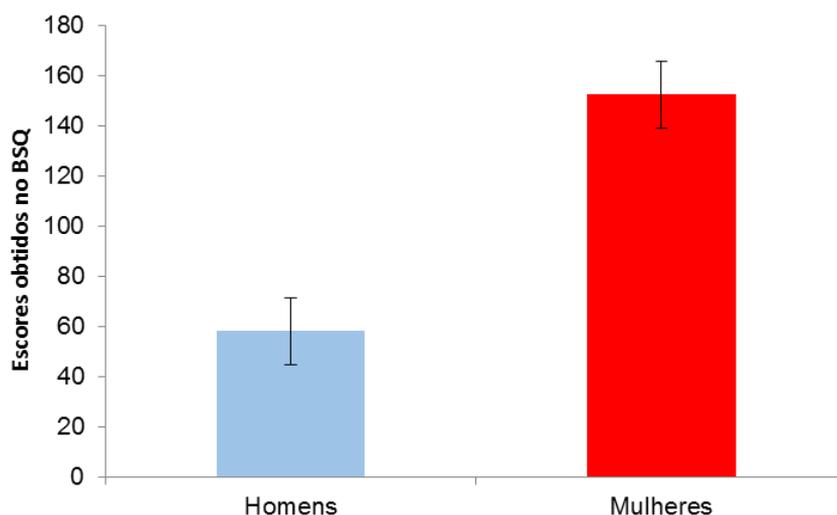
3.3 ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Os resultados obtidos no BSQ foram comparados por teste t de *student* para amostras pareadas, sendo considerado um nível de significância de 5%. As análises foram realizadas utilizando o programa estatístico BioEstat 3.0.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na figura 1 pode-se observar os escores de insatisfação com a imagem corporal em homens e mulheres do curso de educação física.

Figura 1 - Escores de insatisfação com a imagem corporal em homens e mulheres estudantes do curso de Educação Física.



Fonte: Autora do trabalho, 2017.
* Diferença significativa ($p < 0,01$).

Pode-se observar que a insatisfação com o corpo foi superior em indivíduos do sexo feminino ($p < 0,01$). Assim Moreira et al (2005), em trabalho utilizando o BSQ realizado na Bahia, observaram que 50% das estudantes apresentavam algum grau de insatisfação corporal. Bosi et al. (2008) encontraram 40,4% de insatisfação em estudantes de nutrição e 17,1% e 18,6% com insatisfação moderada ou grave em, respectivamente, estudantes de educação física e psicologia.

Para Claumann et al (2017), o uso da escala de silhuetas para avaliação da imagem corporal é bastante limitado quanto às informações que fornece sobre essa variável, a qual é tão complexa e pode influenciar de diferentes formas a qualidade de vida e alimentação. Nesse estudo pôde se observar um alto grau de insatisfação corporal, provavelmente, em mulheres devido à grande influência da figura irreal de beleza.

De acordo com Alvarenga et al (2010), em estudo realizado sobre a satisfação corporal de universitárias brasileiras, verificou-se que as mulheres possuem maior insatisfação corporal e está pode estar associada a sintomas depressivos, estresse, baixa autoestima, maior restrição alimentar, temor à obesidade e tendência a buscarem várias e diferentes técnicas de controle do peso.

O presente estudo procurou verificar o nível de satisfação corporal em universitários de Educação Física, os resultados foram adquiridos através do BSQ, e foi observado que as mulheres têm mais insatisfação com a imagem corporal do que os homens, sendo, provavelmente, influenciadas pela sociedade e pela busca constante de chegar ao corpo irreal. Estes resultados estão também de acordo com estudos prévios realizados em universitários (QUADROS et al, 2010; THOMAS et al, 2010; ANSARI et al, 2010; HARRING et al, 2010).

Na tabela 1 pode-se observar os níveis de insatisfação com a imagem corporal obtidos na pesquisa.

Tabela 1 - Classificação dos níveis de insatisfação com a imagem corporal em estudantes de educação física.

Nível	Homens (%)	Mulheres (%)
Normal	92,85714	6,25
Leve	7,142857	12,5
Moderado	0	43,75
Grave	0	37,5

Fonte: Autora do trabalho, 2017.

A classificação entre os níveis de insatisfação demonstrou que a maioria dos homens não estava insatisfeita com o corpo, enquanto apenas um indivíduo do sexo masculino foi classificado com insatisfação leve. Já a maioria das mulheres foi classificada com insatisfação moderada e grave, enquanto duas mulheres foram classificadas com insatisfação leve e apenas uma estudante não estava insatisfeita com o corpo.

Assim como observado no presente estudo Bosi et al (2008), em estudo sobre o comportamento alimentar e imagem corporal entre estudantes de educação física, verificou que uma parcela significativa das universitárias estudadas apresentaram comportamento alimentar fora do normal e desejavam perder peso mesmo estando na faixa de peso adequada para suas estaturas. Estes resultados sinalizam a necessidade de um olhar atento pois sugerem a preponderância dos valores relacionados a estética em detrimento daqueles relacionados a saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao objetivo geral do trabalho foi observado que os alunos de educação física possuem certa insatisfação com sua imagem corporal onde se destacam as mulheres, que durante este trabalho podemos verificar que outros autores também verificaram este gênero como um grupo de risco para se desenvolver estes transtornos.

Pode ser constatado que para os estudantes de educação física os que representam maior insatisfação com a imagem corporal são do sexo feminino. Adicionalmente, foi averiguado que as mulheres classificaram seu grau de insatisfação de moderado a grave.

Assim se faz necessárias pesquisas onde o BSQ trabalhe com o mesmo tipo de população, avaliando as diferenças e semelhanças em diferentes regiões do país para que se verifiquem os diferentes graus de insatisfação de acordo com sexo, cultura e regiões.

Adicionalmente, são necessários novos estudos a fim de verificar e analisar os níveis de insatisfação das mulheres a fim de considerar programas de promoção a saúde e a educação sobre comportamentos e métodos adequados para manutenção do peso corporal.

REFERÊNCIAS

ALVAREGA, M. S et al. Insatisfação com a imagem corporal em universitárias brasileiras. **Jornal Brasileiro de psiquiatria**, v. 59, n.1, p. 44-51, 2010.

ANSARI, W. E.; CLAUSEN, S. V.; MABHALA, A.; STOCK, C. How do I look? Body image perceptions among university students from England and Denmark. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.7, n. 2, p. 583-595, 2010.

BITTENCOURT, A. R.; et al. A temática da imagem corporal na produção científica nacional da enfermagem: um destaque para os pacientes de câncer. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 55, n. 3, p. 271-278, 2009.

BOSI, M. L. M.; et al. Comportamento alimentar e imagem corporal entre estudantes de educação física. **Revista Medicina Claretiano**, v. 57, n. 1, p. 28-33, 2008.

CARDOSO, F. L., et al. Satisfação corporal em acadêmicos de educação física: proposta de um questionário. **Motriz**, v.18, n.1, p.63-71, 2012.

CARVALHO, H.; PEPATO, S. Características da relação da massa corporal, estatura, dobras cutâneas força e maturação sexual em escolares de dois níveis socioeconômicos de Uberlândia. Uberlândia/MG: **Revista Ação e Movimento**, v.1, n.2, p.73-80, 2004.

CLAUMANN, G. S.; et al. Qualidade de vida em acadêmicos ingressantes em cursos de educação física. **Revista Medicina Ribeirão Preto**, v. 28, n. 1, p. 1-11, 2017.

GUIMARAES, A. D.; MACHADO, S. P.; FRANCA, A. K. T. C.; CALADO, I. L. Transtornos alimentares e insatisfação com a imagem corporal em bailarinos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 20, n. 4, p. 267-271, 2014.

HARRING, H.A.; MONTGOMERY, K.; HARDIN, J. Perceptions of body weight, weight management strategies, and depressive symptoms among US college students. **Journal American College Health**, v. 59, n.1, p. 43-50, 2010.

LAUS, M. F.; et al. Percepção da imagem corporal e estudo nutricional em estudantes de nutrição. **Alimentos e Nutrição Araraquara**, v. 17, n.1, p. 85-89, 2006.

MOREIRA, L. A. C.; et al. *Body image in a sample of undergraduate medical students from Salvador*. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. v. 54, n. 4, p. 294-297, 2005.

OLIVEIRA, G. O; FIORIN, M. P. M.; CONTRERA, L. A produção científica que envolve os cuidados de enfermagem em transtornos alimentares: anorexia e bulimia. **Revista Laborativa**. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 27-46, out./2016. Disponível em: > <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa> >. Acesso em 10 set. 2017.

QUADROS, T. M. B.; et al. Imagem corporal em universitários: associação com estado nutricional e sexo. **Motriz**, v.16, n.1, p.78-85, 2010.

RIO, G. T. M. **Imagem corporal e obesidade em universitários de Juiz de Fora**. 2016. 131f. Dissertação – (Mestrado em Educação física). Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016. Disponível em:< <http://www.ufjf.br/labesc/files/2010/06/Dissertacao-de-Mestrado-Giselle-T-eixeira-Mauler-do-Rio-julho-2016.pdf>>. Acesso em 25 set. 2017.

SAIKALI, C. J.; et al. Imagem corporal nos transtornos alimentares. **Revista de Psiquiatria Clínica**. v. 31, n. 4, p. 164-166, 2004.

SAUR, A. M.; PASIAN, S.R. Satisfação com a imagem corporal em adultos de diferentes pesos corporais. **Avaliação psicológica**. Porto Alegre, v.7 n.2, p. 199-209, 2008.

THOMAS, J.; KHAN, S.; ABDULRAHMAN, A. A. Eating attitudes and body image concerns among female university students in the United Arab Emirates. **Appetite**. v.54, n.3, p. 595-598, 2010.

VIDAL, A. R. **Satisfação com a imagem corporal em praticantes de ginásticas de academia:** estudo comparativo entre participantes de musculação e aulas de grupo. 2006. 111f. Monografia – (Licenciatura em Educação Física). Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. 2006.

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO 4º E 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE OS CENÁRIOS DOS JOGOS NO ENSINO DA MATEMÁTICA

SILVA, Edinamar Costa da¹
SOUZA, Lenivaldo Geraldo²

RESUMO: Nos dias atuais o professor precisa de estratégias para ensinar o conteúdo e envolver seus alunos, haja vista a necessidade de uma aprendizagem contextualizada e significativa. Nesta perspectiva, o trabalho com jogos tem sido abordado em diversas pesquisas que envolvem a educação Matemática. Diante das transformações culturais, econômicas e políticas que estão ocorrendo no mundo globalizado, pode-se perceber que as mudanças na educação e, principalmente, na prática pedagógica do professor são cada vez mais prementes. Diante disso, foi sugerida essa pesquisa com a finalidade de identificar a percepção do professor a respeito da aplicação de jogos no ensino da Matemática. A problematização deste trabalho resume-se em responder à seguinte questão: Qual a percepção dos professores do 4º e 5º Anos do Ensino Fundamental sobre os cenários dos jogos no ensino da Matemática? Para o desenvolvimento do trabalho foi feita uma pesquisa de natureza exploratória por meio de estudo de caso, com abordagem em métodos mistos, quantitativa e qualitativa. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi questionários, os quais possuíam questões abertas e fechadas, respondidos por 34 professores atuantes na Educação Básica das séries iniciais 4º e 5º anos da rede estadual da cidade de Unai - MG. As informações relatadas, nesta pesquisa, trazem reflexões importantes para os professores ao anunciar as vantagens e desvantagens do jogo em seus diversos cenários. Por fim, pode-se perceber que os jogos nas aulas de Matemática contribuem para facilitar a aprendizagem, favorecendo momentos de autonomia, criatividade e motivação.

Palavras-chave: Jogo. Ensino. Fundamental. Matemática

1 INTRODUÇÃO

Diante das transformações culturais, econômicas e políticas que estão ocorrendo no mundo pós-moderno, pode-se perceber que as mudanças na educação e principalmente na prática pedagógica do professor são cada vez mais prementes.

Nos dias atuais o professor precisa de estratégias para ensinar o conteúdo e envolver seus alunos, haja vista a necessidade de uma aprendizagem contextualizada e significativa. Nesta perspectiva, o trabalho com jogos tem sido abordado em diversas pesquisas que envolvem a educação Matemática.

O tema “Os cenários dos jogos para ensinar matemática no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental” foi escolhido devido às experiências que tive, como acadêmica do 4º e 5º período de Pedagogia, ao participar das oficinas de Matemática aplicadas no ano de 2016, nas disciplinas de metodologia do ensino da Matemática. As oficinas envolviam a construção e a aplicação de jogos, que eram utilizados como estratégia de aprendizagem e como atividades lúdicas que fomentavam o prazer de aprender e o de ensinar os conteúdos matemáticos.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia

² Orientador. Mestre em Educação. Professor na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

Importante mencionar que, nestas aulas, o professor da disciplina, ao utilizar os jogos, contribuiu com construção do conhecimento dos acadêmicos, futuros docentes, por meio de metodologia que minimizava a visão tradicionalista e cartesiana de ver a Matemática. Durante essas aulas percebi que a Matemática não é meramente um acúmulo de regras e de fórmulas, mas, por meio dos jogos, ela pode deixar de ser uma disciplina formal e abstrata para conceber algo mais concreto e de fácil assimilação.

A presente pesquisa foi elaborada a partir de uma revisão de literatura no campo da Educação Matemática que apresenta como marco teórico os seguintes autores: Caillois (1990); Grandó (1995); Antunes (1998); Smole (2000, 2007), Miranda (2002), Kishimoto (2003, 2007), Macedo, Petty e Passos (2004), Múrcia (2005); Huizinga (2007); Starepravo (2009); Lara (2011); Souza e Pataro (2012), dentre outros. Entende-se que, ao trabalhar a aprendizagem da matemática através de jogos, estimula-se o cognitivo da criança em qualquer nível de ensino independente dos obstáculos encontrados, pois o ato de jogar proporciona a alegria, o saber e em seguida o aprendizado com menos traumas.

O tema desta pesquisa está direcionado em identificar a percepção do professor ao aplicar jogos nas aulas de Matemática como estratégia de ensino, detectando as vantagens e desvantagens encontradas na aplicação desse recurso.

E por essa razão os professores participantes desta pesquisa são mencionados como o artista principal, pois, através de suas percepções adquiridas dentro de sala de aula, torna-se possível a identificação das semelhanças e diferenças citadas neste trabalho, que servirá de material para orientação de outros professores que buscam realizar o aprendizado matemático por meio de jogos.

A problematização desta pesquisa resume-se em responder à seguinte questão: Qual é a percepção dos professores do 4º e 5º Anos do Ensino Fundamental sobre os cenários dos jogos no ensino da Matemática?

Para defender esta problemática e atender aos objetivos, foi necessário fazer uma revisão da literatura, da qual foi possível perceber diversos trabalhos relacionados aos jogos no âmbito educacional desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. E em seguida, uma pesquisa de campo por meio de questionário no qual os professores expressaram suas opiniões sobre o uso dos jogos na prática pedagógica do ensino da Matemática, demonstrando seus anseios, sucessos, insucessos.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar a percepção dos professores acerca dos desafios e possibilidades de aplicação dos jogos para ensinar Matemática no 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental e, verificar hipóteses, tais como: os jogos são utilizados para ensinar Matemática, existem dificuldades enfrentadas pelos professores na aplicação destes jogos para auxiliar o ensino da Matemática.

Para nortear esta pesquisa, utilizou-se de três objetivos específicos que contribuíram para definir as etapas que foram realizadas nesta pesquisa, a saber: conhecer a percepção do professor sobre o significado da palavra jogo; identificar a percepção do professor sobre os jogos nas aulas de Matemática; descobrir a percepção dos professores sobre as vantagens e desvantagens dos jogos nas aulas de Matemática.

Durante a pesquisa foram identificadas novas possibilidades de ensinar e aprender, que contribuirão para facilitar a construção do conhecimento e conseqüentemente garantir o sucesso da criança na disciplina, contribuindo para a inclusão dos jogos como estratégia de aprendizagem.

Assim, para a sustentação das evidências que poderiam surgir, e na tentativa de estabelecer uma relação entre a problematização, os objetivos, hipóteses e a fundamentação teórica foram divididas em tópicos, a saber:

“O jogo: Conceitos e Definições”: tem como objetivo conceituar e definir o significado de jogos na concepção de autores da Educação Matemática.

“Cenários dos jogos no contexto educativo”: mostra os cenários, nos quais o jogo é aplicado no contexto da prática pedagógica, tais como: estratégias de aprendizagem; recurso didático e atividades lúdicas; também algumas classificações dos jogos no contexto educacional.

“O jogo e a matemática”: aponta a correlação entre a teoria e a prática dos jogos e as vantagens e desvantagens de utilizá-los no ensino da Matemática.

Na Metodologia descreveu-se o percurso da pesquisa, indicando a estratégia que foi utilizada no desenvolvimento do trabalho, os participantes da pesquisa; os instrumentos para a coleta dos dados e as técnicas utilizadas para análise dos dados.

A Análise e Discussão dos Resultados visou responder às questões de pesquisa e verificar se os objetivos do trabalho foram contemplados. E, em seguida, as considerações finais na qual foram relatadas as principais conclusões a respeito das percepções dos professores dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental sobre o uso dos jogos para ensinar Matemática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O JOGO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Ao observar a epígrafe, descrita por Juan Antônio Moreno Murcia, percebe-se que o jogo percorre pelas etapas da vida desde a infância até a velhice, retrata a evolução dos tempos, fazendo com que o homem possa beneficiar - se dele no seu dia a dia. De acordo com Murcia (2005), o ser humano sempre jogou em todas as circunstâncias e em todas as culturas. Nesse sentido, pode-se dizer que o jogo está intimamente ligado à espécie humana e que a atividade lúdica é tão antiga quanto a humanidade.

Autores como Caillois (1990), Grandó (1995), Murcia (2005), Huizinga (2007), fundamentaram em características do jogo na tentativa de conceituá-lo e defini-lo. No tocante aos significados e à etimologia do vocábulo jogo, Murcia (2005), descreve que a palavra jugar (do latim *iocari*) significa fazer algo com espírito de alegria e com a intenção de se divertir ou de se entreter. A palavra jogo provém etimologicamente do vocábulo latino *iocus*, que significa brincadeira, graça, diversão, frivolidade, rapidez, passatempo. Já o vocábulo *ludus-i* significa ato de jogar e o aspecto lúdico do jogo (do latim de *ludicrus*) é a atividade secundária que se relaciona ao jogo, que se cultiva unicamente pelo prazer.

Grandó (1995) descreve que o jogo é um termo que parece impossível de definir, pois a busca por uma definição formal acabaria por limitá-lo, mas ressalta que algumas características expressas na literatura sobre o termo podem constituir e tentar estabelecer o que seja o jogo.

Na mesma sintonia, Kishimoto (2003) aponta que há uma dispersão em definir o que é jogo, pelo fato de que há diferentes eventos especificados como jogos: Segundo o autor a variedade de fenômenos considerados como jogo mostra a complexidade da tarefa de defini-lo. Nessa lógica a autora destaca:

[...] a variedade de jogos conhecidos como faz-de-conta, simbólicos motores, sensório-motores, intelectuais ou cognitivos, de exterior, de interior, individuais ou coletivos, metafóricos, verbais, de palavras, políticos, de adultos, de animais, de salão e inúmeros outros mostra a multiplicidade de fenômenos incluídos na categoria jogo (KISHIMOTO, 2003, p. 1).

Murcia (2005) corrobora com a ideia ao ressaltar que o conceito de jogo é tão versátil que transcende a uma localização conceitual definitiva. Nesse sentido, qualquer tentativa, por mais erudita que seja, somente será capaz de captar uma parte da verdade do jogo, não global

ou total. Deste modo, pode-se perceber que não existe um conceito abraçado universalmente para o jogo e, qualquer definição, é uma aproximação de uma dimensão lúdica.

O ser humano necessita permanentemente do entusiasmo, da seriedade e da alegria. Tudo isso, segundo Murcia (2005), pode ser proporcionado pelas vivências do jogo, as quais contribuem para o enriquecimento integral das pessoas. Diante deste contexto o jogo é considerado:

Um fenômeno antropológico que se deve considerar no estudo do ser humano. É uma constante em todas as civilizações, esteve sempre unido à cultura dos povos, à sua história, ao mágico, ao sagrado, ao amor, à arte, à língua, à literatura, aos costumes, à guerra. O jogo serviu de vínculo entre povos, é um facilitador da comunicação entre os seres humanos (MURCIA, 2005, p. 9).

Ao refletir sobre os ensinamentos do autor, observa-se que o jogo perpassa pelas civilizações e contribui para a comunicação e interação do ser humano diante a sua cultura. Nesse sentido, pode-se refletir que o jogo intensifica a vida cultural do homem, enriquecendo-a. Além disso, como revela Murcia (2005, p. 16), “o jogo é parte do caráter do ser humano em sua formação, em sua personalidade, na configuração da inteligência, na própria vida.”

Caillois (1990) define o jogo, em sua expressão mais generalista, utilizando-se de características, tais como: livre, delimitada e incerta. De acordo com o autor, o jogo é uma atividade livre, pois o jogador não é obrigado a jogar; delimitada por ser permeado por um conjunto de regras em determinado tempo e espaço; incerta, pois o jogador, no desenvolver das atividades, não pode prever os resultados.

Na literatura, sobre o jogo Huizinga (2007) reforça a relação do jogo e a linguagem desde o princípio das civilizações. De acordo com Huizinga (2007, p. 16), o jogo é considerado:

Uma atividade livre, conscientemente tomada como ‘não – séria’ e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo certa ordem e certas regras.

Pode-se notar que o significado da palavra jogo é muito mais complexo do que as definições encontradas nos verbetes dos dicionários existentes. Ferreira (2001, p. 408) define o jogo como “atividade física ou mental fundada em sistema de regras que define a perda ou o ganho.”

Segundo o dicionário Houaiss (2012, p. 17), o jogo é definido como “uma atividade cuja natureza ou finalidade é a diversão, o entretenimento essa atividade, submetida a regras que estabelecem quem vence e quem perde.” Na mesma sintonia, o dicionário Novíssimo Aulete (2011, p. 825), o jogo é definido como “recreação individual ou em grupo”. Diante dessas descrições, pode-se inferir que o jogo é algo inerente a espécie humana.

2.2 CENÁRIOS DOS JOGOS NO CONTEXTO EDUCATIVO

Diversos são os autores que expressam na literatura a importância dos jogos para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. As pesquisas feitas por Grando (1995), Kishimoto (2007), Macedo, Petty e Passos (2004), Murcia (2005), Smole (2007) e Lara (2011) impulsionam a refletir sobre a potencialidade dos jogos para ensinar e ao mesmo tempo aprender. Esses autores enveredaram por diversos cenários em que o jogo pode estar presente no contexto da sala de aula.

O primeiro cenário aponta o jogo como *estratégia de aprendizagem*, o segundo utiliza o jogo como *recurso didático* e o terceiro cenário demonstra o jogo como *atividade lúdica* para a construção do conhecimento.

Os jogos são importantes recursos didáticos que favorecem o desenvolvimento do conhecimento do aluno de maneira prazerosa e descontraída, configura como alternativa para estimular a aprendizagem e desenvolver habilidades como, por exemplo: a autoconfiança, a organização, a concentração a atenção e o senso cooperativo (SOUZA; PATARO, 2012).

Esse recurso é aplicado em sala de aula, conforme salienta Souza e Pataro (2012), contribui para fazer o aluno gostar e aprender os conteúdos, despertando-lhe o interesse pelo o aprendido. Neste sentido, Druzian (2009, p. 69) indica o jogo como um recurso que permite “o educador fazer a mediação entre as possibilidades dos alunos e as exigências da sala de aula.”

Quando se fala na compreensão dos conteúdos e na construção do conhecimento, os jogos podem ser utilizados como recurso facilitador da aprendizagem, além de auxiliar nas dificuldades que porventura o aluno possa apresentar. Neste procedimento, é importante ressaltar a importância da intervenção do professor como mediador no processo ensino aprendizagem. O professor deve acompanhar as maneiras de jogar dos alunos, levantar questões e auxiliá-los na condução do jogo (SOUZA; PATARO, 2012).

Macedo, Petty e Passos (2004) salientam que o jogo é uma atividade lúdica agradável, que fazemos de forma espontânea, que nos gera prazer, divertimento, entretenimento, sendo fundamental para o nosso desenvolvimento. Além disso, a arte de jogar é algo sério que exige atenção e concentração. De acordo com Miranda (2002), a aplicação dos jogos deve estar correlacionada com a arte do aprender e, conseqüentemente, pode favorecer a motivação, que é um impulso fundamental para facilitar a aprendizagem do aluno, sem motivação não ocorre o aprendizado.

Starepravo (2009) utiliza-se de alguns questionamentos com a finalidade de se refletir sobre o ensino e a aprendizagem, a saber: Afinal o que realmente de fato significa aprender? Seria o mesmo que fazer cópia, uma reprodução idêntica daquilo que foi transmitido? Quantos de nós decoramos e reproduzimos o que é passado sem a menor compreensão a respeito de regras, fórmulas matemáticas aplicadas sem entender direito o significado desses elementos para a vida cotidiana.

De acordo com Starepravo (2009, p.14), “aprendemos quando somos capazes de elaborar uma representação pessoal sobre um objeto da realidade ou conteúdo que pretendemos aprender.” Na mesma sintonia, Coll e Solé (1998 apud STAREPRAVO, 2009 p. 15) afirmam que:

Quando ocorre esse processo, dizemos que estamos aprendendo significativamente, construindo um significado próprio e pessoal para um objeto de conhecimento que existe objetivamente. De acordo com o que descrevemos, fica claro que não é um processo que conduz à acumulação de novos conhecimentos, mas à integração, modificação, estabelecimentos de relações e coordenação entre esquema de conhecimento que já possuíamos, dotados de uma certa estrutura que varia, em vínculos e relações a cada aprendizagem que realizamos.

Aprender ultrapassa a metodologia do reproduzir, é algo significativo que não se dá pelo acúmulo de conhecimentos O ensino tradicionalista esteve equivocado quando estabeleciam cópias, repetições de atividades, no qual deduziam que decorar se dava no mesmo que aprender, estas relações exerceram, por vários anos, uma didática vazia de ensino no qual se aplicavam tais práticas (STAREPRAVO, 2009).

Segundo Smole (2007, p.v12), ao ministrar o jogo “entendemos a dimensão lúdica que envolve desafio, surpresa, possibilidade de fazer de novo, de querer superar os obstáculos iniciais e o incômodo, por não controlar todos os resultados.”

No tocante aos erros, eles são revistos de forma natural na ação das jogadas, propiciam novas tentativas, estimulam previsões e observações, possibilitam ao aluno perceber sucessos e insucessos e como eles ocorreram no ato do jogo. Essa convicção permite o processo de aprendizagem e desenvolvimento à autonomia para continuar aprendendo. (SMOLE, 2007).

O trabalho com jogos nas aulas de matemática, quando bem planejado e orientado, auxilia o desenvolvimento de habilidades como observação, análise, levantamento de hipóteses, busca de suposições, reflexão, tomada de decisão, argumentação e organização, que estão estreitamente relacionados ao chamado raciocínio lógicos. Segundo Smole (2007, p. 11),

as habilidades desenvolvem-se porque, ao jogar, os alunos têm a oportunidade de resolver problemas, investigar e descobrir a melhor jogada; refletir e analisar as regras, estabelecendo relações entre os elementos do jogo e os conceitos matemáticos. Podemos dizer que o jogo possibilita uma situação de prazer e aprendizagem significativa nas aulas de matemática.

O uso de jogos implica uma mudança significativa nos processos de ensino aprendizagem, que permite alterar o modelo tradicional de ensino, o qual muitas vezes tem no livro e em exercícios padronizados seu principal recurso didático. O jogo surge como uma forma motivacional melhorando o desempenho, trazendo facilidade na compreensão da Matemática.

As atividades lúdicas, como os jogos, estimulam a criança a aprender com prazer, satisfação potencializando o entretenimento. É através dos jogos que a criança estimula a capacidade de criar e desenvolver a sua identidade e sua confiança (LOPES, 1996). Nesta mesma sintonia Murcia, (2005, p. 19) ressalta que as atividades lúdicas, “ajudam a enriquecer a personalidade criadora, necessária para enfrentar os desafios na vida. Para qualquer aprendizagem, tão importante como adquirir, é sentir os conhecimentos.”

Miranda (2002) revela que, no fascínio dos jogos, existe a alegria de aprender. Principalmente quando os professores passam a perceber a importância da atividade lúdica como fundamento para auxiliar os alunos na produção do conhecimento. Para o autor, a atividade lúdica é como

Um grande laboratório onde ocorrem experiências inteligentes e reflexivas. Experiências que geram conhecimento, que possibilitam tornar concretos os conhecimentos adquiridos. Ora, se a educação se processa por meio do permanente ato de reorganizar e reconstruir nossas experiências, por que, hoje atribuímos um valor ainda insuficiente ao lúdico que consiste em experimentar com prazer e alegria (MIRANDA, 2002, p. 21).

De acordo com Starepravo (2009), para que os jogos possam ser utilizados como estratégia nas aulas de Matemática, estimulando a autonomia e o desenvolvimento cognitivo do aluno, precisa-se antes rever os conceitos e definições desse recurso para que o professor possa mudar a sua concepção em relação ao uso dos jogos.

Se conseguirmos compreender o papel que os jogos exercem na aprendizagem de Matemática, poderemos usá-los como instrumentos importantes, tornando-os parte integrante de nossas aulas de Matemática. Mas devemos estar atentos para que eles realmente constituam desafios (STAREPRAVO, 2009, p. 20).

Em concordância com a autora percebe-se o quanto é importante a contribuição desse recurso no ensino formal de Matemática. E para que o ensino tenha alguma relevância, torna-se necessário ficar atento ao elaborar uma atividade com jogos, levando em consideração conhecimento do aluno.

O jogo [...], deve ser usado na educação matemática obedecendo a certos níveis de conhecimentos dos alunos tido como mais ou menos fixos. O material a ser distribuído para os alunos deve ter uma estruturação tal que lhes permita dar um salto na compreensão dos conceitos matemáticos (KISHIMOTO, 2007, p. 78).

Ao observar as palavras da autora, pode-se notar o quanto a avaliação do professor em relação aos alunos é indispensável, pois, para aplicar um jogo que possa contribuir para o aprendizado, é necessário uma organização na aplicação do material pedagógico que irá intervir de forma significativa para que o aluno compreenda melhor os conceitos matemáticos.

2.3 TIPOS DE JOGOS

Existem inúmeros tipos de jogos, com diversas características, cada um classificado de acordo com suas funções. Nesta pesquisa, citam-se algumas categorias definidas por autores que são relevantes para o tema pesquisado.

Autores como Macedo (1993), Grando (1995), Smole (2007), Lara (2011), dentre outros afirmam a importância e a eficiência dos jogos como estratégia para ensinar matemática. Dentro desse universo podemos citar algumas definições de Lara (2011) a respeito da classificação dos jogos, a saber: Jogos de construção, treinamento, aprofundamento e jogos de estratégia.

Jogos de Construção: são aqueles que trazem ao aluno um assunto desconhecido fazendo com que, através da manipulação de material ou de perguntas e respostas, ele sinta a necessidade de uma nova ferramenta, ou de um novo conhecimento, para resolver determinada solução problema proposta pelo jogo (LARA, 2011, p. 20-21).

Pode-se perceber que a autora relata que, ao aplicar jogos de construção é exigido do professor um cuidado minucioso na elaboração desse recurso, e principalmente deve-se certificar se os objetivos foram alcançados, tendo em todo momento o controle da situação para melhor avaliar o aluno.

Jogos de Treinamento: é aquele que aluno utiliza várias vezes o mesmo tipo de pensamento e conhecimento matemático, não necessariamente para memorizá-lo, mas sim para abstraí-lo, estendê-lo, ou generalizá-lo, como também, para aumentar sua autoconfiança e sua familiarização com o mesmo (LARA, 2011, p. 22).

Os jogos de treinamento servem para avaliar o aluno no momento da observação do conteúdo, e principalmente, para verificar se o aluno conseguiu construir o conhecimento em determinada atividade.

Jogos de Aprofundamento: depois que aluno tenha construído ou trabalhado determinado assunto, é importante que o professor proporcione situações onde o aluno aplique-o. A resolução de problemas é uma atividade muito conveniente para esse aprofundamento e tais problemas podem ser apresentados na forma de jogos. (LARA, 2011, p. 22).

Os jogos de aprofundamento servem como ferramenta na qual o professor pode explorar o raciocínio e estimular a criança a buscar novas formas de resoluções para a situação problema.

Jogos de Estratégia: muitos jogos que os nosso aluno está acostumado a jogar com seus amigos, entre eles, dama, xadrez, batalha naval, cartas, ou com o computador, como paciência, *freecell*, campo minado e, muitos outros, são jogos estratégicos. Podemos desenvolver no ensino da matemática jogos desse tipo. Jogos que façam com que o aluno crie estratégias de ação para uma melhor atuação como jogador. Onde ele

tenha que criar hipóteses e desenvolver um pensamento sistêmico podendo pensar múltiplas alternativas para resolver um determinado problema (LARA, 2011, p. 24).

De acordo com a autora, os jogos estratégicos favorecem oportunidades para que os alunos, nas aulas de Matemática, possam adquirir estratégias de ação que valorizam, na prática, a atuação deles como jogador. Por meio dos jogos de estratégias, o aluno pode desenvolver o senso crítico e o raciocínio no momento em que ele estiver jogando.

Pode-se observar que há um tipo de jogo para cada situação de aprendizagem, na qual o mesmo pode ser utilizado como treino, estratégia, construção de conhecimento e aprofundamento de conteúdos. Ao aplicar esse recurso em níveis diferenciados é importante utilizar situações – problemas menos complexos, e, aos poucos, ir elevando o grau de dificuldade para melhor avaliar o raciocínio produzido pelo aluno, observando até onde o desafio gerado no jogo se torna estímulo para ele (LARA, 2011).

Embasada nas teorias de Piaget (1978), apud Grandó (1995) classifica alguns tipos de jogos como: jogos de exercícios, símbolo e regra. Jogos de exercício, segundo Piaget (1978 apud GRANDÓ, 1995), são as primeiras manifestações do lúdico que o indivíduo expressa dentro do jogo, também denominado como jogos sensoriais motores. Grandó (1995, p. 49) revela que os jogos de exercício são aqueles em que a criança, “exercita as estruturas subjacentes ao jogo, mas sem poder de ação para modificá-las, com a finalidade de vivenciar o prazer de funcionamento do próprio jogo”.

De acordo com Macedo (1993), os jogos de exercício podem ser considerados como uma assimilação funcional, ou seja, como uma repetição, na qual o prazer do jogo reside em sua própria função. Na maioria das vezes, é por meio de atividades repetitivas que a criança assimila a possibilidade de buscar caminhos diferentes para resolução de uma situação problema, potencializando suas chances de ação e de intervenção.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasil (1997) corroboram com as ideias de Macedo (1993) afirmando que a criança, ao repetir as ações de forma sistemática, faz com sentido funcional, ou seja, gera significados, facilita a compreensão, constrói hábitos, causa satisfação, fazendo parte de um mesmo sistema.

Nos jogos simbólicos “ocorre a representação, pela criança, do objeto ausente, já que se estabelece uma comparação entre um elemento dado – o objeto – e um elemento imaginado, através de uma representação fictícia” (GRANDÓ, 1995, p. 50). Ao trabalhar os jogos simbólicos, pode-se perceber, de acordo com Piaget (1978), que esse recurso faz com que a criança busque situações imaginárias comparando-os com a vida real.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao referir-se a jogos simbólicos afirma que: “Por meio dos jogos as crianças não apenas vivenciam situações que se repetem, mas aprendem a lidar com símbolos e a pensar por analogia” (BRASIL, 1997, p. 48).

Segundo Grandó (1995) os jogos de regras em relação aos jogos de estratégias, de exercícios e dos simbólicos se diferenciam apenas pela introdução de normas, no qual os participantes percebem que só podem jogar em função da jogada do outro. Este tipo de jogos contribui para melhorar o egocentrismo das crianças, visando ações de interesses comuns.

Tal regra surge da organização coletiva das atividades lúdicas precedentes, representadas pelas formas de exercício e símbolo. Isto posto, no jogo de regras, a criança abandona o seu egocentrismo e seu interesse passa a ser social, havendo necessidade de controle mútuo e de regulamentação (GRANDÓ, 1995, p. 51).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasil (1997), ao participar de jogos grupais, a criança estimula o seu raciocínio lógico, moral e social, e cognitivo, pois, ao jogar surge a necessidade de comunicação, construção de estratégia, e de respeito as regras para que se dê continuidade ao jogo. Macedo (1993) expõe os jogos de regras como percepção recíproca, pois, envolve interdependência entre os participantes. Como se segue:

Recíproca por esse sentido de coletividade, recíproca pelo sentido de uma regularidade intencionalmente consentida e buscada, recíproca pelas convenções que em comum definem o que os jogadores podem, ou não, faz no contexto do jogo (MACEDO, 1993, p. 8).

Por fim, conclui-se que a diversidade de jogos contribuem, de forma significativa, para o desenvolvimento da criança, uma vez que em cada etapa é possível aplicar um tipo de jogo que estimule a criança a pensar de forma desafiante, interessante e prazerosa.

2.4 O JOGO E A MATEMÁTICA

O jogo tem sido uma ferramenta útil para professores que querem ministrar aulas mais interessantes e produtivas, já que o uso desse recurso contribui para despertar no aluno a vontade de aprender Miranda (2002) revela que o jogo promove maior estímulo e interesse aos alunos, sendo um convite explícito e tentador para a participação ativa deles no processo de ensino e aprendizagem, além de propiciar alegria e entusiasmo no ambiente da sala de aula.

Por ser dinâmico e divertido, o jogo exerce também um poder motivador que serve para impulsionar o aluno a gostar do ensino da Matemática, agindo como facilitador da aprendizagem (MIRANDA, 2002), e por sua vez, Smole (2007) afirma que através do jogo é possível desenvolver várias áreas do conhecimento da criança, tais como: reflexão, observação, argumentação, organização e raciocínio lógico.

Esse raciocínio utilizado pelos alunos durante o jogo sempre se assemelha à resolução de um problema matemático, mesmo que o jogo não seja em relação a um conteúdo matemático específico o raciocínio lógico é constantemente desenvolvido na prática de jogos, já que diante de erro e acertos o aluno necessitará analisar a eficácia de sua estratégia (SMOLE, 2007). Borin (1995) identifica os jogos como importante estratégia de trabalho por seu aspecto lúdico, que pode motivar e despertar o interesse do aluno, fazendo com que a aprendizagem se torne mais significativa.

Várias habilidades matemáticas podem ser reveladas através dos jogos, assim como o raciocínio reflexivo, pois é necessário sempre pensar muito bem antes de realizar qualquer jogada. Em cada jogo sugerido, um novo raciocínio pode surgir, segundo Antunes (1998), o jogo no seu sentido integral, é o mais eficiente meio estimulador das inteligências o qual permite que a criança realize tudo quanto deseja, neste mesmo raciocínio percebemos que o jogo por ser um recurso versátil estimulando inúmeras áreas de conhecimento do aluno. Segundo Lara (2011, p. 19), o jogo pode intervir como:

Um agente cognitivo que auxilia o aluno a agir livremente sobre suas ações e decisões fazendo com que ele desenvolva além do conhecimento matemático também a linguagem, pois em muitos momentos será instigado a posicionar-se criticamente frente a algumas situações.

O jogo exerce grande influência na construção de conceitos matemáticos, pois coloca a criança constantemente diante de situação – problema, facilitando a construção de conhecimentos prévios, neste sentido, a criança trabalha as hipóteses, avalia as estratégias e, desta forma, ela evolui cognitivamente (STAREPRAVO, 2009).

Ao relacionar conteúdos matemáticos com jogos, o professor pode mostrar a matéria de forma prazerosa, contribuindo para que o aluno possa minimizar as dificuldades Ribeiro (2008). Neste sentido, os professores necessitam tirar as amarras que lhes prendem ao ensino tradicionalista, como por exemplo: ensinar Matemática utilizando apenas a aula expositiva que contemple resoluções de listas de exercícios.

Em contraposição a um modelo de escola que privilegia atividades repetitivas e rotineiras sem qualquer estímulo à criação e a investigação, um trabalho com jogos matemáticos pode representar a mudança para uma nova configuração escolar, voltada ao desenvolvimento de sujeitos críticos, criativos, reflexivos, inventivos, entusiastas, num exercício permanente de promoção da autonomia (RIBEIRO, 2008, p. 24).

É necessário que se entenda que é possível ministrar aulas de Matemática de forma descontraída e menos tensa, durante as quais o aluno não só irá aprender, mas também construir conhecimentos que serão utilizados na vida pessoal e profissional.

São inúmeros os benefícios encontrados na aplicação de jogos no ensino da Matemática. Grando (1995) reforça essa ideia ao revelar as vantagens de utilizar os jogos em sala de aula. Para a autora, esse recurso tem a capacidade de despertar na criança o senso crítico, o desenvolvimento da criatividade, a competição saudável, além de resgatar o interesse da criança em querer aprender.

Deste modo, pode-se perceber que, através dos jogos, é possível desenvolver no aluno, além de habilidades matemáticas, a concentração, curiosidade, autoconfiança e autoestima. O professor que utiliza os jogos como estratégia de aprendizagem, segundo Ribeiro (2008), não só cria condições para explorar as competências e habilidades dos alunos, mas também de favorecer condições para que a criança possa demonstrar o seu potencial criativo.

De acordo com Miranda (2002), o ato de jogar permite liberdade para pensar e agir, favorecendo a criatividade no momento da realização do jogo, esse mesmo autor sugere aos professores a utilização de metodologias que possam gerar soluções criativas, tanto no desvelar do fazer pedagógico, bem como nas ações sugeridas no planejamento das aulas.

O professor pode criar situações na sala de aula que encorajem os alunos a compreenderem e se familiarizarem mais com a linguagem matemática, estabelecendo ligações cognitivas entre a linguagem materna, conceitos da vida real e a linguagem matemática formal [...], além de desenvolverem habilidades de formulação e resolução de problemas, enquanto desenvolvem noções e conceitos matemáticos (SMOLE, 2000, p. 69).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasil (1997), existem várias formas de ensinar Matemática. Por isso, conhecer diferentes estratégias de trabalho em sala de aula é fundamental para que o professor construa sua prática, para despertar nos alunos momentos que proporcionem uma aprendizagem significativa, de uma forma mais dinâmica e descontraída, neste sentido, Flemming e Collaço de Mello (2003, p. 143) afirmam que:

Em relação aos jogos didáticos, é importante mencionar que esse recurso deve ser adotado em sala de aula e que a aprendizagem de conteúdo poderá acontecer de forma mais dinâmica, menos traumática, mais interessante. Acreditamos que o jogo contribui para que o processo ensino-aprendizagem seja produtivo e agradável tanto para o educador quanto para o educando.

Deve-se acreditar que é possível desmitificar o conceito de que Matemática é matéria difícil, chata e complicada. De acordo com Lara (2003) é necessário construir uma Matemática prazerosa que motive a criança, conhecimento e recurso que será válido no dia a dia do aluno.

Pode-se perceber que a matemática é inserida no convívio social de maneira significativa, presente nas mais diversas relações do cotidiano, seja de forma simbólica, seja na execução de atividades.

O Parâmetro Curricular Nacional traz esclarecimentos a respeito da importância de relacionar o conhecimento matemático aprendido em sala de aula com a prática social.

As necessidades cotidianas fazem com que os alunos desenvolvam uma inteligência essencialmente prática, que permite reconhecer problemas, buscar e selecionar

informações, tomar decisões e, portanto, desenvolver uma ampla capacidade para lidar com a atividade matemática. Quando essa capacidade é potencializada pela escola, a aprendizagem apresenta melhor resultado (BRASIL, 1997, p. 37).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, orientam a respeito de se trabalhar, no ambiente escolar, o conhecimento que o aluno traz do seu contexto social, pois essa relação estimula o aprendizado quando a criança associa a teoria com a prática (BRASIL, 1997).

Vale ressaltar, neste momento, o escritor Paulo Freire (1998), que também usava as vivências dos seus educandos para alfabetizar, o autor utilizava objetos do cotidiano de seus alunos de forma a facilitar a assimilação com a finalidade de obter êxito nos seus resultados.

O professor inovador perpassa por essa cultura, cria estratégias diversificadas, métodos e recursos, como os jogos, que contribuem para melhorar a aprendizagem do aluno. Lara (2011) ressalta que se utilizarmos os jogos para ensinar Matemática por meio de um processo de repetição, treinamento e memorização, está apenas mecanizando este recurso, deixando de utilizá-lo com o objetivo de construir o conhecimento.

Conforme Lara (2011), deve-se contemplar o ensino da matemática como ato de descobrir, de inspirar, de experimentar e não apenas como objeto de recreação. Kammi e Declark (1992 apud LARA, 2011, p. 20) menciona que:

As crianças são mais ativas mentalmente enquanto jogam o que escolhem e que lhes interessa, do que quando preenchem folhas de exercícios. Muitas crianças gostam de fazê-lo, mas o que elas aprendem com isso é o que vem da professora, e que Matemática é um conjunto misterioso de regras que vêm de fontes externas ao seu pensamento.

Demonstrar que a Matemática é exatamente o contrário, é dinâmica e pode ser construída e pensada de diversas formas, e que nem sempre, a confecção de exercícios aprimora a capacidade de autonomia da criança (LARA, 2011).

É possível perceber o quanto o papel do professor é indispensável na formação do aluno, no que diz respeito à aprendizagem da Matemática, pois o professor assumindo o papel de protagonista na arte de ensinar deve encorajar incentivar e motivar o mesmo a querer aprender.

A construção do conhecimento, nesta concepção, pode tornar a aprendizagem significativa, contribuindo para que a criança compreenda melhor a sua utilidade (LARA, 2011). Assim, torna-se gratificante perceber que o aluno pode fazer matemática e não apenas ver o professor mostrando como se faz. O jogo pode proporcionar essa capacidade ao aluno, desde que seja ofertado de maneira planejada e objetiva favorecendo a compreensão.

Ao aplicar jogos o professor deve atentar para o objetivo pelo qual se quer alcançar, e também para as contribuições que esse recurso pode proporcionar à aprendizagem. Sabe-se que, além das vantagens, também podem-se identificar, desvantagens na utilização dos jogos em sala de aula. Grandó (1995, p. 95) aponta essa dicotomia, no quadro 1, a saber:

Quadro 1 – Vantagens e desvantagens dos jogos

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none">▪ fixação de conceitos já aprendidos de uma forma motivadora para o aluno;▪ introdução e desenvolvimento de conceitos de difícil compreensão;▪ desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas (desafio do jogo);▪ aprender tomar decisões e saber avaliá-las;▪ significação para conceitos aparentemente incompreensíveis;	<ul style="list-style-type: none">▪ Quando os jogos são mal utilizados, existe o perigo de dar ao jogo um caráter puramente aleatório, tornando-se um “apêndice” em sala de aula. Os alunos jogam e se sentem motivados apenas pelo jogo, sem saber porque jogam;▪ O tempo gasto com atividades de jogo em sala de aula é maior e, se o professor não

<ul style="list-style-type: none"> ▪ propicia o relacionamento de diferentes disciplinas (interdisciplinaridade); ▪ o jogo requer participação ativa do aluno na construção do seu próprio conhecimento; ▪ o jogo favorece a socialização entre alunos e a conscientização do trabalho em equipe; ▪ a utilização dos jogos é um fator de motivação para os alunos; ▪ dentre outras coisas, o jogo favorece o desenvolvimento da criatividade, de senso crítico, da participação, da competição “sadia”, da observação, das várias das várias formas de uso da linguagem e do resgate do prazer em aprender. ▪ as atividades com jogos podem ser utilizadas para reforçar ou recuperar habilidades de queos alunos necessitem. Útil no trabalho com alunos com diferentes níveis; ▪ As atividades com jogos permitem ao professor identificar, diagnosticar alguns erros de aprendizagem, as atitudes e as dificuldades dos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> estiver preparado, pode existir um sacrifício de outros conteúdos pela falta de tempo; ▪ As falsas concepções que se devem ensinar todos os conceitos através de jogos. Então as aulas, em geral, transformam-se em verdadeiros cassinos, também sem sentido algum para o aluno; ▪ A perda da “ludicidade” do jogo pela interferência constante do professor, destruindo a essência do jogo; ▪ A coerção do professor, exigindo que o aluno jogue, mesmo que ele não queira, destruindo a voluntariedade pertencente à natureza do jogo; ▪ A dificuldade de acesso e disponibilidade de material sobre o uso dos jogos no ensino, que possam vir a subsidiar o trabalho docente.
---	--

Fonte: Grando, 1995.

Todas essas informações citadas por Grando (1995) devem ser levadas em consideração pelo professor ao aplicar o jogo, pois, sabendo das possibilidades de imprevistos, o mesmo pode elaborar um plano de apoio para eventuais situações que possam surgir no decorrer da prática, garantindo o sucesso da atividade.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória por meio de estudo de caso, com abordagem em métodos mistos, ou seja, quantitativa e qualitativa. De acordo com Gil (1999, p. 43), quando se utiliza uma pesquisa de natureza exploratória busca-se proporcionar uma “visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. O autor ainda ressalta que nesse tipo de pesquisa, o problema a ser pesquisado se torna “passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados”. O estudo de caso se dá em diferentes técnicas de pesquisa, que visam entender uma determinada situação e detalhar a complexidade de um fato, onde se reúne o maior número de informações precisas (MARCONI; LAKATOS, 2011). Segundo Severino (2016, p. 128) tal técnica “se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. Sendo assim, de forma a proporcionar uma melhor compreensão sobre o caso pesquisado, combinou-se métodos quantitativos e qualitativos.

Para Minayo (2001), a abordagem qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo da pesquisa. Neste sentido, Marconi e Lakatos (2008) salientam que a pesquisa qualitativa fornece análises mais detalhadas sobre as investigações e as tendências de comportamento.

Fonseca (2002), diferentemente da pesquisa qualitativa, revela que os resultados da pesquisa quantitativa são tomados como se constituíssem um cenário real da população alvo da pesquisa. Conforme Vieira (2009, p. 5), a pesquisa quantitativa “busca classificar, ordenar ou medir as variáveis para apresentar estatísticas, comparar grupos ou estabelecer associações.”

Além disso, a utilização conjunta dos métodos mistos, qualitativa e quantitativa, permite analisar melhor as informações, trazendo representatividade aos resultados.

3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida nas escolas estaduais da cidade de Unaí – MG, que oferecem o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Esta cidade possui o quantitativo de 10 (dez) escolas da rede Estadual, mas apenas 8 (oito) atendem a modalidade da referida pesquisa. A seguir, no quadro 2, estão listadas: as escolas, seus respectivos endereços e a frequência numérica dos professores pesquisados por escola.

Quadro 2 – Identificação das escolas e frequência numérica dos professores

Escola	Endereço	Número de professores de Matemática 4º ano	Número de professores de Matemática 5º ano
Escola Estadual Delvito Alves da Silva	Av. Delvito Alves da Silva N.888, Bairro: Divinéia Unaí - MG	01	01
Escola Estadual Dom Eliseu	Rua Santa Luzia, N.398, Bairro: Cachoeira Unaí-MG.	02	02
Escola Estadual Domingos Pinto Brochado	Av. Governador Valadares, N. 787, Bairro: Centro, Unaí – MG	02	01
Escola Estadual Izabel Campos Martins	Rua: Frei Francisco, N. 218, Bairro: Novo Horizonte, Unaí – MG	04	04
Escola Estadual Manoela Faria Soares	Rua: Luiz Alves, N. 844, Bairro Cachoeira, Unaí - MG	03	04
Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves	Rua: Djalma Torres, N.1650 Bairro: Cachoeira, Unaí – MG	02	02
Escola Estadual Teófilo Martins Ferreira	Rua: das Magnólias, N. 180, Bairro: Jardim Unaí – MG	04	01
Escola Estadual Vigário Torres	Av. Governador Valadares N. 280	03	03

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Deste universo, em agosto de 2017, participaram do estudo 34 professores, sendo 3 (8,8%) dos respondentes do gênero masculino e 31 (91,2%) do gênero feminino os quais lecionam nos turnos matutino e vespertino. A média de idade dos participantes foi 40,5 anos variando de 29 a 63 anos. Sendo que 25 (73,5%) são especialistas e 9 (26,5%) são graduados em Pedagogia. Vale ressaltar que se optou por pesquisar todas as escolas estaduais que oferecem o ensino fundamental na modalidade 4º e 5º anos da cidade de Unaí-MG com o intuito de obter informações, em várias localidades, de realidades diferentes. E 05 (cinco) professores ficaram fora da população alvo da pesquisa por optarem em não responder ao questionário.

3.2 PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS

Para melhor compreensão dos dados analisados nesta pesquisa, foi estabelecido no dia 20 (vinte) do mês de junho ao dia 15 (quinze) de julho do ano de 2017 contatos com todas as escolas estaduais que oferecem as modalidades 4º e 5º anos para conceder autorização cedida pelos gestores para aplicação da pesquisa. No dia 8 (oito) ao dia 25 (vinte e cinco) do mês de agosto, 34 (trinta e quatro) professores atuantes no ensino fundamental do 4º e 5º ano das

escolas estaduais da cidade de Unaí- MG foram convidados a responder um questionário semiestruturado.

Segundo Gil (2008), o questionário é um instrumento de investigação composto de questões que são submetidas aos respondentes com a finalidade de obter informações sobre conhecimentos, crenças, valores, interesses e expectativas.

Nesta pesquisa, o questionário foi composto pelos dados demográficos (nome, idade, gênero, nome da escola e formação acadêmica). Além de 4 (quatro) questões fechadas e 2 (duas) abertas, somando um total de 6 (seis) questões.

A pesquisa oferecida tem como o tema: O jogo como estratégia de ensino da Matemática nos anos 4º e 5º do Ensino Fundamental, com o objetivo de investigar a percepção dos professores a respeito da aplicação dos jogos como estratégia de ensino na aprendizagem da matemática.

Para analisar os resultados após a aplicação dos questionários, foi utilizado o programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences) 19.0. Foi calculada a frequência numérica e em alguns itens a frequência percentual. Também foi utilizado o Microsoft Excel 2010 para a construção dos gráficos, figuras e tabelas dispostos nesta pesquisa.

Vale mencionar que, no tocante às questões abertas e considerando a diversidade das informações coletadas, bem como o desejo de que as descrições dos participantes da pesquisa pudessem ser relatadas de forma significativa, optou-se por incluir a análise de conteúdo. Tal análise reveste-se de um conjunto de técnicas que facilitam o estudo das comunicações entre os sujeitos, valorizando a transmissão do conteúdo da mensagem por meio da linguagem oral ou escrita (BARDIN, 1994).

A pesquisa foi escrita com o intuito de incentivar professores para que eles possam introduzir o “Jogo” nas aulas de Matemática como estratégia de ensino, visto que a utilização dos jogos no ensino de Matemática pode contribuir para minimizar o insucesso que permeia esta disciplina.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Apresentam-se, neste momento, os resultados e discussão da pesquisa referente à percepção dos professores do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental das escolas estaduais de Unaí – MG em relação ao jogo nas aulas de Matemática. Nessa pesquisa os professores serão nomeados por P₁ a P₃₄. Para melhor visualizar os resultados e compreender a discussão dos dados, optou-se por dividir este capítulo em três partes, que contemplam respectivamente as questões de pesquisa que foram investigadas, a saber

- I) conhecer a percepção do professor sobre o significado da palavra jogo;
- II) identificar a percepção do professor sobre os jogos nas aulas de Matemática;
- III) descobrir a percepção dos professores sobre as vantagens e desvantagens dos jogos nas aulas de Matemática.

4.1 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O SIGNIFICADO DA PALAVRA JOGO

Os conceitos de jogos, na percepção dos professores, perpassam pelas formas lúdicas de aprendizagem, pelos sistemas de regras, pelo desafio e a competição entre outras características identificadas nos jogos.

Diante das percepções dos professores sobre o conceito de jogos, autores como Miranda (2002), Macedo, Petty e Passos (2004), Murcia (2005) revelam que os jogos podem ser utilizados com uma dimensão lúdica que propiciar prazer, divertimento, entusiasmo, alegria,

além de aprendizagem, num contexto que favorece a criatividade e a autonomia. As ideias destes autores também estão presentes nesta pesquisa, descritas nos relatos a seguir:

- P₁₅ Forma lúdica de aprendizagem.
- P₁₂: Brincadeira, divertimento e atividade física.
- P₁₆: Os jogos utilizados para fins educacionais é uma atividade estimulante e lúdica.
- P₁₃: Uma atividade que visa diversão, mas que contém regras.
- P₂₁: Uma atividade recreativa com um ou mais participantes que busque proporcionar lazer, diversão, entretenimento e que auxilie o estímulo mental, físico etc.
- P₃₄: É uma forma de interagir, brincar, divertir.
- P₃₁: Os jogos lúdicos ajudam muito em sala de aula com a finalidade de despertar o interesse do aluno em aprender.
- P₃₀: Brincadeiras, socialização, competição etc.
- P₂₄: Brincar, divertir.

Alguns professores identificaram, através do jogo, a importância para o desenvolvimento do raciocínio lógico, socialização e a disciplina, áreas bem-sucedidas propiciadas pelo jogo. No mesmo sentido, autores como Grando (1995), Antunes (1998), Miranda (2002), Kishimoto (2003), Borin (2004) e Smole (2007), citados nesta pesquisa, revelam os benefícios do ato de jogar, em sala de aula, além de prazeroso, contribui de forma significativa para o desenvolvimento da criança. Isso pode ser mostrado nos relatos abaixo:

- P₂: Aprimorar o raciocínio, potencializar a interação entre aluno e professor
- P₂₉: Ponto de partida para a problematização dos conteúdos matemáticos mais também durante todo o processo de aprendizagem. Aluno-aluno, propiciar formas coletivas de construção do conhecimento.
- P₃: Jogo é muito importante no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos
- P₄: É uma forma de elaborar estratégias, para desenvolver a capacidade de raciocínio do aluno.
- P₈: Interação, aprendizado, desafios.
- P₁₁: São atividades praticadas para estimulação mental e física.
- P₁₄: Aprendizado/Socialização/disciplina.
- P₁₉: O jogo pode ser utilizado como um facilitador para a aprendizagem e reforçar o desenvolvimento, a construção de conceitos e a memorização.

Dentre os principais conceitos de jogos e suas caracterizações, tais como: regras, desafio e competição, autores como Grando (1995), Starepravo (2009), Huizinga (2007) e Smole (2007), citam essas características como fatores que estimulam o desenvolvimento do aluno. Tais afirmações estão de acordo com as descrições dos respondentes:

- P₁: Momento em que o aluno aprende a entender e criar regras”
- P₁₀: Atividade com regras, mas com diversão e entretenimento
- P₁₇: Disputa de algo entre pessoas, com consequência de ganho e perda.
- P₁₈: É uma atividade que envolve regras onde há um vencedor
- P₁₉: Atividade cuja finalidade é diversão submetida a regras.
- P₂₀: Exercícios que se sujeita a determinação de regras.
- P₂₂: Estratégia de ensino que visa aprimorar a aprendizagem estabelecendo regras, estimulando o trabalho em grupo”.
- P₂₃: É algo que nos põe em desafio com o objetivo sempre de vencer, de ganhar.
- P₂₅: Disputa / regras / saber lidar com as perdas e as vitórias.
- P₂₆: É uma atividade de entretenimento submetida a regras.
- P₂₇: Competição estratégica, com o objetivo de vencer.
- P₃₂: Disputa, competição.

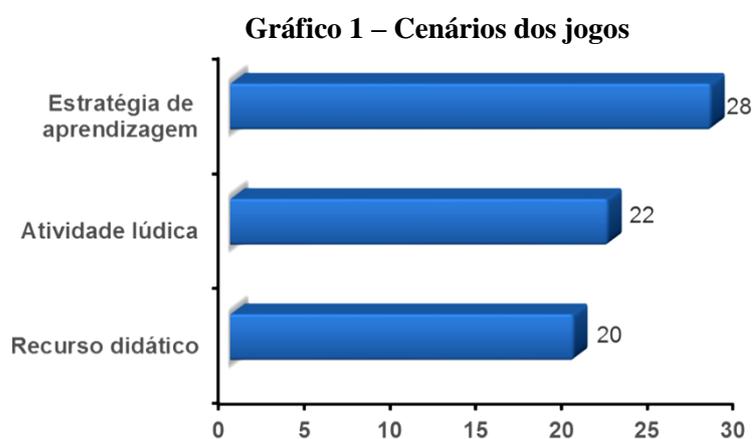
P₃₃: Exercício corporal (envolvendo movimentos corporais em desafios, etc.) e mental, empregando para alcançar objetivo de conquista em uma competição.

Assim como é descrito pelos autores desta pesquisa, conclui-se de acordo com os respondentes que o jogo pode ser conceituado de inúmeras formas sendo dimensão lúdica onde proporciona alegria, entusiasmo prazer no ato de jogar, estímulo do raciocínio lógico e construção do desenvolvimento.

4.2 PERCEPÇÃO DO PROFESSOR SOBRE OS JOGOS NAS AULAS DE MATEMÁTICA

O jogo pode ser abordado em diversos cenários uma vez que permite ao professor explorá-lo em sala de aula como forma de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem da Matemática. De acordo com o gráfico 1 e 2, pode-se notar que a frequência numérica ultrapassa o universo pesquisado, pois houve respondentes que optaram por mais de um cenário.

Neste contexto, percebe-se que a estratégia de aprendizagem foi o cenário mais destacado, perfazendo um total de 28 respostas. Como descrito por Starepravo (2009), o jogo consiste em estratégia de aprendizagem que estimula o raciocínio lógico, proporcionando à criança autonomia. Constata-se que 22 professores identificaram o jogo como atividade lúdica. Do ponto de vista de Macedo, Petty e Passos (2004), Smole (2007), o jogo, como atividade lúdica, faz a criança aprender brincando de forma prazerosa e descontraída. Além disso, o cenário recurso didático foi ressaltado com menor ênfase, por 20 professores. Nos dizeres de Souza e Pataro (2012), o jogo é visto como um recurso mediador entre professor, aluno e as exigências de sala de aula.



Fonte: elaborado pela autora, 2017

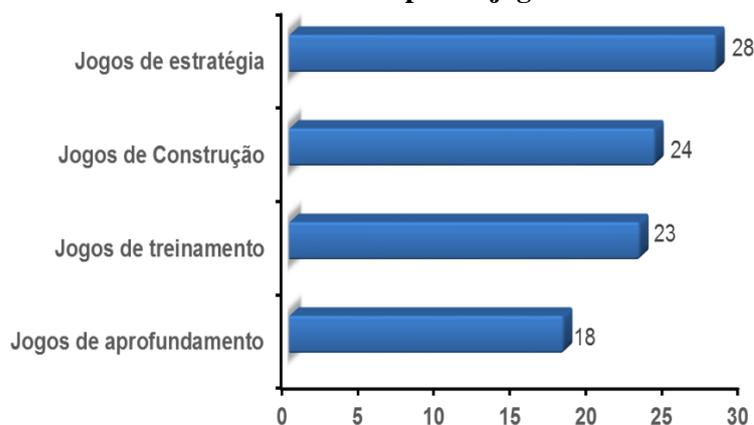
No tocante aos tipos de jogos utilizados nas aulas de Matemática, pode-se observar, no gráfico 2, que 28 professores conhecem os jogos de estratégia, 24 conhecem os jogos de construção, 23 registraram que conhecem os jogos de treinamento e 18 os jogos de aprofundamento.

As classificações dos jogos retratadas nesta pesquisa foram mencionadas por Lara (2011), ao ressaltar que os propósitos dos jogos se ampliam de acordo com cada tipo de jogo e o objetivo proposto pelo professor. De acordo com a autora, ao ensinar Matemática, o jogo de construção contribui para resolver situações problemas e construção de ideias matemáticas.

Os jogos de treinamento auxiliam no pensamento lógico e na verificação do aprendizado do aluno. Segundo Lara (2011), o jogo de estratégia contribui para que o aluno crie métodos que melhorem sua atuação no momento do jogo, desenvolvendo o pensamento sistêmico. Ainda de acordo com a autora, os jogos de aprofundamento servem como articulação

entre diferentes assuntos e devem ser aplicados somente após o aluno ter estudado determinado conteúdo.

Gráfico 2 – Tipos de jogos

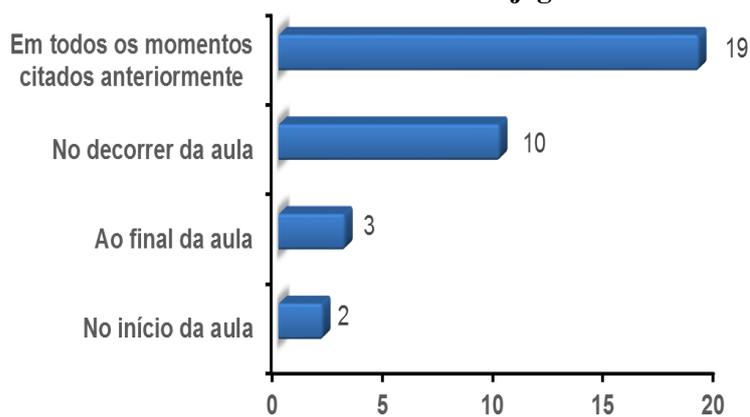


Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Segundo Smole (2007), o melhor momento para aplicar os jogos matemáticos aos alunos deve estar relacionado com as necessidades de ensino e aprendizagem e também em função do planejamento. Vale ressaltar, de acordo com a autora, que o tempo de aprender determina o compasso do tempo de ensinar.

O gráfico 3, retrata os momentos em que os jogos devem ser aplicados em sala de aula. Ao analisar as respostas dos 34 professores, pode-se notar que 2 (5,9%) deles afirmaram que o momento propício para aplicar os jogos é no início das aulas. Na percepção de 3 (8,8%) professores, os jogos devem ser aplicados ao final da aula. Enquanto 10 (29,4%) professores relataram que o momento ideal para aplicar os jogos é no decorrer das aulas. De maneira mais expressiva, pode-se perceber que na percepção de 19 (55,9%) professores, os jogos devem ser aplicados em todos dos momentos: no início, no decorrer e ao final das aulas.

Gráfico 3 – Momentos de jogar

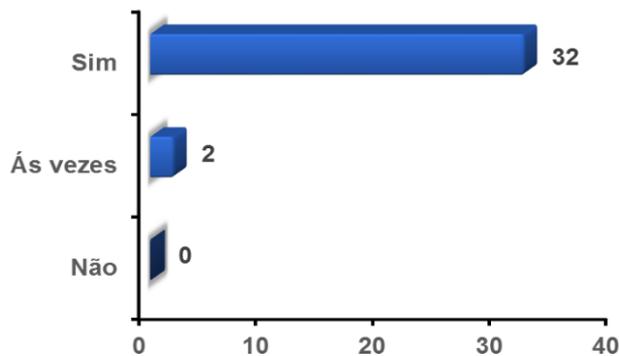


Fonte: Elaborado pela autora, 2017

De acordo com Grandó (1995), o jogo é um recurso dinâmico e eficaz no auxílio do ensino e da aprendizagem da Matemática. Smole (2007) e Lara (2011) revelam que os jogos nas aulas de Matemática proporcionam ao aluno o estímulo do raciocínio lógico, desenvolvimento cognitivo. Smole (2007) e Starepravo (2009) afirmam que o jogo matemático favorece a construção de competências e habilidades, além da construção do conhecimento, a tomada de decisão, a argumentação e a organização.

Em consonância com esses autores, pode-se perceber, no gráfico 4, de forma expressiva que 32 (94,1%) professores afirmaram que os jogos contribuem de forma significativa para melhorar a aprendizagem do aluno. Verifica-se também que apenas 2 (5,9%) responderam às vezes e nenhum (0%) dos professores registraram que o jogo no ensino da Matemática pode não contribuir para melhorar a aprendizagem.

Gráfico 4 – Os jogos contribuem para melhorar a aprendizagem



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

De acordo com o gráfico 4 (quatro) os professores respondentes afirmam que os jogos auxiliam de forma significativa onde contribui de maneira positiva na aprendizagem da Matemática, porém nenhum professor respondeu que os jogos não pudessem contribuir para o ensino dessa disciplina.

4.3 VANTAGENS E DESVANTAGENS REVELADAS PELOS PROFESSORES A RESPEITO DOS JOGOS NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Diante dos descritos dos autores como Grando (1995, 2000, 2004), Antunes (1998), entende-se que o jogo é um forte aliado para despertar e aguçar o desenvolvimento da aprendizagem na criança. Mesmo diante do sucesso que o jogo promove na construção de habilidades e competências na aprendizagem da Matemática, nem sempre a sua aplicação resulta somente em resultados positivos, existem também desvantagens, relatadas por professores no momento de utilização desse recurso.

Essas vantagens e desvantagens também estão presentes nos relatos dos professores respondentes dessa pesquisa. No que diz respeito às vantagens de Grando (1995), Macedo, Petty e Passos (2000), Smole (2007) e Ribeiro (2008) caracterizam o jogo como estimulador do cognitivo e do raciocínio lógico, construtor de conhecimentos, facilitador da aprendizagem, assim como relatam as seguintes descrições:

- P₁: Através dos jogos o professor consegue resgatar o interesse do aluno pelas aulas desenvolvendo raciocínio lógico, aprendendo a criar situações estratégicas para resolver determinadas situações problemas.
- P₂: Desenvolver o conhecimento, estimular a concentração.
- P₄: Os jogos ajudam o aluno a compreender melhor o conteúdo aplicado.
- P₅: Concentração, melhora no raciocínio, organização, análise de estratégia e competitividade.
- P₆: O aluno faz com prazer e dedicação se esforça o máximo para conseguir os objetivos propostos.
- P₇: O jogo favorece a aprendizagem, pois é visto pelos discentes como “brincadeira” e tudo que é prazeroso é marcante; além de trabalhar a concentração.

P₈: Melhor estímulo na participação dos alunos, reforça o sentido do cálculo no cotidiano, atualiza o contexto de tecnologia, proporciona aulas descontraídas com aprendizado significativo.

P₉: Os alunos participam mais, as aulas são mais interessantes.

P₁₂: Os jogos são vantagens na sala de aula para facilitar o desenvolvimento e o raciocínio lógico dos alunos.

P₁₃: Estimula o raciocínio e a busca por soluções a fim de encontrar o resultado.

P₁₄: A maioria dos alunos acha os jogos mais interessante e divertido e aprende com mais facilidade, pois eles concentram mais e a chance de reter o conhecimento e bem maior.

P₁₅: Há melhor aprendizado, pois, desenvolve a concentração e habilidades de raciocínio.

P₁₆: Uma importante ferramenta para fixação de conteúdo.

P₁₇: O jogo serve de estimulante para o aprendizado do educando, uma vez que o mesmo se sente atraído, impressionado quando está diante de situações-problemas e consegue resolvê-las por meio dele.

P₁₈: Os alunos demonstram maior interesse e participação; desenvolvem melhor o raciocínio lógico.

P₁₉: Fixação de conceitos já aprendidos de uma forma motivadora.

P₂₁: Desenvolve o raciocínio lógico, a criatividade, criticidade, e a aprendizagem significativa do aluno.

P₂₂: Desenvolve a capacidade do raciocínio lógico, incentiva o interesse nos conteúdos.

P₂₃: Consolida conteúdos trabalhados.

P₂₆: O jogo requer a participação ativa do aluno na construção do seu próprio conhecimento.

P₂₇: Os alunos apreendem os conceitos e os utilizam efetivamente fixando o conteúdo ampliado com o jogo.

P₂₈: Interesse, desenvolve o raciocínio lógico, desafio e concentração.

P₂₉: Como problematização seduz o aluno a ir a busca do conhecimento, e durante o processo de aprendizagem o aluno utiliza-se de suas estratégias para chegar ou resolver os problemas.

P₃₁: Melhora o raciocínio, desperta interesse para aprendizagem.

P₃₃: Promove o aperfeiçoamento da capacidade de raciocínio.

P₃₂: Maior interesse e participação dos alunos.

Grando (1995) e Ribeiro (2008) revelam que a aplicação de jogos promove a socialização, a interação de um aluno com os outros, a autonomia, e com eles os estudantes aprendem contextualizar, a criticar, desenvolvimento da aprendizagem de modo espontâneo. Nos relatos descritos por Smole (2007), o jogo proporciona a autoconfiança, iniciativa pensamento crítico. Já Miranda (2002) ressalta o entusiasmo adquirido no ato de jogar, Grando (2004) salienta que ao jogar a criança desenvolve a criatividade, a competição saudável e a vontade de aprender. Estas afirmações estão ilustradas nos relatos a seguir:

P₂: Aumenta a interação entre colegas, e proporciona a autoconfiança.

P₃: É uma forma motivadora para o aluno, onde ele aprende a tomar decisões, favorece a interação social entre os alunos também a conscientização dos trabalhos em grupo.

P₉: Os alunos socializam-se, aprendem valores importantes como trabalhar em grupo, repartir.

P₁₀: O aluno gosta das brincadeiras e participam e conseqüentemente eles aprendem o conteúdo abordado, aprende brincando de forma prazerosa.

P₁₁: Por meio dos jogos é possível reforçar conteúdos, promover a sociabilidade dentre os alunos, trabalhar a criatividade, o espírito de competição e a cooperação.

P₁₃: Socialização, cooperação entre os alunos, até os alunos mais tímidos ou com maiores dificuldades participam.

P₁₅: Desenvolve comunicação e a interação.

P₁₉: Brincando a criança interage com o mundo a sua volta, expressando seus valores, maneiras de pensar e agir.

P₂₁: Desenvolve a imaginação, socialização, afetividade e a aprendizagem significativa do aluno.

P₂₄: Jogo na aula de matemática é muito importante, pois o aluno aprende brincando e fixa com facilidade o que aprendeu.

P₂₅: Os alunos interagem uns com os outros.

P₂₈: Desenvolvimento da interação, partilha, socialização.

P₃₀: Aprendizagem, socialização, divertimento.

P₃₄: Os alunos sentem prazer em aprender, concentram mais, participam mais. Aprendem a tomar decisões e avaliá-las, aprendem a interagir melhor uns com os outros.

O jogo é um excelente recurso que contribui para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da motivação da criança Miranda (2002). Diante do sucesso que o jogo proporciona para a aprendizagem da Matemática, nesta pesquisa podem-se observar também algumas desvantagens.

Grando (1995), descreve as desvantagens encontradas na aplicação dos jogos que devem ser analisadas e utilizadas como reflexão por parte dos professores, tais como: o mau uso, desviando o sentido do jogo para um caráter aleatório onde a criança joga sem saber o objetivo; falta de tempo ou tempo excedido na execução atrapalhando o andamento da aula; perda da ludicidade do jogo devido à interferência excessiva do professor; limitação de material sobre o uso de jogos no ensino. Estes insucessos revelados por Grando (1995) estão em consonância com os relatados pelos respondentes dessa pesquisa, a saber:

P₁: O tempo é insuficiente para trabalhar com jogos, pois as atividades com jogos requerem um tempo muito maior, o que pode comprometer outros conteúdos a serem trabalhados.

P₃: Se o jogo for mal utilizado, torna sem sentido para a aprendizagem do aluno.

P₁₂: Há algumas desvantagens como por exemplo: quando os alunos são motivados apenas pelo jogo sem saber por que joga.

P₁₃: Requer tempo e às vezes na correria do dia a dia não há tempo suficiente.

P₁₆: O tempo gasto; Dificuldades de acesso e disponibilidade de materiais e recursos.

P₁₉: O tempo gasto com atividades de jogo em sala de aula é maior e, se o professor não estiver preparado, pode existir um sacrifício de outros conteúdos pela falta de tempo; os alunos jogam e se sentem motivados apenas pelo jogo, sem saber por que jogam.

P₂₁: O jogo ser mal aplicado não fazendo sentido algum para o aluno; o tempo gasto do jogo em sala de aula ser maior do que as outras aulas em geral.

P₂₅: Na maioria das vezes atrapalha, pois o aluno fica disperso se desviando da intenção principal do jogo.

P₂₆: A dificuldade de acesso e disponibilidade de materiais e recursos sobre o uso de jogos no ensino.

P₃₅: Utilizo sempre os jogos com meus alunos e estou sempre os dirigindo, seria válido se o jogo não fosse dirigido, não tivesse orientação, tendo o professor apenas como mediador.

Smole (2007) e Starepravo (2009), explicitam seus pressupostos ao esclarecerem que, durante o ato do jogo, o barulho é algo inerente, para as autoras, o barulho é produtivo favorecendo a aprendizagem e a interação. Não existe o jogo sem barulho, o importante é criar situações, por meio do diálogo, para que não haja tumulto que não favoreça o aprendizado. Nesta pesquisa, o barulho e o tumulto, foram ressaltados como desvantagens, pelos respondentes, a saber:

P₄: Os alunos ficam mais agitados causando tumulto.

P₇: O uso de jogos tumultua a aula e isso implica/favorece nos desentendimentos entre às crianças, é necessário estar muito atenta.

P₉: Muita euforia por parte dos alunos, pois falam ao mesmo tempo muito alto.

P₁₄: A bagunça, barulho que às vezes os alunos causam”.

P₁₈: Os alunos, falam muito alto, tumultuando a aula.

P₂₇: A organização quanto à disciplina, tom de voz dos alunos fica mais difícil controlar.

P₃₀: Às vezes causa indisciplina.

P₃₂: Desorganização e indisciplina.

Pode-se observar que, diante dos vários cenários que o jogo representa, existem várias possibilidades de utilizá-lo para auxiliar na construção do conhecimento matemático. O importante é saber como, onde e em qual momento ele pode ser aplicado. Para isso, um bom planejamento pode ser o alicerce na tentativa de minimizar os insucessos que o jogo proporciona, e conseqüentemente, contribuir para melhorar as habilidades e as competências matemáticas exigidas em cada nível de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito dos jogos, pode-se perceber que eles são instrumentos que contribuem para o aprendizado do aluno, nas aulas de Matemática, desmitificando a ideia de que essa disciplina seja difícil de ser aprendida, para se tornar algo desafiador, prazeroso e de fácil entendimento.

Por meio desta jornada percorrida e regada por expectativa e entusiasmo, pode-se observar nos relatos dos professores, que os jogos permeiam a prática pedagógica em seus diversos cenários. Ficou evidente na percepção dos professores, que os jogos são utilizados para ensinar Matemática, sendo eles instrumentos que contribuem para minimizar as dificuldades encontradas nesta disciplina.

Ao averiguar os dados do instrumento aplicado, pôde-se perceber que os professores do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental expressaram o conceito de jogos de forma significativa e relacionada aos descritos pelos autores mencionados nesta pesquisa. No tocante à utilização dos jogos nas aulas de Matemática como facilitador da aprendizagem, pode-se observar o quanto o jogo contribui de forma positiva para o ensino e aprendizagem do aluno. Vale ressaltar, na percepção dos professores, que mesmo diante do sucesso, também algumas objeções foram encontradas na aplicação deste recurso.

No que se refere às vantagens, a maioria dos professores mencionaram de forma positiva o benefício oferecido pelo jogo, afirmando que o mesmo oferece ludicidade, prazer em realizar as atividades propostas, socialização, interação, estímulo do raciocínio lógico e o desenvolvimento cognitivo da criança. O tempo de aplicação, o tumulto e o barulho foram registrados como desvantagens, que na visão dos autores são considerados inerentes e propícios ao ato de jogar.

Por fim, ficou evidente que os jogos estão presentes no ambiente escolar e quando trabalhados de forma planejada sempre servirão para minimizar as dificuldades, os anseios e incertezas que permeiam a disciplina Matemática. Este estudo não teve a intenção de sintetizar as reflexões sobre o uso dos jogos nas aulas de Matemática, mas apenas demonstrar alguns retratos que contribuirão para auxiliar o professor no desvelar da sua prática pedagógica.

Assim, novos pareceres serão revelados por outros pesquisadores com o objetivo de assemelhar ou contrapor as averiguações encontradas nesta pesquisa. Este trabalho propõe algumas temáticas para pesquisas futuras tais como:

- A. Estudos relacionados a jogos na Educação Infantil;
- B. Investigar a utilização dos jogos como facilitador do desenvolvimento da criança com deficiência;
- C. Estudo sobre aplicação dos jogos como recurso minimizador da violência nas escolas.

Através da dimensão diversificada oferecida pelo jogo, pode-se trabalhar esse recurso em diversas áreas da Educação, o qual pode proporcionar resultados positivos de forma descontraída e menos maçante para o aluno.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSOHN, Paulo. **Redação científica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2004.
- ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. Lisboa: 1994.
- Minidicionário contemporâneo de língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- BORIN, Júlio César. **Jogos e resolução de problemas: uma estratégia para o ensino de matemática**. São Paulo: CAEM – IME/USP, 1995.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Cotovia, 1990.
- DRUZIAN, Maria Eliana Barreto. **Jogos como recurso didático no ensino aprendizagem de frações**. VIVYA, v. 27, n.1, 2009.77f.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FLEMMING, Diva Marília; COLLAÇO DE MELLO, Ana, Claudia. **Criatividade e jogos didáticos**. São José: Saint-Germain, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Métodos e técnica de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A., 1999.
- GRANDO, Regina Célia. **O jogo e a matemática no contexto da sala de aula**. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. **O conhecimento matemático e o uso dos jogos na sala de aula**. 2000. 217f. (Tese de Doutorado) – UNICAMP, São Paulo, SP, 2000.
- _____. **O jogo e suas Possibilidades metodológicas no processo ensino-aprendizagem da matemática**. 1995. 175f. Dissertação - (Dissertação de Mestrado) - UNICAMP, São Paulo, SP, 1995.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**; 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LARA, Isabel Cristina Machado. **Jogando com a matemática: na educação infantil e séries iniciais**. São Paulo: Rêspel, 2011.

_____. **Jogando com a matemática de 5ª a 8ª série**. São Paulo: Rêspel, 2003.

LOPES, Vanessa Gomes. **Linguagem do corpo e movimento**. Curitiba, PR: FAEL, 2006.

MACEDO, Lino; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005;

MACEDO, Lino de Almeida. **A Importância dos jogos de regras para a construção do conhecimento na escola**. São Paulo: USP – Instituto de Psicologia, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Celia Souza de. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Simão de. **No fascínio do jogo, a alegria de aprender**. Linhas críticas, Brasília, v. 8, n. 14, p. 21-24, jan./jun, 2002.

MURCIA, Juan Antônio Moreno. **Aprendizagem através dos jogos**. Petrópolis: Artmed, 2005.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RIBEIRO, Flavia Dias. **Jogos e modelagem na educação matemática**. Curitiba: Ilepex, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SMOLE, Kátia. Stocco; DINIZ, Maria. Ignez; PESSOA, Neide; Ishihara. **Jogos de matemática**: de 1° a 3° ano. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria. Ignez; MILANI, Estela. **Jogos de matemática**: de 6° a 9° ano. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SOUZA, Joamir Roberto de; PATARO, Patricia Rosana Moreno. **Vontade de saber matemática**. 8° ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

STAREPRAVO, Ana Ruth. **Mundo das ideias**: Jogando com a matemática: números e operações. Curitiba: Aymar, 2009.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR DO ENINO FUNDAMENTAL ACERCA DO ESTRESSE LABORAL E O PROCESSO DE ADOECIMENTO

RIBEIRO, Poliany Ferreira¹
XAVIER, Edivânia Fernandes de Araújo²

RESUMO: O presente estudo buscou investigar os desafios e a relação entre o contexto de trabalho docente dos professores do nível fundamental e o processo de adoecimento dos mesmos. Este assunto se mostra bastante relevante nos últimos anos, pois os professores do ensino fundamental têm-se mostrado cansados, com alta demanda de responsabilidade e excesso de trabalho. Então veio a curiosidade de estudar a fundo a rotina do professor do nível fundamental e entender os principais desafios do “ser professor” e a qualidade de vida que levam. Os professores, além de estarem aptos a lecionar as matérias em sala de aula precisam se adaptar ao contexto escolar e aos alunos, nisso se destacam carga excessiva de obrigações na escola, condições inadequadas de trabalho, realização de dupla jornada, falta de interesse por parte dos alunos, indisciplina, violência, ergonomia, pouca participação dos pais na vida escolar dos discentes, salas superlotadas, além de ter baixa remuneração e suportar o preconceito dos colegas de trabalho quando há necessidade de remanejamento (BRANQUINHO, 2011). A fim de alcançar os objetivos deste trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário com os professores do ensino fundamental que atuam na área de dez anos acima. Ao se destacar a qualidade de vida no processo de ensino aprendizagem docente, se tem a realidade contextual acerca do estresse laboral e o processo de adoecimento de cada professor, em virtude disso procurou-se responder à seguinte problemática. Quais são os desafios e a percepção do professor do ensino fundamental acerca do processo de adoecimento e as condições de trabalho em uma escola do município de Unaí/MG em 2017? Esta revisão foi organizada em seções assim distribuídas: seção 2.1 Estresse Laboral: Saúde e qualidade de vida do professor no contexto escolar; 2.2 Estresse Laboral: Adoecimento do professor do ensino fundamental; 2.2.1 Síndrome de Burnout; 2.3 Principais desafios do professor no contexto escolar. Assim, de acordo com a ideia central, os procedimentos metodológicos desta pesquisa tiveram uma abordagem qualitativa com objetivos descritivos e exploratórios, que foi permeada por uma análise bibliográfica e comprovada por meio de análise de dados, em que ocorreu a aplicação de questionário estruturado a 5 (cinco) professores atuantes/remanejados em uma escola do município de Unaí MG.

Palavras-chave: Professor. Estresse laboral. Adoecimento. Saúde e qualidade de vida

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo investigou os desafios e a relação entre o contexto de trabalho docente dos professores do nível fundamental e o processo de adoecimento dos mesmos em uma escola no município de Unaí-MG.

Este assunto tornou-se bastante relevante nos últimos anos, pois os professores do ensino fundamental têm-se mostrado cansados, com alta demanda de responsabilidade e excesso de trabalho. Então veio a curiosidade de estudar a fundo a rotina do professor do nível

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia.

² Orientadora Especialista em Neuropedagogia e Psicanálise na Educação. Professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

fundamental e entender os principais desafios do “ser professor” e a qualidade de vida que levam.

Os professores, além de estarem aptos a lecionar as matérias em sala de aula precisam se adaptar ao contexto escolar e aos alunos, nisso se destacam: carga excessiva de obrigações na escola, condições inadequadas de trabalho, realização de dupla jornada, falta de interesse por parte dos alunos, indisciplina, violência, ergonomia, pouca participação dos pais na vida escolar dos discentes, salas superlotadas, além de ter baixa remuneração e suportar o preconceito dos colegas de trabalho quando há necessidade de remanejamento. (BRANQUINHO, 2011).

De acordo com a ideia central, os procedimentos metodológicos desta pesquisa tiveram uma abordagem qualitativa com objetivos descritivos e exploratórios, que foi permeada por uma análise bibliográfica e comprovada por meio de análise de dados, ocorreu a aplicação de questionário estruturado a 5 (cinco) professores atuantes/ de uma escola do município de Unai/MG.

Ao se destacar a qualidade de vida no processo de ensino aprendizagem docente, se tem a realidade contextual acerca do estresse laboral e o processo de adoecimento de cada professor. Dessa forma intenciona-se responder a seguinte problemática: **Quais são os desafios e a percepção do professor do ensino fundamental acerca do processo de adoecimento e as condições de trabalho na escola do município de Unai/MG em 2017?**

Na contemporaneidade o professor é exigido pela necessidade de se adaptar as condições sociais, econômicas, tecnológicas e também pela condição imposta de se manter atualizado perante a rápida transformação do conhecimento científico, com isso ele se torna vulnerável às manifestações de estresse (FREITAS; CRUZ, 2008).

Nesse sentido, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de demonstrar a percepção do professor do ensino fundamental acerca do processo de adoecimento e as condições de trabalho na escola do município de Unai/MG visto que, a escolha por esta temática, ocorreu a partir dos estudos de artigos referentes ao devido problema, em que se verificou durante o período de estágios, que estes não possuem uma qualidade de vida laboral favorável à saúde. A função docente está cada vez mais sufocada de trabalho e pouco valorizada em sentidos abrangentes.

Considerando que se o professor estiver psicologicamente sadio, o trabalho na organização escolar será satisfatório, pois nas escolas há a necessidade de uma boa qualidade de vida e relação interpessoal entre professores, gestores, alunos e comunidade. E deve-se refletir formas de prevenir e minimizar os fatores de adoecimento e pensar em intervenções de reabilitação (RODRIGUES; MELO, 2012).

Com isso, o objetivo geral da pesquisa buscou entender a percepção do professor do ensino fundamental acerca do processo de adoecimento e as condições de trabalho na escola do município de Unai/MG em 2017. Os objetivos específicos foram: obter o perfil dos professores; conhecer a relação entre saúde e qualidade de vida do professor no contexto escolar; ponderar os principais tipos e agentes causadores do estresse laboral em professores; considerar a opinião dos professores sobre satisfação e desencanto com o exercício do magistério.

Esta pesquisa foi construída a partir de uma revisão de literatura que apresenta como marco teórico os seguintes autores: Sobre Qualidade de vida, Estresse laboral, Síndrome de burnout e os desafios do professor: Branquinho (2011), Brasil (1998), Cury júnior (2010), Soto (2012), Pimentel (2017), Landini (2006), Pereira (2016), Oliveira (2003), Xavier (2007), Codo (2002), Martins (2007), Cury (2013), Silva (2015), Silva (2016), Rosa (2015), Lipp (2002), Tiba (1996), Dubar (1998). Esta revisão foi organizada em seções assim distribuídas: Seção 2.1: Saúde e qualidade de vida do professor no contexto escolar; 2.2: Estresse Laboral: Adoecimento do professor do ensino fundamental; 2.2.1: Síndrome de Burnout; 2.3: Principais desafios no cotidiano do professor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DO PROFESSOR NO CONTEXTO ESCOLAR

Visando conhecer a relação entre saúde e qualidade de vida do professor no contexto escolar, descreve-se a seguir as contribuições das reflexões de alguns autores sobre esta temática, em diferentes pesquisas realizadas neste assunto.

É importante salientar que, saúde é direito fundamental do homem, sendo reconhecida como o maior e o melhor método para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, e também uma das mais relevantes proporções da qualidade de vida (BUSS, 2003 apud SILVA; JESUS; SANTOS, 2007).

Corroborando com essa ideia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta que a qualidade de vida é:

Um conceito subjetivo, multidimensional, que inclui dimensões positivas (dependência, dor, patologia e sofrimento) e que engloba as percepções das pessoas quanto aos aspectos físicos, psicológicos, sociais e principalmente, sobre o significado da vida (NEME; RODRIGUES, 2003, p. 52).

Em síntese nota-se a grande menção que a saúde representa ao ente humano, pois sem ela o indivíduo não tem capacidade para trabalhar e ter uma vida social de acordo com o necessário. Com isso a Constituição Federal de 1988, no artigo 196, destaca que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, p. 47).

Dentro desta ótica é necessário explicitar que a saúde afeta a qualidade de vida do “ser professor”. Os fatores que interferem na satisfação da pessoa refletem em seu desempenho no trabalho escolar e em todas as dimensões do seu ser, o nível das condições básicas e suplementares do ser humano envolve desde o bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, os relacionamentos sociais, como família e amigos, a educação e outros parâmetros que afetam a vida humana (CURY JÚNIOR, 2010).

Corroborando com essa ideia, Ferreira (2013) ressalta que a qualidade de vida do professor revela-se seriamente comprometida diante das condições de trabalho adversas, como por exemplo: baixos salários, múltiplas tarefas que lhes vêm sendo atribuídas, condições de trabalho que afetam a autonomia do professor na condição dos processos de ensino aprendizagem. Os professores possuem muitas tarefas para cumprir e algumas não foram nem ao menos elaboradas ou decididas por eles, o que faz com que os mesmos não consigam criar formas novas de ensinar e mais grave, não possuem tempo para estudar e pensar sobre sua própria prática.

É importante salientar que, nos primeiros anos de dedicação docente, grande parte dos professores iniciam o trabalho cheios de energia, mas com o decorrer do tempo, quando a insatisfação por algo condizente com seu meio ocupacional o alcança, vem o desgaste e o inevitável estresse laboral. Seria ousado dizer que a progressão continuada colaborou bastante para o adoecimento dos professores nos últimos anos, mas é a realidade, este é um dos fatores. Depois que o governo a implantou, os alunos não se importam mais com o aprendizado, nem tampouco com nota boa, pois sabem que não podem ser reprovados e passarão para o ano seguinte (SOTO, 2012).

Em face dessa contingência Landini (2006) ressalta que essa intensificação do trabalho desencadeadora da insatisfação na escola reduz a qualidade da educação. Os processos de desgaste físico e mental dos professores representam consequências negativas não somente para os professores, mas também para o aluno e para o sistema de ensino. Os custos sociais e

econômicos podem ter múltiplos desfechos: absentismo, acidentes e enfermidades diversas, físicas, comportamentais e psíquicas.

Sobre esse assunto Pinheiro (2014, p. 13), em seu trabalho de Pós-Graduação intitulado “A interferência das doenças laborais na prática educativa sob a ótica dos professores do ensino médio” cita que:

Para abordar a escola como um espaço de saúde, partimos da ideia de que ser saudável, entre outros aspectos, é ter a possibilidade de avaliar a realidade reconhecendo e dando visibilidade às suas potencialidades a partir do que já se possui para construir um cenário melhor. Ser saudável não significa estar acima dos problemas cotidianos, mas conseguir problematizar uma situação percebendo como o entorno atua sobre ela. Nada está solto, descontextualizado, por isso, o espaço escolar, entendido como saudável, é considerado dentro de um contexto maior: a comunidade onde está inserido e a sociedade que o estrutura.

Mediante os fatos expostos é relevante compreender a trajetória da expressão qualidade de vida no trabalho (QVT). Como discutido na literatura a expressão qualidade de vida começou a ser usada nas décadas de 1950 e 1960, em questionamentos quanto às condições de vida urbana. Com o interesse de se conhecer o bem-estar humano e a preocupação com as decorrências da industrialização e as inovações no trabalho introduzidas na Europa, relativas a grupos de trabalho. Questionava-se como a experiência das pessoas influenciava seu próprio bem-estar psicológico e a produtividade geral das organizações que as empregavam (PESSOA; NASCIMENTO, 2008).

Ainda de acordo com os mesmos autores, alguns projetos de QVT em 1970 apresentaram sucesso e no início da década de 1980 os gestores testemunharam um interesse renovado e uma grande consideração pela importância da qualidade de vida dos empregados, pois os mesmos trabalhavam mais satisfeitos e o serviço prestado tinha maior rendimento. Pois a qualidade de vida trata da experiência emocional da pessoa com seu trabalho, no momento em que tantas mudanças sociais e tecnológicas se instalam de forma intensa e acelerada (PESSOA; NASCIMENTO, 2008).

Analisando a reflexão acima nota-se a necessidade de investimento em QVT docente. Porém, em pleno século XXI no Brasil são poucos os investimentos feitos na área educacional para valorizar o trabalho do professor. A maioria das escolas públicas não oferecem condições estruturais e nem tampouco econômicas e psicológicas para que ocorra essa satisfação profissional. O fator da longa jornada de trabalho não permite tal realização (FERREIRA, 2015).

Pereira (2016) indaga que o professor deve separar o tempo de trabalho e o tempo de vida fora dele, pois, o tempo livre deve ser destinado para criar, estudar, contemplar, passear, ouvir música, ir ao cinema, caminhar ou qualquer outra atividade distinta de trabalho remunerado obrigatório e que ofereça prazer ao indivíduo. Sendo o lazer uma importante distração fora do ambiente escolar. Mas destaca-se que essas atividades não podem substituir a vida familiar e as relações políticas e sociais. Nesse contexto no momento de lazer o indivíduo pode ser ele mesmo, fazendo ou não fazendo algo.

Diante disso é importante que o professor pratique o lazer, pois ele é o tempo determinado para a diversão e age como um fator determinante para uma boa qualidade de vida da pessoa. E serve como compensação ao excesso de trabalho, estresse, falta de atividade física, entre outros. O lazer é como um benefício ao tempo livre, cujo, os professores usam para “trabalhar” em casa, corrigindo provas, fazendo planos de aula, praticando atividades domésticas, etc, ou seja, uma oposição ao tempo destinado às obrigações (ROCHA; DELCONTI, 2013).

Tais pressupostos consideram que a profissão e o trabalho têm grande menção na vida do ser humano. Quando há satisfação no trabalho o homem alcança o prazer, a alegria e a saúde.

Porém, se o trabalho é desprovido de significação perde o sentido, se torna fonte de ameaça à integridade física psíquica, podendo se transformar em um grande sofrimento na vida do trabalhador (LIPP, 2007 apud YAEGASHI et al, 2006).

Salienta-se que deve ser analisado amplamente o prazer docente no exercício de sua profissão, considerando a satisfação e a insatisfação do trabalho e a percepção se há qualidade de vida laboral no contexto vivido. Os docentes que estão aptos a aderir uma doença laboral devem trabalhar para regredir o processo, saindo da zona de conforto, fazendo análise de como transformar tal sofrimento em prazer e assim abrir caminhos para o bem-estar (RODRIGUES; MELO, 2012).

Paralelamente o professor deve procurar driblar o caminho do mal-estar, e um dos pontos necessários para este caminho é a afetividade com colegas de trabalho e com os discentes. Para que seja alcançada uma boa qualidade de vida na escola o docente precisa determinar e atingir um convívio saudável. Com isso Branquinho (2011, p. 59) afirma que:

Nesse 'ofurô', são oferecidas as mais diversas atividades voltadas para o bem-estar físico do trabalhador, como: ginástica laboral, massagens, cursos de danças, etc. Como proposta para equilibrar aspectos físicos e emocionais: *tai chi chuan*, ioga, coral e outros.

Ainda de acordo com a autora, para buscar o prazer e o bem estar e alcançar QVT deve-se tentar obter a autorealização pessoal, como: 1) auto aceitação: tentando se sentir bem mesmo tendo consciência de seus devidos problemas; 2) procurar ter relações calorosas e confiáveis com outras pessoas; 3) autonomia- buscar desenvolver autodeterminação e autoridade pessoal; 4) propósito de vida- mesmo que esteja difícil, tentar dar sentido a seus esforços e desafios; 5) desenvolvimento pessoal- procurar aproveitar ao máximo seus talentos e capacidades; 6) domínio do ambiente- esforçar-se para controlar seu ambiente de maneira que possa conseguir satisfação de suas necessidades e desejos (BRANQUINHO, 2011).

Essas premissas apontam que o interesse pelas questões relacionadas à saúde, ao bem estar e à felicidade têm crescido nas últimas décadas, em busca de compreensão dos aspectos prazerosos do ente humano consigo mesmo e com os outros ao seu redor, dando ênfase à qualidade de vida do professor. Pois a profissão de educador concede que o homem transforme sua realidade e a si mesmo. Desde que a atividade laboral lhe ofereça bem-estar e satisfação, resultando experiências positivas (REBOLO; BUENO, 2014).

Em face dessas considerações, durante algum tempo, pôde-se pensar que a qualidade de vida no trabalho do professor se referia apenas à remuneração. Porém, é imprescindível perceber que a QVT depende de uma gama de fatores que, quando presentes no ambiente de trabalho, evidenciam-se na satisfação e na participação do trabalhador, que mobiliza suas energias e atualiza o seu potencial (SIMÕES, 2002).

Portanto, percebe-se que os autores supracitados concordam que, os professores devem analisar sua rotina e sondar se há sofrimento ou prazer em sua prática. Buscar o bem-estar interagindo com o mundo externo, procurar se relacionar da melhor maneira possível com discentes e colegas de trabalho para uma boa convivência no contexto escolar. Para tanto é importante mencionar que a saúde contribui para uma boa qualidade de vida, pois, esta é de fundamental importância para que o indivíduo tenha saúde.

Levando em consideração esses aspectos, quando há falta de qualidade de vida do profissional da educação, são investidos vários agravos na vida profissional e pessoal. É importante mencionar que o estresse laboral influencia vários fatores negativos que intensificam a vida do indivíduo resultando em adoecimento, e um deles é a Síndrome de Burnout. Isso se adere perante os desafios que o professor enfrenta no seu cotidiano. Esses são tópicos relevantes que serão abordados nas seções seguintes.

2.2 ESTRESSE LABORAL: ADOECIMENTO DO PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL

Na presente seção visa-se explicitar e aprofundar o debate sobre estresse laboral e o processo de adoecimento do professor do ensino fundamental, descreve-se a seguir as contribuições das reflexões de alguns autores sobre esta temática, em diferentes pesquisas realizadas neste assunto.

Convém ressaltar que a palavra estresse não é tão moderna como a maioria das pessoas pensam. Ela vem sendo empregada desde o século XVII, seu significado antecede em séculos e têm sido identificadas diferentes origens para ela, sendo um conjunto de reações do organismo a diversas agressões, capazes de perturbar-lhe o equilíbrio interno. O termo estresse foi usado até a década de 40 tecnicamente na Engenharia Inglesa, significando força que tende a deformar o corpo, desde então o estresse é definido a pessoas intelectualmente cansadas. Ele provoca no indivíduo alterações físicas, psicológicas e desencadeia doenças capazes de levar a pessoa ao óbito. Consequentemente as atividades são prejudicadas, inclusive as laborais, e o indivíduo diminui sua capacidade produtiva (OLIVEIRA, 2003).

É importante salientar que “Laboral” é relativo ou pertencente ao trabalho no aspecto econômico, jurídico e social. Adjetivo que vem de labor, no latim significa trabalho penoso, demorado e cansativo. É atividade correspondente ao processo biológico do ser humano, tornando-o submisso a ele, para garantia das necessidades vitais e sobrevivência do indivíduo (ARENDDT, 1995 apud PINTO et al, 2014).

Conforme referência Xavier (2007), a organização mundial da saúde indaga que o “Estresse” é uma epidemia global, acaba sendo um dos principais vilões dos tempos atuais, pois é a preparação do organismo para sofrer com algumas situações vividas no cotidiano do homem, aparecendo como resposta do mesmo a um determinado estímulo, o qual varia de pessoa para pessoa. O estresse laboral é definido como “um problema negativo, de caráter perceptual, resultante de estratégias inadequadas de combate às fontes de pressão, e que traz consequências negativas para o indivíduo, tanto no plano mental quanto no físico”. O estresse pode desencadear diversos fatores como: diminuição de rendimento, insatisfação, piora na organização, diminuição de entusiasmo, dores musculares, dores de cabeça, dores na coluna, cansaço, pressão arterial alta, insônia ou sono agitado, falhas de concentração e memória, entre outros.

Sobre esse assunto, Robbins (1999, apud XAVIER, 2007, p.35) classifica as consequências de estresse em três categorias gerais:

Sintomas Fisiológicos – Pesquisas nas áreas de ciências de saúde e médicos concluíram que o estresse pode criar mudanças no metabolismo, aumentar os ritmos cardíacos e respiratórios, aumentar a pressão sanguínea, causar dores de cabeça e induzir aos ataques de coração;

Sintomas Psicológicos – O estresse relacionado ao trabalho pode causar insatisfação relacionada ao emprego. A insatisfação com o emprego, na verdade é “o efeito psicológico mais simples e mais óbvio” do estresse. Também, o estresse mostra-se em outros estados psicológicos, como por exemplo, tensão, ansiedade, irritabilidade, tédio e procrastinação;

Sintomas Comportamentais – Esses sintomas relacionados com o estresse incluem mudanças no hábito de alimentação, aumento do consumo de cigarros ou álcool, fala rápida, inquietação e problemas de sono.

Essa situação reflete a mesma encontrada por Soto (2012), para ele o estresse é uma condição de insatisfação internalizada que pode trazer consequências negativas para o professor e para a escola. Várias doenças podem ser desencadeadas como: ansiedade, depressão, doenças

cardiovasculares, infarto, acidente vascular cerebral (AVC), hipertensão arterial, diabetes, entre outras.

Convém ressaltar que os cientistas e pesquisadores brasileiros começaram a dar atenção ao processo de adoecimento do trabalhador, há menos de três décadas, porém os docentes ainda ganham pouca atenção sobre isto e pouco se tem feito para minimizar este quadro de adoecimento do professor. Durante a última década foram enfrentadas nas relações interpessoais a contínua desvalorização do professor e também as dificuldades no trabalho. Eles têm sido fatores contribuintes para o estresse no Brasil. Muitos professores em prática docente são afetados pelo estresse produzido por uma variedade de fontes e que pode gerar grandes consequências na sua saúde global (BRANQUINHO, 2011).

Conforme referência Codo (2002) educar não é uma tarefa fácil. Exige muita dedicação, conhecimento e sobretudo, escolha para o exercício dessa profissão, pois é um ato de transformação. O exercício da docência é de suma importância para o progresso da cidadania e acima de tudo contribui com o desenvolvimento da sociedade. Porém se o professor verificar que ocorre a ausência do resultado esperado que seria, a historicidade, a transformação, a educação dos seus alunos e a mudança social, ele mesmo o condena e insatisfeito o trabalho passa a caracterizar sofrimento no exercício da profissão, tendo como resultado o estresse laboral.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o docente em sua atividade profissional traz antecedentes derivados do seu próprio contexto ocupacional. E quando exigido pela necessidade de se adaptar às condições sociais, econômicas e tecnológicas do contexto vividas o professor se torna vulnerável às manifestações de estresse. A cobrança e exigência de si mesmo e da sociedade de se manter atualizado diante da rápida transformação do conhecimento científico do mundo contemporâneo contribui consideravelmente para o estresse laboral (CODO, 2002).

De acordo com Branquinho (2011), os professores do ensino fundamental têm enfrentado em seus contextos profissionais situações de trabalho e de conflitos no exercício da docência, que contribuem para a intensificação do quadro de adoecimento e mal estar. Os problemas de saúde ou o adoecer psíquico se manifestam conforme a influência da relação do professor com o que lhe é imposto no cotidiano escolar. As mudanças que se operam na organização da produção e, sobretudo, nos modos de gestão do trabalho, vão redesenhando o perfil esperado das ocupações com forte repercussão para o perfil profissional dos professores. Sobre adoecimento, este é um dos fatores que influenciam o afastamento dos docentes das salas de aula.

Como referenciam Andrade e Cardoso (2012), é comum no estresse laboral o descontentamento com o trabalho e altos níveis de fadiga e ansiedade que se apresentam acompanhados de problemas emocionais, podendo contribuir para o desenvolvimento de problemas comportamentais. Quando excessivo, o estresse danifica as relações por causar ansiedade, irritação e diminuição do nível de tolerância não apenas no ambiente escolar, mas também na família e demais círculos sociais.

Em conformidade com Martins (2007), por vivenciarem diversos desgastes físicos e psicológicos que caracterizam tensões geradoras de estresse, os docentes podem apresentar implicações de ordem emotiva. O estresse é resultado de qualquer situação que ameace ou é percebida como ameaçadora do bem-estar da pessoa e que com isso diminui a capacidade de enfrentamento do indivíduo. Esta ameaça pode atingir a segurança física, a reputação, autoestima, tranquilidade ou aspectos que a pessoa valorize ou deseje manter.

Outro detalhe importante relativo ao processo de adoecimento que gera os principais incômodos nos professores do ensino fundamental, é que a maioria dos docentes que precisa elevar a voz para dar aula, em algum momento começa a sofrer irritações laríngeas. A competição sonora e uso abusivo ou inadequado da voz geram alterações vocais. A emissão da

voz, quando com dificuldades, é uma disfonia, que tem como sinais principais a ardência na garganta, variação na frequência habitual, rouquidão, dificuldade para manter a voz, cansaço ao falar e pigarros (perturbação na garganta devida à aderência de secreções ou mucosidades) e isso traz um desgaste físico e emocional muito grande. E para evitar agravos maiores sugere-se exercícios para o aquecimento vocal, como: alongamento do pescoço, vibração dos lábios e língua (fazendo o som de “brrrrr”) e também sequências de respiração profunda ou no caso de necessidade maior fazer exercícios prescritos por fonoaudióloga (PENTEADO; PEREIRA, 2007).

Em face dessa contingência, destaca-se também como um dos maiores fatores de adoecimento o “pó de giz”. Apesar de tantas mudanças nas escolas, em pleno século XXI, algumas ainda utilizam quadro negro e giz como recurso de trabalho em sala de aula e aspirar esse pó prejudica bastante o sistema respiratório. Salienta-se ainda que a falta de limpeza no local também ajuda a intensificar esse quadro. Salas com pouca ventilação podem aderir vírus e bactérias, e juntando tudo isso resultam-se intensas alergias, que trazem uma bagagem de incômodos, como os supracitados (ZAMBON; BEHLAU, 2015).

Esse aspecto foi observado por Cury (2013), segundo o autor as doenças e disfunções laborais mais comuns no meio docente são a exaustão emocional, o estresse, distúrbios de voz e disfunções musculoesqueléticas. Alguns professores não conseguem ou não sabem reconhecer a intensidade de estresse laboral que vivem no contexto escolar e quando adoecem, já não são mais produtivos, proativos e criativos. Isso acontece quando perdem o encanto pelo trabalho, numa enorme frustração consigo mesmos.

A fim de compreender como esses elementos de estresse laboral podem estar relacionados com adoecimento docente, há vários estudos sobre problemas ocupacionais com professores do ensino fundamental indicando mal-estar na profissão docente como: insatisfação com a profissão e desejo de abandono do trabalho, à docência é considerada uma profissão que existe risco de esgotamento psíquico. Estas são condições com potencial de afastar o professor de seu trabalho por incapacidade física e psicológica. E a doença que mais acomete os professores do ensino fundamental é a Síndrome de Burnout, que carrega vários indícios contra a saúde mental (ALMEIDA; MIRANDA, 2005, apud BASTOS, 2009).

Sendo assim, os autores acima citados partilham a ideia que, o estresse laboral é um conjunto de reações do organismo humano, capaz de perturbar o equilíbrio interno e que gera alterações físicas e psicológicas que estimulam doenças prejudiciais ao desenvolvimento das atividades do contexto pessoal e profissional do indivíduo. E quando é alcançado o esgotamento emocional o professor é acometido pela Síndrome de Burnout, a qual será explicitada na seção seguinte.

2.3 SÍNDROME DE BURNOUT

A presente seção tem o objetivo de evidenciar e detalhar o debate sobre a Síndrome de Burnout, para isso, descreve-se a seguir as contribuições das reflexões de alguns autores sobre essa temática, em diferentes pesquisas realizadas neste assunto.

Em conformidade com Silva, Reinert e Bertoldi (2016), a síndrome é um fenômeno caracterizado por um conjunto de sinais e sintomas de causas diversas, podendo ser de ordem psicológica ou física e variavelmente, psicofísicos. Ela pode ser sinalizada e observada visivelmente, a exemplo da disposição do humor e os estados de ânimo. Os sintomas necessitam de avaliações mais precisas, com a utilização de algum equipamento ou solicitação de exames para constatar disfunções no organismo referentes à pressão arterial, disfunções hormonais, entre outros.

Ainda de acordo com os mesmos autores, o termo “Burnout” vem do inglês e é composto por duas palavras: Burn (queimar) e Out (fora, exterior). Traduzido se torna “queimar

para fora”. Inicia com aspectos psicológicos trazendo problemas físicos que comprometem o desempenho do indivíduo. Atualmente o termo é usado pelos profissionais da saúde mental para apontar um estado elevado de estresse, cuja causa é unicamente o ambiente de trabalho, relacionado ao esgotamento, falta de repouso, lazer e ao modo como a pessoa vive (SILVA; REINERT; BERTOLDI, 2016).

Esta colocação do autor vem ao encontro de Silva (2015), o mesmo indaga que, Burnout, portanto, é o sofrimento do profissional diante do dilema entre o que pode realmente fazer e o que efetivamente consegue fazer. Um cansaço devastador revela falta absoluta de energia, todas as reservas se esgotam. No trabalho, a pessoa, antes competente e atenciosa, liga o “piloto automático”. No lugar da motivação, surgem irritação, falta de concentração, desânimo, sensação de fracasso. E neste dilema encontra-se a raiz de suas angústias e de sua dor. O professor adoece e pode até desistir da profissão.

Tendo em vista os aspectos observados, o impacto das condições laborais sobre a saúde dos trabalhadores levou o Ministério da Saúde em 1999 a elaborar o documento intitulado “Doenças Ocupacionais e Acidentes de Trabalho”, que reconhece o trabalho como importante fator de adoecimento, desencadeamento e crescente aumento de distúrbios psíquicos. A partir dessa concepção, instituiu a Portaria nº 1.339, que cita um conjunto de doenças relacionadas ao trabalho. Nesse documento, a Síndrome de Burnout é descrita no grupo intitulado “Transtornos mentais e do comportamento relacionados com o trabalho”. E é citado também na “Classificação Internacional de Doenças (CID10) na versão 2008 da OMS que traz o assunto sob o código "Z73.0 Esgotamento: estado de exaustão vital" (MAIA; SILVA; MENDES, 2011).

Em virtude disso, é imprescindível que todos se conscientizem do agravo que essa síndrome traz à vida humana. Conforme referenciam Freitas e Cruz (2008, p. 7), “Cannon (1914 apud Sarda Jr, Legal, Jablonski Jr 2004), usou o termo para definir uma resposta do organismo para uma situação percebida de risco ou fuga ou luta”. Quando o organismo se mantém manifesto ao risco e a reação de resistência com caráter de oposição há reação de alarme”. É mister que haja interferência, pois, quando o organismo chega ao “esgotamento”, por permanecer em estado de alerta, é o estágio final, em que ocorre o Burnout, conhecido como síndrome de desistência ou ainda determinado por vários autores como uma resposta ao estresse laboral. O Burnout pode ser responsável pelo processo de adoecimento dos docentes caracterizado por três fatores: esgotamento emocional, despersonalização e baixo envolvimento pessoal no trabalho.

Sobre este assunto Benevides-Pereira (2003) indaga que o desgaste físico e emocional resultante do desencontro entre a natureza do trabalho e da pessoa que o realiza. Tal desgaste seria considerado um problema para os trabalhadores e ocorreria em função da má organização do ambiente. A Síndrome de Burnout é definida como uma condição característica do meio laboral, como um processo que se dá em resposta à cronificação do estresse ocupacional. Nesse sentido, traz consigo consequências negativas tanto para o indivíduo, como para seu desempenho profissional, suas relações familiares e sociais.

Nesse sentido Codo (2002), afirma que pode também ser definida como “o nome da dor de um profissional enclacrado entre o que pode fazer e o que efetivamente consegue fazer, entre o céu de possibilidades e o inferno dos limites estruturais, entre a vitória e a frustração”.

Em conformidade com Silva (2008) o Burnout traz sérias consequências na vida do professor, pois quando é alarmado o esgotamento emocional, o mesmo não consegue ter o mesmo empenho na sala de aula, como no início de sua carreira. O docente, sem perceber passa a ter atitudes negativas e cínicas frente às pessoas com as quais ele se relaciona e o público alvo deste desprezo é o aluno. Tendo um sentimento de baixa realização pessoal no trabalho, que se demonstra a partir da insatisfação e ineficácia, o professor se sente minúsculo perante seu trabalho.

Essa situação reflete a mesma encontrada por Cury (2013), o autor relata sobre a Síndrome do Pensamento Acelerado, no qual se reflete a Síndrome de Burnout, que é confundida com a “depressão”, porém bem diferente e com os seguintes sintomas: ansiedade, mente inquieta ou agitada, insatisfação, cansaço físico exagerado, sofrimento por antecipação, irritabilidade e flutuação emocional, impaciência, tédio, dificuldade de lidar com pessoas lentas, baixo limiar para suportar frustrações, déficit de concentração, déficit de memória, transtorno do sono ou insônia, dor de cabeça, dor muscular, outros sintomas psicossomáticos (queda de cabelo, taquicardia, hipertensão etc).

Diante dos fatos expostos Silva, Reinert e Bertoldi (2016) mencionam que, o ato de ensinar é constituído de peculiaridades geradoras de estresse e de alterações comportamentais daqueles que o executam, expondo os professores a uma degeneração progressiva da sua saúde mental e que os professores estão entre as três principais categorias atingidas pela síndrome de Burnout, só faltava a conscientização, divulgação e a apropriação política desta situação.

Conforme os mesmos autores o tratamento da síndrome é essencialmente psicoterapêutico, ou seja, por mediação temporária de psicólogo ou psicanalista, podendo haver atendimento concomitante com médico caso a pessoa apresente problemas biofisiológicos, a exemplo de dores, alergias, alteração na pressão arterial, problemas cardíacos, insônia, entre outras possíveis irregularidades físicas de qualquer natureza (SILVA; REINERT; BERTOLDI, 2016).

Percebe-se, que os autores supracitados entendem que a Síndrome de Burnout se revela numa gama de sintomas psicológicos ou físicos que desencadeiam o esgotamento emocional, que compromete a saúde mental. Com um cansaço imensurável relacionado ao trabalho, acarretam baixa alta estima e falta de vontade de continuar no espaço laboral e por falta de conhecimento essa doença é muito confundida com a depressão.

2.4 PRINCIPAIS DESAFIOS NO COTIDIANO DO PROFESSOR

Visando esclarecer e aprofundar o debate sobre os principais desafios no cotidiano do professor, esta seção objetiva descrever a seguir o contexto que o professor enfrenta no seu dia a dia, as necessidades que ele acha relevante para o processo de ensino aprendizagem e as dificuldades alcançadas, com contribuições das reflexões de alguns autores sobre esta temática, em diferentes pesquisas realizadas neste assunto.

O que é preciso sublinhar aqui é que, se a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, logo, compreender o contexto histórico da educação, passa pela compreensão da realidade e do homem enquanto agente de transformação social. Para compreender os desafios que estão sendo enfrentados pelos professores no cotidiano escolar, faz-se necessário, a compreensão do contexto em que se está inserido para possibilitar um melhor confronto com a realidade (SOUZA; INÁCIO; CARVALHO, 2009).

É importante salientar que, para compreender o contexto educacional faz-se necessário refletir sobre algumas questões, tais como: carga excessiva de obrigações atribuídas aos professores; a crescente desobrigação dos órgãos públicos em face da educação e baixa remuneração; organização do tempo escolar, que não respeita o ritmo de aprendizagem dos alunos; como também a indisciplina, a violência, a ergonomia e o preconceito dos colegas de trabalho quando há necessidade de remanejamento (SOUZA; ORSO, 2008).

Pensando na carga excessiva de obrigações atribuídas aos professores. O mesmo tem uma função muito importante em relação aos alunos, pois seu contato é direto, mas essas atividades extrapolam o campo laboral do professor, pois ele envolve com seus alunos a ponto de criar resoluções de problemas pessoais, cria vínculo afetivo, às vezes serve de psicólogo, faz papel substituto de mãe, além de ser transmissor de informações. Com isso se acumulam

inúmeras funções. Sem contar que o docente precisa “achar tempo” para preparar suas aulas fora da escola (LIPP, 2002).

Percebe-se que há uma crescente desobrigação dos órgãos públicos em face da educação, pois não têm proporcionado recursos para desenvolver melhor o exercício de educador. E um dos maiores fatores que afetam o professor é o repasse salarial que diminuiu consideravelmente. No segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, cujo lema é “Pátria Educadora”, teve-se um corte nos seus gastos com a Educação, cujo representou um valor maior do que dos demais órgãos. Lembrando que não há plano de carreira honrada. Com isso os professores têm que trabalhar dois ou três turnos por dia para obter uma renda decente, o que gera um desgaste físico e mental muito grande. Isso afeta a qualidade do trabalho docente, além de ser um abuso ao talento educacional (ROSA, 2015).

Quanto à organização do tempo escolar que não respeita o ritmo de aprendizagem dos alunos, o professor deve estar atento às atividades diárias, conseguindo alcançar um nível de reflexão, em que todos expressam seus pensamentos e trabalham juntos, cada um partindo de suas possibilidades. Considerando que os docentes enfrentam excesso de alunos, lidando com diversidade cultural, tendo que atender necessidades diferenciadas, e o que é mais desgastante, sem ajuda de monitor. Isso tudo reflete na organização escolar no tempo de trabalho do professor, o que leva a prejudicar o ritmo de aprendizagem dos alunos (HOÇA; PORTILHO, 2008).

As colocações das autoras supracitadas conduzem a uma entrevista da presidente do “Movimento Todos pela Educação” Priscila Cruz ao Jornal da Cultura, no dia 10 de outubro de 2017. Priscila Cruz destaca o fator da não aprendizagem e estresse dos alunos. Uma pesquisa feita pelo PISA (programa internacional de avaliação de estudantes) constatou que os alunos se sentem ansiosos com os estudos, porque não aprendem a matéria e ficam inseguros ao fazer as provas. Num ranking de 72 países, que mede o estresse dos jovens estudantes, o Brasil é o segundo colocado e está nesse pódio porque a escola não ensina como deveria e isso é preocupante, pois acontece em massa no país inteiro. (informação verbal).

Acrescenta-se também a questão da indisciplina, Tiba (1996) defende que os comportamentos ditos indisciplinados podem estar em diversos fatores: Contexto familiar onde os pais não ensinam sobre educação e respeito e dão tudo para os filhos os isentando de qualquer responsabilidade, fazendo com que os mesmos se sintam “reis e rainhas” por onde passam, em outras palavras são verdadeiros “folgados” mal-educados. Outro fator relevante é o relacionamento com professores que podem não atingir as expectativas do aluno no processo de ensino aprendizagem. Os jovens modernos se revoltam com várias coisas do seu cotidiano e descontam tudo nos professores. Em contrapartida disso Golba (2009, p. 4) reflete em seu artigo “Os Motivos da Indisciplina na Escola: A perspectiva dos alunos” que:

No caso da indisciplina escolar, parece-nos que ela se manifesta no contexto da transmissão cultural. Os alunos, muitas vezes, resistem à cultura escolar, tentando impedir, não só o trabalho da escola, como o trabalho da cultura em si. Essa resistência pode ser entendida como uma fonte de indisciplina, tal como nos sugere Amado (2001). Para aquele autor, a escola passa a ser um local de confronto ativo, onde os alunos resistem a valores que se opõem aos seus, aos do seu grupo, dando origem ao que ele denomina de contracultura. E a indisciplina poderia ser compreendida como “resistência”.

Analisando as definições fornecidas Pereira (2016) cita que, a indisciplina é a maior fonte motivadora de violência contra professores no ambiente escolar. Os adolescentes não querem obedecer às devidas regras e começam a enfrentar o professor, pois querem tirar a autoridade do docente. A autora cita no seu artigo “Violência Contra os Professores na Escola” que:

O estudo da UNESCO mostra ainda que, dentre as regras impostas pelas escolas no cotidiano dos alunos, as que provocam reações mais imediatas estão relacionadas à observância do horário das aulas, ao uso do uniforme, à identificação e às práticas permitidas ou proibidas no espaço escolar. Os alunos reclamam que os próprios adultos infringem as regras e que há abuso de poder por parte das instituições, que impõem regras sem margens de defesa ou possibilidades de contestação por parte dos jovens (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2006 apud PEREIRA, 2016, p. 10).

Não menos importante ao que o professor enfrenta no seu dia-a-dia destaca-se o fator ergonômico. O ambiente físico que o docente passa a maior parte do dia não está favorável ao bom desempenho da aula. Há diversos aspectos intrigantes, mas os mais relevantes são: sala mal iluminada e abafada, além de ser pequena; ruídos sonoros; o mobiliário desgastado; quadro negro; quadras esportivas sem condição de uso, bibliotecas e laboratórios desorganizados, etc. É importante lembrar que se a escola oferecer caminhos favoráveis ao docente a relação professor-aluno tem possibilidade de ser positiva (LIPP, 2002).

Pode-se afirmar que, as dificuldades que os professores encontram para educar e ensinar têm gerado sofrimento, e os maiores desafios encontrados são: a ausência dos pais no processo educativo; dificuldades e aprendizagem do aluno; falta de tempo do docente para organizar melhor as aulas; condições sociais precárias; falta de material pedagógico; não participação do aluno em sala de aula e repreensão do diretor da escola na frente dos alunos. A longa jornada de trabalho que traz bastante exaustão, dificuldade com a disciplina da turma, o rebaixamento salarial e o não reconhecimento social de seu trabalho (NEVES; SILVA, 2006, apud BRANQUINHO, 2011).

Nesse sentido, em relação às emoções dos professores, não se deve levar em consideração somente seus motivos, projetos e personalidade, mas também que as emoções no trabalho dependem muito do contexto no qual os docentes desenvolvem as suas atividades, das suas convicções sociais sobre a educação e da regulação cultural do mundo emocional. Assim, não se podem compreender as emoções apenas a partir da individualidade do professor, sendo, dessa maneira, relevante, incluir o contexto profissional, social e cultural em que cada docente exerce o seu trabalho (ISAÍÁ, 2007).

Ainda de acordo com o mesmo autor, é importante considerar as modificações que ocorrem ao longo do ciclo de vida e a forma como os professores idealizam e exercem a sua profissão no transcurso da sua carreira, atendo-se em vista que os professores desenvolvem-se a partir das relações que constituem com as outras pessoas que lhes são significativas, sejam colegas, alunos ou demais integrantes da comunidade educativa e que convivem no decorrer da sua história sociocultural, geracional e individual (ISAÍÁ, 2007).

Não obstante, o professor, na condição de transmissor e produtor do conhecimento, é chamado a tomar posição diante dos acontecimentos e, nessa relação com o conhecimento, ele vive a fragilidade e a precariedade desse mesmo conhecimento, necessitando de uma atualização constante de novos saberes, apontando para um compromisso com a melhoria da qualidade de vida da sociedade em que vive. Ao compreender que a sociedade está em permanente mudança e que isso implica alterações culturais, sociais, econômicas e políticas, é necessário considerar os efeitos positivos e negativos dessas transformações (DUBAR, 1998).

Convém ressaltar que o professor tem grande responsabilidade e pouco reconhecimento e ajuda dos gestores escolares, tendo que atender alunos de diversos modos, planejar a organização do conhecimento por disciplinas, articular-se com as famílias e a comunidade, bem como participar da elaboração e execução da proposta pedagógica, entre outras atividades. E com as tarefas vem o cansaço físico e mental (BRANQUINHO, 2011).

Com isso, alguns profissionais não suportam tanto trabalho, quando adoecem começam a ganhar atestados médicos e no final acabam sendo desviados de função. Esses sofrem preconceitos dos próprios colegas de trabalho, que por sua vez não acreditam que o

adoecimento é verídico. Dizem que o colega quer ganhar dinheiro na “manha”, que é preguiçoso, enrolador e aproveitador. Quando há alternativa de voltar às salas de aula, os colegas o têm como um “peso morto”, desacreditando do seu potencial. Então a frustração do professor se torna maior ainda (PIMENTEL, 2017).

Consequentemente, os autores aludidos concordam que os principais desafios no cotidiano do professor são: carga excessiva de obrigações na escola, condições inadequadas de trabalho, realização de dupla jornada, falta de interesse por parte dos alunos, indisciplina, violência, ergonomia, pouca participação dos pais na vida escolar dos discentes, salas superlotadas, além de ter baixa remuneração e suportar o preconceito dos colegas de trabalho quando há necessidade de remanejamento.

3 METODOLOGIA

Esta seção procura apresentar a metodologia adequada para se alcançar os objetivos pré-estabelecidos nesta pesquisa.

A princípio observa-se a classificação do estudo, seguido da definição do público alvo e da descrição do modelo analítico da pesquisa.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diariamente” (GIL, 2010, p. 30).

Para atingir o objetivo pretendido, realizou-se um estudo qualitativo. Método de investigação científica que se destaca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. A pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as inúmeras possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas complexas relações sociais estabelecidas em vários ambientes (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Os objetivos que foram utilizados na presente pesquisa são descritivos e exploratórios. Tem-se por objetivo descritivo a exposição de determinado fenômeno como o estudo de caso para o qual são realizadas análises teóricas e empíricas. Entende-se que a análise empírica é fato que se apoia em experiências vividas dos sujeitos. Os objetivos exploratórios são investigações de pesquisa empírica, com tripla finalidade: (1) desenvolver hipóteses; (2) aumentar a familiaridade com o fato; (3) modificar e clarificar conceitos (MARCONI; LAKATOS, 2017).

O instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo foi o questionário com perguntas fechadas. Diante disso Marconi e Lakatos (2017, p. 219) explicitam que, “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas sem a presença do entrevistador”.

A presente pesquisa envolveu os profissionais da área da educação básica da Escola Municipal Tomaz Pinto da Silva da cidade de Unaí, MG, localizada à Rua Maria Diva Lelis, Sn, no bairro Mamoeiro. Atualmente estão sob a direção da escola a Senhora Maria José de Camargos Reis e a Senhora Elenice Delfino Borges Costa.

A abrangência primordial da pesquisa, são especificamente os professores atuantes nos anos finais do Ensino Fundamental, bem como profissionais remanejados por problemas de saúde. Com o intuito de verificar a possibilidade de compreender a qualidade de vida que levam, os agentes causadores do estresse laboral e o processo de adoecimento dos mesmos.

Os questionários foram aplicados no dia 31 de agosto de 2017, no período matutino. Para tal realização a diretora auxiliou indicando os profissionais que estariam aptos a participar da pesquisa, os mesmos responderam e entregaram assim que terminaram, sem procrastinação.

A análise de conteúdo foi feita com examinação dos resultados gerais das perguntas de múltipla escolha, com tabulação de dados. Ou seja, as perguntas foram lidas uma por uma e as respostas foram contabilizadas no programa do Excel e organizadas em gráficos para melhor compreensão.

A população pesquisada que participou deste estudo, foram: 1 professor de educação física do 8º ano; 1 professora de português 8º ano; 1 professora de português do 9º ano (remanejada); 1 professora de história do 9º ano e 1 professora de matemática do 9º ano (remanejada).

Este trabalho ocorreu sob a responsabilidade da pesquisadora principal Poliany Ferreira Ribeiro sob a orientação da professora Especialista Edivânia Fernandes de Araújo Xavier. Tal pesquisa respeitou a autonomia do indivíduo e foi um processo cuidadoso para somatório na área docente.

Tem-se por objetivo, publicar os resultados deste trabalho na Revista Factu Ciência. Finalmente o desenvolvimento deste estudo possibilitará aos professores e estudantes de licenciatura o conhecimento de como ter qualidade de vida com saúde, bem como a ciência dos agentes causadores do estresse laboral em professores.

Assim, a partir do entendimento dos participantes desta pesquisa, novas discussões poderão ser levantadas a respeito da percepção do professor do ensino fundamental acerca do estresse laboral e o processo de adoecimento. Este trabalho também poderá contribuir como fonte de pesquisa e esclarecimentos para a sociedade e a todos que se interessam pelo assunto.

A seguir será feita a análise e discussão dos dados.

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

No dia 31 de agosto do ano de 2017, 5 (cinco) professores, numa escola do município de Unaí/MG responderam ao questionário que contribuiu no desenvolvimento da resposta ao problema de pesquisa: **Quais são os desafios e a percepção do professor do ensino fundamental acerca do processo de adoecimento e as condições de trabalho na escola do município de Unaí/MG?**

O roteiro de questionário é composto de duas partes, na primeira é feito o levantamento sócio demográfico da amostragem, e na segunda parte foram feitas 20 perguntas fechadas aos profissionais, cujas respostas foram analisadas.

Foram criadas categorias para facilitar a análise de conteúdo, sendo elas: Perfil dos professores; condições de trabalho do professor; percepção do processo de adoecimento.

4.1 PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Esta pesquisa envolveu cinco profissionais da área da educação básica em uma escola do município de Unaí/MG, localizada à Rua Maria Diva Lelis, Sn, no bairro Mamoeiro, Minas Gerais. A dimensão primordial da pesquisa, foram especificamente os professores atuantes e não atuantes dos anos finais do ensino fundamental. Para conhecer a relação entre saúde e qualidade de vida dos mesmos no contexto escolar. Refletir os principais agentes causadores do estresse laboral e compreender as concepções sobre satisfação e desencanto com o magistério.

A pesquisa foi feita em uma escola situada num bairro carente onde a maioria dos pais dos alunos trabalham na zona rural e entorno do comércio de Unaí. A escola atende do 1º ao 9º anos, conta com 648 alunos e tem 28 professores. E desses docentes o questionário foi aplicado a 5 deles, porque são os que contribuem há mais tempo na docência e também os mais experientes na questão de idade.

4.2 O QUESTIONÁRIO

O questionário de auto aplicação foi dividido em duas partes, sendo a primeira com informações de características sociodemográficas dos respondentes, e a segunda parte com perguntas sobre seu contexto ocupacional. Com isso se teve a vantagem de coletar as respostas em formato padrão, de modo a facilitar a análise e sem influência de entrevistador nas respostas. Onde os respondentes foram informados sobre o anonimato e sigilo dos dados que seriam coletados, e por conseguinte serem analisados (VIEIRA, 2009).

Na primeira categoria: **Perfil dos professores**, procurou-se obter dos sujeitos da pesquisa o levantamento sociodemográfico; na segunda categoria: **Condições de trabalho do professor**, foi sondado quanto às condições físicas, psicológicas, sociais, financeiras e ergonômicas dos indivíduos; e na terceira categoria: **Percepção do processo de adoecimento**, pretendeu-se analisar a opinião dos respondentes sobre o processo de adoecimento praticando o magistério.

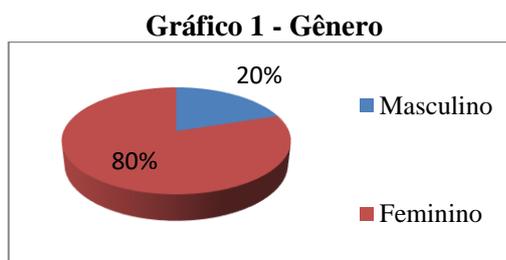
4.3 A PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES

O presente estudo se constituiu em uma tentativa de se compreender que, a pesquisa baseada em questionário consiste principalmente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem elaborados. Normalmente não existem formas rígidas a respeito de elaboração do questionário, mas é possível definir algumas regras práticas como: incluir apenas perguntas relacionadas ao problema proposto; formular as perguntas de maneira clara, concreta e precisa; não sugerir respostas; e é muito importante evitar perguntas que provoquem respostas defensivas ou indesejáveis, etc. (GIL, 2010).

Nas análises abaixo foram usados procedimentos de Bardin, no qual se faz estudo cuidadoso e aprofundado dos dados. Quando se usa a **análise de conteúdo**, uma clara explicitação de objetivos ajuda a delimitar os dados efetivamente significativos para uma determinada pesquisa. Pois a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico, com intensa leitura determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. “Bardin (2011) apresenta os critérios de categorização, ou seja, escolha de categorias (classificação e agregação). Categoria, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos” (BARDIN, 2011 apud SANTOS, 2012, p. 386).

4.4 PERFIL DOS PROFESSORES

Nesta categoria procurou-se obter os dados sociodemográficos.

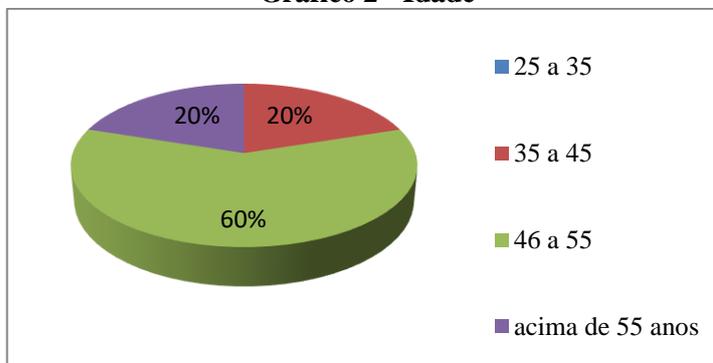


Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Quanto ao perfil dos respondentes em relação ao gênero, as mulheres representam 80% e os homens correspondem a 20%, como demonstra o gráfico 1.

Esse fato pode ser consequência da marcante presença feminina nas escolas, um fator que pode ser cultural há várias gerações. Isso também é um ponto importante a se observar quanto à questão de adoecimento docente, pois as mulheres são mais sensíveis que os homens.

Gráfico 2 - Idade

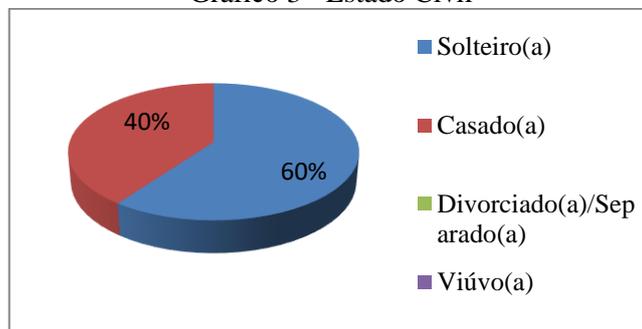


Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Em relação à idade dos participantes, de acordo com o gráfico 2, 60% têm de 46 a 55 anos; 20% têm acima de 55 anos e os outros 20% correspondem à faixa etária de 35 a 45 anos de idade.

Analisando que a maioria dos profissionais da escola em estudo são pessoas mais maduras, pode-se destacar que a idade é um fator relevante para se destacar o cansaço físico e mental.

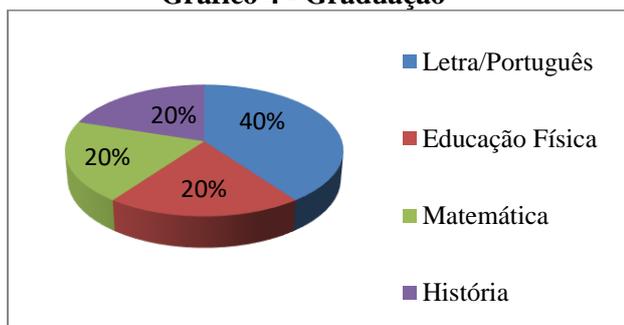
Gráfico 3 - Estado Civil



Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Como mostra o gráfico 3, 60% dos respondentes são solteiros; 40% casados e não há dentre eles nenhum viúvo ou divorciado/separado.

Gráfico 4 - Graduação

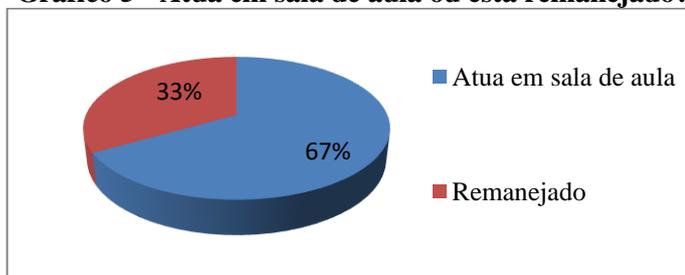


Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico 4, 40% dos participantes têm graduação em letras/português; 20% graduados em Educação física; 20% graduados em matemática e os outros 20% graduaram-se em história.

Pode-se perceber que todos se graduaram exclusivamente em licenciatura.

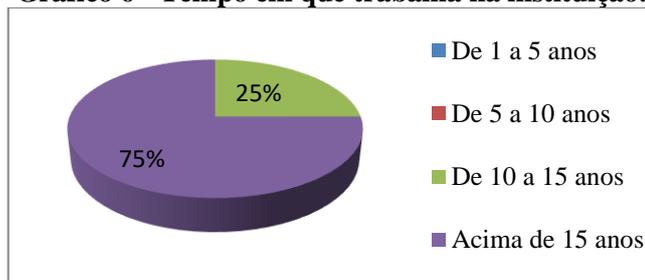
Gráfico 5 - Atua em sala de aula ou está remanejado?



Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico 5, 67% dos respondentes atuam em sala de aula e 33% desenvolvem tarefas fora de sala de aula, ou seja, estão remanejados de suas verdadeiras funções.

Gráfico 6 - Tempo em que trabalha na instituição:



Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

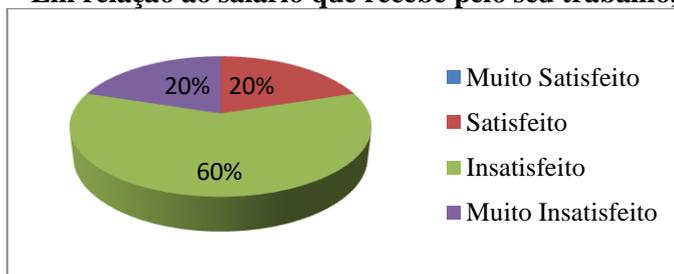
Como referência o gráfico 6, 75% dos respondentes trabalham na Escola Municipal Tomaz Pinto da Silva há mais de 15 anos; 25% trabalham na instituição entre 10 e 15 anos; Não há ninguém dentre os participantes que trabalhem na instituição de 1 a 5 anos e de 5 a 10 anos.

A partir desses dados observou-se que a maioria dos profissionais da escola estão no ramo há bastante tempo e isso é um fator que pode explicar tamanho desgaste físico e mental, todos já têm um elevado grau de experiência e familiaridade com a escola em si.

✓ Condições de trabalho do professor

Nesta categoria foram analisadas as condições de trabalho do professor quanto aos fatores: financeiros, ergonômicos, psicológicos e de relações sociais.

Gráfico 7 - Em relação ao salário que recebe pelo seu trabalho, você está:



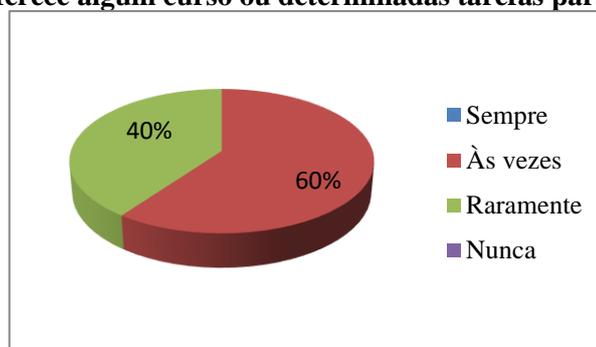
Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Como demonstra o gráfico 7, a maioria dos respondentes se mostram insatisfeitos com sua remuneração, o que corresponde a 60%; 20% dos respondentes se mostram muito insatisfeitos; 20% dos profissionais estão satisfeitos com a remuneração recebida pelo seu trabalho; e nenhum respondente se mostrou insatisfeito com o salário que recebe pelo seu trabalho.

Codo (2002) ressalta que para haver satisfação com a remuneração de professor, o salário deve suprir as necessidades e as expectativas de cada docente na questão familiar, cultural e social.

Percebe-se que isso não acontece com os respondentes, pois tamanha insatisfação dos atores é nítida; o repasse salarial diminuiu consideravelmente e por este motivo os professores trabalham dois ou três turnos por dia para alcançar uma renda decente e assim aderem o estresse laboral.

Gráfico 8 - A escola oferece algum curso ou determinadas tarefas para motivar seu trabalho?



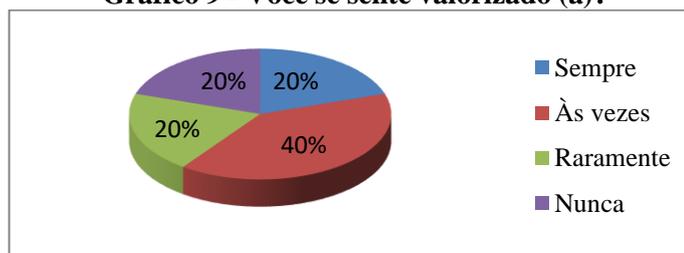
Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico 8, a maioria dos participantes da pesquisa, referente a 60% concordam que às vezes a instituição oferece cursos ou tarefas para motivar o trabalho. Já os outros 40% dos respondentes afirmam que raramente isso acontece. Não houve considerações quanto a sempre e nunca serem oferecidos cursos ou determinadas tarefas para motivar o trabalho docente.

A motivação é extremamente importante na vida do professor, pois sem ela o mesmo só se alimenta do cansaço diário do contexto escolar e perde a razão pelo qual leciona e no lugar deste estímulo podem surgir: irritação, falta de concentração, desânimo sensação de fracasso e neste dilema encontra-se a raiz de suas angústias e de sua dor devido ao estresse laboral, podendo até desistir da profissão (SILVA, 2015).

Percebe-se que há falta de apoio ao professor por parte do governo brasileiro, pois se o mesmo projetar meios que motivem o profissional da área da educação e designar que a gestão escolar ofereça mais suporte ao docente o quadro de adoecimento pode diminuir.

Gráfico 9 - Você se sente valorizado (a)?



Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

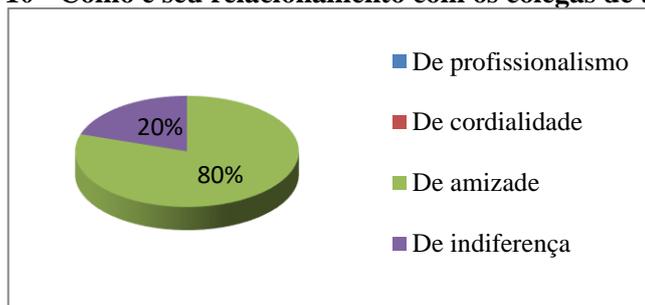
Como mostra o gráfico 9, a maioria dos respondentes, 40% se sentem valorizados às vezes; 20% se sentem valorizados sempre; 20% se sentem valorizados raramente e os outros

20% nunca se sentem valorizados em relação ao serviço que prestam à instituição e à comunidade.

Em pleno século XXI no Brasil são poucos os investimentos feitos na área educacional para valorizar o trabalho do professor. A maioria das escolas públicas não oferece condições estruturais e nem tampouco econômicas e psicológicas para que ocorra essa satisfação profissional (FERREIRA, 2015).

A maioria dos respondentes da pesquisa não se sentem valorizados apropriadamente, pelos serviços prestados à instituição e à comunidade.

Gráfico 10 - Como é seu relacionamento com os colegas de trabalho?



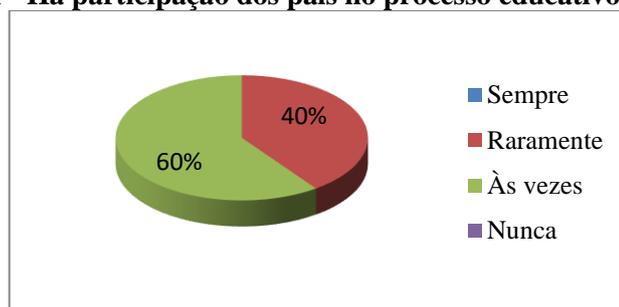
Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Como mostra o gráfico 10, a relação dos colegas de trabalho da Escola Municipal Tomaz Pinto da Silva é 80% de amizade; 20% dos respondentes têm relação de profissionalismo com os colegas; e nenhum participante tem relação de cordialidade e indiferença com os colegas de trabalho.

O professor deve procurar driblar o caminho do mal-estar, e um dos pontos necessários para este caminho é a afetividade com colegas de trabalho e com os discentes. Para que seja alcançada uma boa qualidade de vida na escola o docente precisa determinar e atingir um convívio saudável (RODRIGUES; MELO, 2012).

As boas relações no trabalho são muito importantes para se ter uma qualidade de vida viável no espaço laboral.

Gráfico 11 - Há participação dos pais no processo educativo dos alunos?



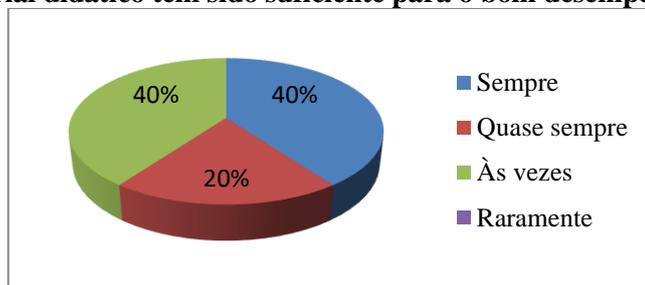
Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico 11 pôde-se constatar que 60% dos respondentes notam que os pais às vezes participam do processo educativo dos filhos. 40% dos respondentes confirmam que raramente os pais participam do processo educativo dos alunos. Não houve observações às questões de sempre e nunca os participarem do processo educativo dos alunos.

Isso leva a considerar um dos desafios que o professor encontra para ensinar e até educar os alunos, pois deve haver comunhão e continuidade no trabalho docente e os pais são peças essenciais nesse processo (BRANQUINHO, 2011).

Percebe-se que os respondentes analisaram que os pais têm participado pouco da vida escolar dos alunos da escola em estudo.

Gráfico 12 - O material didático tem sido suficiente para o bom desempenho de sua profissão?

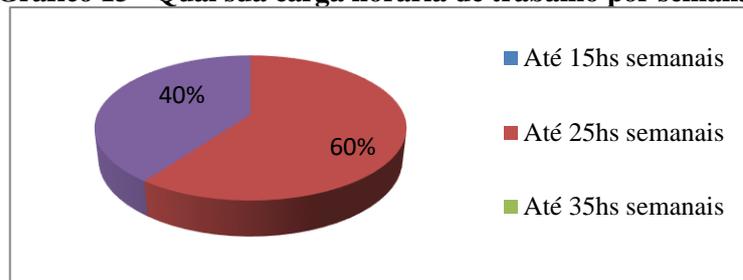


Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Como mostra o gráfico 12, 40% dos profissionais responderam que o material didático oferecido pela escola sempre é suficiente para o bom desempenho de sua profissão; 40% concordam que às vezes atende às necessidades; 20% notaram que quase sempre o material didático fornecido pela escola tem sido suficiente para o bom desempenho de sua profissão.

Observa-se que os respondentes conseguem trabalhar com o material didático oferecido pela escola, sendo suficiente para o bom desempenho de sua profissão.

Gráfico 13 - Qual sua carga horária de trabalho por semana?



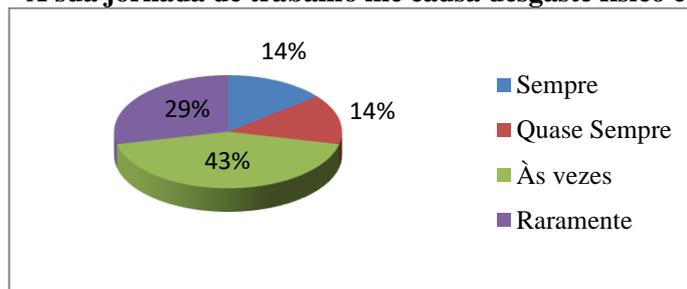
Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Ao responder a questão do gráfico 14, 60% dos participantes apontaram que trabalham até 25 horas semanais; 40% afirmaram que trabalham até 40 horas semanais; nenhum deles trabalha: até 15 horas semanais, até 35 horas semanais, ou mais de 40 horas semanais.

Para Lipp (2002) o professor deve aprender a administrar seu tempo e diminuir a carga horária de trabalho, pois é importante ter em mente que a primeira obrigação deve ser cuidar da saúde, um patrimônio que só é valorizado quando perdido.

Observa-se que a carga horária de trabalho dos participantes da pesquisa não ultrapassa 40 horas semanais.

Gráfico 14 - A sua jornada de trabalho lhe causa desgaste físico e /ou mental?

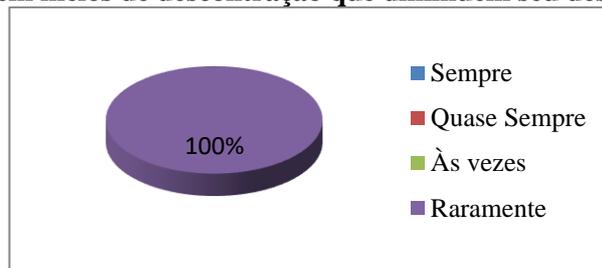


Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico 14, 43% dos respondentes afirmaram que às vezes a jornada de trabalho causa desgaste físico e/ou mental; 29% responderam que raramente isso acontece; 14% colocaram que a jornada de trabalho sempre lhes causa desgaste físico e/ou mental e os outros 14% responderam que quase sempre a jornada de trabalho é causadora de desgaste físico e/ou mental.

Pode-se notar que apesar da carga horária dos respondentes não ultrapassar de 40 horas semanais, os mesmos sentem que a jornada de trabalho lhes causa desgaste físico/ mental. Isso pode ser acarretado pelo estresse laboral.

Gráfico 15 - Oferecem meios de descontração que diminuem seu desgaste físico e mental?



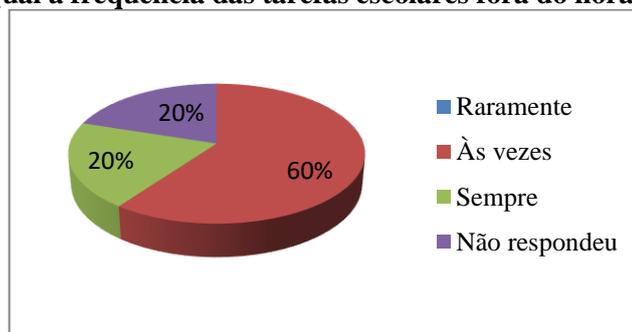
Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Como demonstra o gráfico 15, 100% dos participantes concordam que raramente a escola Municipal Tomaz Pinto da Silva oferece momentos de descontração para diminuir o desgaste físico e mental. Não obtiveram opiniões sobre: sempre, quase sempre e às vezes a escola proporcionar momentos de descontração para diminuição de desgaste físico e mental.

Sem motivação profissional o estresse cresce e fica mais desgastante, pois os professores já se encontram cansados e precisam de motivos para continuar no trabalho. É viável criar estratégias motivacionais para melhorar a satisfação e atuação dos docentes. Dinâmicas e conversas com os colegas de trabalho trazem inteiração, com isso podendo até expor os sentimentos guardados, a quebra de rotina é importante para a diminuição de desgaste físico e mental (BRANQUINHO, 2011).

Percebe-se que a Escola Municipal Tomaz Pinto da Silva dificilmente oferece momentos de descontração para diminuir o desgaste físico e mental dos professores.

Gráfico 16 - Qual a frequência das tarefas escolares fora do horário de trabalho?



Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

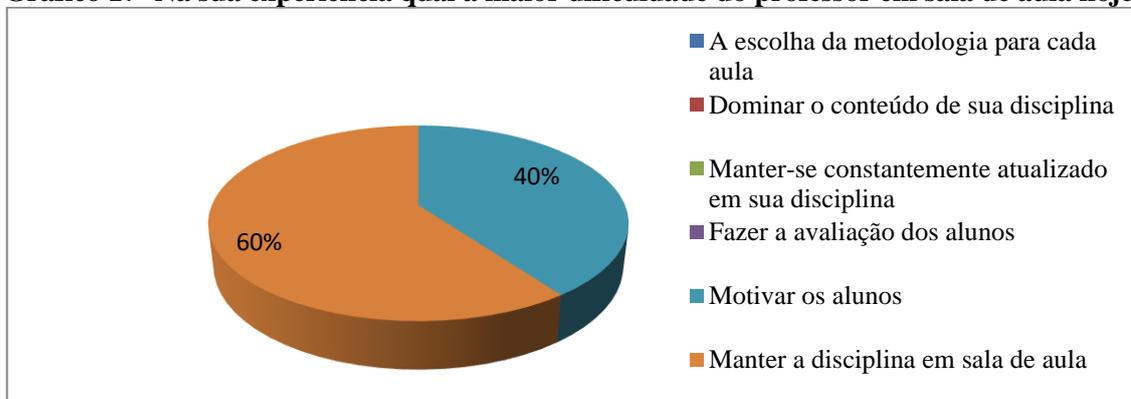
De acordo com o gráfico 16, 60% dos participantes responderam que às vezes fazem tarefas escolares fora do horário de trabalho; 20% sempre realizam tarefas escolares fora do horário de trabalho; 20% não responderam e nenhum pontuou a questão de realizar trabalhos escolares raramente fora do horário.

Neste caso é importante apontar que as tarefas realizadas fora do horário de trabalho são condições que os professores enfrentam por não terem meios de realizá-las na escola e por causa disso eles perdem o lazer e o descanso. É necessário que o docente separe o tempo de

trabalho e o tempo de vida fora dele procurando distrações para obter qualidade de vida favorável (PEREIRA, 2016).

Nota-se que a maioria dos respondentes leva trabalho para casa. Isso pode afetar a vida particular, tirando o tempo de lazer e interfere na boa qualidade de vida.

Gráfico 17- Na sua experiência qual a maior dificuldade do professor em sala de aula hoje?



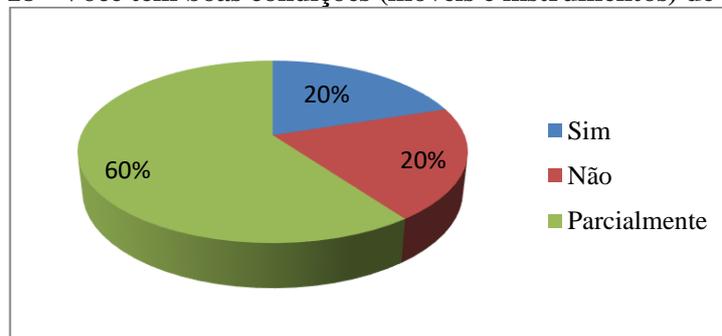
Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico 17 a maioria dos participantes, 60% encontram dificuldade em manter a disciplina em sala de aula; 40% dos respondentes encontram dificuldades em motivar os alunos. Quanto à escolha da metodologia para cada aula, domínio de conteúdo e atualização da disciplina correspondente à sua matéria nenhum respondente tem dificuldade.

Para Tiba (1996) os comportamentos ditos indisciplinados podem estar em diversos fatores: Contexto familiar onde os pais não ensinam sobre educação e respeito e dão tudo para os filhos os isentando de qualquer responsabilidade, fazendo com que os mesmos se sintam “reis e rainhas” por onde passam, em outras palavras são verdadeiros “folgados” mal educados. Outro fator relevante é o relacionamento com professores que podem não atingir as expectativas do aluno no processo de ensino aprendizagem. Os jovens modernos se revoltam com várias coisas do seu cotidiano e descontam tudo nos professores. Quanto ao fator da disciplina.

Levando em consideração que os professores têm dificuldades de manter a disciplina em sala de aula, pode-se considerar que este é um dos maiores fatores que influenciam o adoecimento do docente, pois gera um desgaste emocional muito grande. E quanto a motivação, é difícil trabalhar um elemento que não se ganha. Os professores respondentes não auferem motivação no trabalho, para diminuir tamanho estresse, por este motivo não conseguem motivar seus alunos.

Gráfico 18 - Você tem boas condições (móveis e instrumentos) de trabalho?



Fonte: Autora da pesquisa, 2017

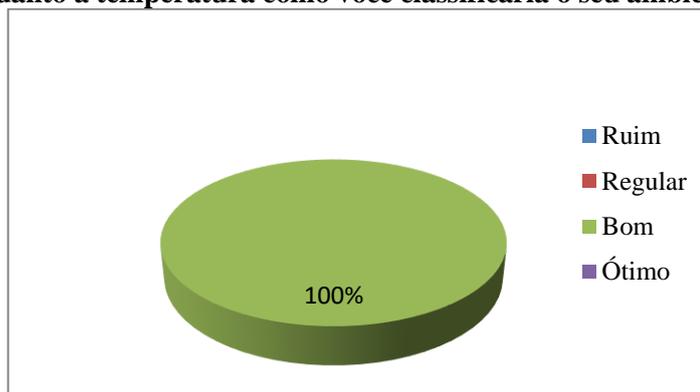
Conforme mostra o gráfico 18, pode-se observar que 60% dos respondentes colocaram que as condições físicas de trabalho são parcialmente boas. Outros 20% responderam que sim,

têm boas condições físicas de trabalho e os 20% restantes responderam que não têm boas condições físicas de trabalho.

Segundo Lipp (2002) há diversos aspectos intrigantes, mas os mais relevantes são: sala mal iluminada e abafada, além de ser pequena; ruídos sonoros; o mobiliário desgastado; quadro negro; quadras esportivas sem condição de uso, etc. É importante lembrar que se a escola oferecer caminhos favoráveis ao docente a relação professor-aluno tem possibilidade de ser positiva.

Isso leva a considerar que ambiente físico que o docente passa a maior parte do dia não está totalmente propício ao bom desempenho da aula.

Gráfico 19 - Quanto à temperatura como você classificaria o seu ambiente de trabalho?

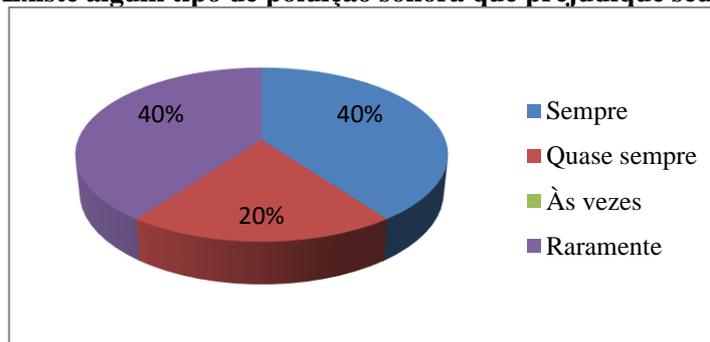


Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Em relação à agradabilidade do conforto térmico, de acordo com o gráfico 19, pôde-se observar que todos os respondentes, ou seja 100% concordam que a temperatura ambiente da escola do município de Unai/MG é boa.

Percebe-se que a temperatura ambiente da Escola Municipal Tomaz Pinto da Silva está confortável para os professores.

Gráfico 20 - Existe algum tipo de poluição sonora que prejudique seu desempenho?



Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Em relação aos ruídos no ambiente de trabalho, conforme evidencia o gráfico 20, 40% dos respondentes colocaram que sempre há poluição sonora que prejudica seu desempenho, outros 40% analisaram que raramente isso acontece e 20% nota que quase sempre há ruídos que prejudicam seu desempenho.

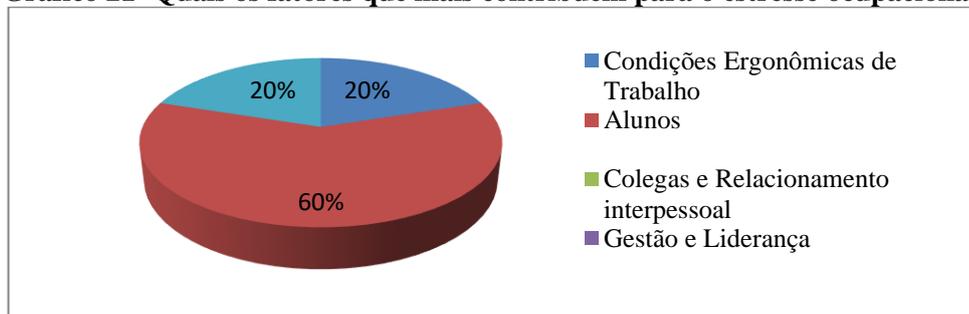
Com a presença de poluição sonora os professores precisam elevar a voz consideravelmente, um detalhe importante a ser observado relativo ao processo de adoecimento que gera os principais incômodos nos professores do ensino fundamental. Quando isso ocorre constantemente em algum momento o docente começa a sofrer irritações laríngeas (PENTEADO; PEREIRA, 2007).

Percebe-se que na escola pesquisada há ruídos (poluição sonora) que prejudicam o desempenho do professor dentro da sala de aula.

✓ **Percepção do processo de adoecimento**

Nesta categoria pretendeu-se analisar a opinião dos respondentes sobre o processo de adoecimento praticando o magistério.

Gráfico 21- Quais os fatores que mais contribuem para o estresse ocupacional?



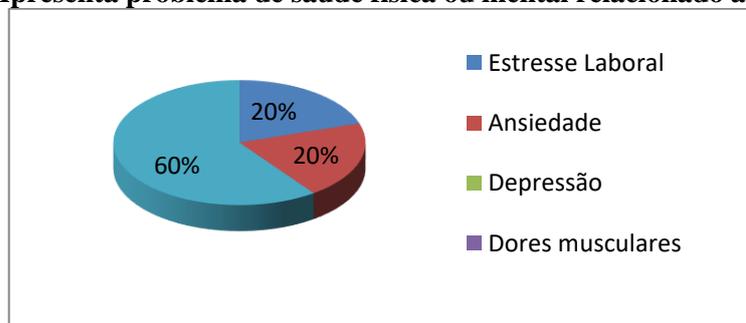
Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Em relação à opinião dos participantes sobre os fatores que contribuem para o estresse ocupacional no exercício do magistério, conforme o gráfico 21, 60% dos respondentes observaram que os alunos são os maiores fatores contribuintes. 20% responderam que as condições ergonômicas de trabalho contribuem mais para o adoecimento, outros 20% têm como fatores de estresse ocupacional o conflito entre trabalho e família. Quanto aos colegas e relação interpessoal e gestão e liderança não houve observações.

Segundo Lipp (2002), o aluno reflete muito no emocional do educador, pois seu contato é direto, e as atividades extrapolam o campo laboral do professor, pois ele envolve com seus alunos a ponto de criar resoluções de problemas pessoais, cria vínculo afetivo, às vezes serve de psicólogo, faz papel substituto de mãe, além de ser transmissor de informações. Com isso se acumulam inúmeras funções, sem contar os indisciplinados, os que têm dificuldades e os que não demonstram interesse pela aula e nem respeito pelo professor.

Para tanto observou-se que a maioria dos respondentes concordam que o aluno é um dos principais fatores que colaboram para o estresse laboral.

Gráfico 22 - Apresenta problema de saúde física ou mental relacionado ao seu trabalho?



Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

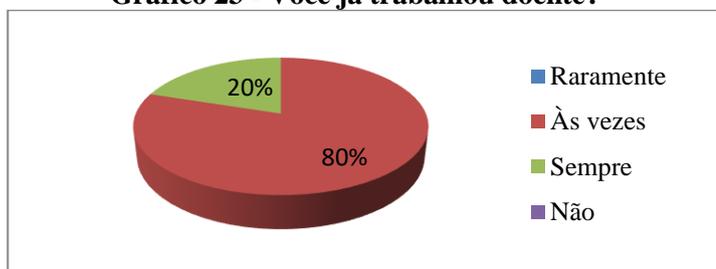
Em relação à opinião dos participantes se apresentam algum problema de saúde físico ou mental relacionado ao trabalho, o gráfico 22 indica que 60% dos respondentes aderiram todos os sintomas relacionados, que são: estresse laboral, ansiedade, depressão, e dores musculares, enquanto 20% têm estresse laboral e os outros 20% são acometidos de ansiedade.

De acordo com Branquinho (2011), os professores do ensino fundamental têm enfrentado em seus contextos profissionais situações de trabalho e de conflitos no exercício da

docência, que contribuem para a intensificação do quadro de adoecimento e mal-estar. Os problemas de saúde ou o adoecer psíquico se manifestam conforme a influência da relação do professor com o que lhe é imposto no cotidiano escolar.

Constata-se que todos os respondentes contraíram algum problema de saúde relacionado ao trabalho e a maior parte adquiriu mais de um problema de saúde relacionado ao espaço laboral.

Gráfico 23 - Você já trabalhou doente?

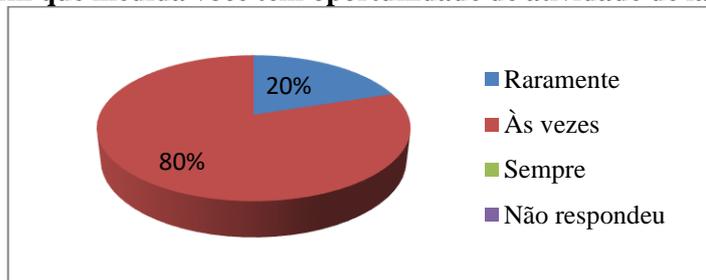


Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Conforme o gráfico 23, pôde-se constatar que 80% dos participantes da pesquisa às vezes trabalham doentes e os 20% restantes responderam que trabalham doentes sempre. Não há questionamentos sobre as opções não e raramente.

Como verificado, todos os participantes da pesquisa já trabalharam doentes em um momento o outro.

Gráfico 24 - Em que medida você tem oportunidade de atividade de lazer e descanso?



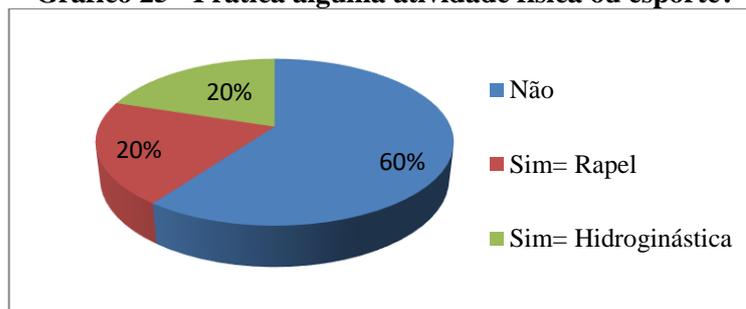
Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico 24, 80% os participantes responderam que às vezes têm oportunidade de praticar o lazer ou descanso; 20% raramente têm tal oportunidade. Quanto às opções sempre e não respondeu, não há observações.

O lazer é um fator importante e determinante para se obter boa qualidade de vida, pois serve de compensação ao excesso de trabalho e ao estresse. (ROCHA; DELCONTI, 2013).

Verifica-se que grande parte dos respondentes não praticam lazer e descanso como necessário.

Gráfico 25 - Prática alguma atividade física ou esporte?



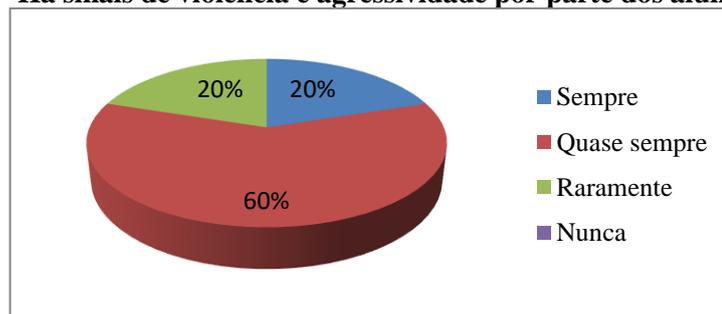
Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Conforme o gráfico 25 evidência, 60% dos respondentes não praticam nenhuma atividade física ou esporte; Apenas 20% praticam rapel e os outros 20% fazem hidroginástica.

Segundo Branquinho (2011), a prática de atividades físicas ajuda a ter uma qualidade de vida melhor, pois a mesma tem grande relevância na vida social. Essas atividades podem aliviar estresses e tensões maiores.

Observou-se que a maioria dos professores em estudo não praticam nenhuma atividade física ou esporte e o sedentarismo ajuda a intensificar o estresse, pois o corpo humano necessita de extrair energia e emoção.

Gráfico 26 - Há sinais de violência e agressividade por parte dos alunos na escola?



Fonte: Autora da pesquisa, 2017.

Em relação a opinião dos participantes se há sinais de violência e agressividade na escola, o gráfico 26 mostra que 60% dos respondentes concordam que quase sempre há sinais de violência e agressividade por parte dos alunos na escola; 20% responderam que sempre há sinais de violência e agressividade por parte dos alunos e 20% responderam que isso acontece raramente, ninguém optou pela questão que nunca há sinais de violência e agressividade por parte dos alunos na escola.

A violência é um fator presente e muito colaborativo para o adoecimento do professor do século XXI. E esse é um dos principais motivos que afetam a prática docente e contribui para a desmotivação do professor, fazendo com que ele perca a vontade de lecionar. Isso afeta seu psicológico e acaba com toda a esperança de contribuir para uma boa aprendizagem. (PEREIRA, 2016).

Constatou-se que a maioria dos respondentes concordam que acontece a prática de violência e agressividade por parte dos alunos na Escola Municipal Tomaz Pinto da Silva

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou os desafios e a relação entre o contexto de trabalho docente dos professores do nível fundamental e o processo de adoecimento dos mesmos na Escola Municipal Tomaz Pinto da Silva de Unai/MG.

De acordo com a categoria analítica das condições de trabalho do professor, os docentes respondentes à pesquisa não demonstram satisfação em relação à remuneração recebida pelo trabalho; os mesmos analisam que às vezes a instituição oferece algum curso ou determinadas tarefas para motivar seu trabalho, o que deveria ser constante, pois, é muito importante estar motivado para se ter prazer em lecionar e conseguir transmitir o conteúdo. Eles também se sentem poucos valorizados em relação ao serviço prestado à instituição e à comunidade, porque a maior parte da responsabilidade educacional se delega ao professor, o auxílio da gestão é mínimo e os pais só sabem cobrar o bom resultado dos discentes.

Em contrapartida os respondentes à pesquisa têm um bom relacionamento com os colegas de trabalho, sendo ele de amizade, um ponto positivo para ajudar a alcançar o bem-estar e qualidade de vida dos mesmos. Eles também acordam que a participação dos pais no

processo educativo dos alunos é muito pouca, isso influencia negativamente no processo de ensino aprendizagem. Alguns apontam que o material didático fornecido pela instituição é suficiente para o bom desempenho de sua profissão e outros assinalam que às vezes atende às necessidades, a divergência deve ser sondada para melhores explicações.

No fator jornada de trabalho os respondentes pontuam que laboram até 40 horas semanais, os mesmos indagam que a jornada de labuta causa-lhes desgaste físico e/ou mental; e raramente a escola oferece momentos de descontração para minimizar o estresse laboral. Os mesmos ressaltam que a maior dificuldade que têm em sala de aula é manter a disciplina e motivar os alunos, os comportamentos ditos indisciplinados podem estar no fator, “contexto familiar” em que os pais não ensinam sobre educação e respeito, extrapolando em sala de aula achando que podem agir da mesma forma. E em questão de motivação, os professores já se encontram cansados e esgotados para tentar formas motivacionais no sentido de chamar a atenção do aluno, pois como mostram os gráficos 2 e 3 a maioria tem idade de 46 a 55 anos e lecionam há mais de 15 anos, eles sentem cansaço físico e mental, isso acarreta falta de paciência e desânimo, já que eles dificilmente têm a oportunidade de realizar atividades motivacionais oferecidas pela instituição, não conseguem passar aos discentes o que não recebem constantemente. Isso leva a refletir que deve ser oferecida atividade laboral ao professor para que não perca o prazer em lecionar e também acompanhamento psicológico tanto para o docente quanto para o aluno, a escola deve trabalhar em conjunto para se obter um resultado positivo no processo de ensino aprendizagem e na qualidade de vida dos professores.

De acordo com os respondentes as condições físicas de trabalho em relação a móveis e instrumentos não são muito boas, o que afeta parcialmente na desenvoltura do professor em sala de aula. Por outro lado, eles concordam integralmente que a temperatura ambiente da escola é bastante agradável. Os mesmos confirmam que há poluição sonora, ruídos que prejudicam seu desempenho, visto que têm elevação da voz para melhor oitiva dos alunos, podendo causar-lhes irritações laríngeas.

Em relação à categoria que discorre sobre a percepção do processo de adoecimento, os professores pesquisados disseram que os alunos são as maiores causas que contribuem para o estresse laboral. Todos citaram que aderiram problemas de saúde física e mental relacionados ao trabalho, como: ansiedade, estresse, depressão e dores musculares e afirmam que às vezes trabalham doentes. Eles destacam também que na instituição há sinais de violência e agressividade. Essa é uma questão cultural do bairro onde é situada a Escola Municipal Tomaz Pinto da Silva, as famílias são carentes e a maior parte vive a violência e agressividade no dia-a-dia, o que é passado de geração em geração.

Corroborando com essa ideia, o mundo contemporâneo está afetando a vida emocional dos docentes. A dificuldade de lecionar e tentar ensinar está cada vez maior, pois os alunos não se preocupam em aprender. Com o avanço tecnológico, eles acreditam que ler e escrever é ultrapassado e ainda com a progressão continuada os alunos se preocupam menos ainda em querer estudar e obedecer às regras impostas pela escola.

A questão dos pais designarem a responsabilidade da educação dos filhos aos professores é fluente e muito errônea, pois qualquer resultado que os filhos vêm a ter na escola a culpa é direcionada somente ao professor.

Diante destes resultados, ressalta-se a urgência dos dirigentes tanto federal, estadual e municipal refletirem e debaterem sobre esta temática, pois são graves os problemas que permeiam a educação, dentre os quais enfatizou-se a questão da desobrigação dos órgãos públicos em face da educação, pois não têm proporcionado recursos para desenvolver melhor o exercício de educador, e um dos maiores fatores que afetam o docente é o repasse salarial que diminuiu consideravelmente, nos últimos anos houve um corte cujo representou valor maior do que dos demais órgãos. Lembrando que não há plano de carreira docente. Sem contar a carga excessiva de obrigações na escola, que extrapolam o campo laboral do professor, pois ele se

envolve com seus alunos a ponto de criar resoluções de problemas pessoais e às vezes serve de psicólogo, faz papel substituto de mãe, além de ser transmissor de informações.

Com isso o estresse laboral está invadindo o contexto diário dos professores e eles estão se acostumando com isso. A rotina cansativa traz fatores ergonômicos que também atrapalham a saúde do docente. As salas lotadas e o barulho excessivo obrigam o professor a viver com constante elevação de voz acarretando dores musculoesqueléticas e eles convivem com incômodos sem perceber que estão adoecendo vagarosamente.

Por fim, ressalta-se que a exposição destes resultados apenas confirma que ainda há muito que ser pesquisado sobre a percepção do professor do ensino fundamental acerca do estresse laboral e o processo de adoecimento, e sugere-se que outros pesquisadores deem continuidade a estudos sobre o referido tema. A pesquisa mostrou que são muitos os desafios a serem enfrentados, para cultivar a saúde do “ser professor” deve-se analisar minuciosamente todos os aspectos supracitados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. S.; CARDOSO, T. A. O. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n.1, p. 129-140, jan./mar. 2012. Disponível em:<www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29824/31709> Acesso em 03 ago. 2017.

BASTOS, J. A. Q. R. **O mal-estar docente, o adoecimento e as condições de trabalho no exercício do magistério, no ensino fundamental de Betim/MG**. 2009. 149 f. Monografia – (Pós-Graduação em Educação) – Pontifera Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009. Disponível em:<www.biblioteca.pucminas.br> Acesso em 10 ago. 2017.

BRANQUINHO, N. G. S. **Qualidade de vida no trabalho, bem-estar e mal-estar em professores da rede pública**. 1 ed. Montes Claros: Unimontes, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T (2002). O estado da arte Burnout no Brasil. **Revista Eletrônica Inter Ação Psy**. Curitiba, PR, v.1, p.4-7, ago 2003. Disponível em:<www.saudeetrabalho.com.br> Acesso em 24 mai. 2017.

CODO, W. (Coord.). **Educação: Carinho e Trabalho**. 3. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002. 430 p.

CURY JÚNIOR, C. H. Qualidade de vida no trabalho. **Evidência**. Araxá, MG, v.1, n. 6, p.101, ago. 2010. Disponível em: www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/211. Acesso em 07 out. 2017.

CURY, A. **Ansiedade como enfrentar o mal do século**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DUBAR, C. **Trajatórias sociais e formas identitárias: Alguns Esclarecimentos Conceituais e Metodológicos**. Campinas, SP, v.19, n.62, p. 1-15, fev.1998. ISSN 1678-4626. Disponível em:<www.scielo.br/scielo.php?> Acesso em 10 set. 2017.

FERREIRA, M. C. Ergonomia da Atividade aplicada à Qualidade de vida no trabalho: lugar, importância e contribuição da análise ergonômica do trabalho (AET). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 19-23, set. 2015. ISSN 0303-7657. Disponível em: <www.redalyc.org/html/1005/100541506004/> Acesso em 21 ago. 2017.

FERREIRA, S. A. **A saúde do professor**. Alto Paraíso de Goiás-GO, v1, n1, p.32-37, mar 2013. Disponível em: <www.google.com.br/search?q=FERREIRA%2C+S.+A.+A+saúde+do+professor > Acesso em 21 ago. 2017.

FREITAS, C. R., CRUZ, R. M. Saúde e trabalho docente. **XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de produção. A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável**. Rio de Janeiro, RJ, v.1, n.1, p.7, out. 2008. Disponível em:<www.abepro.org.br> Acesso em 10 set. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas S.A, 2010.

GOLBA, M. A. M. **Os motivos da indisciplina na escola: A perspectiva dos alunos**. IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba, PR, v. 1, n. 1, p. 4, out. 2009.

HOÇA, L. PORTILHO, E. M. L. **A organização tempo/espaço no cotidiano da sala de aula**. ANPED SUL, Itajaí, SC. v. 1, n.1, p. 3-5, jun.2008. Disponível em:<<http://proferlaotrabalhosalunos.pbworks.com>> Acesso em 14 de out. 2017.

ISAÍÁ, S. M. A. **Aprendizagem docente: Sua Compreensão a Partir das Narrativas de Professores**. [s. l.]. v.1, n.1, p. 1-18, Nov. 2007. Disponível em: <<https://3A%2F%2FISAÍÁ%2C+S.+M.+A.+Aprendizagem+docente&oq=https%3A%2F%2Fchrome&ie=UTF-8>> Acesso em 10 jul. 2017.

LANDINI, S. R. **Professor, trabalho e saúde: as políticas educacionais, materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador- professor**. Rio de Janeiro, RJ, v.1, n.1, p.1-15, Nov. 2006. Disponível em: <www.google.com.br/search?ei=EE4cWt_jCcmpwgS4ionAAg&q=LANDINI%2C+S%2C+R.+Professor%2C+Trabalho+e+Saúde> Acesso em 15 out. 2017.

LIPP, M. N. (Org.). **O stress do professor**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

MAIA, L. D. G.; SILVA, N. D.; MENDES, P. H. C. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, SP, v. 36, n.123, p. 95, jan/jun. 2011. ISSN 0303-7657.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, M. G. T. Sintomas de Stress em professores brasileiros. **Revista Lusófona de Educação**, n.10, p. 109-128, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/637>> Acesso em 09 ago. 2017.

NEME, C.M.B., RODRIGUES, O. M. P. R.,(Org.). **Psicologia da saúde: Perspectivas Interdisciplinares**.1. ed. São Carlos, SP: Rima, 2003. 362 p.

OLIVEIRA, V. B. T. C. Stress ocupacional em uma amostra de professores do ensino médio da rede particular de educação. **Universidade Católica Dom Bosco**. Campo Grande. MS, v 1, n.1, p.1. 2003. Disponível em:< <https://www.google.com.br/search?>> Acesso em 15 set. 2017.

PENTEADO, R. Z; PEREIRA, I. M. T. B. Qualidade de vida e saúde vocal de professores. **Revista Saúde Pública**. 2007. Jardim, SP, v. 1, n. 1, p. 242, 2007.

PEREIRA, M. S. O direito do lazer do professor do ensino superior. **Revista da Faculdade de Direito- DIREITO-RFD-UERJ-** Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n.30, p. 57-58, dez. 2016. Disponível em:< <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/14685>> Acesso em 11 set. 2017.

PESSOA, R.W.A., NASCIMENTO, L.F. O Lazer como ferramenta da qualidade de vida no trabalho. **Organizações em Contexto**. Fortaleza, CE, v1, n 7, p. 21-23, jun.2008. Disponível em:<<https://www.google.com.br/search?ei=YIAcWshEFoidwATT16xw&q=PESSOA%2C+R.W.>> Acesso em 08 set. 2017.

PINHEIRO, J. M. **A interferência das doenças laborais na prática educativa sob a ótica dos professores do ensino médio**. 2014.78 f. Monografia-(Pós graduação Stricto Sensu em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Erechim (reitoria) Frederico Westphalen, RS, 2014. Disponível em:< <https://www.escavador.com/sobre/438541/jaqueline-marafon-pinheiro>> Acesso em 04 ago. 2017.

PIMENTEL, E. Quando Ensinar Adoece. [s.l.]. 08 abr. 2017. **Educação**. Disponível em: < <http://www.tribunahoje.com/noticia/207568/educacao/2017/04/08/quando-ensinar-adoece.html>>. Acesso em 16 out. 2017.

PINTO, V. L. X., et al. Labor, Trabalho e ação: elementos pertinentes aos conceitos arendtianos em relatos autobiográficos de trabalhadores do setor de transportes. **Saúde soc.** São Paulo, SP, v. 23, n. 4, p. 1288-1289, jul. 2014.

ROSA, N. Educação é a pasta mais afetada pelo corte de verba determinado por Dilma. Brasília, 09 jan. 2015. **Economia**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/01/09/internas_economia,606230/tesoura-do-governo-corta-mais-na-educacao.shtml> Acesso em: 14 out. 2017.

REBOLO, F. BUENO, B. O. **O bem-estar docente**: Limites e possibilidades para a felicidade do professor no trabalho. Maringá, PR, v.36, n.2, p.324-326, jul/dez. 2014. ISSN 2178-5198.

RODRIGUES, A. M. A; MELO, P. G. R. O Prazer no Trabalho e os Caminhos para Lidar com o Sofrimento. **Revista Factu Ciência**. Unaí, MG: FACTU, ano 13, n.22, Jan/Jul. 2012.132 p. Semestral ISSN 1519 – 1958.

ROCHA, B. R. DELCONTI, W. L. A relação entre o lazer e a qualidade de vida: indicativos à atuação do profissional de Educação Física. **Inter-Relações entre Lazer e qualidade de Vida**. Maringá, PR, v. 1, n. 1, p. 7, fev. 2013. Disponível em:< <https://www.google.com.br/search?q=A+relação+entre+o+lazer+e+a+qualidade+de+vida>> Acesso em 13 jul. 2017.

SANTOS, F. M. Análise de Conteúdo: A visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**. Brasília, DF, v. 6, n. 1, p.384-388, mai.2012. ISSN 19827199. Disponível em:< <https://www.google.com.br/search?q=SANTOS%2C+F.+M.+Análise+de+Conteúdo%3A+A+visão+de+Laurence+Bardin.>> Acesso em 12 out. 2017.

SILVA, D. A. C., JESUS, K. P., SANTOS, R. J. Conceito de saúde e qualidade de vida para acadêmicos de Educação Física – Um estudo descritivo. **Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**. Aracaju, SE, v.2, n.4, p.141, dez. 2007. Disponível em:< <https://www.google.com.br/search?q=.+Revista+Brasileira+de+Educação+Física%2C+Esporte%2C+Lazer+e+Dança.>> Acesso em 15 set. 2017.

SILVA, M; REINERT, T; BERTOLDI, V. S. **Síndrome de Burnout em uma perspectiva avaliativa aplicada em profissionais de serviço móvel de urgência**. [s. l.]. v. 1, n. 1, p. 1-2, set. 2016. Disponível em:< <https://www.google.com.br/search?q=SILVA%2C+M%3B+REINERT%2C+T%3B+BERTO LDI%2C+V.+S.+Síndrome+de+Burnout+em+uma+Perspectiva+Avaliativa+Aplicada+em+Profissionais+de+Serviço+Móvel+de+Urgência.>> Acesso em 02 nov. 2017.

SILVA, M. P. G. O. **A Silenciosa doença do professor: Burnout, ou o mal-estar docente**. Guarujá, SP, v.1, n. 1, p. 1-4, out. 2015.

SIMÕES, J. M; SILVA. R. F. C. Qualidade de Vida no Trabalho – **Um estudo em organizações do setor terciário no município do Rio Grande do Sul- RS**. Curitiba, PR, v.1, n.1, p. 1-8, out. 2002. Disponível em:< <https://www.google.com.br/search?q=SIMÕES%2C+J.+M%3B+SILVA.+R.+F.+C.+Qualidade+de+Vida+no+Trabalho+Um+Estudo+em+Organizações+do+Setor+Terciário+no+município+do+Rio+Grande+do+sul>> Acesso em 10 jul. 2017.

SILVA, J. P. et al. **Estresse e Burnout em professores**. V.3, n.3, p.1-9, jun. 2008. ISSN 1982-3916.

SOTO, F. S. K. **O Regime de progressão continuada e o tempo escolar: implicações no processo de ensino aprendizagem**. Campinas, 2012, 91 f. Dissertação- (Bacharel em Pedagogia)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2012. Disponível em:< <https://www.google.com.br/search?ei=IFkcWoe7CcOWwgSXi5vACg&q=SOTO%2C+F.+S.+K.+O+Regime+de+progressão+Continuada+e+o+Tempo+Escolar%3A+implicações+no+processo+de+ensino+aprendizagem.>> Acesso em 03 out. 2017.

SOUZA, V. A; INÁCIO, C. B; CARVALHO, L. S. **Desafios do cotidiano escolar: repensando a prática de ensino e a dificuldade de aprendizagem**. Anápolis, GO, v.1, n.1, p.1-8, out. 2009. Disponível em:< <https://www.google.com.br/search?q=SOUZA%2C+V.+A%3B+INÁCIO%2C+C.+B%3B+CARVALHO%2C+L.+S.+Desafios+do+Cotidiano+Escolar%3A+repensando+a+prática+de+ensino+e+a+dificuldade+de+aprendizagem.>> Acesso em 06 ago. 2017.

SOUZA, E. S; ORSO, P. J. **Os desafios docentes no cotidiano escolar**. Cascavel, PR, v.1, p.1-20, Nov. 2008.

TIBA, I. **Disciplina limite na medida certa**. São Paulo: Vozes, 1996.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo, SP: Atlas, S.A, 2009.

XAVIER, S. M. O. **O estresse ocupacional no corpo docente**: Estudo de caso em uma Escola Pública de Dom Bosco – MG. 2007. 62 f. Monografia-(Pós Graduação em Supervisão e Inspeção Escolar) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, Unaí, MG, 2007.

YAEGASHI, S. F. R. et al. A Síndrome de Burnout e a Docência no Ensino Fundamental. **IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar**. Londrina, PR, v.1, n.1, p.1-8, out. 2007. ISBN 978-85-99643-11-2. Disponível em:<
<https://www.google.com.br/search?q=YAEGASHI%2C+S.+F.+R.+et+al.+A+Síndrome+de+Burnout+e+a+Docência+no+Ensino+Fundamental.+IVCongressoBrasileiroMultidisciplinar.>>
> Acesso em 10 jul. 2017.

ZAMBON, F. BEHLAU, M. A voz do professor Aspectos do sofrimento vocal profissional. **Simprosp** (Sindicato dos professores de São Paulo). São Paulo, SP, v.1, n.1, p.4-10. Out. 2015. Disponível em:<
[https://www.google.com.br/search?q=ZAMBON%2C+F.+BEHLAU%2C+M.+A+voz+do+professor+Aspectos+do+sofrimento+vocal+profissional.+Simprosp+\(Sindicato+dos+professores+de+São+Paulo%2BLondrina.>](https://www.google.com.br/search?q=ZAMBON%2C+F.+BEHLAU%2C+M.+A+voz+do+professor+Aspectos+do+sofrimento+vocal+profissional.+Simprosp+(Sindicato+dos+professores+de+São+Paulo%2BLondrina.>)
> Acesso em 10 set. 2017.

OS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACTU INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO

GONZAGA, Tallison Henrique Ferreira¹
MOREIRA, Gabriel²
SANTOS, Lidiane Campos³

RESUMO: O seguinte trabalho tem como objetivo analisar como os egressos do curso de Ciências Contábeis da instituição de ensino FACTU estão alocados no mercado de trabalho. A presente pesquisa se faz necessária tanto ao âmbito social e acadêmico para verificar como os egressos estão inseridos no mercado de trabalho, conforme é proposto como o objetivo geral: Analisar a influência do curso de Ciências Contábeis na alocação dos egressos no mercado de trabalho. Para se chegar aos dados desejados para que tal objetivo possa ser alcançado, a presente pesquisa é classificada em seu objetivo como descritiva, com abordagem quantitativa, sendo utilizada a técnica de levantamento de dados através da aplicação de um questionário estruturado. Através de tal estudo foi possível alcançar e responder aos objetivos propostos nessa pesquisa, pois a mesma serve como um indicador para evidenciar um padrão sobre os benefícios do curso de Ciências Contábeis aos egressos e de que modo o curso os beneficiou para a sua inclusão ao mercado de trabalho. Em análise aos dados levantados, comprova-se que o curso de graduação fornecido pela instituição de ensino FACTU beneficia e auxilia o egresso em sua alocação ao mercado de trabalho, pois o mesmo gera conhecimento, experiência e inicia a formação do perfil profissiográfico do egresso enquanto ainda é um acadêmico do curso.

Palavras-chave: Egressos. Curso de ciências contábeis. Mercado de trabalho.

82

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem o intuito de demonstrar como o curso de Ciências Contábeis fornecido pela FACTU contribui na alocação de seus egressos ao mercado de trabalho. Foi feita uma descrição e análise do perfil do egresso e da grade curricular do curso, com o intuito de verificar se as bases contidas se adequam as necessidades atuais do mercado de trabalho.

A pesquisa em questão, se faz necessária devido as mudanças decorrentes do atual cenário econômico brasileiro, pois em momentos como esse a contabilidade demonstra uma de suas funções básicas, que é a geração de informações para os usuários como ferramenta de auxílio do processo decisório. Por tanto, é necessário verificar se os egressos do curso possuem tal conhecimento, afim de gerar informações de forma inteligível aos seus usuários.

As informações obtidas através da pesquisa foram analisadas respeitando os critérios da pesquisa científica, afim de levantar as informações que respondam os objetivos que embasam a pesquisa em questão.

A pesquisa tem como problemática a seguinte indagação: “Qual a importância do curso de Ciências Contábeis na alocação dos egressos no mercado de trabalho?”. Essa problemática é respondida ao fim do trabalho de acordo com as informações coletadas dos egressos do curso através de suas respostas aos questionários aplicados.

O objetivo geral dessa pesquisa é: analisar a influência do curso de Ciências Contábeis na alocação dos egressos no mercado de trabalho. E os objetivos específicos são: descrever o

¹Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis.

² Orientador. Mestre em Administração pela Faculdades Pedro Leopoldo, Professor e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

³ Mestre em Administração, Especialista em Gestão Agroindustrial, Graduada em Administração. Coordenadora e Professora do Curso de Administração e NPG. Consultora Empresarial.

perfil profissiográfico do egresso da FACTU; analisar a adequação do currículo do curso de Ciências Contábeis ao mercado de trabalho e verificar a influência do curso de Ciências Contábeis no desenvolvimento socioeconômico do egresso da FACTU.

A pesquisa serve como instrumento ao âmbito social como ferramenta informativa para a comunidade acadêmica, tanto para os egressos e futuros formandos do curso quanto para a instituição de ensino que fornece o curso de graduação de Ciências Contábeis para a sociedade.

Através da pesquisa, foram apontados os resultados decorrentes aos objetivos de pesquisa. Os dados em questão foram levados de forma a ajudar a melhorar e aprimorar o currículo dos egressos e a grade curricular do curso, com base nas necessidades dos egressos e do mercado de trabalho. Ressaltando que o currículo do egresso deve compor a solução para as necessidades do mercado de trabalho, de forma a contribuir para o crescimento da entidade em que atua, seja ela pública ou privada.

Sendo evidenciado qualquer incompatibilidade ao que o mercado de trabalho necessita, seja do profissional contábil (egresso) ou da instituição de ensino, foi sugerido nas considerações finais deste trabalho, meios que possam corrigir o cenário apurado através da pesquisa feita através do tema em questão.

Ressaltando que, todas as modificações ou sugestões a serem apresentadas não tem por objetivo ou caráter de prejudicar ou difamar quais quer das partes a serem pesquisadas a partir do tema em questão, mas sim, demonstrar novos caminhos ou possibilidades de crescimento para ambas as partes, com o intuito de contribuir para a evolução, desenvolvimento e fortalecimento do curso e de seus profissionais que atuam no mercado de trabalho.

O presente trabalho de conclusão de curso se divide em 5 capítulos, sendo que o primeiro se refere a introdução, o segundo corresponde ao referencial teórico, o terceiro a metodologia ao qual a pesquisa foi embasada, no quarto capítulo está contido as análises feitas sobre os dados obtidos e no quinto e último capítulo são feitas as considerações finais, respostas aos objetivos, problemática e sugestão para novas pesquisas.

Referindo-se ao referencial teórico desta pesquisa, foi feito um compilado sobre a história e evolução da contabilidade, desde seus primórdios na pré-história até a evolução do pensamento contábil, período ao qual a contabilidade foi reconhecida como ciência.

É feito também um paralelo entre as escolas do pensamento contábil, e as suas contribuições para a evolução desta ciência aplicada ao meio social. É ressaltado também a contabilidade no Brasil, frisando a influência das escolas europeias e norte americana no desenvolvimento da contabilidade brasileira.

E por último, mas não menos importante, é feito o levantamento das diretrizes curriculares do curso e educação em contabilidade, em âmbito nacional conforme é previsto em lei e rápido paralelo sobre o curso de ciências contábeis da FACTU.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No capítulo em questão, será apresentado toda a base teórica no qual o trabalho é fundamentado, com o intuito de identificar e analisar como os profissionais da área contábil estão se alocando no mercado de trabalho e quais as melhorias que o curso proporcionou para a vida social e econômica do egresso.

2.1 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Na história da evolução humana, pode se identificar vários fatos que demonstram que a contabilidade sempre esteve ligada a existência humana desde seus primórdios, favorecendo assim, a criação de técnicas de aperfeiçoamento e desenvolvimento.

Estudos comprovam que as primeiras técnicas de contabilidade surgiram na pré-história, no período mesolítico, período compreendido entre 10.000 a 5.000 a.C. O período em questão, foi marcado por vários fatores importantes, sendo alguns destes: o surgimento das primeiras sociedades que se agruparam próximas as terras baixas, locais que eram propícios para as atividades agrícolas e ao surgimento do primeiro sistema contábil, sistema ao qual consistia no uso de fichas de barro. Essa técnica contribuiu para o surgimento da escrita e da contagem abstrata (SCHMIDT, 2000).

Por outro lado, Iudícibus e Marion (1999, p. 30) afirmam que:

Aqui entra a função da Contabilidade já no início da civilização: avaliar a riqueza do homem; avaliar os acréscimos ou decréscimos dessa riqueza. Como o homem naturalmente é ambicioso, a Contabilidade existe desde o início da civilização. Alguns teóricos preferem dizer que ela existe, pelo menos, desde 4.000 antes de Cristo.

Sá (1998, p.19) complementa que “há mais de 6.000 anos o comércio já era intenso, o controle religioso sobre o Estado já era grande e poderoso, daí derivando grande quantidade de fatos a registrar, ensejando, também, o desenvolvimento da escrita contábil”.

Um dos fatores que favoreceu o surgimento dessa técnica foi a necessidade de gerenciamento e demarcação dos produtos provenientes da agricultura e da criação de animais, posteriormente serviria para o registro de dívidas ou direitos resultantes da troca de produtos, como é citado por Schmidt (2000, p. 15), “era necessário um sistema para o registro da localização dessas mercadorias, de seus proprietários e das possíveis dívidas surgidas com sua transferência e direitos dos antigos proprietários. ”

Ainda na linha de raciocínio do autor Schmidt (2000, p. 15), “as fichas contábeis foram as antecessoras e propulsoras da escrita e da contagem no sentido abstrato”. Por tanto, é evidente que a contabilidade pode ser considerada um avanço, uma descoberta ao acaso, uma criação proveniente de uma necessidade do homem para gerenciar os seus recursos. Apesar de não haver o conhecimento técnico, o homem já fazia a contabilidade e desenvolvia novas técnicas através da história, técnicas que iriam contribuir para o surgimento da contabilidade como uma ciência.

Os egípcios, foram uma das civilizações que marcaram a história da evolução humana devido os seus avanços e a criações de técnicas que eram consideradas a frente de seu tempo, na contabilidade também não foi diferente, eles foram essenciais para o desenvolvimento de novas técnicas e aperfeiçoamento do uso da matéria como instrumento de informação ao usuário.

Schmidt (2000, p. 22), ressalta que,

Os egípcios deram um grande passo no desenvolvimento da Contabilidade ao escriturar as contas com base no valor de sua moeda, o *shat* de ouro ou de prata. Esse desenvolvimento deveu-se em parte à administração centralizada exercida naquele país, onde a cobrança de impostos e de outras taxas exigiam um complexo sistema de registros.

Através da história da evolução humana e da contabilidade, houveram várias civilizações que contribuíram de várias formas para o desenvolvimento da mesma, porém, os egípcios se destacaram das demais pelas técnicas desenvolvidas, utilizando moedas de ouro e prata para a gestão de seus negócios e cobrança de impostos.

A partir da criação e utilização da moeda, o sistema contábil foi se aperfeiçoando cada vez mais, pois foi possível a mensuração de bens e patrimônios através do valor agregado ao produto, que eram equiparados aos valores das moedas utilizadas pelas suas respectivas civilizações.

A Grécia também foi um centro muito importante para a evolução da contabilidade, pois lá foram encontrados documentos que são considerados alguns dos mais complexos da antiguidade, eles eram provenientes de um templo da cidade de Atenas. Nestes documentos estavam registrados todos os contribuintes, aos quais eram utilizados para a arrecadação do imposto para o império (SCHMIDT, 2000).

Apesar da evolução e inovação nos sistemas contábeis da antiguidade, o mesmo ainda era muito limitado no que tangia as suas normas, no entanto, era aprimorado na questão de registro de informações, isso contribuiu para que fosse ensinado nas escolas junto com as técnicas matemáticas já existentes nesta época, pois já eram matérias que andavam lado a lado (SÁ, 1998).

2.2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CONTÁBIL

Dando um salto na história humana e da contabilidade, chega-se em um período glorioso para ambos os lados, pois desde a sua origem (Pré-História) até o período da Idade Média (por volta do Séc. XI), não houveram tantas mudanças nos sistemas contábeis já existentes de acordo com registros históricos. No entanto, a história da contabilidade estava para mudar, pois passaria por alterações extraordinárias que contribuiriam para sua disseminação e reconhecimento como uma ciência social.

Iudícibus e Marion (1999, p. 34), pontuam que:

Ainda que a Contabilidade, como já vimos, existisse desde o princípio da civilização, nota-se um desenvolvimento muito lento ao longo dos séculos. Somente em torno do século XV (com presença relevante no século XIII), isto é, praticamente após 5.500 anos (partindo-se da hipótese de que ela existe desde 4.000 a.C) é que a Contabilidade atinge um nível de desenvolvimento notório, sendo chamada de fase lógica-racional ou até mesmo a fase pré-científica da Contabilidade.

Alguns doutrinadores adotam a hipótese de que, devido as técnicas de escrituração contábeis serem ensinadas junto com os cálculos matemáticos, isso acabou influenciando para o surgimento das partidas dobradas, pois se assemelha com a técnica matemática da equação, onde $a = b$ (matematicamente) e débito = crédito (contabilmente). Ou seja, logicamente falando, uma ação é igual a uma reação (SÁ, 1998).

O berço do surgimento das partidas dobradas foi a Europa, precisamente na Itália, por volta dos séculos XII e XIII surgiram os primeiros resquícios do uso do sistema das partidas dobradas, a partir do desenvolvimento desta técnica, o seu uso se tornou muito popular em vários países da Europa, devido a expansão do comércio (SCHMIDT, 2000).

Por outro lado, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 39), complementam que: “Não sabemos quem inventou a contabilidade. Sabemos, porém, que sistemas de escrituração por partidas dobradas começaram a surgir gradativamente nos séculos XIII e XIV em diversos centros de comércio no norte da Itália”.

No que se refere a partidas dobradas, Sá (1998, p. 21), traz uma conceituação bastante simples, que consiste em:

Não eram dois fatos que a partida dobrada estava, por evolução, a sugerir que se registrasse, mas um só fenômeno, sob dois aspectos contábeis: o de seu débito (efeito) e de seu crédito (causa), obrigatoriamente correlatos. A inserção do valor sugeria-se em dobro, embora só um fato estivesse acontecendo, mas revestido de dois aspectos absolutamente distintos (um valor identificando a causa e o mesmo valor identificando o efeito).

As partidas dobradas basicamente se baseiam no lançamento contábil de um fator decorrente de uma ação, ou seja, um lançamento de um valor “x” para débito e outro de mesmo valor para o crédito, demonstrando assim a entrada de um bem ou recurso e a saída de outro decorrente da aquisição feita. Em outras palavras, o valor da entrada deveria ser o mesmo da saída, independentemente da quantidade de lançamentos efetuados a débito ou a crédito.

O surgimento das partidas dobradas foi um fator inestimável para a contabilidade na idade média, pois influenciou no seu aperfeiçoamento como uma ciência social, voltada para a questão socioeconômica que marcou esse período. Iudícibus e Marion (1999, p. 35), fazem uma conceituação simples sobre a Contabilidade como sendo uma ciência social, eles citam que: “A Contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial”.

A Renascença foi um período de grandes descobertas e inovações na história da humanidade, e foi nesse período que surge um dos protagonistas da história da Contabilidade, Luca Pacioli era um Frei Franciscano de origem italiana. Passou grande parte da vida lecionando e estudando em grandes universidades da Itália, como a de Florença e Pisa. Seus ensinamentos se tornaram conhecidos pós escrever um livro chamado *Summa*, publicado em torno do séc. XV, onde continha capítulos sobre as partidas dobradas, esse foi o primeiro material publicado que ensinava tal técnica e era intitulado: *Particularis de Computis et Scripturis* (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Alguns doutrinadores, consideram o Frei Franciscano Luca Pacioli como sendo o criador e o pioneiro no desenvolvimento do método das partidas dobradas, que contribuiu para o surgimento da Contabilidade como ciência. Entretanto, outros doutrinadores ressaltam que Pacioli não fora o criador deste método revolucionário, pois através de investigações históricas e descobertas de documentos manuscritos datados entre os anos de 1330 e 1340 que já possuíam lançamentos contábeis com base na técnica das partidas dobradas, e que foram desenvolvidos de maneira autônoma em outros locais da Europa (SCHMIDT, 2000).

Embora haja muitas divergências de pensamento por parte dos doutrinadores sobre quem de fato desenvolveu o método de lançamento com base nas partidas dobradas, não podemos descartar ou desmerecer os feitos de Luca Pacioli, pois ele foi o grande responsável pela publicação dos primeiros exemplares que continham os ensinamentos sobre esse sistema inovador. Publicação que foi possível graças ao desenvolvimento da imprensa italiana, como é citado por Hansen (2001, p. 14): “Frei Luca Pacioli, no entanto, foi o primeiro divulgador desse sistema contábil de registro, pois a sua publicação coincidiu com a época da introdução da imprensa na Itália”.

Por tanto, graças a publicação e divulgação do método das partidas dobradas e ao grande crescimento do comércio na Europa, em especial nas cidades italianas de Florença, Veneza, Pisa e Gênova entre os séculos XIII e XVII, propiciou o cenário perfeito para mais um passo na evolução da Contabilidade, com isso, acarretaria em outro fator que ficaria marcado na história, que seria o precursor do surgimento da Escola Italiana, ou de modo mais abrangente, Escola Europeia de Contabilidade (IUDÍCIBUS, 2010).

2.3 AS ESCOLAS DE CONTABILIDADE

Após o surgimento da técnica das partidas dobradas e graças a sua divulgação na Itália e em toda Europa pelas obras publicadas por Luca Pacioli, a contabilidade começa a ser considerada uma ciência social e passa para um novo nível de entendimento e aperfeiçoamento. Pois com o surgimento da Escola Italiana, que contribuiria para a formação das Escolas Europeias de Contabilidade, que por sua vez contribuiria para o aperfeiçoamento e divulgação para todo o mundo.

2.4 A ESCOLA ITALIANA OU ESCOLA EUROPEIA DE CONTABILIDADE

O surgimento das partidas dobradas e da escola italiana se dá devido ao fato do grande crescimento do comércio nas cidades italianas, devido a esse crescimento econômico, as partidas dobradas vieram como uma resposta da contabilidade as necessidades de seus usuários e as escolas italianas com a finalidade de ensinar e promover a divulgação das técnicas contábeis aos interessados (HANSEN, 2001).

No entanto, próximo ao fim do século XV o comércio nas cidades italianas começou a declinar devido grande parte do comércio ter se direcionado para Portugal e Espanha devido o surgimento de novas rotas de comércio marítimo e a descoberta do novo mundo (América). Esse acontecimento fez com que o comércio e a política nas cidades italianas entrasse em um período crítico e delicado, mas por outro lado contribuiu para a divulgação dos conhecimentos contábeis aos outros países da Europa e futuramente para a América com a expansão marítima e a colonização do novo mundo, esse período ficou conhecido como a “estagnação da contabilidade”, pois marcou um período de descoberta e revolução, pois foi um período que marcou a transformação do mundo e da contabilidade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

O período da estagnação contábil foi um marco muito importante para a contabilidade e para o mundo, podendo ser um divisor de águas na história da humanidade e da contabilidade, período ao qual foi marcado também com o início da Revolução Industrial. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 46) ressaltam que: “É difícil identificar uma data exata na qual essa revolução começou, ou apontar suas causas exatas. Sua origem talvez tenha sido um período de bom tempo na Inglaterra [...]”.

Com o início da revolução industrial na Inglaterra em seguida por toda a Europa, fez com que desse início no crescimento econômico de forma extraordinária, isso contribuiu para o surgimento das primeiras grandes indústrias, fazendo com o que o homem do campo migrasse para as cidades.

Com o crescimento das indústrias e da necessidade do uso de grandes máquinas e equipamentos, se fez necessário o uso da contabilidade, como instrumento gerencial com o intuito de mensurar e registrar valores que seriam referentes a depreciação do maquinário usado na produção, utilizando o método de custos para apurar os valores que seriam atribuídos para a formação do preço dos produtos em estoques. Além da apuração da depreciação e dos custos de produção para a formulação do preço de venda, a contabilidade também se aperfeiçoava cada vez mais no que tangia a mensuração e registro do patrimônio das grandes indústrias e também na geração de informações necessárias para uma boa gestão da administração (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Dessa forma, fica claro e evidente os efeitos da estagnação contábil para aprimoração da contabilidade em sua própria história e na do homem, pois foram períodos semelhantes, que ocorreram junto a Revolução Industrial, mudando as condições de vida e econômica do homem, fazendo com que a contabilidade evoluísse para suprir novamente as necessidades dos usuários, dessa forma, contribuindo para a consolidação da profissão e do profissional contábil.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 47), destacam a importância desse acontecimento, eles citam que,

Com o advento da Revolução Industrial, começaram a surgir especialistas em contabilidade. O caminho foi aberto em Edimburgo, cujo anuário municipal de 1773 indicava a existência de sete contadores. No início do século XIX, ainda havia menos de 50 contadores públicos registrados nas listas das principais cidades da Inglaterra e da Escócia. Esses números cresceriam rapidamente em consequência da aprovação da Lei das Companhias em 1844, que passou a exigir balanços aprovados por auditores.

Entretanto, com o crescimento econômico e o surgimento de grandes indústrias e grandes metrópoles, necessitou de fato que a contabilidade acompanhasse esse desenvolvimento para atender as necessidades dos usuários. É fato que essa evolução ocorreu, porém, os métodos usados pelas escolas italianas e europeias se mostraram ineficazes e ultrapassadas em alguns aspectos que colaboraram para o enfraquecimento da sua influência no mundo.

Um dos fatores que marcaram a queda da Escola Italiana foi a criação e publicação de trabalhos repetitivos, voltados a questões teóricas, como é citado por Iudícibus (2010, p.17),

a escola italiana, vinculada a um excessivo culto da personalidade, não amparada, usualmente, por uma pesquisa indutiva de vulto e baseada em concepções generalizantes de algumas mentes privilegiadas, produziu trabalhos repetitivos, excessivamente teóricos, apenas pelo gosto de serem teóricos, e não se nota muita aderência dos autores aos princípios da pesquisa, mas apenas uma livre difusão de ideias.

Pode se notar portanto que, os doutrinadores da época se preocupavam apenas com a produção e publicação de materiais teóricos, voltados apenas para as necessidades teórica da contabilidade, não respeitando alguns princípios de pesquisa, fazendo com o que fosse gerados materiais que expressavam apenas os pensamentos dos mestres que os publicavam, e não o verdadeiro teor que a contabilidade possuía em relação ao seu uso devido a necessidade do usuário da época, isso fez com que as escolas italianas perdessem força e contribuiu em parte para a queda de alguns de seus conceitos e em outros países futuramente.

A escola italiana na realidade demonstrava que o foco e a utilidade da contabilidade seria voltada apenas para a questão do registro de informações, deixando de lado o seu uso para a gestão das informações como um instrumento de auxílio. Isso ocorreu devido alguns pontos negativos que ocorriam nos métodos aplicados pela escola italiana, que seriam: a falta de pesquisa de teor indutivo, afim de verificar as verdadeiras necessidades do usuário, a publicação em excesso de materiais teóricos e falta da aplicação prática das teorias publicadas e a queda da qualidade de ensino das grades universidades, devido à má remuneração dos mestres e a sua superlotação por porte dos alunos (IUDÍCIBUS, 2010).

Devido a essa “perda de qualidade” da escola italiana e o fato de “deixar a desejar” em alguns aspectos, contribuiu para o surgimento e o crescimento de outra escola, a escola norte-americana ou escola anglo-saxã.

2.5 A ESCOLA NORTE-AMERICANA OU ANGLO-SAXÃ

O surgimento da escola norte-americana atribui-se a uma nova necessidade do usuário, a necessidade de captar novos investidores. Pois nota-se que, as escolas europeias utilizavam contabilidade como um instrumento gerencial (para as empresas) e como forma de proteger os credores (entidades financeiras), de forma simples, não utilizando o verdadeiro potencial da matéria.

Devido à grande influência da Inglaterra nos EUA graças a colonização por parte dos ingleses, fez com que vários traços Britânicos permanecessem entrelaçados na cultura americana, como na economia e na contabilidade, devido ao crescimento industrial e surgimento das grandes corporações e com a vinda de profissionais para a América.

A escola anglo-saxã aperfeiçoou as técnicas contábeis já utilizadas pela escola europeia para se beneficiar na busca de capital de terceiros, usando a contabilidade como instrumento de informação para as divulgações de demonstrativos, com a finalidade de captar recursos financeiros para as suas entidades, assim surgiram as primeiras sociedades que são conhecidas como Sociedades Anônimas (S/A) (MARTINS; LISBOA, 2005).

Essas sociedades começaram a utilizar a contabilidade como instrumento de informação, com o intuito de captar recursos de terceiros através do lançamento de ações no mercado financeiro, porém, devido a essa necessidade de captação de recursos pela sociedade, fez com que surgisse um novo usuário das informações contábeis, o investidor minoritário, ao qual as entidades deviam adequar seus balanços que seriam divulgados para atender à necessidade desses milhares de investidores quem não possuíam livre acesso as demonstrações das empresas em que estavam investindo.

Para atender a essa nova necessidade, surge mais uma carreira profissional ligada a contabilidade, es que surge o papel do auditor independente, com o dever de verificar as informações contidas no balanço das empresas para dar mais credibilidade e comprovar a fidedignidade das informações contidas nos balanços que seriam divulgados para a sociedade de investidores. Martins e Lisboa (2005, p. 55) complementam que, “[...] auditor independente, profissional de nome e reputação independente da empresa auditada, que analisa as demonstrações e dá sua opinião sobre elas para esses investidores que não têm acesso direto às informações da empresa”.

Outros fatores de grande importância que contribuíram para a evolução e fortalecimento da contabilidade nos Estados Unidos foram: 1. Crescimento das instituições econômicas e sociais; 2. Pressão do investidor médio sobre as demonstrações contábeis apresentadas referentes ao curto prazo; 3. Grande investimento por parte do governo, órgãos de classe e universidades nas pesquisas dos princípios contábeis e 4. Criação do SEC e do FASB, responsáveis por grandes pesquisas voltadas para a questão dos procedimentos contábeis (IUDÍCIBUS, 2010).

Devido aos avanços nas pesquisas no campo da contabilidade proporcionados pelo governo, pelos órgãos norte-americanos de contabilidade e pelas universidades, fez com que a contabilidade americana se destacasse em peso e em eficácia quando comparado as escolas europeias, pois enquanto o foco nas escolas europeias era as pesquisas de cunho teórico, com o uso da contabilidade como apenas instrumento gerencial e para a proteção dos credores, a contabilidade americana elevou o seu nível, utilizando a matéria como instrumento de captação de investidores e com práticas aplicáveis e compatíveis com as necessidades dos usuários. “Seu início caracteriza-se por seu aspecto prático no tratamento de problemas econômico-administrativos com limitadas construções teóricas” (SCHMIDT, 2000, p. 87).

Com a evolução dos métodos contábeis e com o grande crescimento da economia americana, fez com que o país se destacasse no cenário econômico mundial, tendo em destaque especial os métodos contábeis praticados pelos americanos. Iudícibus (1999, p. 35) cita que: “Com a ascensão econômica do colosso norte-americano, o mundo contábil volta sua atenção para os Estados Unidos, principalmente a partir de 1920, dando origem ao que alguns chamam de Escola Contábil Norte-americana”.

Um grande fator que contribuiu para o crescimento e aperfeiçoamento da contabilidade norte-americana, foi a criação de vários órgãos de classe, que apesar de as vezes terem ideologias diferentes, contribuíram para o fortalecimento da matéria e da profissão nos Estados Unidos, fato que influenciou em vários países inclusive no Brasil.

2.6 A CONTABILIDADE NO BRASIL

Assim como os Estados Unidos foram fortemente influenciados pela cultura inglesa devido a sua colonização, com o Brasil também não foi diferente, com a colonização portuguesa grande parte da cultura de Portugal foi imposta na constituição cultural e democrática do país, influência que também ocorreu com a implementação da contabilidade no país, pois a contabilidade portuguesa trazia consigo as raízes das doutrinas das escolas europeias de

contabilidade, em especial a escola italiana, que conseqüentemente influenciaram a contabilidade no Brasil.

As primeiras influências exercidas no comércio e na contabilidade foram registradas ainda no governo de D. João VI por volta do ano de 1808, quando foi publicado documento oficial que obrigava os contadores da realeza a utilizar o método das partidas dobradas nos lançamentos contábeis e na escrituração (SCHMIDT, 2000).

Por muito tempo a contabilidade brasileira sofreu forte influência das escolas europeias de contabilidade, em especial a escola italiana, devido ao vínculo cultural estabelecido com Portugal graças a colonização. Assim como é citado por Iudícibus (1997, p. 36): “Mas, voltando às origens, o Brasil foi forte e inicialmente influenciado pela escola italiana. Aliás, as paixões e as discussões em torno das escolas – reditualista, patrimonialista, contista, materialista etc.”.

Entretanto, o desenvolvimento na contabilidade do Brasil pode ser segregado em dois períodos, como é descrito por Schmidt (2000, p. 205), que diz que, “a Contabilidade brasileira pode ser dividida em dois estágios de desenvolvimento: anterior a 1964 e posterior a 1964”. Período que é caracterizado pela forte influência da escola europeia de contabilidade (anterior a 1964), e o período em que a maior parte da influência na contabilidade nacional passa a ser exercida pela escola norte-americana (posterior a 1964).

A prática contábil no Brasil é muito recente quando comparado com a Itália, que é considerada a precursora e pioneira nas práticas da doutrina contábil, além de ser considerada o local de origem da criação das partidas dobradas graças as obras do Frei Luca Pacioli. Por tanto, é perceptível a grande influência exercida pela escola italiana nas práticas e nas doutrinas contábeis que foram implementadas e utilizadas desde o governo de D. João VI até meados do século XX.

Schmidt (2000, p. 205), complementa que,

Embora não exista uma escola de pensamento contábil genuinamente brasileira, é possível destacar várias colaborações de pensadores contábeis nacionais para o desenvolvimento da prática e da teoria contábil no Brasil. Aliando-se a isso, percebe-se claramente a permanente participação dos legisladores nesse desenvolvimento.

Uma prova clara que comprova o que é afirmado por Schmidt sobre a participação dos legisladores no desenvolvimento da contabilidade foi a criação do Código Comercial Brasileiro de 1850. A criação desse código teve a principal finalidade de uniformizar as práticas contábeis relacionadas as escriturações contábeis, das demonstrações dos balanços, dos bens, obrigações e direitos das entidades. Entretanto, a criação desse código não visava a normatização dos procedimentos e práticas contábeis, mas sim apenas uma uniformidade para o uso das técnicas contábeis (SCHMIDT, 2000).

A influência que era exercida com base nas doutrinas da escola italiana de contabilidade perdurou por várias décadas nos métodos aplicados e utilizados na contabilidade brasileira. A década de 50 foi um período histórico para a contabilidade brasileira, pois foi quando ocorreu o 5º Congresso Brasileiro de contabilidade. Sá (1997, p. 154) afirma que, “nesse Congresso, o melhor trabalho, no tocante à ciência contábil, sob o ângulo da doutrina patrimonialista, foi o do contador emérito, paulista, Hilário Franco, intitulado *Fundamento científico da contabilidade*”.

A preocupação e a necessidade do homem em gerir e mensurar a sua riqueza, se fez presente para poder administrar a suas riquezas e demonstrar as mutações que ocorriam em seu patrimônio, dessa forma surge o patrimonialismo, tendo como o objeto de estudo o patrimônio.

O patrimonialismo como método científico surgiu na Itália, seu principal doutrinador foi Vincenzo Masi. Os patrimonialistas consideravam a contabilidade como uma ferramenta para o estudo do patrimônio, pois utilizava técnicas de características descritivo-estatístico,

além de outros instrumentos como registros, documentos, livros e outros como ferramentas de auxílio na obtenção de respostas a suas investigações voltadas ao patrimônio da entidade. (SÁ, 1998).

Com base no que é expresso por Sá, o patrimonialismo era de fato essencial na contabilidade brasileira, pois não se tratava apenas da análise do patrimônio sob a ótica dos números de forma quantitativa, mas sim também sob a ótica do homem, pois os efeitos que provocam as mudanças no patrimônio são provenientes das ações humanas (SÁ, 1997).

Entretanto, mudanças no cenário da contabilidade brasileira estavam prestes a correr, pois as influências sobre as doutrinas contábeis brasileiras sofreriam algumas mudanças, pois conforme foi ressaltado por Schmidt, a influência exercida na contabilidade nacional após 1964 passaria a ser da escola norte-americana, havendo grandes mudanças na didática dos métodos contábeis no Brasil.

Schmidt (2000, p. 209) afirma que,

A partir dessa mudança de orientação didática, a influência dos autores italianos e das escolas de pensamento italianas foi sendo substituída pelos autores norte-americanos. Uma consequência direta dessa mudança de enfoque foi a elaboração do livro *Contabilidade Introdutória*, de 1971, por professores do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Esse livro passou a ser adotado em quase todas as faculdades de Contabilidade do Brasil, influenciando os profissionais brasileiros.

A mudança ocorrida na metodologia da contabilidade brasileira é notória, Iudícibus (2010, p. 24) que, “desde 1964, gerações de contadores, administradores e de economistas são influenciados pelo novo enfoque, constituindo um centro de irradiação das novas doutrinas”.

Contudo, o que propiciou essa mudança na didática metodológica na contabilidade nacional foi o cenário econômico em que o país se encontrava, devido à alta inflação do mercado, mudança em questão que é denominado por Schmidt (2000, p. 209) de “escola de correção monetária”.

O ano de 1964 foi revolucionário para a contabilidade brasileira, pois além da mudança da influência doutrinária na contabilidade nacional, o ano foi marcado com o Golpe Militar que ocorreu no mesmo período, e que muitos doutrinadores alegam que o golpe ocorreu devido à falta de competência do governo em controlar o índice inflacionário que afetava o mercado naquele período. No Quadro 1, seguem algumas das leis criadas pelo governo que favoreceram as mudanças que ocorreram na contabilidade nacional.

Quadro 1 - Evolução legal da contabilidade no Brasil

Lei	Objetivo	Ação
Lei nº 4.357 de 1964	Visava a obrigatoriedade na correção monetária de ativos imobilizados e do capital de pessoas jurídicas.	Normalizar a inflação do mercado.
Lei nº 4.728 de 1965	Regulamentar o Mercado de Capitais.	Regulamentação do mercado e surgimento do auditor independente.
Decreto nº 61.083 de 1967	Desenvolvimento de práticas contábeis brasileiras.	Criação de métodos práticos para a atividade contábil.
Circular nº 178 de 1972 do BCB	Tornou-se obrigatório o registro dos auditores independentes ao Banco Central.	Normalizar o registro apenas de contadores.
Circular nº 179 de 1972 do BCB	Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos.	Normalizar os métodos contábeis das entidades de capital aberto e as atividades dos auditores independentes.

Fonte: Adaptado de Schmidt, 2000.

Outra lei que também foi favorável as mudanças ocorridas foi a Lei 6.404 de 1976, a lei das S/As, que propiciou o surgimento e o crescimento das denominadas “Sociedades Anônimas”, que são empresas de capitais abertos dividindo-se o mesmo por ações que são negociadas conforme descrito em lei e que estiverem devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (BRASIL, 1976).

Devido a tal mudança no quadro econômico nacional, se fez necessário também mudanças nos métodos doutrinários que regiam a contabilidade brasileira, pois, as doutrinas anteriormente adotadas com base didática nos princípios da escola do pensamento contábil italiana já não eram mais adequadas as necessidades dos usuários brasileiros, fazendo com que houvesse uma maior adequação e aceitação das doutrinas da escola norte-americana, que se faz presente até hoje.

2.7 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO E EDUCAÇÃO EM CONTABILIDADE

As diretrizes curriculares podem ser conceituadas basicamente como sendo normas e regras a serem cumpridas pelas instituições de ensino conforme estiverem previstas em lei. Contudo, as diretrizes curriculares são normas pedagógicas que são impostas as instituições de ensino para que o curso fornecido pelas mesmas seja considerado adequado perante a lei, tendo como objetivo a formação de profissionais qualificados e competentes para o exercício da profissão em meio ao mercado de trabalho.

Conforme é previsto pelo Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior, a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, que institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, e dá outras providências, instituiu as seguintes diretrizes para o curso, conforme previsto em seu 2º artigo, cujo seu capt e seguintes incisos dizem que,

Art. 2º As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II - componentes curriculares integrantes;
- III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV - estágio curricular supervisionado;
- V - atividades complementares;
- VI - monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- VII - regime acadêmico de oferta;
- VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

O artigo acima, refere-se ao perfil profissiográfico ao qual as Instituições de Ensino Superior (IES) deverão promover e proporcionar aos acadêmicos, com o objetivo de formar profissionais competentes e com o crivo acadêmico ao mercado de trabalho. Em continuidade a análise da Resolução CNE/CES 10/04, seu artigo 3º e demais incisos ressaltam que,

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contador seja capacitado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

O 3º artigo e demais apresentações referem-se à capacitação técnica e qualificação que os futuros contadores deverão possuir para atuar com plena capacidade e convicção em meio as dificuldades que poderão surgir ao decorrer do exercício de suas funções. Os atributos mencionados deverão ser proporcionados e apresentados aos futuros contadores no decorrer do curso por suas respectivas IES.

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;

II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;

III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;

IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Por outro lado, o 4º artigo das diretrizes do curso apresenta as habilidades e competências que os acadêmicos deveram desenvolver com no decorrer do curso, através da metodologia e prática que deverá ser fornecida pelas instituições de ensino que fornecerem o curso de Ciências Contábeis. A seguir, consta o disposto pelo 5º artigo e demais incisos, que abordam sobre a questão do conhecimento interdisciplinar básico, o conhecimento científico contábil e conhecimentos teóricos e práticos, que deverão ser proporcionados e cobrados das IES através dos métodos a serem aplicados para a avaliação do acadêmico ao decorrer do curso.

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de

informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

O artigo 5º, é de extrema importância para as IES e para os acadêmicos do curso, e deve ser ressaltado com bastante relevância, pois o mesmo aborda desde a formação básica do curso até a questão prática, que são etapas de extrema importância, que contribuíram para a formação do futuro profissional que ingressará no mercado de trabalho.

Dando continuidade, assim como os demais artigos, o 7º também é um dos artigos de grande importância, não apenas para as IES e futuros contadores, mas também para o próprio curso de Ciências Contábeis, pois o mesmo rege sobre a questão do estágio supervisionado, onde cita que,

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

O estágio curricular supervisionado é uma questão optativa pelas IES, no entanto se optarem deverão elaborar critérios para a avaliação do estágio que será aplicado e executado pelos acadêmicos. O estágio supervisionado é de grande importância para o curso e para a graduação dos acadêmicos, pois grande parte dos estudantes do curso têm a sua primeira oportunidade e conhecimento prático na execução do estágio, dessa forma, o estágio tem por objetivo proporcionar conhecimento, experiências práticas e familiaridade com o cenário de atuação profissional junto ao mercado de trabalho.

Por último, mas não menos importante, segue o disposto nos artigos 8º e 9º da Resolução CNE/CES 10/04, que abordam sobre a questão das atividades complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), os seguintes artigos articulam que,

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares devem constituir-se de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas à sua elaboração.

Referindo-se aos dois últimos artigos abordados em relação a Resolução CNE/CES 10/04, são ressaltados nos artigos 8º e 9º a questão das atividades complementares e o TCC respectivamente. No artigo 8º é importante ressaltar que a prática das atividades

complementares assim como o estágio supervisionado proporcionaram grandes conhecimentos e experiência na prática do exercício contábil, devendo ser segregada e diferenciada do estágio. Pois as atividades complementares deverão ser voltadas para a prática de atividades intra e extraescolares, envolvendo o meio prático e social para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades dos acadêmicos do curso.

Já o artigo 9º da Resolução que aborda a questão do TCC é importante perante a questão da formação técnico-científico do acadêmico, pois conforme previsto no artigo 2º, inciso VI, as IES deveram proporcionar projetos e outros artifícios para a inserção dos acadêmicos no meio científico. Essa inserção será de extrema importância ao acadêmico para a elaboração de seu TCC, pois o mesmo contará com o conhecimento que será fornecido no curso caso a instituição opte em adicionar o TCC como projeto científico final para aprovação dos alunos do curso de Ciências Contábeis.

Com base na Resolução CNE/CES 10/04, foi publicado em 2009 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a “Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis”. Nessa proposta publicada pelo maior órgão nacional que rege sobre a contabilidade no Brasil, é apresentado um modelo de diretrizes ou matrizes curriculares a serem implementadas pelas IES ou que utilizem como base para a formação da grade curricular do curso a ser fornecido respeitando a Resolução e as seguintes diretrizes conforme é previsto na lei aprovada pelo Ministério da Educação (Mec).

A proposta publicada pela FBC de Cordeiro (2009), traz consigo modelos para a formação da grade curricular do curso de Ciências Contábeis, no Quadro 2 segue alguns exemplos desses modelos.

Quadro 2 - Exemplos de proposta de conteúdo para formação curricular do curso

Código	Conteúdo de Formação Básica	Carga Horária
1001	Matemática	60
1002	Métodos Quantitativos Aplicados	60
1003	Matemática Financeira	90
	Conteúdo de Formação Profissional	
2001	Contabilidade Básica	120
2002	Estrutura das Demonstrações Contábeis	90
	Conteúdo de Formação Teórico-Prática	
3001	Estágio de Iniciação Profissional	180
3002	Metodologia de Pesquisa	60
	Conteúdo de Disciplinas Optativas	
4001	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	60
4002	Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social	60

Fonte: Adaptado do Conselho Federal de Contabilidade, 2009.

Contudo, fica expressamente evidente a preocupação do maior órgão normatizador da profissão contábil no Brasil quanto a formação da grade curricular do curso nas IES, pois as grades de ensino das instituições influenciam com grande força nos conhecimentos, habilidades, qualidade profissional e conseqüentemente na graduação dos futuros profissionais que serão acrescidos no mercado de trabalho e também agregaram ao quadro de profissionais registrados no órgão regente da classe (CFC).

2. 8 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACTU

Conforme exposto anteriormente os critérios, requisitos e regulamentações para a disponibilização do curso de Ciências Contábeis pelas IES de acordo com o previsto pela Resolução CNE/CES 10/04 e o modelo de formação da grade curricular elaborado pelo CFC em parceria com a FBC, é apresentado a composição do curso de graduação e bacharel que é fornecido pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí na região do noroeste mineiro.

Respeitando-se todos os quesitos impostos em lei, o curso de Ciências Contábeis da FACTU traz em seu projeto pedagógico as diretrizes e normas que viabilizam e regulamentam a oferta do curso de graduação e bacharel para a sociedade da região. Em seu projeto pedagógico, é ressaltado o seu objetivo geral quanto a formação do acadêmico do curso, que versa que deve,

Formar o Contador para ser inserido no mercado de trabalho com competência técnica, social, científica e capaz atuar nas demandas econômicas e financeiras, no âmbito nacional e internacional e especialmente regional nos diferentes modelos de organização, com domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas de forma crítico-analítica (PROJETO PEDAGÓGICO FACTU, 2013).

Nota-se claramente que, as vertentes da elaboração do objetivo geral do projeto pedagógico da FACTU são embasadas conforme previsto na Resolução CNE/CES 10/04 no art. 2º em seu 2º parágrafo (§), que rege sobre a formulação do projeto pedagógico das IES, essa referência é fortemente presente em toda a sua composição de objetivos.

Já sobre o perfil profissiográfico do bacharel em Contabilidade, o mesmo faz menção sobre a qualificação que é adquirida durante a sua formação acadêmica, sobre os conhecimentos básicos e específicos que iram compor o conhecimento do acadêmico de modo a adequar e beneficiar a sua atuação na área contábil. Contudo, o perfil do acadêmico deverá ser formulado e adequado no decorrer do curso conforme os conhecimentos que serão agregados pelo mesmo.

Referindo-se ao projeto pedagógico da FACTU, o mesmo destaca alguns requisitos que deveram compor a formação do perfil profissiográfico adequado para a atuação do formando no mercado de trabalho, sendo esses:

- Gestão do patrimônio de empresas públicas, privadas ou do terceiro setor em uma perspectiva democrática, de forma integrada, compreendendo as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional;
- Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- Revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação;
- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo das ciências sociais aplicadas.

Sobre a formação do perfil profissiográfico, nota-se que o projeto pedagógico da FACTU faz uma mesclagem dos artigos 3º, 4º e 5º da Resolução CNE/CES 10/04, onde são abordados os conhecimentos básicos, como algumas matérias específicas que são necessárias para a compreensão dos fatos que modificam o patrimônio que é o objeto de trabalho e de análise da profissão contábil. Além é claro do uso de técnicas para análise crítica, interpretação e transmissão das informações aos usuários, devendo ter conhecimento e fazer uso da tecnologia contábil para gerir e transmitir as informações obtidas em tempo hábil.

Ainda fazendo menção ao perfil profissiográfico, é clara a influência do artigo 4º da Resolução CNE/CES 10/04, onde as diretrizes curriculares da FACTU sobre o curso de Ciências Contábeis trazem os seguintes princípios a serem observados e respeitados, sendo alguns deles:

- utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis, acompanhando a evolução legal imposta pelos órgãos reguladores e fiscalizadores;
- desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

A elaboração do perfil profissiográfico é de extrema necessidade tanto para as IES quanto para os futuros profissionais que serão lançados ao mercado de trabalho, pois o mesmo pontua sobre os quesitos básicos para o exercício da profissão, princípios aos quais devem fazer parte da grade de ensino das IES e que devem ser respeitadas e incorporadas aos conhecimentos dos formandos no decorrer do curso de graduação.

Finalizando sobre o perfil profissiográfico, o Quadro 3 traz algumas das competências e habilidades que o profissional formado deverá atender e apresentar conforme as diretrizes do curso de contabilidade fornecido pela instituição de ensino FACTU.

Quadro 3 - Competências e Habilidades em Ciências Contábeis

Competências	Habilidades
Organizar e executar serviços de Contabilidade em geral;	Interpretação, aplicação e integração da Ciência Contábil, considerando as particularidades da micro-região de UNAI;
Controlar o patrimônio e elaborar planos de contas;	Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação da Ciência Contábil;
Exercer consultoria contábil, fisco-tributária;	Compreensão interdisciplinar e multidisciplinar do fenômeno contábil no âmbito social, empresarial e comercial, e sensibilidade para as transformações sociais, econômicas e políticas que nele incidem;
Elaborar e executar orçamento público e empresarial;	Postura ético-profissional associada à responsabilidade histórica própria de um operador social, com a compreensão da causalidade e finalidade da contabilidade e da busca constante de libertação e do aprimoramento da sociedade;
Controlar e avaliar gestão econômica e financeira;	Apreensão, transmissão crítica e produção criativa do contador, nos planos social, profissional e acadêmico, associada a um raciocínio lógico e à consciência da necessidade de permanente atualização;
Consolidar e analisar demonstrações contábeis e financeiras;	Detenção de métodos e técnicas próprias do trabalho científico, que lhe permitam enfrentar os problemas científicos sociais, legislativos e empresariais derivados da criação e da aplicação das normas da contabilidade;
Realizar auditoria contábil;	
Realizar perícias contábeis em juízo ou extrajudiciais;	
Planejar custos, receitas e resultados de empreendimentos econômicos ou sociais;	
Gerenciar, supervisionar e assessorar setores contábeis em instituições públicas ou privadas;	Solução dos problemas da contabilidade de empresas, indústrias e negócios, associada com a possibilidade de assessorar na tomada de decisões.
Exercer docência de contabilidade, com ética as atribuições e prerrogativas previstas em lei.	

Fonte: Adaptado de Projeto pedagógico curso de Ciências Contábeis – FACTU.

Sobre a organização didático-pedagógica da FACTU, a mesma trata sobre os critérios de avaliação, onde são avaliados os docentes (professores) e os discentes (alunos). Sobre a avaliação dos docentes, o Projeto Pedagógico da FACTU (2013), traz os seus seguintes critérios, sendo eles:

1. criteriosa seleção de docentes para ministrar as disciplinas, a cada exigência de novo semestre que se inicia;
2. incentivo à qualificação dos professores do Corpo Docente, mediante o incentivo na participação de eventos relacionados com a contabilidade, à conclusão dos cursos de mestrado e doutorado para aqueles que já estão cursando e estímulo aos demais para que iniciem cursos de pós-graduação;
3. organização do curso de Ciências Contábeis pelo perfil desejado do egresso, com a adequação dos conteúdos programáticos às ementas do currículo pleno;
4. condução dos estágios supervisionados;
5. avaliação do corpo docente pelos alunos, segundo critérios objetivos e subjetivos, traduzindo o perfil do professor observado segundo a ótica do corpo discente, sendo que a avaliação negativa é discutida com o professor pelo Coordenador de Avaliação e Qualidade, ocorrendo, em caso de reincidência, a proposta de afastamento do docente por não corresponder às expectativas mínimas da Instituição;
6. avaliação do corpo discente pelos professores, segundo critérios objetivos e subjetivos, resultando na atribuição de menções referentes a exercícios e provas, aqueles sob a forma de seminários, pesquisas, painéis etc. As avaliações são bimestrais e os critérios são apresentados em cada plano de disciplina.

Fazendo menção a avaliação dos docentes feita pela FACTU, nota-se a preocupação com a qualidade profissional dos docentes que ministram as aulas referentes ao curso de graduação em Ciências Contábeis, pois a qualificação e o incentivo da mesma são de extrema necessidade, pois com professores bem qualificados será possível ter um melhor rendimento e aproveitamento por parte dos discentes. Os discentes também são avaliados por um criterioso processo de avaliação, sendo alguns desses critérios,

1. A avaliação do rendimento escolar é feita por disciplina, considerando-se a apuração do aproveitamento e da frequência;
2. para apuração do aproveitamento, as notas são expressas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez inteiros);
3. referente ao aproveitamento, será considerado aprovado o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis inteiros) em cada disciplina, resultante das notas atribuídas a provas e trabalhos aplicados em duas etapas: 1º e 2º bimestres;
4. a nota do 1º bimestre corresponde a 4,0 (quatro inteiros) e a nota do 2º bimestre corresponde a 6,0 (seis inteiros);
5. o aluno que tenha alcançado durante o semestre nota 4,0 (quatro inteiros) e 5,9 (cinco inteiros e nove décimos), poderá requerer estudos de recuperação;
6. será considerado aprovado, após os estudos de recuperação, o aluno que alcançar nota final igual ou superior a 6,0 (seis inteiros);
7. quanto à apuração da frequência, será considerado aprovado o aluno que obtiver a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares em cada disciplina (PROJETO PEDAGÓGICO FACTU, 2013).

Com relação a organização curricular do curso, o mesmo ressalta em sua própria formação a sua adequação conforme previsto na Resolução nº 10 de 16 de dezembro de 2004, da Câmara de Educação Superior – CES / Conselho Nacional de Educação – CNE, devendo ser observados os seguintes quesitos referentes aos conteúdos que serão ministrados ao decorrer do curso para capacitar o futuro profissional para que atue com excelência no mercado de trabalho, devendo atender aos seguintes quesitos:

a) Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas de conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística.

b) Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

c) Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade (PROJETO PEDAGÓGICO FACTU, 2013).

Contudo, percebe-se que a instituição de ensino FACTU se adequa aos padrões exigidos pela lei como é disposta na Resolução CNE/CES 10/04, pois integra em sua grade curricular pedagógica os critérios impostos pela resolução para que o curso seja ofertado a sociedade e região.

3 METODOLOGIA

A metodologia é a questão técnica do desenvolvimento da pesquisa no qual deverá conter as regras e a classificação da pesquisa a ser aplicada no meio social, com a finalidade de identificar determinado problema ou anomalia e ao final propor soluções que deverão sanar ou fornecer alternativas que poderão corrigir tais problemas a serem identificados. (GARCIA, 1998).

A pesquisa em questão, consiste em um estudo sobre a alocação dos egressos do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (FACTU), no qual foi feito um estudo de caso para avaliar a questão da integração dos egressos no mercado de trabalho e avaliar as dificuldades impostas pelo mercado e os benefícios do curso em sua vida profissional e social.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Referente a classificação da pesquisa aplicada no trabalho em questão, o mesmo se enquadra em descritiva (quanto ao objetivo), quantitativa (quanto a abordagem) e levantamento de dados ou SURVEY (quanto ao procedimento).

Referindo-se ao objetivo da pesquisa em questão, a mesma se enquadra como uma pesquisa descritiva, fazendo o uso de técnicas e métodos padronizados para o levantamento de dados que foram analisados como um instrumento de verificação de informações para responder aos objetivos do trabalho científico, como é citado por Severino (2004, p. 75) “O trabalho tem por objetivo último transmitir uma mensagem, comunicar o resultado final de uma pesquisa e de uma reflexão”.

Gil (1999, p. 44) afirma que,

[...] pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A pesquisa em questão visa o levantamento de informações sobre a alocação dos egressos do curso de Ciências Contábeis, através da análise das próprias perspectivas dos egressos. O objetivo é de teor descritivo, pois visa descrever as características da população do qual foram coletados os dados, demonstrando dados da realidade da população que é objeto do estudo (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Quanto a abordagem, a pesquisa se adequa ao método quantitativo, onde foram analisadas as respostas dos egressos, e através das respostas dos questionários que foram aplicados aos mesmos.

Ruiz (2002, p. 51) afirma que, “na técnica do questionário, o informante escreve ou responde por escrito a um elenco de questões cuidadosamente elaboradas. Tem a vantagem de poder aplicar simultaneamente a um grande número de informantes; [...]”. Contará também com o uso da estatística, técnica matemática que foi utilizada para a análise e quantificação dos dados obtidos.

Fonseca (2002, p. 20) ressalta que,

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

A abordagem quantitativa se faz necessária na pesquisa em questão por abordar um tema abrangente, no qual foi necessário analisar respostas de uma quantidade específica de pessoas que compõem a amostra, ou seja, o público alvo. Dessa forma, foi quantificado os dados obtidos para que se possa chegar no objetivo pretendido pela pesquisa em questão.

Referindo-se ao procedimento, o mesmo foi feito através do levantamento de dados ou conhecida também como survey, que consiste na captação de informações que foram levantadas através da aplicação de questionários que foram destinados a uma amostra específica da população alvo da pesquisa.

Beuren (2006, p. 85) ressalta que, “quando o levantamento coleta informações de todos os integrantes do universo pesquisado, tem-se um censo. Pelas dificuldades materiais que envolvem sua realização, [...]”. Ainda na mesma linha de pensamento de Beuren, os dados relacionados a esse tipo de pesquisa podem ser obtidos através da aplicação de métodos de levantamento de dados em uma parte da população, denominada como amostra, que é uma parcela da população no qual se deseja obter devidas informações, devendo-se atentar para possíveis erros que poderão resultar da pesquisa, devido nenhuma amostra poder ser considerada absolutamente perfeita (BEUREN, 2006).

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo e amostra também classificado como universo e população por alguns doutrinadores, refere-se ao objeto de foco da pesquisa, ou seja, é a denominação dada ao total bruto da população que será o foco da pesquisa (universo), e a quantidade limitada de indivíduos ao qual será feito o levantamento de dados (amostra) afim de se obter as informações necessárias de modo a responder os objetivos da pesquisa.

Beuren (2006, p. 118) destaca que, “população ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo”.

Por outro lado, Gil (1999, p. 100) afirma que amostra é “o subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

Referindo-se ao universo da pesquisa em questão, o mesmo é composto por cerca de 48 pessoas, egressos do curso de Ciências Contábeis da instituição de ensino FACTU que concluíram o curso entre os anos de 2012 a 2016. Com base neste universo da população, foi feito o levantamento de dados que visa responder aos objetivos e problemática desta pesquisa, onde ocorreu o levantamento de dados através da pesquisa direta a uma amostra que é composta por 48 pessoas que compõem esse universo.

3.3 COLETA DE DADOS

Remetendo-se a coleta de dados, essa é uma etapa de extrema importância para o trabalho em questão, pois é através da coleta de dados e do uso de técnicas adequadas relacionadas a metodologia da pesquisa é que será possível identificar aspectos que serão utilizados para obter as respostas chaves para a resolução da problemática e dos objetivos aqui abordados.

A coleta de dados ou levantamento de dados foi feita através da aplicação de questionários estruturados para os membros que compõe a amostra da pesquisa em questão. Segundo Beuren (2006, p. 130), “o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador”.

A ausência do pesquisador é de extrema importância, pois a sua presença no momento da resposta por parte do informante pode acabar influenciando na resposta do mesmo, fazendo com que a pesquisa seja enviesada e comprometendo a fidedignidade das informações apresentadas pela mesma.

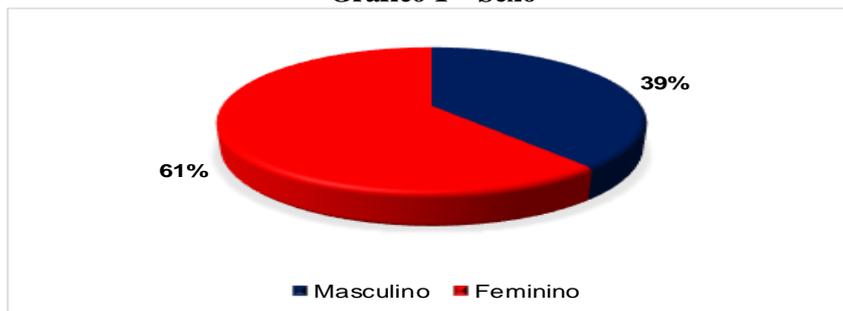
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foi aplicado um questionário contendo 18 questões objetivas, com a finalidade de identificar aspectos específicos sobre os egressos do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

Foram distribuídos 45 questionários aos egressos do curso que concluíram o mesmo entre os anos de 2012 a 2016, dos 45 questionários distribuídos foi obtido um retorno de 31 questionários respondidos. A seguir, são apresentados os resultados obtidos.

Na primeira questão do questionário aplicado aos egressos, foi perguntado o sexo dos entrevistados, com a finalidade de verificar o grau de participação do homem e da mulher na graduação acadêmica e no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Sexo



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

O Gráfico 1 demonstra o sexo dos egressos do curso de Ciências Contábeis da FACTU, demonstrando a predominância do sexo feminino, pois dos 31 egressos entrevistados, 61% são do sexo feminino, contra apenas 39% que são pertencentes ao sexo masculino.

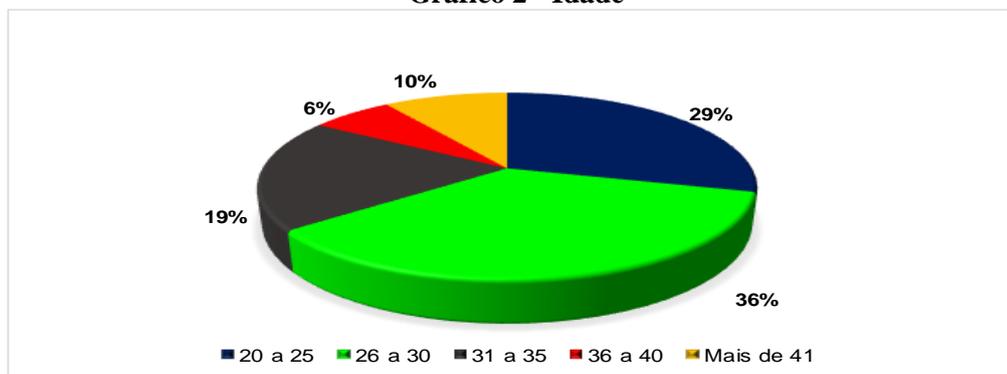
Segundo Girardi (2009, p. 34), “há algum tempo, os homens que dominavam o mercado de trabalho da contabilidade vêm perdendo a exclusividade. Atualmente, as mulheres disputam este mercado que proporciona inúmeras opções ao profissional”.

Esses dados comprovam que a mulher tem tido uma grande participação em ambos os setores, nas instituições de ensino e no mercado de trabalho, demonstrando que o gênero por muitas vezes é predominante no setor Contábil e em muitos outros.

A segunda questão do questionário aplicado pergunta a idade do egresso atualmente, essa questão tem o objetivo de verificar uma média entre as idades dos egressos graduados no curso de Ciências Contábeis que estão atuando no mercado de trabalho.

O Gráfico 2 apresenta as respostas dos egressos que foram entrevistados e que concluíram o curso entre os anos de 2012 a 2016. Conforme o gráfico em questão, 29% dos entrevistados possuem a idade de 20 a 25 anos, 36% a idade de 26 a 30 anos, 19% a idade de 31 a 35, 6% a idade de 36 a 40 anos e 10% dos egressos possuem a idade acima de 41 anos.

Gráfico 2 - Idade



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Os dados obtidos comprovam que os egressos são de maioria jovem, pois mais da metade dos egressos possuem idade de 20 a 30 anos, sendo representado por cerca de 65% dos entrevistados. Isso comprova que os jovens estão mais presentes nas instituições de ensino e consequentemente terão uma participação bastante significativa no mercado de trabalho.

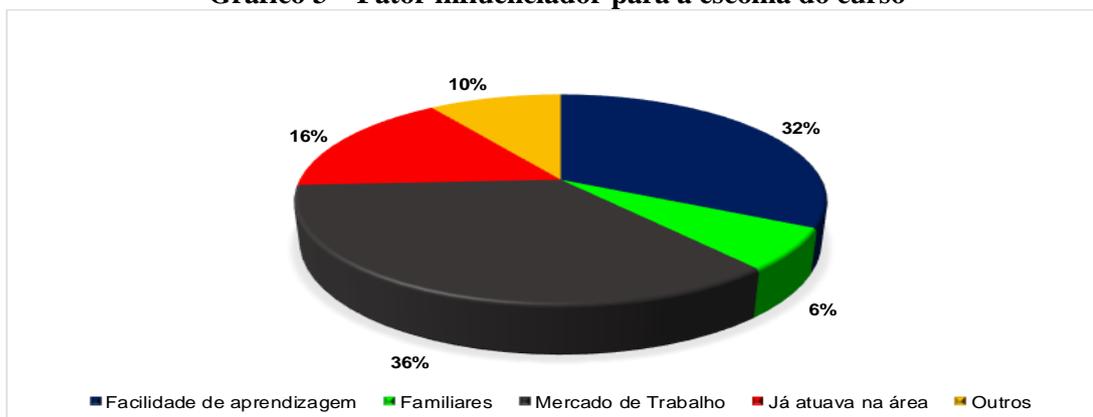
Já a terceira questão do questionário indagava sobre: “Quais os fatores que influenciaram na sua escolha pelo curso de Ciências Contábeis?”, essa questão se faz necessária para poder verificar um padrão sobre os motivos ou razões que fizeram com que o egresso optasse pela escolha do curso.

Vários podem ser os fatores que influenciam um acadêmico a iniciar um curso de graduação, sendo alguns desses motivos a influência familiar ou a facilidade de acesso ao curso de graduação, entretanto alguns desses fatores vem mudando com o tempo, podendo ser melhor interpretado pelas opções que o curso pode oferecer para atuação no mercado de trabalho ou até mesmo a própria vocação do acadêmico (GIRARDI, 2009).

O Gráfico 3 apresenta as influências que impulsionaram a escolha do curso por parte dos egressos entrevistados. Das respostas obtidas, 32% dos entrevistados alegaram ter escolhido o curso por terem a facilidade de aprendizagem nas matérias de exatas, 6% informaram que escolheram o curso devido a influência de familiares, 36% disseram que escolheram o curso por causa das ofertas demandadas pelo mercado de trabalho, 16% escolheram o curso por já estarem atuando na área contábil e 10% alegaram ter escolhido o curso por outros fatores, entre eles as mais decorrentes foram: por terem ganhado bolsa de estudo pelo PROUNI e por falta de

outras opções de curso de graduação.

Gráfico 3 – Fator influenciador para a escolha do curso



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Nota-se por tanto que, a maior parte dos egressos escolheram o curso devido considerar que possuem facilidade de aprendizagem em matérias de exatas, sendo 32% dos entrevistados, fato esse que pode ter contribuído na graduação do egresso, e cerca de 36% disseram que escolheram o curso devido as várias possibilidades de atuação no mercado de trabalho, devido o curso de Ciências Contábeis fornecer uma vasta gama de possibilidades de atuação no mercado de trabalho.

A quarta questão é uma das que mais afligem aqueles que concluíram o curso e os que ainda vão concluí-lo, pois se trata da alocação do formando no mercado de trabalho nas áreas de atuação das Ciências Contábeis.

O Gráfico 4 apresenta as respostas dos egressos sobre a quarta questão: “Ao concluir o curso de graduação em Ciências Contábeis, você teve dificuldades em conseguir um emprego em sua área de atuação?”.

Das respostas obtidas, 29% dos entrevistados alegaram que tiveram bastante dificuldades, 6% informaram que tiveram dificuldades, mas em pequena escala, 23% disseram que não tiveram dificuldades e 42% dos egressos responderam que já atuavam na área.

Gráfico 4 – Dificuldade de inserção no mercado de trabalho



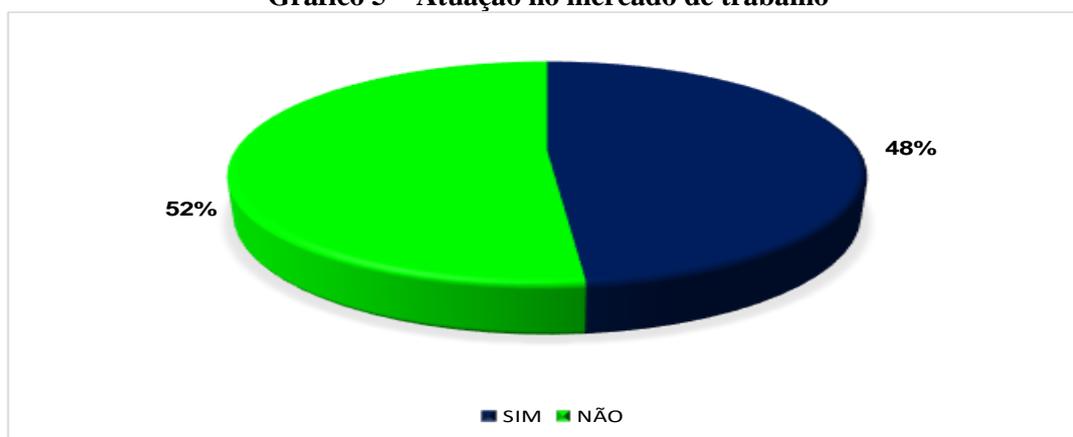
Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Os dados obtidos através desta questão são considerados bons, pois apenas 35% dos egressos afirmaram ter tido dificuldades em sua inserção no mercado de trabalho, enquanto cerca de 65% afirmaram não terem tido tal dificuldade.

Conforme já foi verificado em algumas respostas contidas nos Gráficos 3 e 4, vários dos entrevistados alegaram já estar atuando na área, mas com o intuito de esclarecer bem essa informação, foi questionado aos entrevistados através da quinta questão do questionário se “Atualmente, você está inserido em alguma área das Ciências Contábeis no mercado de trabalho?”.

O Gráfico 5 representa a resposta dos 31 egressos que responderam aos questionários, sendo que 48% informaram que já estão inseridos e atuando no setor contábil, contra 52% que disseram que não estão atuando na área, fato esse que é bastante preocupante, tanto para os egressos quanto para o mercado de trabalho, pois esse fator pode ser comprovado pela falta de oportunidade decorrente do alto índice de desemprego ou até mesmo a descontentamento do egresso em atuar no setor.

Gráfico 5 – Atuação no mercado de trabalho



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Referindo-se aos dados em questão, nota-se que a minoria dos egressos está atuando em sua área de formação, esse fato pode ser explicado talvez pelo descontentamento do egresso com a área de atuação ou então pela falta de oportunidade no mercado de trabalho devido as atuais condições da economia do país, no entanto não pode ser definido qual desses fatores influenciou em tal resultado devido esse não ser o foco da pesquisa em questão.

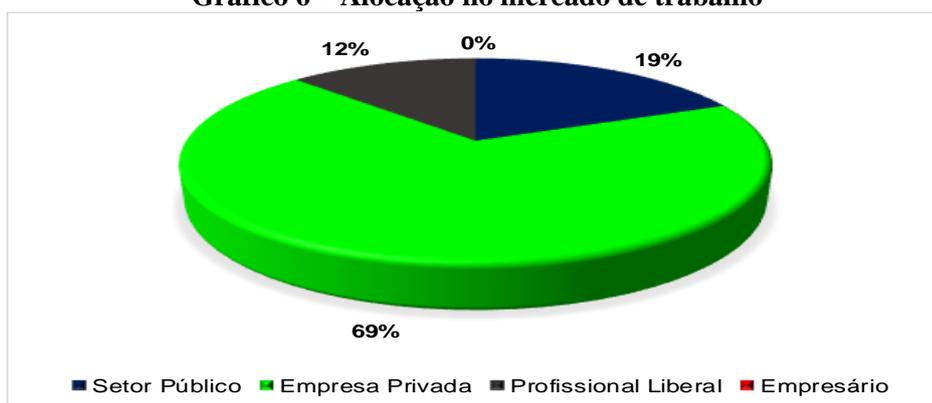
A questão de número 6 é um complemento da questão anterior, onde foi feita a seguinte pergunta: “Caso a resposta anterior seja “Sim”, qual a sua colocação atual no mercado de trabalho?”. Essa questão tem o intuito de verificar como os profissionais estão inseridos no mercado de trabalho, assim podendo apontar um padrão na escolha do egresso em meio as oportunidades para o exercício da profissão contábil.

Entre alguns fatores que influenciam na escolha do curso, em especial no curso de Ciências Contábeis, podemos citar a vasta oportunidade em meio ao mercado de trabalho, pois é um setor de grande expressividade no mercado e que aloca uma quantidade imensa de profissionais em suas respectivas áreas de atuação (GERARDI, 2009).

O Gráfico 6 é uma extensão do Gráfico 5, o mesmo apresenta o seguimento ao qual os egressos do curso de Ciências Contábeis estão alocados, onde 19% alegaram que estão atuando no setor público, 69% disseram que estão alocados em empresas privadas, 12% informaram ser profissionais liberais e nenhum dos entrevistados informaram ser empresários.

Os dados aqui apresentados confirmam que ainda há uma grande maioria atuando no setor privado, fator que influencia nos demais, pois ainda há uma baixa taxa de profissionais liberais e aqueles que decidem serem donos do próprio negócio.

Gráfico 6 – Alocação no mercado de trabalho

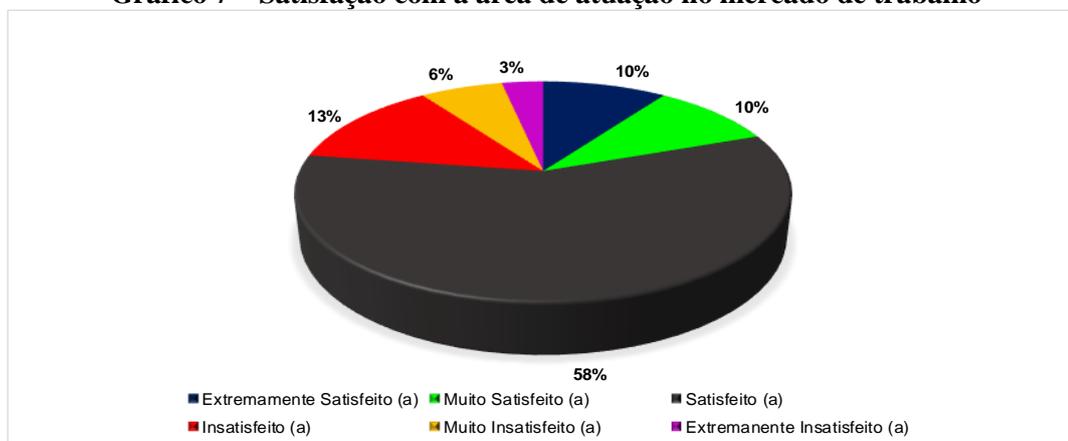


Fonte: Autor do trabalho, 2017.

A questão de número 7, visa verificar e demonstrar o grau de satisfação dos egressos com relação aos setores aos quais os mesmos estão inseridos no mercado de trabalho. Por isso, foi feita a seguinte pergunta: “Você está satisfeito com a sua área de atuação atualmente?”, os dados obtidos são representados no Gráfico 7.

Das respostas obtidas, 10% dos egressos responderam que estão extremamente satisfeitos (as) com as suas áreas de atuação, 10% alegaram estarem muito satisfeitos (as), 58% disseram estar satisfeitos (as), 13% estão insatisfeitos (as), 6% ressaltaram estar muito insatisfeitos (as) e 3% responderam que estão extremamente insatisfeitos (as) com sua área de atuação no mercado de trabalho.

Gráfico 7 – Satisfação com a área de atuação no mercado de trabalho



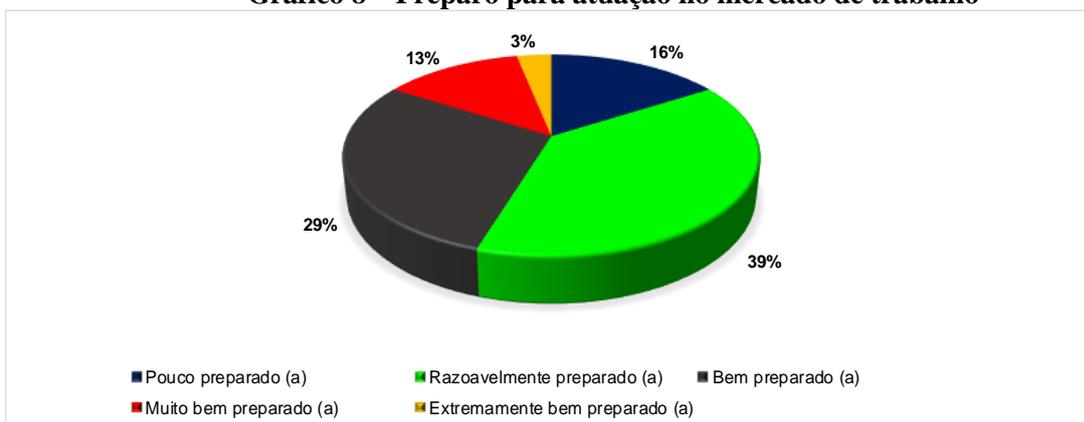
Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Os índices obtidos são muito bons, pois cerca de 78% dos entrevistados alegam satisfação com a sua área de atuação contra apenas 22% que se consideram insatisfeitos com a sua área de atuação.

Já na oitava questão, foi feita a seguinte pergunta: “Após a conclusão do curso, como você se encontrava para atuar na área contábil?”, os dados obtidos estão representados no Gráfico 8.

Das respostas obtidas, cerca de 16% dos entrevistados disseram estarem pouco preparados (as) para atuação no mercado de trabalho, 39% responderam que estavam razoavelmente preparados (as) para atuar no mercado, 29% informaram estar bem preparados (as) para atuação, 13% confirmaram que estavam muito bem preparados (as) e 3% disseram que estavam extremamente bem preparados (as).

Gráfico 8 – Preparo para atuação no mercado de trabalho



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

O Gráfico 8 pode ser considerado um dos mais importantes da pesquisa em questão, pois nele consta a resposta na ótica dos egressos referentes ao seu grau de preparo para atuação no mercado de trabalho após a conclusão do curso, dado que é de extrema importância, pois representa o nível de preparo e confiança do acadêmico para atuar no mercado de trabalho que está cada vez mais competitivo.

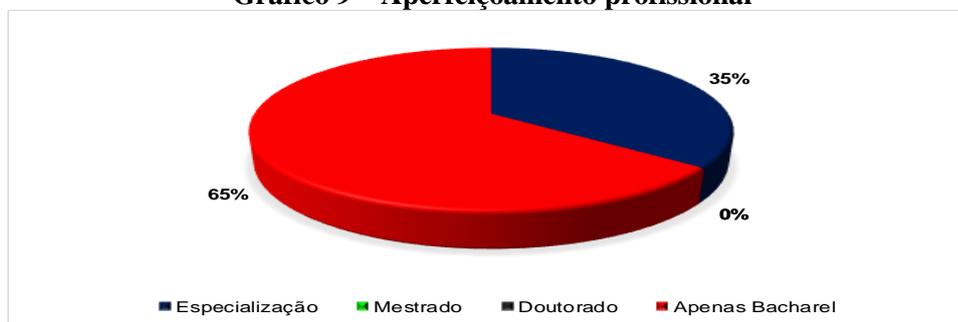
Como o atual mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e exigente, fica claro que o aperfeiçoamento profissional é de extrema importância para aqueles que desejam ter sucesso em sua profissão.

Girardi (2009, p. 46), complementa que:

Durante a fase acadêmica, é comum estudantes alegarem cansaço devido ao forte ritmo imposto pelos estudos, muitos afirmam inclusive que ao concluírem o curso, dificilmente retornarão aos estudos. Porém ao se tornarem contadores constatam que a graduação é apenas o primeiro passo para entrar no mercado de trabalho.

Com o intuito de verificar alguns aspectos do perfil profissiográfico do egresso, foi feita a seguinte pergunta na questão de número 9: “Você fez algum curso de aperfeiçoamento profissional na área contábil?”, as informações obtidas estão expressas nos resultados representados no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Aperfeiçoamento profissional



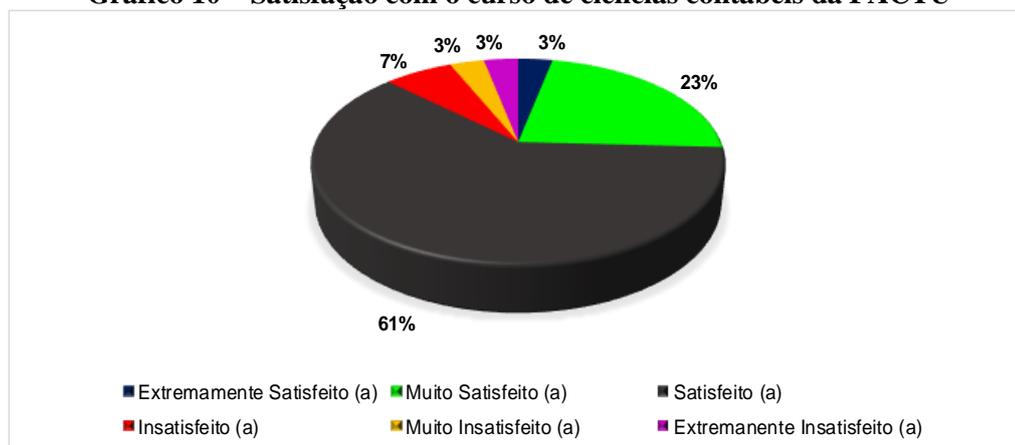
Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Os dados obtidos através da pesquisa se mostram bastante preocupantes, pois grande maioria dos egressos alegam que apenas concluíram o bacharel (65%), enquanto uma pequena minoria informou ter feito cursos de aperfeiçoamento (35%), um fato que pode explicar os dados obtidos através dessa pesquisa pode ser o acomodamento por parte dos egressos ou até mesmo o descontentamento com sua área de atuação ou até mesmo com o curso de graduação.

Na questão de número 10 do questionário aplicado, foi perguntado sobre a satisfação do curso ao egresso através da pergunta: “Você se sente satisfeito com o curso de Ciências Contábeis que foi oferecido pela FACTU?”.

O Gráfico 10 representa o nível de satisfação dos egressos com relação ao curso de Ciências Contábeis fornecido pela FACTU. Pois, segundo Girardi (2009, p. 42), “quando vestibulando, muitas dúvidas cercam o futuro profissional sobre o curso escolhido. Quanto à instituição escolhida, quanto aos professores, quanto ao conteúdo ministrado.”. Afim de verificar se essas dúvidas foram sanadas com a conclusão do curso, se fez necessário o levantamento dessa questão, com a finalidade de verificar se os egressos se sentem satisfeitos com o curso escolhido.

Gráfico 10 – Satisfação com o curso de ciências contábeis da FACTU



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

De acordo com as respostas dos egressos, 3% dos questionados alegaram estarem extremamente satisfeitos (as) com o curso, 23% declararam estarem muito satisfeitos (as), 61% disseram estarem satisfeitos (as), 7% consideram-se insatisfeitos (as), 3% afirmaram que estão muito insatisfeitos (as) e 3% também responderam que estão extremamente insatisfeitos (as) com o curso ofertado pela FACTU.

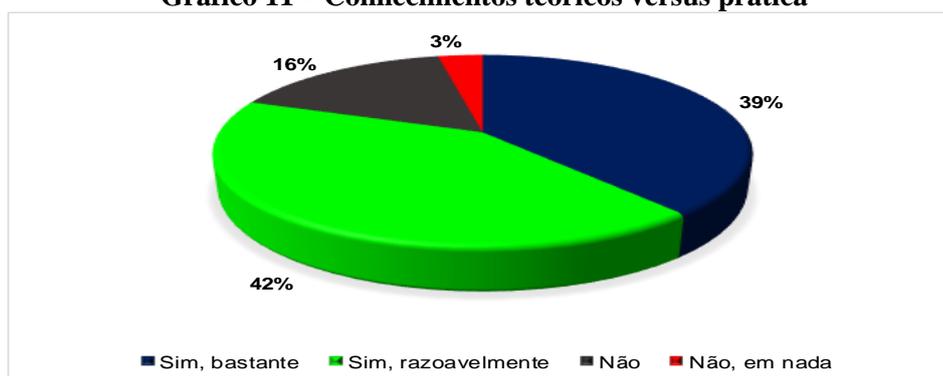
O grau de satisfação com o curso se mostra bastante elevado, e isso é uma ótima informação para a instituição de ensino, pois o percentual de egressos que demonstram estarem satisfeitos com o curso totalizam 87% dos entrevistados, contra apenas 13% que apontaram algum nível de insatisfação com o curso fornecido pela instituição.

Dando continuidade, a teoria e a prática são elementos que andam juntos em diversos quesitos, pois é através da teoria é que podemos traçar um plano de atuação na prática, a teoria tem a função de facilitar ou instruir antes que a prática seja iniciada. Por isso, foi questionado aos entrevistados sobre essa questão, que foi abordada na questão de número 11 do questionário com a seguinte pergunta: “Para você, os conhecimentos obtidos na sala de aula através do curso facilitaram o exercício da profissão?”.

Os dados obtidos através desse questionamento estão expressos no Gráfico 11, que traz as informações obtidas mediante a pesquisa feita com os egressos sobre a relação da teoria versus prática.

De acordo com as respostas dos egressos, cerca de 39% concordam que os conhecimentos obtidos em sala de aula facilitam o exercício da profissão contábil no mercado de trabalho, 42% afirmam que o conteúdo teórico ajuda de forma razoável, cerca de 16% disseram que a teoria não ajuda na prática e 3% responderam que a teoria não ajuda em nada quando comparado ao exercício da profissão.

Gráfico 11 – Conhecimentos teóricos versus prática



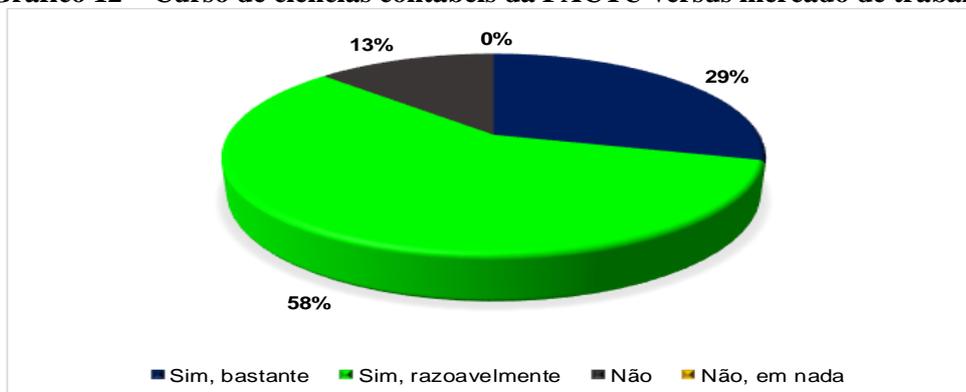
Fonte: Autor do trabalho, 2017.

As instituições de ensino têm a principal finalidade de disponibilizar e oferecer o acesso ao conhecimento para aqueles acadêmicos que desejarem ingressar em algum curso de graduação, e ao longo do curso a instituição deverá avaliar o acadêmico para verificar se o mesmo está apto a se tornar um profissional competente para atuar no mercado de trabalho (GIRARDI, 2009).

Afim de verificar essa informação, foi feita a seguinte pergunta na questão de número 12 do questionário: “Na sua opinião, o curso de Ciências Contábeis fornecido pela FACTU condiz com a realidade da profissão no mercado de trabalho?”. O Gráfico 12 representa a opinião dos egressos sobre a comparação do curso de Ciências Contábeis da FACTU com relação ao exigido pelo mercado de trabalho.

108

Gráfico 12 – Curso de ciências contábeis da FACTU versus mercado de trabalho



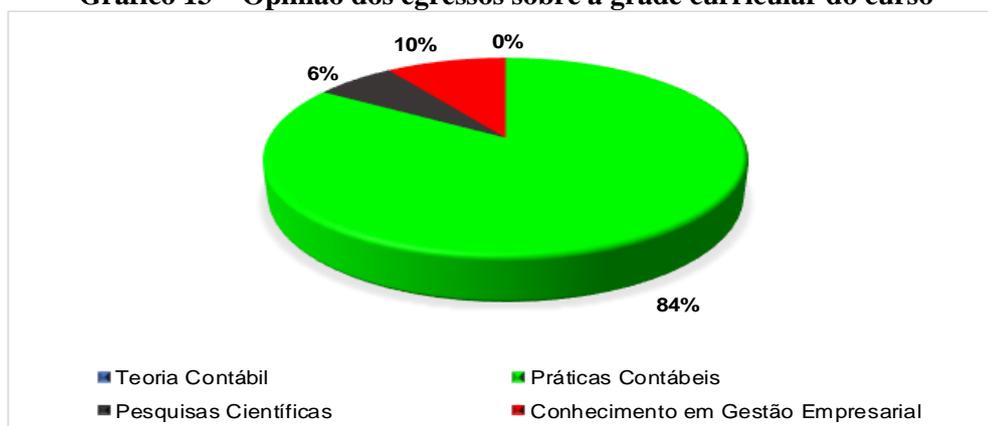
Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Sobre essa premissa, 29% dos egressos afirmam que o curso oferecido pela FACTU condiz com o que é exigido pelo mercado de trabalho, 58% disseram que o curso condiz razoavelmente com as exigências do mercado de trabalho e 13% alegaram que o curso não condiz com a realidade do mercado de trabalho.

Em continuação as análises, observando as leis e diretrizes que estipulam como deve ser construída a grade curricular do curso de Ciências Contábeis, fica evidente que a instituição FACTU cumpre com todas as normas que são exigidas pelas leis para que o curso possa estar disponível. Mas como uma alternativa complementar sobre o conteúdo aplicado ao longo do curso foi feita a seguinte pergunta aos egressos na questão 13: “Na sua opinião, o curso de Ciências Contábeis da FACTU deveria trazer em sua grade curricular mais:”.

O Gráfico 13 apresenta a opinião do egresso em relação a grade curricular do curso de Ciências Contábeis da FACTU quando perguntado o que deveria ser mais abordado durante o curso.

Gráfico 13 – Opinião dos egressos sobre a grade curricular do curso



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

De acordo com as respostas dos entrevistados, 84% dos egressos disseram que devia ser abordado mais conteúdos voltados a práticas contábeis, 6% responderam que deveria haver mais pesquisas científicas e 10% afirmaram que deveria haver mais conteúdos voltados para a gestão empresarial.

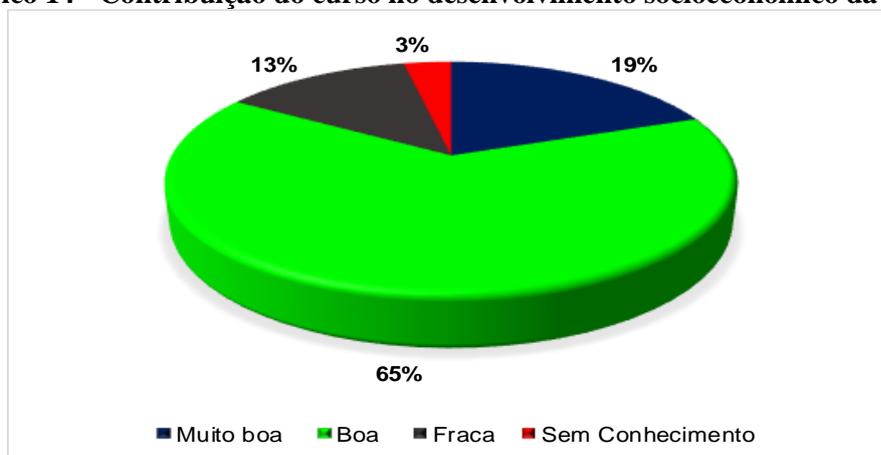
Essas informações ressaltam sobre uma maior necessidade da utilização de casos práticos como forma de ensino nas salas de aulas, pois o conteúdo prático auxilia na formação e na experiência do acadêmico ao longo do curso.

Ainda sobre as contribuições do curso, na questão 14 foi feita a seguinte pergunta aos egressos entrevistados: “Do seu ponto de vista, de que forma o curso de Ciências Contábeis da FACTU contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região?”.

Pois ao ingressar ou escolher um curso o acadêmico ainda não tem uma total noção ou opinião sobre as suas opções profissionais para sua atuação no mercado de trabalho, por isso, é de extrema necessidade identificar se as instituições demonstram aos acadêmicos as opções e possíveis áreas de atuação junto ao mercado de trabalho, analisando assim os benefícios que a instituição proporciona ao instigar o aluno a atuar em uma área que corresponda ao perfil adquirido ao longo do curso de graduação. (GIRARDI, 2009).

O Gráfico 14 representa a forma como o curso oferecido pela FACTU contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região pela perspectiva dos egressos.

Gráfico 14 - Contribuição do curso no desenvolvimento socioeconômico da região



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

De acordo com as respostas obtidas, 19% alegam que a contribuição do curso é muito

boa, 65% concordam que a contribuição é boa, contra 13% que responderam que a contribuição é fraca e 3% que desconhece de que forma o curso contribui para o desenvolvimento da região.

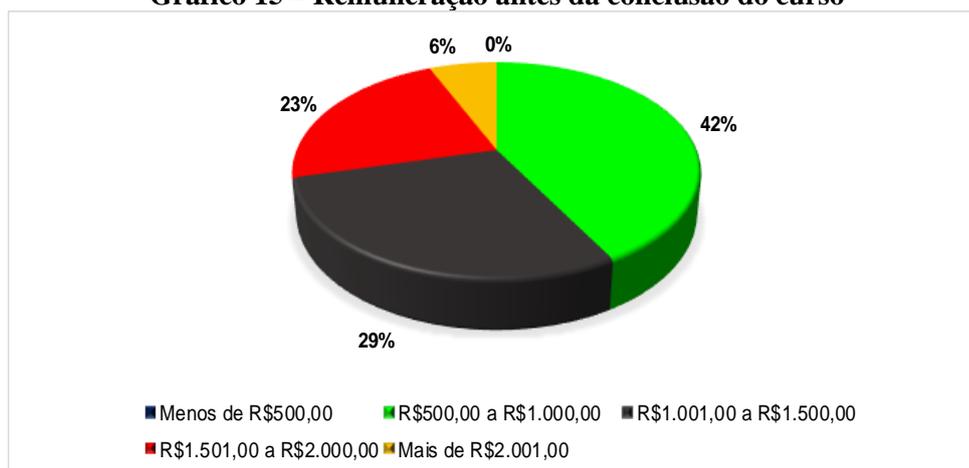
Os dados em questão comprovam que os egressos concordam em peso que o curso ajuda e beneficia a região que tem acesso ao curso fornecido pela instituição de ensino FACTU, pois cerca de 84% afirmaram que essa contribuição ocorre de forma positiva e benéfica contra apenas 13% que discordam e 3% que não souberam ou não tem o conhecimento para optar pelas alternativas anteriores.

Como continuação sobre o desenvolvimento socioeconômico, a seguir é analisado a evolução socioeconômica dos egressos de acordo com as respostas a serem apresentadas nos Gráficos 15 e 16.

Vários estudantes iniciam a vida acadêmica em busca de mais conhecimentos que lhe proporcionaram uma profissão que possa lhes oferecer uma estabilidade financeira, entretanto, conforme mencionado anteriormente, o mercado de trabalho atual busca por profissionais cada vez mais qualificados, e aqueles que não se adequam a esse cenário provavelmente não alcançaram êxito em sua carreira (GIRARDI, 2009).

Referindo se a questão de número 15, foi feita a seguinte pergunta aos egressos: “Qual era a sua remuneração média antes da conclusão do curso?”, as respostas obtidas são representadas no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Remuneração antes da conclusão do curso



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

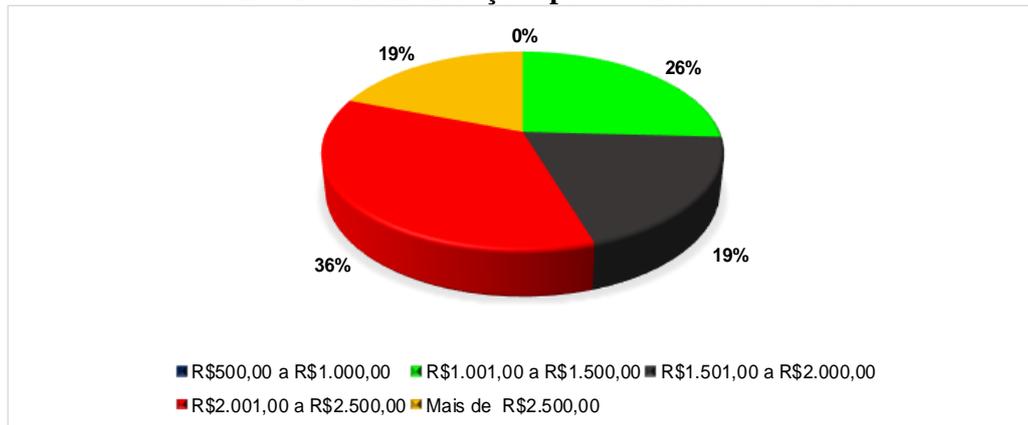
Conforme respostas obtidas através da entrevista feitas com os egressos, cerca de 42% dos entrevistados disseram que recebiam uma remuneração média de R\$500,00 a R\$1.000,00, 29% responderam que recebiam entre R\$1.001,00 a R\$1.500,00, 23% entre R\$1.501,00 a R\$2.000,00 e apenas 6% recebiam uma remuneração superior a R\$2.001,00.

Dando continuidade, o Gráfico 16 demonstra a evolução na remuneração dos egressos quando comparado a remuneração média recebida pelos mesmos antes da conclusão do curso conforme foi apresentado no Gráfico 15. A questão usada para se obter esses dados é: “Atualmente qual a sua remuneração?”.

Agora 26% dos egressos recebem de R\$1.001,00 a R\$1.500,00, 19% de R\$1.501,00 a R\$2.000,00, 36% de R\$2.001,00 a R\$2.500,00 e 19% recebem uma remuneração média superior a R\$2.500,00.

Ficando expressamente evidente que houve uma evolução significativa na melhoria salarial recebida pelo egresso no mercado em que atua, fator que pode ser atribuído a conclusão do curso de Ciências Contábeis e possíveis cursos de aperfeiçoamento profissional, conforme visto no Gráfico 9.

Gráfico 16 – Remuneração após a conclusão do curso



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

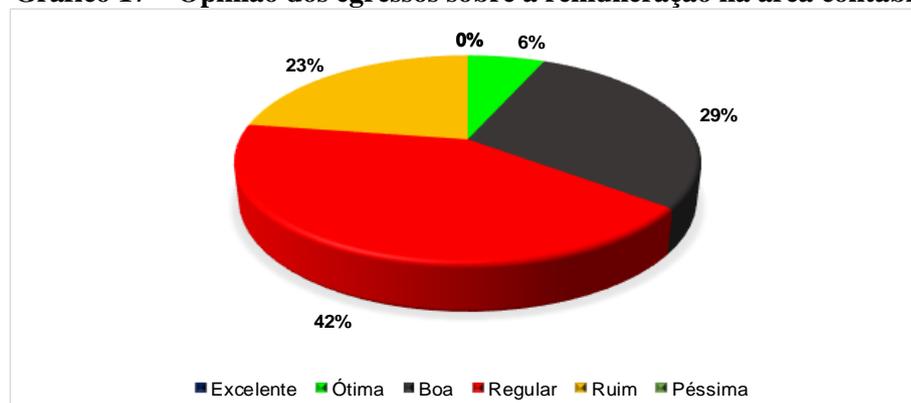
O desejo de se ingressar ou de concluir um curso de graduação se dá pela busca do indivíduo por condições melhores, seja ela por melhores opções profissionais ou salariais. Girardi (2009, p. 51) ressalta que,

A profissão contábil não possui um piso salarial. Talvez por este motivo, essa profissão possua uma média salarial abaixo do esperado pelos profissionais. Ao analisar a opinião dos egressos sobre a remuneração contábil foi quase unânime, o fato de a profissão não possuir o reconhecimento devido. Outro fator que deve estar diretamente ligado, é o fato de a carteira de identificação da profissão, de técnicos e contadores, possuir a mesma importância junto aos órgãos que analisam os relatórios contábeis.

Apesar do tempo entre a pesquisa feita por Girardi e a atual pesquisa, é evidente que ainda há um grande descontentamento dos profissionais da área quando o assunto é sobre a remuneração, pois apesar do curso técnico atualmente não ter o mesmo peso que o bacharel, ainda há uma grande desvalorização do profissional contábil, fator esse que é comprovado pelo baixo índice de remuneração em alguns setores e pelo fato de não haver um piso mínimo para a remuneração.

Afim de verificar tal informação, foi questionado aos egressos a sua opinião sobre a remuneração no setor contábil através da questão 17 que perguntava: “Qual a sua opinião sobre a remuneração na área contábil?”.

Gráfico 17 – Opinião dos egressos sobre a remuneração na área contábil



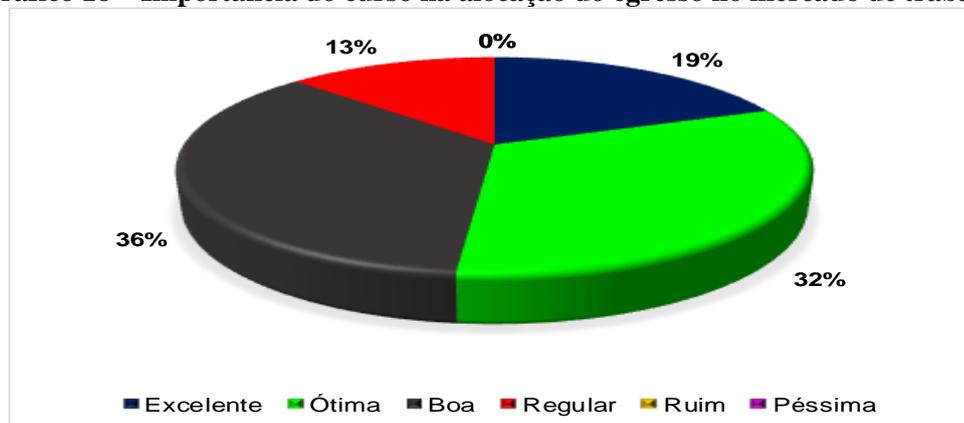
Fonte: Autor do trabalho, 2017.

O Gráfico 17 representa a opinião do egresso sobre a remuneração da profissão contábil em meio ao mercado de trabalho, de acordo com as respostas, 6% consideram a remuneração ótima, 29% a consideram boa, 42% responderam que consideram a mesma regular e 23% disseram a que remuneração é ruim.

Os dados obtidos referentes a essa questão podem ser considerados medianos, pois o percentual dos entrevistados que consideram a remuneração no setor contábil ótima e boa são respectivamente 6% e 29%, enquanto a maioria concorda que a mesma é regular, sendo representada por 42% dos entrevistados e 23% a consideram ruim, podendo ser considerado um grau aceitável dentro da pesquisa.

Por último segue uma das questões mais importantes da pesquisa em questão, na pergunta de número 18 do questionário foi feito o seguinte questionamento aos entrevistados: “Na sua opinião, em uma escala de 10 a 0, qual a importância do curso de ciências contábeis em sua alocação no mercado de trabalho?”, ao qual as respostas obtidas são representadas através do Gráfico 18.

Gráfico 18 – Importância do curso na alocação do egresso no mercado de trabalho



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

De acordo com as respostas obtidas, 19% consideram que o curso contribuiu de forma excelente, 32% responderam que foi ótima a influência do curso em sua alocação, 36% concordaram que a influência foi boa, contra apenas 13% que alegaram que a influência do curso foi regular para a sua inserção no mercado de trabalho.

Por tanto, não há dúvida que o curso de Ciências Contábeis fornecido pela instituição de ensino FACTU favorece e contribui para a alocação de seus egressos no mercado de trabalho, pois a maioria absoluta afirma que o curso favoreceu a alocação dos mesmos, cerca de 87% dos entrevistados, fator que pode ser atribuído as competências e habilidades dos egressos conforme é descrito no Quadro 3, pois essas características adquiridas ao longo do curso e após a sua graduação tem como finalidade formar um profissional que esteja apto a exercer a profissão contábil no mercado de trabalho, ou seja, as competências e habilidades são o diferencial dos egressos no exercício da sua profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo em questão é abordado as considerações finais da pesquisa, com o intuito de responder os objetivos que motivaram tal pesquisa através da análise dos dados apurados mediante a aplicação dos questionários aos egressos, também é abordado e sugerido novos temas para trabalhos futuros relacionados direta ou indiretamente ao tema.

A pesquisa tem como problemática a questão: “Qual a importância do curso de Ciências Contábeis na alocação dos egressos no mercado de trabalho?”, com esse problema, o objetivo geral do trabalho se resume em: “Analisar a influência do curso de Ciências Contábeis na alocação dos egressos no mercado de trabalho”.

Com isso, ao analisar algumas questões específicas do questionário aplicado aos egressos chega-se à conclusão de que o curso é de extrema importância para a alocação do egresso, é claro que sua posição no mercado de trabalho também deriva de sua dedicação e competência, pois o objetivo da instituição de ensino é fornecer o conhecimento teórico e avaliar se o futuro profissional possui conhecimento e o perfil necessário para adentrar ao mercado de trabalho, ou seja, a instituição formadora não exerce influência, mas sim o curso fornecido pela instituição, pois o mesmo contribui na formação do perfil profissiográfico do acadêmico e demais características que um bom profissional deve possuir.

Concretizando sobre o objetivo geral, outros fatores que favorecem a inserção do egresso ao mercado de trabalho são: a influência sobre a escolha do curso, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a atuação, o setor de atuação no mercado de trabalho e a satisfação com a área de atuação.

Sobre os fatores influenciadores, a grande maioria afirmou ter escolhido o curso devido possuir facilidade de aprendizado nas áreas de exatas (32%), por oportunidade no mercado de trabalho (36%) devido ser uma profissão muito abrangente e por já atuarem em sua área de formação (16%). Por outro lado, sobre a dificuldade de alocação no mercado de trabalho, cerca de 23% alegaram não tiveram nenhuma dificuldade em se inserir no mercado e 42% afirmaram que já atuam na área contábil.

Sobre a atuação, cerca de 48% informaram que estão atuando no setor contábil, esse índice pode indicar que pode ter ocorrido uma evasão por parte do egresso, que pode ser medida pelo nível de satisfação com a área de atuação, onde cerca de 22% dos entrevistados se mostraram insatisfeitos com o setor contábil. Mas sobre os entrevistados que informaram estarem atuando, cerca de 19% atuam no setor público, 69% em empresas privadas e 12% como profissionais liberais.

Entre os objetivos específicos listados na pesquisa, o primeiro tem como finalidade: “Descrever o perfil profissiográfico do egresso da FACTU”, com o objetivo de verificar esse aspecto, podem ser considerados dois pontos específicos para poder descrever o perfil do egresso, sendo eles: o nível de preparação do egresso e a procura de aperfeiçoamento profissional em contabilidade.

Referente ao nível de preparo, 39% afirmaram estarem razoavelmente preparados, 29% disseram estarem bem preparados e os que se consideravam muito bem ou extremamente bem preparados somavam um total de 16%, índices que podem ser considerados ótimos. Por outro lado, o quesito aperfeiçoamento profissional deixou a desejar, pois apenas 35% informaram que fizeram um curso de especialização na área contábil, um índice muito baixo e pouco satisfatório.

Quanto ao segundo objetivo específico: “Analisar a adequação do currículo do curso de Ciências Contábeis ao mercado de trabalho”, essa análise é feita a partir de quatro aspectos, sendo eles: satisfação do egresso com o curso fornecido pela FACTU, conhecimentos obtidos em sala de aula, opinião do egresso sobre o curso versus mercado de trabalho e sobre o que deveria ser mais abordado ao logo do curso.

No que se refere a satisfação do egresso com relação ao curso de Ciências Contábeis fornecido pela FACTU, 87% dos entrevistados se declararam satisfeitos com o curso, quando somados todas as alternativas positivas sobre o curso. Sobre os conhecimentos obtidos em sala de aula, 81% dos egressos disseram que os conhecimentos absorvidos nas aulas ajudaram ou facilitaram o exercício da profissão no mercado de trabalho, resultado ao qual foi semelhante no quesito curso versus mercado de trabalho, onde cerca de 87% dos egressos afirmaram que

curso fornecido pela FACTU retrata e condiz com as reais necessidades exigidas pelo mercado de trabalho. Por outro lado, os egressos fizeram um contraponto, pois cerca de 84% dos egressos concordaram que deveria haver mais práticas contábeis ao longo do curso.

Por tanto, fica evidentemente claro que o curso fornecido pela instituição de ensino FACTU se adequa aos requisitos impostos pelo mercado de trabalho conforme respondido pelos egressos do curso de Ciências Contábeis.

Já o terceiro e último objetivo específico busca: “Verificar a influência do curso de Ciências Contábeis no desenvolvimento socioeconômico do egresso da FACTU”. A verificação da influência do curso ocorre ao confrontar três dados bastante importantes, que são: a remuneração do egresso antes e após a conclusão do curso, de qual forma o fornecimento do curso por parte da instituição de ensino beneficia a região e a opinião do egresso sobre a remuneração no setor contábil.

Sobre o benefício do curso para a região, cerca de 84% dos egressos disseram que tem uma influência bastante positiva sobre o desenvolvimento socioeconômico na região, sendo essa contribuição avaliada como muito boa ou boa. Já se referindo a remuneração dos egressos, houve uma melhoria bastante significativa, pois antes da conclusão do curso apenas 6% informaram que recebiam uma remuneração superior a R\$2.001,00, enquanto uma margem de 71% recebia uma remuneração entre R\$500,00 a R\$1.500,00, já após a conclusão do curso, uma margem de 81% informou receber uma remuneração de R\$1.001,00 a R\$2.500,00 e cerca de 19% disseram que atualmente recebem uma remuneração superior a R\$2.500,00.

Entretanto, quando questionado sobre a remuneração no setor contábil, grande parte dos egressos demonstraram-se um tanto quanto insatisfeitos, pois 42% disseram que a remuneração é regular e 23% a consideraram ruim, contra 6% que a consideram ótima e 29% boa. Apesar dessa última informação, fica evidente que o curso de Ciências Contábeis fornecido pela FACTU contribuiu e continua contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do egresso e das regiões abrangentes que possuem acesso a instituição de ensino.

Por tanto, em respostas a problemática “Qual a importância do curso de Ciências Contábeis na alocação dos egressos no mercado de trabalho?”, é ressaltada na resposta dos egressos, quando perguntado aos mesmos a importância do curso em sua alocação no mercado de trabalho, onde 19% informaram que a contribuição foi de forma excelente, 32% disseram que foi ótima, 36% de forma boa e 13% concordaram que foi regular.

Esses dados comprovam que o curso exerce uma grande e importante influência na inclusão do egresso no mercado de trabalho, pois o mesmo proporciona tanto o conhecimento teórico que auxiliam na prática e exercício da profissão contábil em meio ao mercado profissional.

Sobre sugestões para trabalhos futuros, sugere-se que seja feito estudos comparativos entre o curso de Ciências Contábeis entre as instituições privadas do município de Unaí-MG ou estudos comparativos entre o ensino das instituições da região do Noroeste Mineiro para verificar se as instituições privadas possuem padrões semelhantes e se ambas contribuem positivamente para a inserção de seus egressos ao mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. **Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em ciências contábeis, bacharelado, e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acessado em: 17/04/2017.

_____. Presidência da República. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Características e natureza da companhia ou sociedade anônima. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acessado em: 11/04/2017.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CORDEIRO, Juarez Domingues; et al. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de ciências contábeis.** 2. ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/proposta.pdf>. Acessado em: 21/04/2017.

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ. **Projeto pedagógico do curso de ciências contábeis - bacharelado.** Unaí, MG: FACTU, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, Eduardo Afonso Cadavid. **Manual sistematização e normalização de documentos técnicos.** São Paulo: Atlas, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, Cristiane. **Benchmarking educacional:** estudo de comparativo dos egressos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina e do Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <http://nemas.ufsc.br/files/2013/05/Cristiane-Girardi.pdf>. Acessado em: 28/04/2017.

HANSEN, Jens Erik. **A evolução da contabilidade:** da Idade Média a Regulamentação Americana. Vol. 4. Rio de Janeiro: Pensar Contábil, 2001. Disponível em: <https://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2408/2086>. Acessado em: 27/02/2017.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sergio. **Teoria da contabilidade.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Teoria da contabilidade.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, Sergio; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade:** Para nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; LISBOA, Lázaro Plácido. **Ensaio sobre cultura e diversidade contábil.** 152. ed. Revista Brasileira de Contabilidade, 2005. Disponível em: <https://www.rbc.cfc.org.br>. Acessado em: 05/04/2017.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica:** Guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Brookman, 2000.

O PAPEL DO CONTADOR NO DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: Um estudo de caso com os contadores atuantes nos escritórios de contabilidade em Buritis – MG

MARINS, Karine Santos¹
COSTA, Andréia Teixeira²

RESUMO: O planejamento tributário constitui uma das saídas para a redução da carga tributária, assim a presente pesquisa aborda essa realidade através do relato do sistema tributário como responsável em apresentar as normas para regimento dos tributos, juntamente com a contabilidade tributária como mediadora dessa relação em cumprimento com os princípios constitucionais para atender as exigências dos órgãos governamentais. O planejamento tributário é composto por várias etapas, além de ser essencial a participação do contador como um parceiro que auxilia e orienta a realização do mesmo. Com base nisso, a motivação da pesquisa parte da necessidade em identificar o papel do contador no desenvolvimento dessa ferramenta, que mediante os resultados se apresenta de forma efetiva, porém limitada a dificuldades como a necessidade cada vez maior de postura crítica, conhecimento e capacidade de interpretação. Quanto aos objetivos da pesquisa, se resumem primeiro em demonstrar as diversas metodologias utilizadas pelos contadores em questão desde a observação dos regimes de tributação até conhecimento do perfil da organização e condução das operações da mesma, segundo, avaliar como essa ferramenta é influente na maximização do lucro e terceiro identificar a forma de orientação dos contadores para com os gestores.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Elisão. Papel do contador.

117

1 INTRODUÇÃO

O planejamento tributário é um assunto bastante significativo, pois envolve a administração de recursos de uma organização, dessa forma o presente trabalho procura evidenciar o papel do contador no desenvolvimento dessa ferramenta que pode constituir um diferencial para redução da carga tributária.

Cabe então ressaltar a importância dos profissionais da contabilidade, pois tal tarefa exige dos mesmos um maior desempenho, conhecimento da legislação, normas e controle efetivo das informações ao mesmo tempo em que são responsáveis em interpretar os fatos e, principalmente, orientar seus usuários quanto às rotinas fiscais dessa ferramenta.

No contexto atual, em que a carga tributária é muito alta e a legislação complexa, ampla e em constante alteração, os empresários são obrigados a aumentar o preço de produtos e serviços, o que interfere na competitividade e desenvolvimento do mercado ou até mesmo realizam a prática de atos ilícitos para burlar a lei caracterizando a sonegação. Ao contrário disso, a realização do planejamento tributário é muito útil para a redução da incidência dos tributos, o que proporciona diversas vantagens e garante melhores condições de mercado.

E, por falar em competitividade, o planejamento é uma prática que vem somar para o desenvolvimento da competitividade, do qual a sociedade é a principal beneficiada uma vez que pode aproveitar melhores preços, baixo custo, um mercado mais equilibrado e, principalmente, garantir a continuidade das empresas, o que proporciona maior geração de renda e emprego.

¹Acadêmico do curso de Ciências Contábeis.

²Orientadora Especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, Professora da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

Diante desses aspectos e do interesse em descobrir como é desenvolvido o trabalho dos contadores atuantes nos escritórios de contabilidade em Buritis –MG, surge a motivação em evidenciar o papel dos mesmos quanto o desenvolvimento dessa ferramenta de gestão que auxilia e contribui com a tomada de decisão com a problemática de apurar: Qual o papel dos contadores atuantes nos escritórios de contabilidade em Buritis – MG no desenvolvimento do planejamento tributário ?

Tal problemática tem o intuito responder ao objetivo geral: demonstrar o papel dos contadores atuantes nos escritórios de contabilidade em Buritis – MG no desenvolvimento do planejamento tributário. Sendo este norteado pelos objetivos específicos: Identificar as metodologias adotadas pelos contadores para realizar o planejamento; analisar a influência dessa ferramenta para a maximização do lucro e avaliar se os contadores em questão prestam a devida assistência quanto o uso dessa ferramenta.

Assim a pesquisa é de grande relevância, pois, além de demonstrar como a atuação do contador pode influenciar nos resultados esperados por seus usuários no que tange a realização do planejamento tributário, também evidencia a importância dessa ferramenta, que está ligada a gestão de recursos, e vem a encontro das necessidades das organizações que, em sua maioria, estão sujeitas a um grande ônus tributário que compromete parte do seu orçamento.

Assim, trata-se de uma abordagem destinada aos profissionais da área contábil com o intuito de despertar nos mesmos o papel que devem desempenhar com uma atuação ética e competente para contribuir com as necessidades de seus usuários, como também para os empresários e gestores conscientizando-os desta ferramenta como um meio de controle de suas atividades.

Portanto a estrutura do trabalho é composta por cinco capítulos, sendo o primeiro constituído pela introdução, que visa apresentar os objetivos gerais e específicos da pesquisa, bem como a justificativa para a sua realização.

O segundo capítulo aborda toda a base teórica para a fundamentação da pesquisa, apresentando como tópicos o sistema tributário brasileiro, contabilidade tributária, os princípios constitucionais, o próprio planejamento tributário, papel do contador, regimes de tributação e, por último, explanado o Sped como instrumento de fiscalização.

Posteriormente, o terceiro capítulo relata a metodologia para o desenvolvimento do trabalho, sendo classificada, quanto ao objetivo, como exploratória, quanto à abordagem, qualitativa e, quanto ao procedimento, um estudo de caso.

E, no quarto capítulo, é apresentada a análise dos resultados, a partir de toda a coleta de dados realizada, ou seja, visa apurar e avaliar o volume de informações de modo a extrair dados necessários para contextualizar com a teoria.

Por último, o quinto capítulo aborda as considerações finais como forma de concluir o trabalho e responder aos objetivos gerais e específicos propostos no início da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir daqui, procura-se realizar o embasamento teórico do tema por meio da descrição detalhada dos aspectos relacionados à realidade do planejamento tributário, para a realização disso, são explorados os conceitos e funcionalidades dessa ferramenta de modo a permitir assimilação e compreensão do assunto, através de diversos tópicos como o Sistema Tributário Brasileiro, Contabilidade Tributaria, Princípios Constitucionais, o planejamento em si, bem como a elaboração do mesmo, o papel do contador, regimes de tributação, e, por fim, é explanado o Sped como um dos mecanismos de fiscalização.

2.1 SISTEMATRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Diante do que se pretende abordar ao longo desse estudo, faz-se necessário relatar alguns aspectos do Sistema Tributário Brasileiro que, até ser considerado um instrumento econômico, passou por uma evolução lenta de procedimentos de muitos anos se fortalecendo com o crescimento da sociedade, evolução econômica e desenvolvimento da federação.

De acordo com Barros (2012), a estrutura tributária foi herdada do império e utilizada até a década de 30 por meio da constituição de 1891, assim, em 1934, promoveu-se a alteração na estrutura tributária nos aspectos estaduais e municipais determinando a partir daqui a competência dos tributos entre as diferentes esferas do governo. Posteriormente, entre 1937 e 1946, novas alterações são realizadas no intuito de proporcionar não só a divisão da arrecadação, como também estabelecer melhores condições financeiras ao estado de modo a reduzir o déficit público. Porém só em 1965 ocorre a reforma mais significativa desse sistema se consolidando com a criação do CTN que entrou em vigor em 1967.

Segundo Martins (2000), o CTN começou a ser elaborado desde a década de 50, considerado um elemento de estabilização do direito tributário, além de permitir uma ampla visão das normas com ênfase no princípio da legalidade, vigência e aplicação das leis. Logo é utilizado como um manual das normas tributárias e oferece condições para interpretação das mesmas.

O sistema tributário para Ishida e Martelli (2015) é caracterizado como um conjunto de normas e procedimentos que regem a matéria tributável constituindo uma ferramenta de captação de recursos utilizada pelo estado, leva em consideração a realidade social, sistema econômico e o critério da justiça com a função de arrecadar receitas para custear os serviços públicos. Essa arrecadação é realizada por meio dos tributos cuja definição prevista no art.3 do Código Tributário Nacional: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

De acordo com Zangirolami (2010), os tributos são compostos por alguns elementos como a obrigação tributária, o sujeito ativo e passivo, base de cálculo e alíquota. A obrigação representa o vínculo que permite ao estado exigir o pagamento, para isso, é necessário observar alguns aspectos no que tange a lei, o objeto e o fato gerador, assim, esta primeira é a responsável em criar o tributo bem como determinar as condições para sua exigência; o objeto consiste em cumprir as exigências legais desse tributo e o fato gerador é a situação prevista em lei que ao concretizada está sujeita a cobrança do mesmo.

Já o sujeito ativo e passivo são as pessoas que compõe essa relação, enquanto este primeiro é o responsável em cobrar, o passivo é aquele que deve cumprir com o pagamento e quitação da obrigação, através de uma base de cálculo pré-estabelecida ou mesmo a alíquota.

Tais tributos, segundo Hack (2012), são classificados de acordo com suas finalidades em fiscais, aqueles que possuem um destino específico, ou seja, custear as despesas do estado e extrafiscais, que funcionam como um dispositivo para a intervenção econômica no controle da economia por meio do qual o estado tem o poder de regular e induzir o comportamento dos particulares.

É válido abordar que esse sistema apresenta uma relação dos três entes federativos União, Estados e Municípios e cada qual possui sua independência, e autonomia política, administrativa e financeira determinada pela competência designada a cada um.

Apesar de apresentar grandes avanços, até hoje o sistema tributário tem muito a desenvolver, pois, de acordo com os Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional, através do estudo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2009) algumas deficiências foram apuradas como a regressividade, má distribuição da carga tributária, em que

não há uma proporção ideal para os diferentes níveis de renda, baixo retorno social, além de desestimular as atividades produtivas.

Logo, por meio desse processo tributário, são construídas as bases financeiras de um país como uma fonte de recursos para manutenção do mesmo.

2.2 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

A contabilidade está presente na história há muito tempo e a cada dia tem se aperfeiçoado como forma de gestão do patrimônio, nisto a contabilidade tributária exerce um papel de extrema importância como forma de aplicar as normas com base na legislação tributária para perfeito funcionamento dos tributos por meio do planejamento tributário.

Para Oliveira et al (2011), essa área da contabilidade é o ramo que tem o objetivo de gerenciar os tributos das organizações de forma a adaptar as obrigações tributárias de modo a não expor a entidade a sanções legais e fiscais, isto é, oferece um suporte quanto aos métodos que podem ser utilizados para um eficiente planejamento tributário.

As atividades desempenhadas pela contabilidade tributária de acordo com o autor supracitado Oliveira et al (2011) estão centradas em três grandes pontos: a escrituração, que trata do relato de todas as movimentações da empresa, orientação fiscal como forma de padronizar procedimentos e, ao mesmo tempo, realizar treinamentos e supervisões e, por último, planejamento tributário que significa a análise das alternativas legais para a redução da carga tributária.

Segundo o Ministério da Educação ,através do Conselho Nacional de Educação (2004),a diretriz curricular do ensino superior permite desenvolver diversas competências como conhecimentos sobre a legislação tributária para correta aplicabilidade, discernimento para cultura tributária no que se refere aos ambientes federais, estaduais e municipais, fortalecimento do poder decisório na escolha das melhores alternativas tributárias, comunicação adequada no tocante à linguagem contábil, preparação para a captação de dados e geração de informação.

Outro aspecto apontado por Costa (2016) é que a contabilidade tributária constitui uma forma de atender as exigências legais dos órgãos governamentais dos diferentes entes públicos de maneira padronizada e harmônica.

Portanto, é uma disciplina que complementa o currículo dos profissionais da área e dá condições para o exercício das normas e princípios contábeis.

2.3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

Como o planejamento tributário exige o cumprimento de normas e a obediência à própria legislação, nada mais válido que mencionar alguns princípios constitucionais tributários que exemplificam claramente essas normas.

Para Miranda (2009), os princípios constitucionais consistem em várias diretrizes do ordenamento jurídico que atuam como fonte orientadora para aplicação das normas, assim, norteiam e limitam o planejamento tributário garantindo a constitucionalidade de cada tributo, além de constituir uma forma de proteção aos contribuintes quanto ao abuso de poder dos entes federativos.

Segundo Rocha (2014), o princípio da capacidade contributiva, como o próprio nome sugere diz respeito ao montante que o contribuinte é capaz de arcar, isto é, à sua capacidade econômica, o que também está previsto na Constituição Federal de 1988 no art.145 no qual consta que a legislação deve medir a capacidade de cada particular, para, assim, determinar e graduar a tributação de forma mais justa. Constituindo, portanto, uma prova de proteção para os sujeitos passivos o que, na maioria das vezes, não agrada as autoridades administrativas.

Também o princípio da isonomia tributária considerado por Fujita (2012) um desmembramento do princípio da capacidade contributiva estabelece a necessidade de um tratamento igualitário entre todas as pessoas e, desta forma, proíbe distinções entre os contribuintes que se apresentam em uma mesma situação.

Outro princípio a ser considerado é o da liberdade fiscal que para Paschoal Neto (2016) vem justamente a encontro do planejamento tributário, pois propõe ao contribuinte organizar seus negócios de acordo com suas necessidades, com a liberdade de fazer escolhas e adotar métodos que melhor se opte e beneficie a organização, no entanto não deve ser mal interpretado e, principalmente, deve respeitar os limites impostos pelo princípio da legalidade.

Já o da legalidade, de acordo com Barbosa (2010) previsto no art.150 é a base da constituição, por meio dele, é realizado o direcionamento do contribuinte quanto àquilo que pode ou não ser executado assim funciona como mediador das relações entre ele e o próprio fisco, estabelecendo que nenhum tributo pode ser criado ou mesmo ter seu valor acrescido sem uma lei que o estabeleça.

O princípio da legalidade coloca em evidencia outros dois, o da tipicidade e da reserva legal. Segundo Paschoal Neto (2016), este primeiro trata da própria norma, isto é, seu conteúdo que deve apresentar de maneira clara todos os aspectos do tributo no sentido de orientar tanto o sujeito ativo e passivo. Essa tipicidade pode ser classificada de duas formas, a tipicidade fechada, que ressalta a necessidade de uma norma taxativa e que não tenha margens para interpretações, resultando em dúvidas e a tipicidade aberta, que consiste na extensão do entendimento, propondo uma relação que condiz com a capacidade do contribuinte. Aliado a este, também está o princípio da reserva legal tributária, centrado na possibilidade de alterações para com a norma dos tributos possibilitando ou não a sua majoração.

Ainda o princípio da anterioridade, segundo Possoli (2011), com base no art.150 determina a proibição em cobrar o tributo no mesmo exercício financeiro que tenha ocorrido à publicação de sua lei. Neste caso, apresenta como exceções os impostos de importação, exportação, produtos industrializados, operações financeiras e situações de guerra. Possui o aspecto positivo em garantir a segurança para que o contribuinte realize seu planejamento para todo o exercício, sem a preocupação com o surgimento de novas normas.

A irretroatividade, também no art.150, é outro que, ao contrário deste último, está vinculado à vigência da lei, logo determina a proibição da incidência de tributos sobre fatos geradores ocorridos antes que a lei se torne vigente. Porém não é uma norma definitiva uma vez o art.106 relata como exceções, qualquer caso em que a lei não seja expressamente interpretativa e quando o ato não foi definitivamente julgado.

Por isso esses princípios constituem uma forma de fundamentar o planejamento tributário, no sentido de direcionar as práticas que podem ser realizadas e, concomitantemente, garantir benefícios aos contribuintes que encontram respaldo nessas normas.

2.4 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Diante da realidade presenciada, é cada vez mais necessária a utilização de práticas que contribuam com o desenvolvimento organizacional e gestão de recursos, uma vez que a carga tributária do Brasil é muito alta e compromete a continuidade de muitos negócios, nisto o planejamento tributário é uma ação que pode minimizar essa situação.

Para Ferreira e Ferreira (2011), o planejamento também conhecido como elisão fiscal é um conjunto de métodos legais que são utilizados com o intuito de reduzir a incidência dos tributos e estruturar o empreendimento de maneira menos onerosa, desta forma é uma ferramenta de gestão muito útil que agrega valor e resultados à organização. A importância deste é motivada pelo alto ônus tributário juntamente com a legislação tributária complexa, extensa e com constantes alterações.

Segundo Silva e Silva (2011), o planejamento tributário tem como objeto os tributos e seus reflexos cuja finalidade é obter a economia dos mesmos através de procedimentos legais, que realmente devem estar em consenso com as leis, por meio de análises de viabilidade jurídica de modo a não ocasionar prejuízos futuros. O que também é evidente nas opiniões de Siqueira, Cury e Gomes (2011) que consideram essa ferramenta uma ação preventiva e indispensável que exige muito conhecimento, análise e zelo no tratamento das informações e assim constitui uma forma de observar a realidade e projetar atos e fatos comparando os resultados prováveis para a escolha das melhores alternativas.

Para Borges (2000, p. 59) a natureza do planejamento consiste em:

Organizar os empreendimentos econômico-mercantis da empresa, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas capazes de bloquear a concretização da hipótese de incidência tributária ou, então, de fazer com que sua materialidade ocorra na medida ou no tempo que lhe sejam mais propícios.

Conforme Telles (2016), o objetivo do planejamento pode ser classificado em anulatório, quando o intuito é impedir a consolidação do fato gerador; induzido, quando a própria lei favorece por meio de isenções e incentivos; optativo, quando oferece a possibilidade de seleção dentre várias alternativas; lacunar, quando há possibilidade de aproveitar lacunas na lei para benefício próprio e, por último, transformativo, ocasionado pela transformação do negócio jurídico.

E, ao falar em planejamento, é necessário relatar a evasão fiscal, uma prática que pode vir a prejudicar a criação do planejamento e que, ao contrário deste corresponde, à realização de estratégias ilícitas para burlar a lei por meio de alterações, fraudes que determinam a sonegação caracterizada por Oliveira et al (2011) como uma ação para impedir ou retardar a ciência por partes das autoridades da ocorrência do fato gerador, logo é a utilização de meios ilegais para não recolher determinados tributos.

Portanto o planejamento só tem a contribuir com as organizações de maneira geral possibilitando uma visão ampla dos fatos para auxiliar o processo de decisão e, conseqüentemente, proporcionar a maximização do lucro.

2.5 ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO

Como o próprio nome sugere, o planejamento impõe o ato de planejar as ações a serem executas. Para isso, é necessário respeitar e observar uma ordem de processos para se chegar a um resultado satisfatório.

O processo de elaboração de acordo com Borges (2000) representa um roteiro que descreve algumas etapas que devem ser seguidas para a realização de um planejamento eficaz, e estas consistem na pesquisa do objeto do planejamento, articulação das questões fiscais, estudo dos aspectos jurídicos fiscais, conclusão e a formalização do planejamento num expediente técnico funcional.

Esta primeira etapa, isto é, a pesquisa do fato estabelece um levantamento de informações das operações da empresa como estrutura, atividades operacionais, qualificação fiscal, particularidade das informações e confrontação com as questões fiscais.

A segunda etapa está voltada para a apuração dos problemas a serem solucionados como também a decisão de que método de planejamento utilizar. Esse método de planejamento, de acordo com autor supracitado, é classificado de três maneiras: aquele que tem por objetivo a anulação do ônus fiscal, por meio do emprego de estruturas e forma jurídica, de modo a impedir a concretização da hipótese, também o que busca a redução desse ônus no caso de não haver a possibilidade de anulação e ainda a opção pelo adiamento que pode ser realizado pelo deslocamento da ocorrência do fato gerador.

A etapa seguinte consiste em análises profundas da legislação observando os princípios jurídicos, as diretrizes e procedimentos normativos, seguida da conclusão que abrange a articulação das soluções encontradas e, por último, a formalização do planejamento.

Então apesar do planejamento constituir uma forma lícita, é necessária cautela para que o mesmo não se caracterize como evasão, pois Oliveira et al (2011) aponta algumas operações suspeitas que estão sendo investigadas pelo fisco como apuração de ágio cujo valor ultrapassa o preço de mercado, dedução de despesas de juros, atos anormais de gestão, operações em sequências etc.,

Portanto é um projeto que exige muita atenção, mas que pode proporcionar grandes vantagens como evitar que as empresas paguem tributos desnecessários, maiores fluxos de caixa e redução dos custos influenciando no preço final o que contribui com a competitividade e rentabilidade das organizações.

2.6 PAPEL DO CONTADOR

Diante do planejamento tributário, o contador se torna uma peça fundamental para traçar o projeto como também realizar o controle das informações e interpretação da legislação por meio de seus conhecimentos e habilidades.

É evidente que a figura do contador existe desde o início da civilização, porém só atualmente vem, aos poucos, sendo reconhecida, segundo Coutinho (2014), antes apresentava um tratamento inferior com a denominação de “guarda-livros” ou mesmo “arrecadador de impostos” cuja atividade principal era a escrituração uma tarefa executada de forma automática, assim, a partir de 1920, com o desenvolvimento econômico e a expansão do mercado de capitais, se tornou notório o seu ofício. E foi justamente essa evolução do cenário econômico ao longo de tempo, avanços tecnológicos e a globalização os responsáveis pela exigência de profissionais cada vez mais capacitados.

Nesse processo de planejamento, o contador é o principal responsável em auxiliar os gestores na execução dessa tarefa, uma vez que os empresários, de acordo com Assis (2017), na maioria dos casos, não têm o conhecimento necessário da legislação tributária, logo se torna mais viável ao contador informar os gestores sobre a situação financeira e tributária da empresa e assim a parceria dos mesmos realizar essa tática tributária.

Para Santos e Souza (2010), o contador deve ter a capacidade de se adaptar às mudanças e atuar não só como um apurador de dados, mas como aquele que sabe traduzir e orientar seus usuários; cabe aqui ressaltar a importância da educação continuada muitas das vezes realizada pela própria classe contábil que dá a esses profissionais a oportunidade de se atualizarem acompanhando as necessidades do mercado de trabalho.

O que é evidente, de acordo com Carvalho (2010), é que o desenvolvimento trouxe consigo a complexibilidade da atuação do contador, em que o mesmo deve conhecer a matéria contábil, os tributos, as leis e suas aplicações e as brechas e, conseqüentemente, uma responsabilidade maior, que exige desses profissionais precauções legais e procedimentos, para que esse planejamento não se caracterize como evasão fiscal sujeita à penalidades.

É também o que afirma Pohlmann (2012, p. 17):

O planejamento tributário é considerado a atividade mais complexa desenvolvida pelo contador tributarista, uma vez que para ser bem sucedido nessa tarefa é necessário que ele tenha profundo conhecimento das regras que regem a incidência e um domínio amplo dos meandros da apuração dos tributos.

Percebe-se que o contador deve possuir um perfil profissional completo e atuar de forma ativa diante das organizações com práticas concretas que realmente demonstrem resultados.

2.7 TRIBUTOS

Pretende-se realizar um breve relato dos principais tributos incidentes nos diversos regimes tributários, de modo a realizar uma prévia de seus aspectos, uma vez que serão explanados mais adiante de acordo com cada forma de tributação.

✓ **Cofins**

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social foi instituído no ano de 1991, pela Lei Complementar nº 70, que extinguiu o FINSOCIAL, com o objetivo de custear os aspectos da área da saúde, previdência e assistência social.

Apresenta como contribuintes pessoas jurídicas, com exceção para microempresas e empresas de pequeno porte sujeitas ao Simples Nacional.

A sua incidência também corresponde ao tipo de modalidade que pode ser sobre o faturamento com 3% e 7,6% como também sobre a importação 9,75% e 1% adicional.

✓ **Pis**

O Programa de Integração Social foi instituído pela Lei complementar 7/1970 com o objetivo de promover a interação entre os trabalhadores e as empresas. O intuito dessa arrecadação é justamente custear as operações do seguro desemprego cuja competência é da Secretaria da Receita Federal.

Fontes (2014) aponta como contribuintes as pessoas jurídicas de direito privado, bem como prestadoras de serviço, empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiária sendo excluídas apenas as empresas optantes pelo Simples Nacional.

A sua incidência é determinada de acordo com as suas modalidades que se classificam em função do fato gerador sendo sobre o faturamento 0,65% e 1,65%, sobre importação 2,1% e sobre a folha de pagamento 1%. O seu período de apuração é mensal devendo ser realizado até o último dia da primeira quinzena do mês subsequente.

✓ **Contribuição social**

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi instituída pela Lei 7689/88 também com a finalidade de contribuir com a seguridade social. A sua incidência resulta da geração de recursos de acordo com o art.57 da Lei 8981, é destinada às pessoas jurídicas enquadradas nos regimes tributários do Lucro Presumido, Lucro Real e Arbitrado.

A sua base de cálculo segundo Fabretti (2017) resulta da aplicação de 12% sobre a receita bruta. Já seu valor final é determinado pelas alíquotas de 15% para as pessoas jurídicas de seguro privado e capitalização e 9% para as demais pessoas jurídicas ambas aplicadas sobre a base de cálculo, sendo que esta apuração deve respeitar o regime no qual elas estão enquadradas.

✓ **Imposto de renda**

O Imposto de renda foi instituído pela Lei 4625 /1922, é considerado um dos mais complexos sendo administrado pela União e de responsabilidade tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas, no qual será dada maior ênfase.

No que se refere à pessoa jurídica, a sua cobrança pode ser feita trimestralmente ou anualmente com uma alíquota de 15% e ainda pode ser cobrado um adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil

reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração. Vale ressaltar que a escolha entre os regimes tributários exerce forte influência na apuração desse imposto.

2.8 REGIMES DE TRIBUTAÇÃO

Ao falar de planejamento tributário, é impossível não mencionar os regimes de tributação vigentes no território nacional, uma vez que também constituem ferramentas para realizar as manobras tributárias, tais regimes são classificados em: Lucro Presumido, Lucro Real, Lucro Arbitrado e o Simples Nacional cada qual com sua legislação específica. Vale ressaltar que, para a seleção dos mesmos, é importante observar o que melhor se adéqua a cada empresa uma vez que, feita a opção por um desses e o pagamento da primeira quota, não é possível alterar durante o exercício social.

✓ Lucro presumido

Esse regime de tributação é regulamentado pelos art. 516 a 528 do decreto 3000/99 e como o próprio nome sugere consiste na presunção do lucro de maneira a facilitar a apuração bem como a fiscalização das empresas quanto a seu faturamento para apurar a base de cálculo para IRPJ, CSLL, COFINS e do PIS.

O art.14 da Lei 9718/98 relata alguns impedimentos legais que limitam a participação de determinadas pessoas jurídicas como aquelas que são atuantes no mercado financeiro, como bancos e corretoras; também as que possuem rendimentos provindos do exterior e ainda aquelas que usufruíam de benefícios fiscais. Por outro lado, estão aptas a participarem desse sistema aquelas que possuem um faturamento menor que 78 milhões ou, 6,5 milhões, multiplicados pelo número de meses em atividade.

Para Schaffa (2015), esse sistema leva em consideração a atividade desempenhada pela empresa da qual são estabelecidas alíquotas para a apuração do percentual de presunção do IRPJ considera-se 1,6% para revenda no varejo de combustível e gás natural, 8% uma regra geral para comércio de produtos, transporte de cargas, atividades imobiliárias, serviços hospitalares e atividade rural; 16% para serviço de transporte exceto de cargas e serviços gerais com receita bruta de até R\$ 120.000/ano; 32 % para serviços profissionais, intermediação de negócios, locação de bens, construção civil, e posteriormente calcula o IRPJ que tem por alíquota 15%.

Já no que se refere à CSLL, de acordo com o autor supracitado, é destinado um percentual de presunção de 12% para as atividades de modo geral e 32% para as empresas de prestação de serviços, administração de negócios e ainda locação, administração de bens móveis e imóveis sendo que a alíquota aplicada para apuração CSLL corresponde a 9%.

De acordo com Silveira e Araújo Neto (2014), a apuração do IRPJ é realizada de forma trimestral encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, no qual diante da base de cálculo deve se considerar 15% além de observar o adicional que consiste em aplicar 10% sobre o valor que exceder R\$ 20.000, multiplicado pelos meses em apuração, sendo a CSLL sempre 9% sobre a base de cálculo. Porém, antes de considerar esses percentuais, é necessário reduzir sobre a receita bruta as devoluções, as vendas canceladas, desconto incondicional concedido, e os impostos considerados não cumulativos ao mesmo tempo em que devem ser acrescidos os rendimentos de capital, ganhos de aplicações financeiras, juros sobre capital próprio.

Em relação às obrigações acessórias, de acordo com o art.45 da Lei 8.981, as empresas optantes por esse regime de tributação devem manter a escrituração contábil de acordo com a legislação comercial com o livro de registro de inventário, e ainda se optar por não realizar a

escrituração contábil deve ao menos manter o livro de caixa do qual deve constar toda movimentação financeira incluindo a movimentação bancária.

Para Silva et al (2011), é considerado um sistema bastante simples e viável no planejamento tributário para as empresas que possuem uma lucratividade maior, com poucos custos operacionais, pouca participação nas despesas de folha salarial e possuem mercadorias no regime da substituição tributária.

✓ **Lucro real**

O lucro real, ao contrário dos demais regimes, retrata a real realidade da empresa por meio do lucro líquido ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas e autorizadas pela legislação fiscal sendo considerado o mais completo e complexo.

De acordo com Oliveira (2011, p.170) “É aquele realmente apurado pela contabilidade, com base na completa escrituração contábil fiscal, com a estrita e rigorosa observância dos princípios de contabilidade e demais normas fiscais e comerciais”.

Assim, de acordo com o art.14 da Lei 12814, qualquer pessoa jurídica pode optar pelo lucro real, porém existem aquelas, para as quais, ele não é facultativo, mas obrigatório como é o caso de todas as situações descritas acima, para qual o lucro presumido não é permitido e ainda para aquelas que possuem receita superior a R\$ 78.000.0000 por exercício social ou ano.

A apuração desse regime, segundo Oliveira (2011), pode ser realizada de forma trimestral ou anual sendo que o cálculo do IRPJ constitui em uma alíquota de 15% sobre o lucro real, que é ajustado conforme as adições e exclusões previstas nos art.249 e 250, também possuem o adicional de 10% sobre o que exceder R\$ 20.000 por mês e a CSLL constitui-se em alíquota de 9%. Vale lembrar que esse sistema permite compensar o prejuízo fiscal em até 30% esse prejuízo não é necessariamente um prejuízo, mas aquele valor apurado no LALUR. Já para o PIS e COFINS, são considerados os percentuais 1,65% e 7,6% respectivamente.

As adições e exclusões estão previstas nos arts. 249 e 250, sendo que esta primeira constitui aqueles valores lançados na contabilidade que reduz o lucro que, porém pela legislação do IRPJ devem ser adicionados ao resultado pelo LALUR dentre elas a parcela de IOF, ganho de capital, perdas, despesas com brindes, gratificações, doações. Por outro lado, esta última representa os valores também registrados pela contabilidade que, porém não deve compor a base de cálculo como resultado com MEP, ganho de capital auferido pela alienação de bens do ativo, distribuição de lucro e dividendo etc.

Quanto às obrigações acessórias para esse regime elas são mais completas e segundo Leite (2015) abrange o registro do controle de todas as suas operações por meio dos livros fiscais e comerciais como diário, razão, registro de duplicatas, caixa e registro de inventário, entradas, registro permanente de estoque, bem como o livro de apuração do lucro real (LALUR) e ainda alguns declarações realizadas de forma mensal como a declaração de apuração de informações do ICMS (DAPI), Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA), declaração de débitos tributários federais (DCTF) e também algumas de competência anual como a Declaração anual do movimento econômico fiscal (VAF/ DAMEF), Declaração do imposto sobre a renda retido na fonte (DIRF).

✓ **Lucro arbitrado**

O lucro arbitrado é um método adotado pelas autoridades para repreender e exigir das pessoas jurídicas o cumprimento de suas responsabilidades fiscais sendo assim considerado um recurso utilizado em situação mais extrema de apuração.

De acordo com Fabretti (2017), o lucro arbitrado surge em situações adversas quando se tem a ausência absoluta confiança na escrituração do contribuinte que, de certa forma, impossibilita identificar a base de cálculo, ou seja, segundo o art.47 da Lei 8981 é quando o mesmo não cumpre as obrigações acessórias no que tange a apuração do lucro real ou presumido. Neste caso, de acordo com o autor supracitado Fabretti (2017), quando a receita bruta for desconhecida, será apurado por meio do procedimento de ofício previsto no art. 535 do regulamento do imposto de renda, e para as instituições financeiras considerar 45%.

✓ **Simplex nacional**

O Simplex Nacional consiste em um sistema para a apuração de impostos de forma unificada, de modo a facilitar o recolhimento que foi instituído em 01/07/2007 pela Lei complementar 123/2006 constituindo uma maneira de reduzir a burocracia das empresas.

O Quadro 01 retrata um paralelo das principais características desse regime que sofreu algumas alterações proporcionando maior abrangência das organizações com a aprovação da versão final do projeto de lei complementar 155/2016, apontadas por Brito (2017).

Esse sistema, segundo Andrade (2010), proporciona algumas vantagens como a arrecadação única de tributos sendo IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, ICMS, ISS, representa um simplificador com identificador único para todas as instancias Municipal, Federal e Estadual, reduz custos trabalhistas com a dispensa dos 20% do INSS patronal, além de constituir uma forma de desempate para as empresas que concorrem a licitações pelo governo.

Quadro 1- Mudanças no Simplex Nacional

Aspectos	Antes	Depois	Resultado
Parcelamento da dívida	60 Meses	120 Meses	Refere-se ao parcelamento dos impostos vencidos até maio de 2016 com parcela mínima de R\$ 300,00.
Novo teto	3,6 milhões (ME e EPPs) 60 mil (MEIs)	4,8 milhões (ME e EPPs) 81 mil (MEIs)	Representa o faturamento daquelas empresas que podem aderir a esse regime.
Redução de faixas	20 faixas	06 faixas	Para consulta das alíquotas.
Base de cálculo	Alíquota aplicada diretamente no faturamento	Utilização da fórmula: $\frac{BT12 \times ALIQ - PD}{BT12}$	Onde: RBT12: Receita bruta acumulada nos 12 meses ALIQ: alíquota normal constantes nos anexos de I a V PD: Parcela a deduzir constantes dos anexos I a V.
Redução do número de tabelas	06 anexos	05 anexos	Anexo 1- comércio Anexo 2- Indústria Anexo 3- Locação de bens móveis Anexo 4 e 5 – Prestação de serviço
Novas atividades	Eram excluídas desse regime	Indústria de bebidas ou cigarro Serviços médicos Representação comercial Auditoria, consultoria, gestão, organização, controle e administração.	Ou seja, ampliou a abrangência, oferecendo oportunidade para que essas empresas pudessem adotar esse regime que até a aprovação dessa alteração não era permitida a elas.
Investidor anjo	Não existia	Desempenha o papel de investidor que abrange pessoa física ou jurídica.	Neste caso, a pequena empresa tem o benefício de receber investimento de um terceiro em contrapartida tem a participação nos lucros da mesma sem necessidade de inclusão no contrato social.

ESC- Empresa Simples Crédito	Não existia	Inclusão das atividades de crédito	Isto é permite a realização de empréstimos e financiamentos perante pessoas jurídicas exclusivamente com recursos próprios.
------------------------------	-------------	------------------------------------	---

Fonte: Brito, 2017

É importante ressaltar que o recolhimento desses impostos não retira a responsabilidade de recolher outros tributos devidos ao longo de seu exercício sendo realizado através da DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) que permite destinar os recursos para cada forma de estado de acordo com a competência de cada um.

Por outro lado, apresenta como desvantagens a possibilidade de mesmo com prejuízo ter que recolher o imposto uma vez sua base de cálculo consiste no faturamento anual em vez do lucro, não há possibilidade de aproveitar créditos de ICMS e IPI, pode também gerar desigualdades relevantes, sendo mais onerosa para empresas que possuem margem pequena.

No que se refere às obrigações acessórias, sujeitas a esse regime, de acordo com o art.25 da Lei 123/2006, de maneira anual devem apresentar uma declaração única e simplificada das informações socioeconômica e fiscais e ainda o registro dos livros fiscais e contábeis como o de caixa, inventário, entrada e saída.

Logo, diante da abordagem desses regimes, é necessário realizar análises dos diversos aspectos dos mesmos e observar a necessidade e perfil de cada organização para assim determinar aquele que melhor se adéqua para o cumprimento legal de suas exigências tributárias.

2.9 CARACTERIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Diante dessa abordagem, faz-se necessário relatar e exemplificar em quais operações o planejamento tributário se faz presente e pode ser visualizado de forma concreta, sendo alcançado por meio de diversas práticas.

Essas práticas incluem os incentivos fiscais que, para Fabretti (2017), são disponibilizados pelos governos Estadual, Federal e Municipal, por meio da redução de alíquotas, isenções, compensações etc.com o intuito de promover a integração e o desenvolvimento econômico.

Outra prática é o enquadramento tributário que leva em consideração os regimes tributários que já foram abordados, dessa forma a empresa deve observar a legislação e realizar uma avaliação do seu perfil para determinar o que melhor se adéqua a sua situação.

Também a forma de condução das operações da empresa que está relacionada à importância de observar com maior cautela os reflexos das operações que são realizadas, principalmente no que se refere ao fato gerador que, segundo Guimarães (2014), pode ser influenciado pela escolha do fornecedor, atentando para os locais que oferecem vantagens tributárias.

Ainda a reorganização societária que, segundo Vey e Bornia (2010), está centrada em algumas modalidades caracterizadas como cisão, fusão e incorporação; esta primeira de acordo com art.229, é uma operação na qual uma companhia transfere parte do seu patrimônio para uma ou mais sociedade também pode ocasionar o desaparecimento da empresa cindida. Já a fusão é a união de uma ou mais sociedades para a formação de apenas uma, neste caso, ocorre a transmissão integral do patrimônio das empresas e a incorporação, no qual a sociedade incorporada desaparece enquanto a sociedade incorporadora permanece inalterada.

E, por último, a definição da correta atividade econômica que, de acordo com Capucio (2017), é determinada através do CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) são códigos pré-estabelecidos que visam especificar os tipos de atividade econômica, é um aspecto muito importante para as empresas, pois, por meio dele, é possível determinar os

impostos a serem pagos, as obrigações acessórias, bem como a possibilidade de usufruir de benefícios fiscais, além de permitir identificar o enquadramento sindical.

Quanto à quantidade de CNAE por empresa, não há estabelecida, mas o ideal é que haja apenas uma atividade principal com a possibilidade de demais secundárias. Dessa forma, a seleção incorreta desse código pode acarretar problemas no que tange a apuração dos impostos. Vale lembrar que deve ter certo cuidado, uma vez que alterações no ramo da empresa exigem futuras adequações desse código.

Logo são algumas manobras fiscais que, se realizadas de maneira correta, contribuem com a prática do planejamento tributário e, conseqüentemente, a economia dos recursos.

2.10 SPED

A Receita Federal, por meio da otimização de seus processos, tem disseminado a inteligência fiscal como forma de apuração de fraudes e sonegação. Para isso, faz o uso de ferramentas como o Sped (Sistema Público de Escrituração Digital) uma maneira de dinamizar e facilitar a execução dos processos fiscais.

Essa iniciativa do governo foi instituída pelo decreto 6.022 de 22 de janeiro de 2007 pelo Instituto Brasileiro de Planejamento tributário e faz parte do programa de aceleração e crescimento, é considerado por Ilarino e Souza (2010) um sistema centralizador para integração do fisco mediante a padronização e compartilhamento das informações fiscais e contábeis.

A sua estrutura é formada pela escrituração fiscal digital, escrituração contábil digital e nota fiscal eletrônica e vale ressaltar que novos mecanismos estão sendo criados para incrementar e reforçar a fiscalização contábil como o EFD-Contribuições, o e-Lalur, o EFD Social e a Central de Balanços.

De acordo com o autor supracitado, Ilarino e Souza (2010), a escrituração contábil corresponde à escrituração digital de alguns livros como o diário geral, diário com escrituração resumida, diário auxiliar, razão auxiliar, balancetes diários e balanços que deverão ser assinados digitalmente. E a escrituração fiscal consiste em um conjunto de escriturações de documentos fiscais bem como a apuração de impostos referentes às operações realizadas pelo contribuinte sendo regulado pela legislação do convênio do ICMS 13/2008 destinado aos contribuintes ICMS e IPI. Esse sistema abrange como livros fiscais os registros de entrada, saída, inventário, apuração de IPI e ICMS.

Por último, a nota fiscal eletrônica e conhecimento de transporte são documentos digitais, emitidos e armazenados eletronicamente com a função de documentar, neste primeiro caso, as operações de circulação de mercadoria permitindo a secretaria da fazenda o monitoramento das etapas do processo de circulação de mercadorias substituindo a nota modelo 1 ou 1ª e este último tem a finalidade de documentar a prestação de serviço de transporte de carga.

Para Dourado et al (2015, p. 2), o Sped tem como objetivo “racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias dos contribuintes a fim de tornar mais rápida a identificação de ilícitos tributários”, ou seja, visa modernizar o cumprimento dessas obrigações para serem realizadas de forma rápida e eficiente de modo a assessorar o cruzamento das informações, para assim combater a evasão fiscal.

E assim, através dessa postura, proporcionar diversas vantagens para as organizações como melhor ambiente de negócios, redução da concorrência desleal, aumentar a competitividade, garantir o compartilhamento das informações em tempo hábil, reduzir custos e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação.

De acordo com Fernandes e Kirinus (2011), esse sistema tem exigido diversas mudanças no cenário atual desde adaptações na cultura dos profissionais, processos de trabalho, bem como na visão de negócio, assim a realidade tem obrigado as empresas a maior

qualificação da mão de obra e mais investimento na área de TI para, dessa forma, se adequarem ao novo ambiente contábil.

Logo se trata de um grande avanço na gestão das informações, que tem auxiliado ambas as partes desse processo, contribuindo para que as transações sejam realizadas com maior integridade e validade jurídica.

3 METODOLOGIA

A partir daqui será abordado os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa de modo a especificar o tipo da pesquisa, a unidade de observação e análise e o instrumento de coleta.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia desta pesquisa abrange um conjunto de técnicas que foram identificadas a partir do tema a ser investigado de modo a permitir melhor exposição e tratamento do assunto, dividindo-se em três aspectos, o objetivo, a abordagem e o procedimento.

Quanto ao objetivo, o presente trabalho é considerado exploratório, uma vez que procura esclarecer e abordar conceitos sobre o planejamento tributário embasado na experiência de contadores e, assim, proporcionar maior familiaridade com o tema, para isso, faz o uso da pesquisa bibliográfica, através de livros e artigos.

De acordo com Gil (2008, p. 27):

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Diante disso, a sua abordagem é expressamente qualitativa, pois apresenta a apuração de informações com base na perspectiva dos usuários da informação contábil, ou seja, para Goldeberg (2004, p. 53) “os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos”. E, para ele, a pesquisa qualitativa não está centrada em números ou dados estatísticos, mas sim na necessidade de compreender e analisar o grupo social, organização e indivíduos.

O que também reafirma Guerra (2014) que o aspecto qualitativo apresenta alguns elementos fundamentais como a interação do objeto de estudo com o pesquisador, o registro das informações coletadas e a interpretação dessas informações e do contexto por parte do autor.

Já sua abordagem é realizada através do estudo de caso que representa o método para a divulgação das informações. Para Godoy (1995, p. 95), “o estudo de caso caracteriza-se como um tipo de pesquisa, cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular”.

De acordo com o autor supracitado, essa técnica é a estratégia preferida dos pesquisadores primeiro pela pouca possibilidade de controle sobre os eventos, e segundo, pelo foco de interesses serem sobre os fenômenos atuais que só poderão ser analisados dentro do contexto de vida real, logo vem a encontro da pesquisa exploratória uma vez que a mesma está apta a estudar fenômenos.

É o que afirma Martins (2008, p. 2):

Quando o estudo de caso escolhido é original e revelador isto é, apresenta um engenhoso recorte de uma situação complexa da vida real, cuja análise-síntese dos achados, tem a possibilidade de surpreender, revelando perspectivas que não tinha sido abordada por estudos assemelhados o caso poderá ser classificado como importante e visto em si mesmo como uma descoberta.

Portanto a junção dessas técnicas permite a elaboração e a apresentação da pesquisa de forma coerente e precisa garantindo condições para melhor interpretação dos fatos.

3.2 UNIDADE DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE

Representa o campo de exploração da pesquisa; neste caso, a unidade de observação está centrada em seis escritórios de contabilidade localizados em Buritis - MG enquanto que a análise foi realizada com seis contadores.

3.3 COLETA DE DADOS

O instrumento para a coleta de dados, utilizado na pesquisa foi o questionário semiestruturado, uma ferramenta composta por perguntas abertas que oferecem condições para que os participantes respondam de forma livre com a emissão de opinião. O mesmo foi aplicado de forma aleatória para os contadores que atuam nos escritórios da cidade sendo distribuídos em um total de sete questionários com o retorno de seis.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de resultados tem como intenção apurar as opiniões e experiências dos contadores no que se refere à prática contábil do planejamento tributário. A mesma consiste em avaliar e sintetizar as informações obtidas através do instrumento de coleta; neste caso, o questionário semiestruturado composto por onze perguntas abertas. Na primeira pergunta, os pesquisados foram convidados a opinar sobre a Legislação Tributária bem como o planejamento tributário, as respostas ao quesito foram:

Contador 1: A legislação notadamente precisa ser mais simples, enquanto que o planejamento é essencial a qualquer empresa que busque a eficiência.

Contador 2: A Legislação tributária é muito complexa e muito difícil interpretação. Quanto ao planejamento tributário também considero essencial e indispensável para a sustentabilidade e crescimento das empresas.

Contador 3: O planejamento tributário se apresenta como o meio viável para permitir a redução da carga tributária das empresas, garantindo, uma maior competitividade e sua sobrevivência.

Contador 4: O planejamento tributário é uma ferramenta indispensável para as empresas que tem a pretensão de diminuir sua carga tributária utilizando dispositivos legais.

Contador 5: É um sistema complexo, pois é regulamentado por leis, decretos, instruções normativas, portarias etc., que, porém é necessário para as empresas.

Contador 6: Considero a necessidade de uma reforma que atenda tanto o grande quanto o pequeno no cumprimento das obrigações, pois a atual legislação não corresponde com a realidade.

O que se observa é que C1, C2 e C5 apresentaram opiniões semelhantes de que a legislação tributária é complexa, pois é composta por muitas leis, decretos, instruções e portarias que se modificam constantemente tais normas são procedimentos que, para Ishida e Marteli (2015), regem a matéria tributável. Por outro lado, C6 aborda um aspecto importante e

muito debatido atualmente que se trata da reforma tributária, para ele, a legislação não condiz com a realidade no tratamento dos diferentes portes e características de negócio.

No que se refere ao planejamento tributário mais uma vez C1 e C2 apresentaram opiniões similares relatando que o planejamento é essencial para aquele que almeja a eficiência, sustentabilidade e crescimento da empresa. Juntamente com C3 e C4 que consideram ser uma ferramenta útil na redução da carga tributária por meio de dispositivos legais que caracterizam a elisão fiscal, ou seja, a prática de atos lícitos para redução dos tributos e seus reflexos que são considerados por Silva et al (2011) o objeto o planejamento tributário.

Posteriormente, através da segunda pergunta, foram questionados sobre a forma com que realizam a orientação para os seus clientes sobre o planejamento tributário, os quais abordaram:

Contador 1:Mostrando a eles as opções e vantagens de fazer o planejamento para cada exercício.

Contador 2: Através de visitas in loco, via telefone, e-mail, boletins periódicos, no agir de forma correta, ou seja, dentro da lei, pois o planejamento tributário é uma ferramenta que busca evitar o fato gerador, através de estudos do que pode ser feito dentro da lei ou nas brechas ou lacunas existentes, no próprio site da contabilidade etc.

Contador 3:A ideia é que ele perceba que o planejamento tributário é uma atividade que deve ser adotada por todas as empresas porque isso ajudará a crescer e aumentar a competitividade.

Contador 4:O planejamento é feito de acordo com cada enquadramento diferente das empresas.

Contador 5:Agir de forma correta, ou seja, dentro da lei, pois o planejamento tributário é uma ferramenta que busca evitar o fato gerador, através de estudos do que pode ser feito dentro da lei ou nas brechas ou lacunas existentes na própria lei.

Contador 6:Via oral, e-mail, às vezes, comunicado por escrito.

Nesse questionamento, cabe ressaltar o papel do contador diante do uso da informação que, através de uma postura flexível para Santos e Souza (2009), deve ter a capacidade de traduzir e orientar seus usuários de modo a adequar cada ferramenta disponível para o tipo, perfil e necessidade do mesmo, ou seja, depende do senso de cada profissional em observar como transmitir e de que forma transmitir essa informação.

Mediante isso, C1 diz que é importante primeiramente demonstrar as vantagens de tal ferramenta, o que constitui uma estratégia para atrair os gestores, bem como incentivar a participação do mesmo no processo. Já C2 cita de maneira mais direta uma variedade de mecanismos de comunicação utilizados para garantir o relacionamento de ambas as partes, como também é mencionado por C6, porém de maneira mais sucinta. Por sua vez, C3 vem complementar o que foi afirmado pelo primeiro questionado isto é garantir que o gestor perceba a necessidade dessa ferramenta e o quanto ela pode contribuir para a competitividade. C4 e C5 se detêm naquilo que é o foco do planejamento, isto é, para este primeiro, cabe orientar quanto ao enquadramento tributário e este último busca realizar a conscientização para que seus clientes saibam agir de forma correta atendendo a legislação tributária como forma de aproveitar possíveis lacunas.

Na terceira pergunta, foram questionados sobre qual objetivo em realizar o planejamento tributário, os quais relataram:

Contador 1: É uma forma de conhecer melhor as várias formas de tributação existentes e buscar até um diferencial em um momento que o país passa por instabilidade econômica.

Contador 2: Redução de custos de produtos e administrativos, redução na tributação para melhor saúde financeira das empresas e maximização do lucro.

Contador 3: O planejamento tributário é uma ferramenta que faz a projeção das atividades econômicas da organização e encontra meios válidos de acordo com a legislação para diminuir a soma de impostos e tributos pagos.

Contador 4: O objetivo é possibilitar uma redução nos gastos assim, portanto maximizando seu lucro.

Contador 5: O único objetivo do planejamento tributário é pagar menos tributos.

Contador 6: O planejamento bem feito, a tendência é gerar bons resultados. Muitas vezes as intempéries do negócio não permitem uma realização adequada desse planejamento.

Os objetivos do planejamento para Telles (2016) pode apresentar diversas finalidades, seja anulatório, quando se pretende impedir a realização do fato gerador, induzido no caso de a própria lei garantir os benefícios para a redução do tributo, optativo, quando oferece diversas alternativas e, por último, lacunar que, como próprio nome sugere, provém de aproveitar para benefício próprio as lacunas presentes na lei.

Assim, a prática do planejamento realmente permite conhecer os regimes de tributação como foi apontado por C1, uma vez que, para o planejamento eficiente exigem-se conhecimentos dos aspectos tributários. Já C2 cita um ponto importante, que se trata da redução no custo dos produtos, o que garante maior competitividade e, conseqüentemente, a maximização do lucro. C3 considera que oferece condições para realizar projeções para melhor visão do negócio. E, por último, C4 e C5 ressaltam a garantia de redução dos tributos, o que para C6 proporciona bons resultados apesar desse processo ser dificultado pelas inúmeras adversidades que uma organização está sujeita.

Um ponto em comum em grande parte das respostas é a redução dos tributos que realmente é considerada um dos objetivos, fim do planejamento conforme afirma Ferreira (2011) é um conjunto de métodos que tem o intuito de reduzir a incidência dos tributos e estruturar os empreendimentos de maneira menos onerosa.

A pergunta de número quatro indagou os pesquisados sobre quais as metodologias empregadas para a realização do planejamento e os mesmos relataram:

Contador 1: Através da criação de cenários que envolvam cada uma das formas de enquadramento de maneira a possibilitar uma tomada de decisão satisfatória.

Contador 2: Através de estudo tributário, programas próprios e consulta a especialista da área tributária.

Contador 3: Por meio da apresentação de incentivos fiscais e extra fiscalidade, realização de reorganização societária, definição correta das atividades econômicas, recolhimento das informações para os cálculos; análise e simulação dos cenários.

Contador 4: Estudo de métodos e técnicas para a realização do trabalho.

Contador 5: Estudo detalhado e individualizado sobre a melhor forma de aplicação do planejamento tributário, o que varia de empresa para empresa.

Contador 6: Através de planilhas, literaturas, revistas especializadas em gestão.

Os questionados apresentam diversas estratégias que, reunidas, garantem a realização de um planejamento eficiente como citou C3 a observação dos regimes de tributação, a reorganização societária que, para Vey e Bornia (2010), é uma maneira de atentar para forma de condução e realização das operações da empresa. Também mencionou um fator importante como a definição da correta atividade econômica, isto é, o CNAE que, para Capucio (2017), é muito importante, pois é por meio dele que serão determinados os impostos a serem pagos bem como as obrigações acessórias e a possibilidade de usufruir de benefícios fiscais.

Além disso, o que foi mencionado por C1a criação de cenários permite acompanhar possíveis situações futuras para assim auxiliar a tomada de decisão, tendo como base o que foi citado pelos demais questionados, ou seja, estudo tributário, literário e de periódicos para garantir uma atualização constante e agregar conhecimento.

A quinta pergunta indagou os contadores quanto ao interesse do gestor, se é comum partir deles a iniciativa para realização do planejamento e quais os possíveis motivos, os quais relataram:

Contador 1: Não! Na verdade nem todos os empresários têm consciência da existência de tais ferramentas.

Contador 2: Raramente. A fim de redução de custo e redução de impostos.

Contador 3: Em alguns casos, sim. O mais comum é para encontrar motivos válidos e de acordo com a legislação para diminuir a soma de impostos e tributos pagos.

Contador 4: Não. Eles não têm interesse, sempre parte do contador.

Contador 5: Mesmo sem ter conhecimento, o cliente sempre procura orientação sobre meios de evitar pagar menos tributo, pois a carga tributária brasileira é muito alta, isso reflete no resultado final.

Contador 6: Não é comum. É o contador que tem a iniciativa, uma vez que os gestores não têm a contabilidade como instrumento gerencial, não têm as peças contábeis para a realização do estudo, logo realizam compras mal feitas e possuem custo fixo alto.

Diante das respostas, observa-se que C2, C3 e C5 têm a experiência com gestores que conhecem essa ferramenta e a utilizam com o intuito da redução de impostos. Já para os demais, prevalece a situação de que o gestor não se preocupa e nem se interessa pelo mesmo ou como relatou C1 alguns não tem a consciência de tais ferramentas, logo, cabe ao contador se informar e orientar o gestor no tratamento da situação, que, segundo Assis (2017), na maioria dos casos, os gestores não possuem o conhecimento necessário para desempenhar tal função, logo se torna viável a parceria dos mesmos para colocar em prática a ferramenta.

A pergunta de número seis procurou apurar quais as maiores dificuldades encontradas para a realização dessa técnica por parte dos contadores que responderam:

Contador 1: Custo elevado, falta de informações precisas.

Contador 2: Devido à quantidade de leis regulamentadoras e da extensa quantidade de tributos que as empresas estão sujeitas no sistema tributário brasileiro, bem como com os sistemas tecnológicos de fiscalização tributária por parte do fisco estadual e federal também por falta de conhecimento e interesse dos gestores pelo fato de os mesmos ocuparem muito tempo no sistema operacional e não sobrar tempo para capacitarem, falta de ferramentas adequadas e não reconhecimento do trabalho do profissional da área.

Contador 3: A escolha de um regime ou outro de tributação bem como a prática qualquer ato ou negócio jurídico pelas empresas não é tão simples, podendo lhes gerar consequências positivas ou negativas sob a ótica tributária, durante um longo período.

Contador 4: Nenhuma.

Contador 5: Falta de conhecimento.

Contador 6: O próprio empresário em aceitar tal metodologia.

Diante das respostas, observa-se que a realização do planejamento apresenta vários desafios como diz C1 e C2 o custo, falta de informações, a necessidade de conhecimento, a quantidade de regulamentos, os sistemas tecnológicos como o Sped que, apesar de contribuir com a fiscalização, segundo Fernandes e Kirinus (2011) tem exigido diversas mudanças no cenário atual com adaptações na cultura dos profissionais.

Já C4 diz não possuir qualquer dificuldade no tratamento de tal prática. O conhecimento é um fator muito importante que também foi citado por C5, pois garante a realização de um planejamento correto. Para Carvalho (2010), a atuação do contador exige conhecimentos da matéria contábil, dos tributos, leis, suas aplicações e brechas de forma cautelosa para não caracterizar a sonegação. É justamente esse conhecimento que garante uma escolha adequada do regime de tributação como foi abordado por C3, pois, para Miranda

(2009), é essencial o conhecimento dos princípios constitucionais que atuam como fonte orientadora para aplicação das normas além de limitar e nortear a aplicação do planejamento. E, por último, como foi colocado por C6 o fato de o próprio gestor aceitar essa metodologia uma vez que este representa o principal responsável para que o planejamento se consolide.

A pergunta de número sete procurou apurar quais as vantagens que consideram ser proporcionadas pela realização do planejamento os quais relataram:

Contador 1: Proporciona aumento no lucro, maior conhecimento sobre o negócio em que está atuando, diminuição de maneira legal no custo com tributos.

Contador 2: Maior rentabilidade, segurança nas decisões, garantia de continuidade e competitividade empresarial.

Contador 3: Dependendo do regime tributário em que sua empresa está enquadrada, os benefícios da gestão tributária são diferentes. Isso significa que você precisa conhecer os regimes para poder compreender os benefícios que pode obter.

Contador 4: Maior entendimento das obrigações e atividades da empresa.

Contador 5: Pode-se levar em consideração o fato de se obter mais lucro, há maior possibilidade de mais investimentos e, conseqüentemente, crescimento da empresa.

Contador 6: Resultado positivo adequado e maximiza o lucro.

Para Ferreira e Ferreira (2011), o planejamento é um conjunto de métodos que proporciona diversas vantagens, além de reduzir a incidência tributária. De acordo com C1, garante maior conhecimento sobre negócio, o que para C2 oferece segurança para a tomada de decisões. Para C3, é importante conhecer cada forma de enquadramento tributário e assim entender melhor as obrigações da empresa como relatou C4. Com isso, segundo C5 e C6 alcançar o crescimento da empresa com resultado positivo para a maximização do lucro.

A oitava pergunta visa identificar qual o grau de interesse por parte dos gestores na realização do planejamento que relataram:

Contador 1: Não se interessa muito, às vezes a iniciativa tem que partir do próprio profissional.

Contador 2: Grau bem reduzido.

Contador 3: Alguns têm mais interesses que outros. Mas todos sempre no sentido de pagar menos dentro da legalidade.

Contador 4: Quase nenhuma.

Contador 5: Quando o assunto é a diminuição da carga tributária há sempre interesse dos gestores.

Contador 6: Nenhum interesse. Parte do próprio contador. Tentei implantar e fui taxado como “burricido” uma vez que os empresários demonstraram resistência.

Esse questionamento apenas fundamenta a pergunta de número cinco comprovando que, para C1, C4 e C6, a maioria dos gestores não tem o interesse pelo planejamento, ou seja, a iniciativa parte do próprio profissional contábil, enquanto que C2, C3 e C5 entendem que alguns gestores até possuem interesse no intuito de redução da carga tributária.

A pergunta de número nove, visa apurar se os contadores em questão realizam a análise comparativa dos regimes tributários os quais relataram:

Contador 1: Sim.

Contador 2: Sim. Sempre no final de cada exercício.

Contador 3: É possível que uma empresa promova a segregação de suas atividades e respectivas receitas considerando a lucratividade de cada uma delas de modo a adotar o lucro presumido para aquela que apresentar elevado percentual.

Contador 4: Sim. Para saber qual se enquadra melhor para a atividade exercida.

Contador 5: Sim.

Contador 6: Sim.

A comparação dos regimes tributários é uma das práticas que evidenciam a realização do planejamento tributário. Dessa forma, todos os contadores integrantes da pesquisa realizam a análise dos regimes de tributação. Essa avaliação dos regimes é considerada por Andrade e Almeida (2014) uma forma de atentar para as características e forma de negócio de cada organização de modo a selecionar aquele que melhor se adéqua ao perfil.

A décima pergunta procurou levantar quais as informações e fatores são relevantes para a realização do planejamento tributário, relataram:

Contador 1: O ramo de atuação da empresa, a legislação aplicada ao negócio em questão, capacidade da empresa em gerar receita.

Contador 2: Faturamento, receitas e despesas.

Contador 3: Para que a empresa faça a opção correta pelo regime e tributação que lhe será mais favorável, faz-se necessária a análise minuciosa de sua contabilidade e das atividades que desenvolve.

Contador 4: Primeiro um gestor comprometido com a empresa e um regime tributário adequado para a atividade.

Contador 6: Conhecimento entre o custo variável e custo fixo.

Como a realização do planejamento é uma prática bastante minuciosa, o mesmo exige a articulação de várias informações e etapas que, segundo Borges(2000), se resumem na pesquisa do objeto de estudo, articulação das questões fiscais, estudos dos aspectos jurídicos e fiscais de cada organização, ou seja, como foi colocado por C1 e C3 é importante conhecer o ramo da empresa, as atividades que ela desenvolve, a legislação, o faturamento, o que garante segurança na realização do mesmo. Também, como foi colocado por C2 e C6, é importante atentar para as receitas, despesas, custo variável e o custo fixo para identificar a melhor forma de enquadramento tributário. Além disso, como foi apontado por C4 é fundamental a participação e colaboração do gestor como já foi abordado ao longo dessa análise, para que o contador tenha condições e informações necessárias para colocar em prática o planejamento.

Por fim, a última pergunta propôs apurar dos participantes algum caso prático em que o planejamento foi extremamente importante para mudar a realidade da organização, os quais relataram:

Contador 1: Certamente todas as empresas que se dedicam ao planejamento tributário obtêm bons resultados.

Contador 2: Sim, uma empresa que era optante pelo simples nacional após o estudo tributário mudou de regime para lucro presumido. Outra simples nacional migrou para lucro real.

Contador 3: Sim. Algumas empresas faziam parte do lucro presumido, por causa das atividades, em 2014 o Simples incluiu essas atividades nos anexos e assim muitas puderam apurar pelo simples. Consequentemente começaram a pagar bem menos e ter menos obrigações.

Contador 4: Sim. Um mercado era Simples Nacional mudamos para Lucro Real.

Contador 5: Não.

Contador 6: Não.

De acordo com as respostas dos questionados, a realização do planejamento é capaz de mudar a realidade de uma organização e contribuir com o seu desenvolvimento. O que se nota é que a maioria deles possui experiência com a análise dos regimes de tributação, é que o mesmo tem contribuído com as organizações sendo está uma das práticas mais comuns no planejamento

tributário que é considerado por Siqueira, Cury e Gomes (2011) uma ferramenta de ação preventiva que exige o zelo no tratamento das informações.

Conforme afirma C1 toda organização que realiza um bom planejamento pode alcançar bons resultados sendo que isso depende do estudo tributário como foi citado por C2, pois é através desse estudo que se obtém o perfil da organização para selecionar o melhor procedimento de tributação. E também como relatou C3 uma simples atualização da norma tornou possível a participação de outras organizações que até então eram excluídas dessa forma de tributação. Portanto é importante está atento a legislação, pois ela está sujeita a alterações e atualizações que influenciam a realização do planejamento além de ser responsável por regular a conduzir a prática do mesmo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse embasamento teórico, pode-se compreender que o sistema tributário brasileiro é responsável por apresentar as normas que regem os procedimentos da matéria tributável e que estes são conduzidos pela contabilidade tributária, que, por sua vez, deve atender aos princípios constitucionais que são responsáveis em limitar e nortear a prática do planejamento tributário.

Também foi abordada a atuação do contador que apresentou uma evolução necessária e benéfica para o ofício do mesmo deixando de lado a velha denominação de “guardar livros” ou “apurador de impostos” para assumir uma nova postura de orientador, condutor e tradutor da informação.

E posteriormente foi relatada a prática do planejamento tributário um procedimento minucioso composto por várias etapas, o qual deve ser bem executado para não caracterizar a evasão fiscal que tem se tornado um grande problema. Mediante isso, um novo cenário vem surgindo, isto é a inteligência fiscal que, através do Sped, realiza a fiscalização da prática tributária para combater a sonegação, além de facilitar o processo para transição das informações.

Diante dessa abordagem, foi possível responder aos objetivos propostos como o objetivo geral em identificar o papel dos contadores atuantes nos escritórios de contabilidade em Buritis-MG quanto à utilização dessa ferramenta, é evidente que ambos praticam o planejamento e possuem a consciência do mesmo como uma ferramenta de gestão, porém enfrentam algumas dificuldades como a legislação tributária, considerada por eles complexa e com mudanças constantes, a necessidade cada vez maior de conhecimento e ainda a colaboração dos gestores nesse processo que, para alguns dos contadores da pesquisa, tem sido um desafio em razão do gestor não aceitar tal metodologia.

Quanto ao objetivo específico 1, foi apurado que os mesmos utilizam diversas metodologias para o desenvolvimento do planejamento como a simulação de cenários, observação dos regimes de tributação, estudo tributário, reorganização societária, definição da correta atividade econômica, estudo constante de periódicos e da legislação, ou seja, existem diversas alternativas que possibilitam consolidar o planejamento cabe ao próprio contador adequar cada qual ao perfil e necessidade das organizações.

No que trata da influência no lucro em resposta ao objetivo específico 2 observa-se que ela é notória, pois, de acordo com eles, existem várias vantagens como melhor visão de negócio, redução no custo dos tributos, incentivo à competitividade, seleção adequada dos regimes tributários, maior possibilidade de investimentos, tudo isso proporciona condições para a maximização do lucro.

Quanto ao último objetivo específico diante dos depoimentos nota-se que à assistência dos contadores, para com os gestores é efetiva, uma vez que utilizam diversos meios para a

comunicação e orientação dos mesmos como as visitas in loco, boletins periódicos bem como divulgação em site.

Então através desses objetivos foi possível responder a problemática de identificar o papel do contador, onde os mesmos desenvolvem o planejamento tributário através de práticas diversificadas de acordo com a necessidade do usuário e realizam a orientação dos gestores de modo a alertar para a importância dessa ferramenta.

Diante dos resultados da pesquisa, propõem-se novas investigações para incrementar o estudo como no que tange a identificação das causas para resistências por parte dos gestores, simulação e demonstração de forma prática do planejamento avaliando o valor da informação, bem como o uso da tecnologia no desenvolvimento do mesmo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana Santos de. **Vantagens e desvantagens do Simples Nacional**. Artigo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre. 2010. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25729>>

ASSIS, Weyla Maylane Bonfim de. **Planejamento tributário**: um estudo sobre o papel do contador na visão dos gestores das micro e pequenas empresas. Revista de empreendedorismo e gestão de micro e pequenas empresas. V.2, Nº1, p.162-176, Jan./Abr.2017. Disponível em:file:///C:/Users/User/Downloads/9planejamento_tributario_e_o_papel_do_contador.pdf

BARBOSA, Flávia Gonçalves. **Elisão e evasão fiscal**. 2010.32f. Dissertação-(Especialização em auditoria de tributos)-Universidade Gama Filho. 2010. Disponível:<file:///C:/Users/User/Downloads/elisao_evasao%20(2).pdf

BRASIL. Presidência da República, Observatório da Equidade. **Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional**. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade, 2009.68p.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES Nº 10, de 16 de dezembro de 2004**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf

_____. Secretária da Receita Federal. **Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS Coletânea da Legislação**. 2014. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/Legislacao/Coletanea/ColetaneaPISCofins.pdf>.

BARROS, Fernanda Monteleone. **A evolução das obrigações tributárias nas constituições brasileiras e os reflexos no atual regime tributário de energia elétrica**.2012.54f. Dissertação-(Especialização no curso de direito da regulação)-Instituto Brasiliense de direito público.2012.Disponível em: http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/243/Monografia_Fernanda%20Monteleone%20Barros.pdf?sequence=1&isAllowed=y >

BRITO, Ferdinando. **Entenda as mudanças na legislação do Simples Nacional E-commerce Brasil**.2017. Disponível em:<<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/mudancas-legislacao-simples-nacional/>>

BORGES, Humberto Bonavides. **Gerencia de impostos: IPI, ICMS, ISS**. 3. ed. São Paulo:Atlas,2000.

CAPUCIO, Ricardo. **Guia básico: o que é e como definir o CNAE**. Conta mobi. 2017. Disponível em:<<https://conta.mobi/blog/o-que-e-e-como-definir-o-cnae/>>

CARVALHO, Carmem Lúcia Silva. **Planejamento tributário nas micro e pequenas empresas: mudanças ocorridas na legislação brasileira a partir de 2003**. 2010.11f. Dissertação-(Graduação em Gestão Tributária)-Fundação Visconde de Cairu, 2010. Disponível em<http://www.crcba.org.br/submissaodetrabalhos/arquivos/b70fcabae1.pdf>

COSTA, Antônio Ribeiro dos Santos. **Os tributos e a contabilidade na sociedade: um estudo sobre os profissionais contábeis nas empresas da cidade de Picos-**. In: X Semana de iniciação científica da faculdade R.Sá.2016. Disponível em: <http://www.faculdadersa.com.br/arquivos/downloads/semana_cientifica/trabalhos%202016/ciencias_contabeis/os_tributos_e_a_contabilidade_na_sociedade.pdf> Acesso em: 16 de fev.2017.

COUTINHO, Geilma Almeida de Souza. **O papel do contador dentro do planejamento tributário: um estudo de caso em duas empresas prestadoras de serviços**. 2014.49f. Dissertação-(Bacharel em Ciências Contábeis)- Faculdade Padrão de Aparecida de Goiânia. 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/O%20PAPEL%20DO%20CONTADOR%20DENTRO%20DO%20PLANEJAMENTO%20TRIBUTARIO%20UM%20ESTUDO%20DE%20CASO%20EM%20DUAS%20EMPRESAS%20PRESTADORAS%20DE%20SERVICOS%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/O%20PAPEL%20DO%20CONTADOR%20DENTRO%20DO%20PLANEJAMENTO%20TRIBUTARIO%20UM%20ESTUDO%20DE%20CASO%20EM%20DUAS%20EMPRESAS%20PRESTADORAS%20DE%20SERVICOS%20(2).pdf)> Acesso em 20 de fev.2017.

DOURADO, Antônio Tassio Seixas. SIMÕES, Lucia Maria. PORTO, Francisco. **Sped como ferramenta para inibir a sonegação de imposto**. Faculdade Promove. Brasília-DF. 2015. Disponível: http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/25412c970996cf9229dec83bf41d3dcc.pdf

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo:Atlas,2017.

FERNANDES, Alexandre Roberto Villanova; KIRINUS, Josiane Boeira. **Principais dificuldades para a aplicação do Sped Contábil e Fiscal**. Trabalho de Pesquisa _URCAMP. 2011. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/trabalhos/6824.pdf>>

FERREIRA, Kamila Aparecida Petrunko. FERREIRA Flávio Smania. **A importância do planejamento tributário no contexto empresarial**. Revista Hórus, volume 5 n 2.2011. Disponível em: <http://www.faeso.edu.br/horus/artigos%20anteriores/2011/2ArtigoHorusKamila2011.pdf>>

FONTES, Pedro Luís Teobaldo de. **Aspectos jurídicos da CSLL, cofins e PIS e sua interferência na carga tributária das pessoas jurídicas e existência da bitributação**. Cadernos de graduação. v1. n3. p11-

22.2014.Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/facipehumanas/article/view/1702/904>>

FUJITA, Décio Seiji. **Princípios do direito tributário**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXV, Nº. 000068.2015. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/princ_direito_tributario.pdf>

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. 1995. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Godoy_1995_Pesquisa-qualitativa---tipos-f_12736.pdf
Acesso em: 10/05/17

GOLDEBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa ciências sociais**. ed. Record. Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>>

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: <http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf>

GUIMARÃES, Rodrigo Pereira. **O Planejamento tributário na estruturação das políticas de compra e venda das empresas**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 24 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47527&seo=1>>. Acesso em: 20 out. 2017.

HACK, Érico. **As finalidades do tributo: como ele pode ser utilizado como instrumento de arrecadação e busca dos objetivos do Estado**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba. Ano I II, nº 7, p.135-153, Jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima7/8-Artigo-Finalidades-do-Tributo-Erico-Hack.pdf>> Acesso em 22 de fev. 2017

ILARINO, Samira. SOUZA, Marta Alves de. **Sped (sistema público de escrituração digital): impactos da sua implantação na empresa XX**. E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH Belo Horizonte, vol. III, n. 1, jul-2010. ISSN: 1984-2716. Disponível em: www.unibh.br/revistas/ecivitas/

ISHIDA, Maria Clara Yukie. MARTELLI, Ana Laura Teixeira. **O sistema tributário nacional**. Encontro de iniciação científica. Faculdades integradas Antônio Eufrásio de Toledo. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/5085-13489-1-PB%20(2).pdf

LEITE, Cristiane Inácio. **As obrigações acessórias para uma empresa de lucro real, no que tange o órgão da união federal, antes e depois do decreto lei. nº 6.022**. Revista Eletrônica Academicus - Volume 03, Número 01.2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/6553-24068-1-PB.pdf>

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **O sistema tributário Brasileiro: história, perfil constitucional e proposta de reforma.** São Paulo: 2000. Disponível em: http://www.gandramartins.adv.br/project/ivesgandra/public/uploads/2013/02/07/662f4dcartigo_145.pdf

MIRANDA, Maria Bernadete. **Princípios constitucionais do direito tributário.** Revista Virtual Direito Brasil – Volume 3 – nº 1 – 2009. Disponível em: <<http://www.direitobrasil.adv.br/artigos/tri.pdf>> Acesso em: 20/03/17

OLIVEIRA, Luis Martins et al. **Manual de contabilidade tributária.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

POHMANN, Marcelo Colleto. **Contabilidade tributária.** 2012 IESDE Brasil S.A. 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=85vEmOkR7voC&pg=PA35&dq=contabilidade+tributaria+oliveira+2009&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> Acesso em 25 de fev. 2017.

POSSOLLI, José Luiz. **A correta escolha do regime de tributação como pressuposto de um planejamento tributário eficaz em uma empresa de autopeças de Criciúma-SC.** 2011. 81 folhas. Monografia do Curso de Pós-Graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma – SC.

PASCHOAL NETO, José da Rocha. **Planejamento tributário como ferramenta lícita do contribuinte para minorar a carga tributária.** 60f. 2016. Dissertação-(Bacharelado em Direito)- Faculdade de Direito de Caruaru. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/285>>

ROCHA, Sofia Laprovitera. **Os Princípios da Capacidade contributiva e da progressividade nos impostos reais à luz da constituição federal de 1988 e da decisão do supremo tribunal Federal sobre o ITCMD.** Revista Controle. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/rocha%202014%20capacidade.pdf>>

SANTOS, Maria Lucia dos; SOUZA, Marta Alves de. A importância do profissional contábil na contabilidade gerencial: uma percepção dos conselheiros do CRC/MG E-civitas **Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH Belo Horizonte**, vol. III, n. 1, jul-2010. Disponível em: <www.unibh.br/revistas/ecivitas/ ISSN: 1984-2716>. Acesso em 26 de fev. 2017.

SILVA, Daniel Abreu da; SILVA, Lidiane dos Santos. Planejamento tributário: a atuação do contador e do empresário no planejamento tributário. **Revista Científica da Faculdade de Balsas, Balsas-MA**, Ano II, n.2, 2011. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/30-105-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/30-105-2-PB%20(1).pdf)> Acesso em: 26 de fev. 2017.

SIQUEIRA, Eurípedes Bastos; CURY, Lacordaire Kemel Pimenta; GOMES, Thiago Simões. **Planejamento Tributário.** Catalão. 2011. Revista CEPPG – Nº 25 – 2/2011 pag. 184 à 196 Disponível em: <http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/51c23e8670bb3aeef7da564aa767d33b.pdf> Acesso em: 27 de fev. 2017. ISSN 15178471.

SCHAFFA, Pedro. **Devo optar pelo lucro presumido para pagar meus impostos**. Endeavor Brasil 2015. Disponível em: <https://endeavor.org.br/lucropresumido/>.

SILVA, Flavia Aparecida de Oliveira. CARPINETTI, Mayara Faria. SILVA, Benisa Maria Figueira Thomaz da. ALVARELI, Luciani Vieira Gomes. **A importância do planejamento tributário nas empresas mediante a complexa carga tributária brasileira**. Janus, Lorena, n.13, jan./jun., 2011. p.011-27. Disponível em:<file:///c:/users/user/downloads/963-2815-1-pb%20(2).pdf.>

SILVEIRA, Gerly Paulo da. ARAÚJO NETO, Pedro Lopes de. v. 07, nº 2, p. 67-85, jul-dez, 2014.Revista Eletrônica **Diálogos Acadêmicos** (ISSN: 0486-6266)
Disponível em:<http://www.semar.edu.br/revista/downloads/edicao7/artigo5_planejamentoTributarioGerlyePedro.pdf>

TELLES, Jaciara de Souza. **Planejamento tributário luxo ou necessidade?** 2016. 48f. Dissertação (Especialização em gestão e planejamento tributário) -AVM Faculdade Integrada. 2016. Disponível em:
<http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K231921.pdf>

VEY, Ivan Henrique. BORNIA, Antônio Cezar. Reorganização societária como forma de planejamento tributário: um estudo de caso. 2010. **Revista de administração, contabilidade e economia. UNESCO**. Disponível em:
<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/564/pdf_103>

A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO PARA AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUÇÃO LEITEIRA: Estudo de Caso na Associação Murzelo em Unaí – MG

SANTOS, Lidiane Campos¹
MOREIRA, Gabriel²
PINTO, Izabelle Campos³

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo de caso realizado na Associação Murzelo em Unaí/MG, cujo objetivo foi identificar a importância do cooperativismo para os pequenos produtores filiados à Associação Murzelo. O arcabouço teórico abordou temas como Cooperativismo, Cooperativismo e a sua Relevância, Associativismo, Agronegócio Leiteiro e Pequeno Produtor Rural. O estudo utilizou-se da pesquisa explicativa e descritiva de caráter qualitativo e quantitativo, sendo aplicados trinta e sete questionários aos integrantes da Associação Murzelo. Verificaram-se os benefícios gerados pela Cooperativa local aos Associados pesquisados, como aumento na produção de leite, melhor qualidade de produção entre outros. Também foram abordadas as dificuldades apresentadas pelos mesmos produtores antes de se filiarem a uma cooperativa.

Palavras-chave: Cooperativismo. Associativismo. Produtor rural.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo pode ser entendido como um tipo de renovação social que, através da cooperação e capacidade de empreender, transforma vidas, gera emprego e aumenta o capital para pequenos e médios produtores. Busca unir o crescimento econômico e bem-estar social, em conjunto com um modelo econômico sustentável que valorize as pessoas e suas comunidades.

Historicamente, o cooperativismo iniciou como uma tentativa de amenizar os problemas provocados pela revolução industrial e o alto índice de desemprego. Essa iniciativa deu tão certo que até hoje é apresentada como exemplo de desenvolvimento social, indicada como forma de solucionar problemas socioeconômicos.

A estrutura e a forma de funcionamento das cooperativas foram discutidas e aprovadas por uma comissão internacional a ACI (Associação Cooperativa Internacional) existente até os dias atuais, e dessa discussão foram adotados universalmente os “princípios cooperativistas”. Com regras e metas estipuladas, vários pequenos produtores não se encaixam nas exigências das cooperativas formadas atualmente, pois suas produções são limitadas para a sobrevivência e muitos ainda não contam e/ou não sabem como buscar ajuda do governo.

Um exemplo que pode ser citado é o pequeno produtor de leite que passa por várias dificuldades, principalmente após a Instrução Normativa 51. A Instrução Normativa nº 51 (IN-51) instituída pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em setembro de 2002, estabeleceu novos padrões e normas para a produção de leite cru no país, especialmente quanto aos critérios de conservação, transporte e requisitos de qualidade do leite.

Muitas vezes o problema de um é o mesmo de muitos, nesse sentido foram criadas as associações que promovem o desenvolvimento de pequenos empreendedores e pequenos

¹ Mestre em Administração, Especialista em Gestão Agroindustrial, Graduada em Administração. Coordenadora e Professora do Curso de Administração e NPG. Consultora Empresarial.

² Mestre em Administração, Especialista em Administração Financeira e Controladoria, Graduado em Ciências Contábeis. Professor e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis. Coordenador da CPA.

³ Bacharel em Administração.

produtores rurais, buscando a participação ativa dos mesmos na condução de políticas públicas, promovendo a troca de experiências e qualificação.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, que não contam com o apoio de uma associação, é que na região noroeste de Minas uma das principais empresas que faz a captação de leite dos produtores é a CAPUL (Cooperativa Agropecuária Unai Ltda.), sediada em Unai, através da CCPR (Cooperativa Central dos Produtores Rurais), sendo estabelecido que, para ser feita a captação do leite na propriedade, teria que haver no mínimo uma produção de 150 (cento e cinquenta) litros de leite por dia, mas muitos desses pequenos produtores da região produzem bem menos que isso.

Diante desta situação, o que fazer com esse leite? Não podem produzir para vender derivados alimentícios como queijo, requeijão e outros produtos derivados do leite sem licenças de inspeção de qualidade e para adquirir essas licenças têm um grande custo. Outro agravante é o alto custo de instalação do tanque para o armazenamento e resfriamento do leite coletado. O número de tanques de imersão ou de expansão próprio é muito pequeno, mostrando que a alternativa mais viável para o pequeno produtor é o associativismo.

Por outro lado, o cooperativismo está baseado em uma forma de economia solidária, um empreendedorismo coletivo. Segundo informações apresentadas pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a diferença entre cooperativismo e associativismo está em determinar a adequação a um ou a outro modelo. A associação é adequada para levar adiante uma atividade social; a cooperativa é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala de forma coletiva.

Muitos dos pequenos e médios produtores têm dificuldade em qualificar e inserir-se no mercado pela pouca quantidade produzida. As associações junto às cooperativas aparecem para ajudar o produtor a seguir os padrões exigidos e escolher a melhor forma de vender seus produtos.

Assim este artigo apresenta como questão problema: Qual a influência do cooperativismo para os pequenos produtores filiados à Associação Murzelo em Unai/ MG?

O objetivo é identificar a importância do cooperativismo para os pequenos produtores filiados à Associação Murzelo em Unai/MG. Como objetivos específicos: (I) Levantar as principais dificuldades encontradas pelos pequenos produtores; (II) Apurar as vantagens e desvantagens de se tornar um associado; (III) Apresentar as melhorias alcançadas pelos produtores da associação após se filiar à cooperativa.

Foram aplicadas entrevistas em forma de questionário aos pequenos produtores da Associação Murzelo. Utilizou-se da pesquisa explicativa e descritiva, mediante estudo de caso e pesquisa bibliográfica, foi abordado o método qualitativo e quantitativo.

2 COOPERATIVISMO

O cooperativismo pode ser visto como uma alavanca para a produção de insumos no Brasil, pois as cooperativas sempre apoiam a distribuição dos produtos dentro do território nacional, incentivando o índice do produto interno bruto produzido no Brasil.

Cooperativa é uma forma de organização de empresas em que as pessoas agrupadas que a constituem são absolutamente iguais e, por ação conjunta, tentam resolver uma necessidade (SCHMIDT; PERIUS, 2003).

Para Araújo; Silva (2011), as cooperativas agropecuárias interferem fortemente na coordenação de cadeias produtivas em algumas regiões do Brasil. Também atuam como comercializadores de insumos e produtos agropecuários.

Cooperativismo é um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia (BRASIL COOPERATIVO, 2016).

De acordo com Rios (2007) o cooperativismo aborda alguns princípios: (I) Adesão livre, cada pessoa tem a liberdade de se associar a uma cooperativa e dela sair quando quiser ou necessitar; (II) Gestão democrática, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de quotas-partes, com direito a votar e ser votado, não importa se é cooperado há trinta anos ou trinta dias; (III) Participação econômica, envolve o retorno das sobras, se houver sobras no fechamento do Balanço Anual, a Assembleia Geral, decide livremente sobre o seu destino; (IV) Educação permanente.

Por isso, existe um fundo específico para educação dos cooperados e do público em geral. No Brasil, esse fundo é constituído de, no mínimo 5% das sobras líquidas apuradas no exercício que vão para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social-FATES.

Rios (2007) ainda destaca a (V) autonomia e independência, as cooperativas são organizações autônomas, controladas pelos seus membros; (VI) Intercooperação, as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais; E por fim, (VII) interesse pela comunidade, as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

O cooperativismo é uma sociedade simples de fins econômicos e comerciais, sem fins lucrativos. Sua finalidade é prestar serviços, viabilizar assistência técnica, cultural e educativa aos cooperados, bem como promover a venda e compra em comum, desenvolvendo atividades de consumo, produção, crédito e comercialização. Para constituir uma cooperativa são necessários no mínimo vinte associados (SENAR, 2012).

2.1 CRIAÇÃO DAS COOPERATIVAS E RELEVÂNCIA

No Brasil, de acordo com Pinho (1996 apud SAMPAIO SILVA et al, 2003), as primeiras experiências do cooperativismo Rochdaleano ocorreram no século XIX, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, no ano de 1891, em Limeira, São Paulo e a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco, no ano de 1894. O nascimento da doutrina cooperativista no Brasil se deu a partir do ano de 1932.

A Lei nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971, define a Política Nacional de Cooperativismo, o art. 79 denomina os atos cooperativos praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

De acordo com Rios (2007), a cooperativa é a intermediadora dos agricultores entre plantio e comercialização.

A cronologia de leis, estatutos, decretos entre outros relata o desenvolvimento e a evolução das cooperativas, dentre eles podem ser citados: o decreto nº. 796 - de dois de outubro de 1890 - primeira lei cooperativista; Constituição de 1891, Art. 72; o decreto 22.239 / 1932; o decreto 5.154 / 1942; o decreto 59 / 1966, o decreto 60.597 / 1967, a lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, em vigor, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas; a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), e o Capítulo 1 – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – art. 5º, item XVIII; Medida Provisória nº 1.715, de três de setembro de 1998, cria o SESCOOP para viabilizar a Autogestão do Cooperativismo Brasileiro; o decreto 3.017, de seis de abril de 1999, aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Para Klaes (2005), o cooperativismo é tão natural que até mesmo os animais compartilham de sentimentos de ajuda mútua, solidariedade e cooperação, exemplo disso são as formigas.

O cooperativismo ocupa um papel tão importante que é quase impossível falar de produtor rural sem abordar o termo cooperativismo.

Segundo Ferreira e Braga (2004), em algumas regiões, as cooperativas representam para os produtores o único meio para comercialização e de aquisição dos insumos agrícolas.

Quadros (2004) defende que o cooperativismo agropecuário no Brasil merece destaque por sua importância frente ao desenvolvimento social e econômico do país, o que se confirma diante dados da OCB (2012), os quais demonstram que as cidades brasileiras onde existem cooperativas, possuem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que a média nacional.

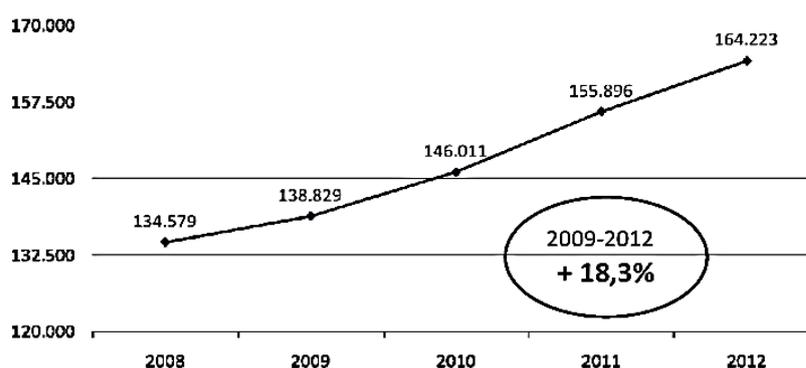
Segundo o presidente da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, Márcio Lopes de Freitas, “as cooperativas têm se destacado na economia nacional, com produtos e serviços cada vez melhores. Os indicadores confirmam a importância do setor na redução das desigualdades sociais”.

Conforme números da OCB, há mais de 6,8 mil cooperativas no Brasil, divididas em 13 ramos de atuação, com mais de 11,5 milhões de associados.

E o número de profissionais contratados por cooperativas cresceu ainda mais. Em 2004, eram 199 mil empregados. Em 2014, foram 338 mil empregos diretos gerados por cooperativas, um acréscimo de 70%. São mais de R\$ 8 bilhões em salários e benefícios injetados na economia nacional.

Figura 1 - Evolução de empregos diretos ligados ao Cooperativismo no Brasil.

Evolução - números de empregos diretos



Fonte: OCB, 2012.

Ainda é importante ressaltar a geração de empregos indiretos, por exemplo, um produtor resolve aumentar sua residência rural, contrata-se a mão de obra (geração de emprego), para isso tem que adquirir os materiais para construção e/ou reforma comprados em lojas que podem ver o produtor como um público alvo. São diversos vínculos que destacam as cooperativas em relação à evolução que proporcionam.

2.2 ASSOCIATIVISMO

A Lei nº 10.406/2002, em seu art. 53, define associação como “uma pessoa jurídica de direito privado tendo por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas etc., sem fins lucrativos, ou seja, não visam lucros e dotadas de personalidade distinta de seus componentes”.

Muito embora as formas de organização no meio rural já existam no Brasil desde o período das cavernas, um tipo de organização que conquista cada vez mais uma posição de destaque no campo brasileiro são as associações de agricultores (SILVEIRA, 1992).

Para Pais (2009), o associativismo se transformou em um instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica.

Segundo informações adquiridas pelo Serviço de Aprendizagem do Produtor Rural, associação é uma sociedade sem fins econômicos e lucrativos, com a finalidade de representar e defender os interesses de seus associados. Duas pessoas é o número mínimo para compor uma associação legalmente e cada um desses participantes tem direito a um voto nas decisões perante as assembleias.

Vários autores apresentam suas definições desse assunto dinâmico e prazeroso, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Definição de Associativismo

Bernardi (2003)	Reunião de pequenos e médios varejistas independentes, que, unindo seus pedidos (compra centralizada), auferem preços e prazos mais atraentes, junto aos fornecedores.
Campos (2006)	Ato de associar-se, agregar-se, juntar-se, unir forças alinhadas a um propósito comum.
Bicalho et al. (2008)	União voluntária de pessoas, visando atender anseios e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, a partir de uma organização coletiva e democraticamente gerida.
Mançano (2008)	Qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de empresas ou pessoas, com o objetivo principal de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos.
Ferreira et al. (2009)	Formação de entidades do direito privado que configuram uma pessoa jurídica composta pela associação de indivíduos ou grupos, com interesses comuns e objetivos definidos, não possuindo capital social.

Fonte: Santos, 2000.

Geralmente as pessoas decidem criar uma associação ao perceber que sozinhas não teriam o mesmo sucesso, e que para alcançar suas metas e objetivos precisam de ajuda. Conforme Leonello e Cosac (2006), a convivência entre elas se constitui em oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

Para o SENAR (2012) uma associação legalmente registrada possibilita a seus associados ter voz ativa e se fazer ouvir na sociedade e nos espaços de decisão pública.

As associações estão regulamentadas tanto na Constituição Federal quanto no Código Civil, sendo bem claro que com a aquisição da personalidade jurídica, a associação passa a ser sujeito de direitos e obrigações.

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento destaca que o patrimônio das associações é formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas, não possui capital social.

BRASIL-MAPA (2012) destaca alguns dos benefícios que com união dos pequenos produtores em associações torna possível, por exemplo, a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte, etc.

O quadro 2 apresenta uma comparação entre os benefícios e as dificuldades do Associativismo, citam-se alguns:

Quadro 2 - Benefícios e Dificuldades do Associativismo

BENEFÍCIOS	DIFICULDADES
Aprofundamento na tecnologia	Falta de atualização
Assegurar oferta e/ou demanda	Pressão de fornecedores
Barreiras de mobilidade e entrada elevadas	Pressão dos clientes por inovação

Divulgação conjunta do negócio	Aumento da concorrência
Aumento do poder de vendas	Pouco (pequeno) volume de compra
Análise de preços atualizada com o mercado	Tendência a uma postura autor referencial
Fortalecimento de uma vantagem local	Desconhecimento do potencial de que dispõe

Fonte: Santos (2000).

Sabe-se que as pessoas unidas têm mais força do que sozinhas. Por isso, é importante que os produtores rurais se juntem em associações.

2.3 A ORIGEM E AS DIFERENÇAS DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

O cooperativismo surgiu em 1844, logo após a revolução industrial com uma proposta inovadora, pela qual pessoas podiam desenvolver uma mentalidade mais aberta, participativa, humana e solidária (BRASIL-MAPA, 2012).

Esse movimento teve origem na cidade de Manchester (Inglaterra), mais precisamente no bairro de Rochdale, quando 28 (vinte e oito) tecelões, se uniram para fundar a primeira cooperativa do mundo em 21 de dezembro de 1844. Esses tecelões se reuniam, discutiam suas idéias, estabeleciam condutas que deveriam ser seguidas, definiram objetivos e traçavam as metas que seriam alcançadas, tendo como foco a organização social do grupo (BRASIL-MAPA, 2012)

No decorrer de 1 (um) ano, os 28 (vinte e oito) tecelões economizaram cerca de 28 (vinte e oito) libras e com esse valor eles abriram um pequeno armazém cooperativo para oferecer aos associados artigos de primeira necessidade e vários outros serviços (ALBINO, 2013).

Segundo Andrade (2005) o associativismo surgiu nos primórdios da humanidade, quando o homem percebeu a necessidade de viver em grupos para caçar, se defender e cultivar. Na era industrial o homem foi praticamente obrigado a se organizar mais para enfrentar as condições precárias de trabalho e, na era atual, a do conhecimento, é necessário buscar o desenvolvimento econômico e social através de grupos estruturados e preparados para melhoria na qualidade de vida.

É importante destacar as diferenças entre o Associativismo e o Cooperativismo. Para Cornelian (2006), as cooperativas são organizações onde um determinado número de pessoas se une buscando fins comuns a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas por esse grupo visando sempre à melhoria das condições de vida de todos.

Segundo Leonello (2006), o associativismo se constitui em experiências positivas para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos de um determinado local.

Em linhas gerais, enquanto a associação é adequada para levar adiante uma atividade social, a cooperativa é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial de forma coletiva.

Quadro 3 - Diferenças e semelhanças entre Associações e Cooperativas.

Definição	Associação	Cooperativa
	Sociedade civil sem fins lucrativos	Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados.	Prestar serviços de interesse econômico e social aos associados.
Objetivos	- Promover a implementação e a defesa dos interesses; - Incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural.	- Viabilizar e desenvolver a atividade produtiva dos seus associados; - Transformar bens; - Armazenar e comercializar; - Assistência técnica e educacional.

Operações	Auxilia no processo de comercialização.	Realiza plena atividade comercial, industrial e prestação de serviços.
Patrimônio	Seu patrimônio é formado a partir de taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas.	Possui capital social (quotas partes).
Financeiros	não há rateio das sobras.	Há rateio das sobras obtidas no exercício financeiro proporcional.
Amparo Legal	- Constituição (Art. 5º.) - Código Civil	- Constituição (Art. 5º.) - Código Civil - Lei 5.764/71

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Pode-se dizer que o cooperativismo e o associativismo, surgiram nas sociedades para encontrar soluções para sanar as necessidades e problemas comuns a determinados grupos de indivíduos.

2.4 AGRONEGÓCIO LEITEIRO

No setor agropecuário, a cadeia produtiva do leite foi a que mais obteve evolução nos últimos anos. O setor leiteiro tem um importante papel na ordem econômica e social do agronegócio brasileiro, com participação significativa no PIB da pecuária.

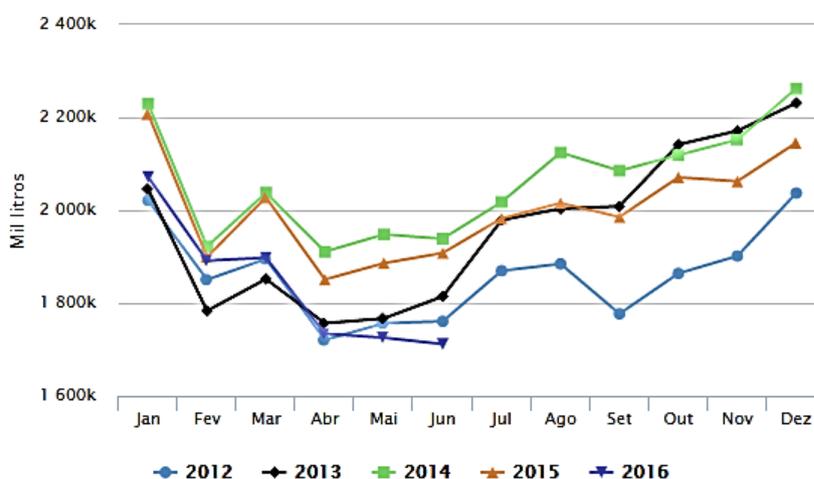
Martins e Guilhoto (2001) destacam que a participação e representatividade do leite e seus derivados, na geração de emprego é superior a setores como a construção civil, indústria têxtil, indústria de automóvel, entre outros.

A produção de leite, segundo Nero, Viçosa e Pereira (2009), tornou-se uma atividade economicamente importante para o país, praticada principalmente por pequenos produtores.

De acordo com Santos e Vilela (2000), o Brasil nas últimas décadas ganha destaque no cenário mundial, melhorando cada vez mais sua posição no ranking dos maiores produtores de leite.

No acumulado do 1º semestre, a captação de leite apresentou queda notória em relação ao mesmo período de 2015, mas esses números não desanimam, a expectativa entre os pequenos e médios produtores é de que a captação de leite aumente.

Quadro 4 - Captação Brasileira de Leite entre os anos de 2012 ao 1º semestre 2016.



Fonte: IBGE 2016

Segundo informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para os meses de abril, maio e junho de 2016, o volume de leite captado foi de 5,17 bilhões de litros em média, número 8,4% inferior quando comparado a este mesmo trimestre do ano de 2015. A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) afirma que, entre os vinte sete estados e Distrito Federal, apenas seis aumentaram a sua produção em 2015, sendo eles Rio Grande do Sul (+ 1,7%), São Paulo (+ 3,3%), Santa Catarina (+ 0,4%), Rio de Janeiro (+ 5,5%), Pernambuco (+ 6,1%), e Acre (+ 5,0%).

De acordo com Vicente consultor do SEBRAE, o setor leiteiro no Brasil vai permanecer crescendo e as cooperativas terão papel de destaque cada vez maior nesse crescimento, a exemplo do que ocorre em outros países. Ele citou que nos Estados Unidos, 85% do total da produção provêm de cooperativas, na Nova Zelândia, com 95%, Uruguai e Chile, com 85% e Costa Rica, com 80%.

A pecuária leiteira brasileira enfrenta dificuldades relacionadas ao baixo nível tecnológico de pequenos produtores. Outro item que tem dificultado para mercado leiteiro é a preocupação com o bem-estar dos animais, pois o número de organizações sociais que tratam do assunto condenam o confinamento como método de produção é crescente (MACHADO, 1998; KHATOUNIAN, 1998).

2.5 PEQUENO PRODUTOR

Os pequenos produtores são responsáveis por boa parte dos alimentos que está na mesa dos brasileiros.

A definição de Pequeno Produtor pela Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, é “aquele residindo na zona rural e detém a posse de um terreno próprio para cultivar não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo”.

Camargo (2007) afirma que o produtor rural ser proprietário único ou posseiro, condômino, parceiro, arrendatário ou possuir propriedade comum ao casal.

As principais bases legais que procuram caracterizar o produtor rural abordam o Estatuto da Terra 1964, Código Florestal 1965, Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.296/1993 que regulamenta a reforma agrária, Imposto da Propriedade Territorial Rural - ITR e o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais CNIR, Lei nº 11.326/2006 e o Sistema Nacional de Crédito Rural SNCR. Dentro do SNCR há as normas do I – PRONAF, II – PRONAMP e III – Fundos Constitucionais, sendo este último o normativo que mais abarca produtores rurais.

Vale ressaltar que algumas bases legais classificam os produtores de acordo com sua renda bruta anual podendo ser Mini, Pequeno, Médio e Grande produtor.

Para o Sebrae, os produtores rurais adquirem status equivalente ao de empresas quando estão aptos a comercializarem seus produtos. Isso equivale à obtenção do CNPJ ou da Inscrição Estadual de produtor rural (IE).

A ONU convocou o Brasil para ser o principal provedor de alimentos para o mundo nos próximos vinte anos. Atualmente, 70% dos alimentos consumidos aqui são produzidos por pequenos e médios agropecuaristas. Esse grupo emprega 77% da mão de obra no meio rural e detém 90% das propriedades registradas (CEBDS, 2015).

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS (2013) estima que a produção de alimentos precisa crescer 60% até 2030, podendo assim garantir o suprimento da população global.

3 METODOLOGIA

Metodologia para Andrade (2010) “é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

Segundo Maconi e Lakatos (2005) método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros.

O presente estudo se classifica como uma pesquisa qualitativa, não dispensando a utilização da pesquisa quantitativa. Utilizou da pesquisa exploratória e descritiva.

Segundo Gil (1991) a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema.

Ao apurar o método de abordagem e procedimentos técnicos a pesquisa pode ser definida como pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

O estudo de caso na concepção de Gil (2008) consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

O universo a ser estudado se trata dos associados filiados à Associação MURZELO, localizado no município de Unaí/MG, associada à Cooperativa Agropecuária de Unaí Ltda. - CAPUL.

Criada para dar sustentabilidade econômica aos seus associados, a Associação MURZELO, situada a 61 km do centro da cidade, na região do PA Brejinho, 13 anos de fundação. Com produção diária em média de 5 (cinco) mil litros/leite/dia, a MURZELO é presidida por Júlio Pires.

A associação se constituiu com apenas 13 (treze) participantes. Atualmente conta com 40 (quarenta) associados entre homens e mulheres.

Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro de questionário padronizado, com 19 questões, questões de múltiplas escolhas e algumas solicitando justificar as respostas. A pesquisa foi aplicada a praticamente todos os participantes da associação, que compreende 40 (quarenta) associados, sendo que destes somente 3 (três) não responderam. A aplicação dos questionários foi realizada pelo próprio autor do trabalho, no período de no período de 30 de agosto a 15 de setembro.

4 ANALISE DE RESULTADOS

Estudo de caso realizado na Associação Murzelo, localizada em Unaí/MG, sendo pesquisados 37 (trinta e sete) associados.

Foi questionado há quanto tempo esses produtores estão na associação Murzelo.

Gráfico 1 - Tempo participando da Associação



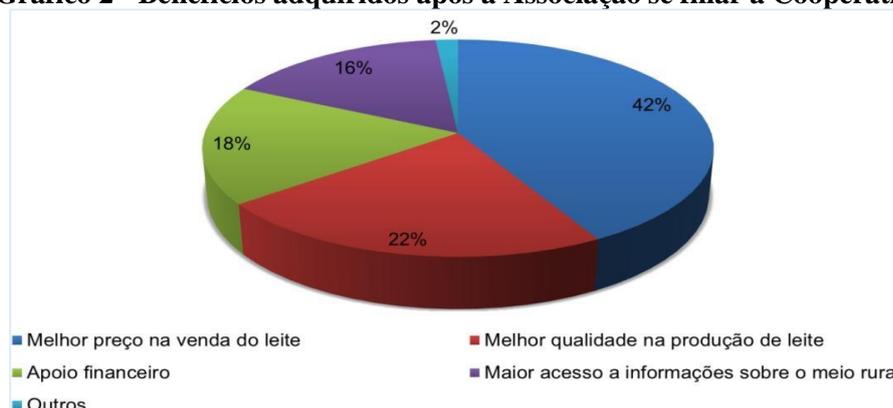
Fonte: Autor do trabalho, 2016

Dos entrevistados 30% participam da associação entre 1 a 5 anos, 22% entre 6 e 10 anos, 43% entre 11 e 15 anos e apenas 5% entre 16 e 20 anos.

Grande parte dos produtores começaram suas atividades junto à criação da Associação, dentre esses e outros fatores a serem analisados pode-se dizer que a Associação trouxe uma formalidade e uma seriedade no modo de captar e produzir o leite.

Outro ponto levantado foram os benefícios adquiridos pelos produtores após a Associação se filiar a Cooperativa. Destacando que dos pesquisados 42% afirmaram que um dos benefícios foi o melhor preço na venda do leite, 18% o apoio financeiro, 22% a melhor qualidade na produção de leite, 16% obtiveram um maior acesso a informações sobre o meio rural e 2% outros benefícios.

Gráfico 2 - Benefícios adquiridos após a Associação se filiar a Cooperativa.



Fonte : Autor do trabalho, 2016.

Pode-se observar que os produtores sentiram as melhorias principalmente na hora de vender o leite, pois como não eram organizados o preço que recebiam pela matéria prima era muito baixo, não tinham volume de produção e conseqüentemente não conseguiam negociar preço. Ainda é importante ressaltar que não se tinha assistência técnica e nem mesmo orientações quanto a qualidade do leite, sendo importante destacar que atualmente são feitos testes periódicos para analisar essa qualidade, além de capacitações, participação de cursos e orientações técnicas.

Segundo Ferreira e Braga (2004), em algumas regiões, as cooperativas representam para os produtores o único meio para comercialização e de aquisição dos insumos agrícolas. Estes aspectos reforçam o papel das cooperativas no desenvolvimento regional e municipal podendo também representar um setor gerador de empregos.

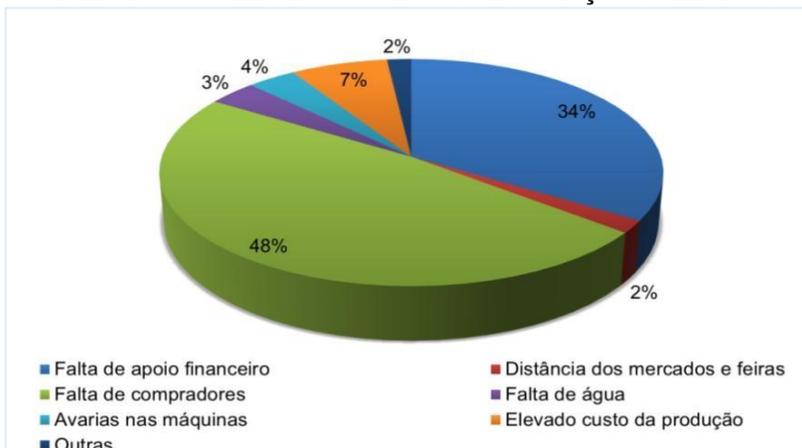
Também buscou-se apurar as dificuldades que os produtores enfrentavam antes da associação se integrar a Cooperativa.

De acordo com as respostas 48% afirmaram a falta de compradores, 34% a falta de apoio financeiro, 4% avaria nas máquinas, 2% a distância dos mercados e feiras, 3% falta de água, 7% elevado custo da produção e 2% responderam outras (Gráfico 3).

A maioria dos produtores afirmaram que tinham dificuldades em encontrar compradores, mas atualmente todo o leite produzido dentro do padrão de qualidade indicado é captado pela cooperativa e os mesmos recebem o preço combinado. Também foi abordado a falta de apoio financeiro, que hoje é suprida pela cooperativa, além de promover incentivos como a melhoria da qualidade do leite e o pagamento por esta.

A cooperativa tem como um de seus objetivos, ajudar o produtor rural, Bicalho (2008) ressalta que a cooperação beneficia, ainda, a negociação dos mesmos com suas empresas fornecedoras. Adicionalmente, a partir da gestão democrática e da ação social da associação é possível desenvolver projetos e intervir em políticas que tenham impacto na mesma.

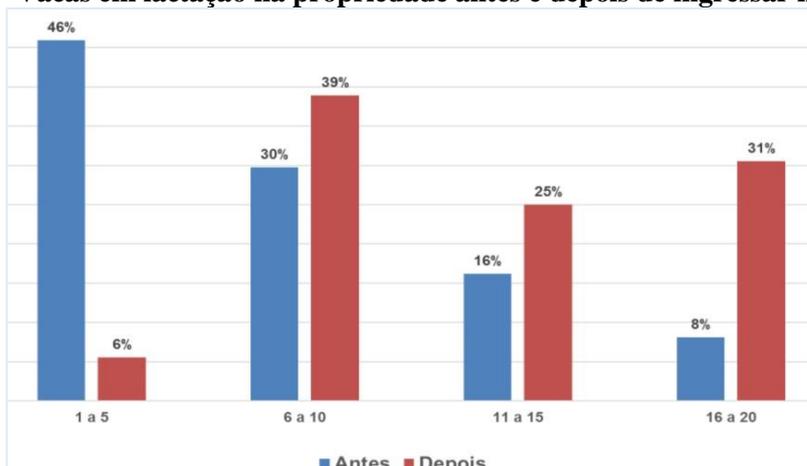
Gráfico 3 - Dificuldades enfrentadas antes da Associação de filiar a Cooperativa.



Fonte : Autor do trabalho, 2016.

O gráfico 04 (quatro) faz um comparativo do antes e depois da Associação ingressar na cooperativa.

Gráfico 4 - Vacas em lactação na propriedade antes e depois de ingressar na Associação



Fonte : Autor do trabalho, 2016

Percebe-se que antes da associação ingressar na cooperativa 46% responderam que tinham em sua propriedade de 1 a 5 vacas em lactação, 30% responderam que tinham de 6 a 10 vacas, 16% tinham de 11 a 15 vacas e apenas 8% tinha entre 16 a 20. Após ingressar na associação apenas 6% responderam que tem de 1 a 5 vacas em lactação, 39% de 6 a 10 vacas, 25% de 11 a 15 animais e 31% de 16 a 20 animais em sua propriedade.

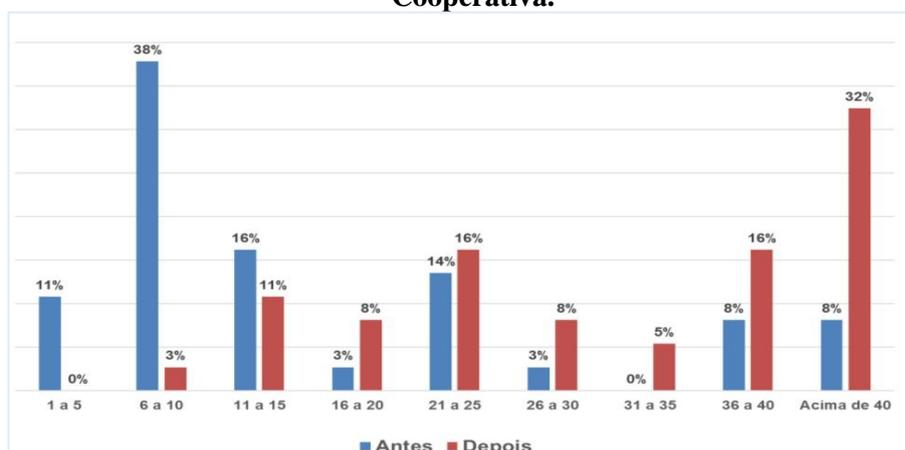
É significativa a evolução, pois de 46% que tinham de 1 a 5 animais reduziu para 6% e de 8% que tinham de 16 a 20 animais aumentou para 31%. Essa evolução se deve ao valor pago pelo produto que foi melhorando, além dos incentivos para adquirirem mais animais.

O gráfico 05 (cinco) apresenta à quantidade de leite produzida antes e após a associação integrar a cooperativa.

Dos entrevistados 11% responderam que antes da associação se ingressar na cooperativa era retirado de 1 a 5 litros de leite por dia, 38% de 6 a 10 litros, 16% de 11 a 15, 3% retiravam de 16 a 20, 14% de 21 a 25 litros, 3% retiravam de 26 a 30 litros, nenhum respondeu de 31 a 35 litros, 8% de 36 a 40 litros e 8% acima de 40 litros. Após a integração da associação a cooperativa nenhum afirmou tirar menos de 5 litros de leite, 3% afirmaram ainda

tirar de 6 a 10, 11% de 11 a 15 litros, 8% de 16 a 20 litros, 16% de 21 a 25 litros, 8% de 26 a 30 litros, 5% de 31 a 35 litros, 16% de 36 a 40 litros diários e 32% estão capitando mais de 40 litros de leite diários.

Gráfico 5 - Quantidade diária de leite retirada antes e após a Associação se integrar a Cooperativa.



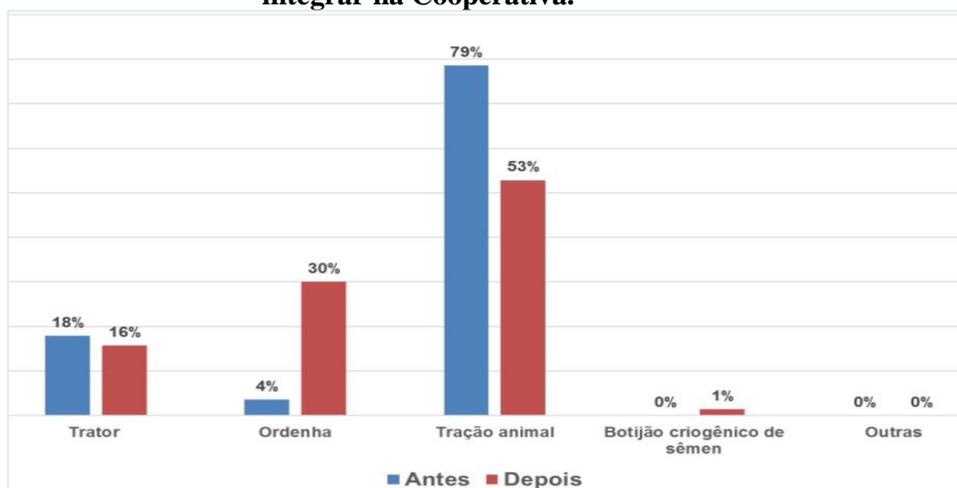
Fonte : Autor do trabalho, 2016

Também houve uma grande evolução, aumentando a quantidade produzida e principalmente a qualidade do produto, que devido às orientações e capacitações pode ser aperfeiçoado.

A cooperação beneficia a negociação dos associados com suas empresas fornecedoras e clientes e possibilita a escala necessária para ampliar a participação destes no preço pago pelos consumidores finais (BICALHO et al, 2008).

O gráfico 06 (seis) apresentou as modificações na parte de equipamentos nas propriedades, a partir do momento que a associação se filiou a cooperativa.

Gráfico 6 - Tipos de equipamentos usados na propriedade antes e depois da associação se integrar na Cooperativa.



Fonte : Autor do trabalho, 2016

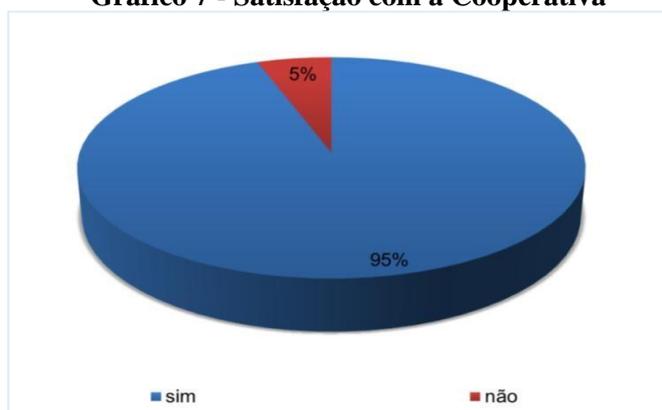
Observa-se que 18% dos produtores antes da associação ingressar na cooperativa utilizavam apenas trator, 4% tinham ordenha mecânica, 79% utilizavam tração animal e nenhum utilizava botijão criogênico de sêmen. Após o ingresso da associação a cooperativa

16% utilizavam trator em sua propriedade, 30% passou a utilizar a ordenha mecânica, 53% passou a utilizar a tração animal e 1% adquiriu o botijão criogênico de sêmen.

Vale ressaltar que nem sempre o trator é a ferramenta mais adequada, pois devido ao tamanho das propriedades e a atividade desenvolvida a tração animal se torna muito mais viável financeiramente, uma vez que, o valor pago pela hora-máquina é muito alto e adquirir o bem é totalmente inviável, sem falar as condições financeiras para este investimento. Também é importante ressaltar o aumento na quantidade de ordenhas e as facilidades que esta proporciona ao produtor quanto ao tempo e qualidade do produto.

Por fim foi verificado a satisfação dos produtores com relação à cooperativa da qual a associação participa.

Gráfico 7 - Satisfação com a Cooperativa



Fonte : Autor do trabalho, 2016

Dos entrevistados 95% ressaltaram estar satisfeitos com a cooperativa e 5% não estão satisfeitos. O percentual satisfeito é significativo, pois essa satisfação demonstra reconhecimento com a organização e melhorias que esta tem proporcionado aos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade leiteira passou nos últimos anos por crescentes transformações, sendo que a presença da tecnologia elevou a competitividade do setor. A partir da década de 90, sofreu forte impulso em termos de produtividade, principalmente em função da maior abertura de mercado e inserção de novas tecnologias na cadeia, na produção, armazenamento, comercialização e distribuição do produto ao consumidor final.

Para avaliar a percepção dos associados em relação aos benefícios gerados pela cooperativa ao qual estão filiados, foi aplicado questionário aos produtores rurais da Associação Murzelo, filiada à CAPUL.

Buscou-se levantar as principais dificuldades encontradas como a falta de apoio financeiro, reduzido número de trabalhadores, distância dos mercados e feiras, falta de água, avarias nas máquinas, entre outros. A mais mencionada foi a falta de compradores para sua produção.

Ao apurar as vantagens e desvantagens de se tornar um associado, as dificuldades vividas estão ligadas à Instrução Normativa nº 51 (IN-51) instituída pelo MAPA que estabeleceu novos padrões e normas para a produção de leite cru no país.

Quanto às melhorias alcançadas pelos produtores rurais após a associação se filiar à cooperativa, melhor preço na venda do leite, melhoria na qualidade do leite, apoio financeiro e também maior acesso a informações sobre o meio rural, foram apurados.

A problemática foi respondida e os objetivos atingidos, pois foram encontrados os benefícios gerados pela Cooperativa a Associação Murzelo. Assim a Cooperativa é sim uma ferramenta de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

Agronegócios: a importância do cooperativismo e da agricultura familiar. Disponível em: <[www.fatece.edu.br/arquivos/arquivos %20revistas/.../volume4/13.pdf](http://www.fatece.edu.br/arquivos/arquivos%20revistas/.../volume4/13.pdf)>. Acesso em: fevereiro de 2016.

AGROPECUÁRIAS. **Revista de administração contemporânea**, Curitiba, v. 8, n.4, 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac/vol_08/dwn/rac-v8-n4-maf.pdf>. Acesso em: março de 2016.

ALBINO, Gawlak. Cooperativismo: primeiras lições. Brasília: SESCOOP, 2013.
Associativismo rural. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>> Acesso em: Abril de 2016.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Anderson. **A força do associativismo para um Brasil de resultados**. 2005. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-forca-do-associativismo-para-um-brasil-de-resultados/293/>. Acesso em: setembro 2016.

ARAÚJO, E. A. T.; SILVA, W. A. C. Cooperativas de crédito: A evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômico-financeiros. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 19, n. 01, jan./jun. 2011.

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos estratégias e dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

BICALHO, Renata de Almeida; MACHADO, Márcia Cristina da Silva; PAÇO-CUNHA, Elcimar. **Estudo das relações laticínios** – pequenos produtores na região de Juiz de Fora. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Agricultura brasileira em números, anuário 2005. a) Pecuária: Pecuária Leiteira. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: abril de 2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Coopergênero, cooperativismo e igualdade de gênero**. Brasília, 2012.

CAMPOS, Jorge de Paiva. **Ações associativistas entre pequenas empresas: evidências, formulação e execução**. 2006. 188 f. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, Campinas, 2006.

CAMARGO, Sílvia Helena Carvalho Ramos Valladão de. **Visão Sistêmica e Negociação: O Caso da Pecuária de Corte**. 2007. 243 f. Tese (Doutorado em Administração) – Curso de Pós-

Graduação em Administração, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

Cartilha Associativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento.

Disponível em: <file:///C:/Users/Luzia/Downloads/cartilha_associativismo_web.pdf>. Acesso em: Abril de 2016.

Cooperativismo eleva competitividade de leite produzido por pequenos produtores.

Disponível em: <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI198047-17180,00-AUMENTA+PARTICIPACAO+BRASILEIRA+NO+MERCADO+DE+LACTEOS.html>. Acesso em: maio de 2016.

CORNELIAN, Anderson Ricardo. A concepção de “economia solidária” em Paul Singer:

Descompassos, contradições e perspectivas. ARARAQUARA – SP, 2006. Disponível em: portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/anderson_ricardo_cornelian.pdf. Acesso em: setembro de 2016.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil 2002 – CNA. Disponível em:<http://www.canaldoprodutor.com.br/>. Acesso em: fevereiro de 2016.

DIFERENÇAS ENTRE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO. Disponível em: <Http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Entenda-as-diferen%C3%A7as-entre-associa%C3%A7%C3%A3o-e-cooperativa>. Acesso em: março de 2016.

FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J. Diversificação e Competitividade nas Cooperativas RIOS, Gilvando de Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERREIRA, Ademir Antônio; DIVINO, Carlos Alberto Guimarães; Correa, Silvana Aparecida Martins. **Formação de Redes e Alianças Estratégicas**. 2009. Disponível em: <http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0106.pdf>. Acesso em: março de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

IBGE, 2016. Captação Brasileira de leite. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/> Acesso em: agosto de 2016.

KLAES, L.S. **Cooperativismo e ensino a distância**. Florianópolis/SC. 2005. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). UFSC.

LEI Nº LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: março de 2016.

LEONELLO, João Carlos; COSAC, Claudia Maria Daher. **O Associativismo como Alternativa de Desenvolvimento Local e Sustentabilidade Social**. 2006. Disponível em: <Http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloeclaudiamariadahercosac.pdf>. Acesso em: junho de 2016.

MACHADO, L.C.P. **Etologia e produção animal**. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, n.22, p.97-108, 1998.

MARTINS, P.C. e GUILHOTO, J.J.M. **Leite e derivados e a geração de emprego, renda e ICMS no contexto da economia brasileira**. In: GOMES, A. T., LEITE, J.L.B.; CARNEIRO, A.V. (edits.) O agronegócio do leite no Brasil. Embrapa Gado de Leite. Juiz de Fora, MG. 2001.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MANÇANO, Rosângela Verri. **O associativismo como fator de desenvolvimento econômico local: estudo de caso da associação dos produtores rurais de Corumbataí do Sul**. 2008. 74 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante) – Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, 2008.

MONDAINI, I. **A rentabilidade da atividade leiteira: um caso de produtores no médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro**. Lavras: UFLA, 2006. 83 p. (Dissertação de Mestrado em Administração Rural).

NERO, L.A.; VIÇOSA, G.N.; PEREIRA, F.E.V. **Qualidade microbiológica do leite determinada por características de produção**. Ciência tecnologia de Alimentos, Campinas, abr./jun. 2009.

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Cooperativismo**. <[Http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp](http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp)>. Acesso em: 19 março. 2016.

PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. **Manual de capacitação da tecnologia social**. - Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. [ISBN 978-85-61534-04-2].

PERCEPÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NA PECUÁRIA LEITEIRA EM UNAÍ/MG: ESTUDO DE CASOS PIRACICABA 2011. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/27062013_115624_lidianecamposdossantos.pdf> Acesso em: 15 maio.2016.

Produção da Pecuária Municipal – 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2013/>> Acesso em 19 março. 2016.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SAMPAIO SILVA, E. et. al. **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenário e tendências**. UniRcoop, vol. 1, # 2, 2003.

SANTOS, G. T.; VILELA, D. **Produção leiteira: analisando o passado, entendendo o presente e planejando o futuro**. 2000. Disponível em: <<http://www.sbz.org.br/anais2000>>. Acesso em: 28 março. 2016.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. **Cooperativismo e cooperativa**. In: CATTANI, Antonio David. (Org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

A RELEVÂNCIA DA TECNOLOGIA NO PROCESSO DA COMUNICAÇÃO: O USO DA INTERNET NO AMBIENTE ACADÊMICO DA FACTU

SILVA, Darlene Menezes¹
BOFFI, Jhênneffer da Silva²
SOUSA, Camila Kelen³
MACHADO, Cláudia Aparecida⁴

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a relevância da tecnologia no processo da comunicação como uso da tecnologia no ambiente acadêmico. Primeiramente descrever sobre o surgimento e evolução da internet. Posteriormente discutir sobre as novas tecnologias da informação e comunicação. Em seguida, analisar os novos desafios das ciências sociais sobre o estudo dos efeitos da internet sobre o homem. Observar ainda, os aspectos positivos e negativos da internet no ambiente acadêmico. A presente pesquisa se justifica pela importância da contribuição da internet na evolução da sociedade, ela proporciona às pessoas acesso rápido e fácil as informações, que uma vez produzidas circulam, instantaneamente, porém na mesma medida que a internet trouxe benefícios, trouxe também alguns malefícios, principalmente no que se diz respeito ao ambiente acadêmico devido ao uso inadequado dessa ferramenta.

Palavras-chave: Internet. Informação. Comunicação. Ambiente acadêmico.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, se vive em um mundo, onde a evolução da tecnologia está diante dos olhos da comunidade. A evolução tecnológica, tem sido de grande relevância para o crescimento e desenvolvimento da informação mundialmente, fazendo com que, a informação chegue de forma instantânea aos usuários dos meios de comunicação.

A internet tem alcançado um papel cada vez mais importante na vida das pessoas, ela trouxe novas formas de comunicação, nela se encontra qualquer tipo de informação de maneira fácil e rápida, e se for usada de maneira correta pode se tornar uma excelente ferramenta na vida pessoal e profissional, assim como, no ambiente acadêmico e escolar. A tecnologia da informação e da comunicação dá novas expectativas à sociedade futura.

Com base nesta contextualização exposta à cima, o presente artigo surgiu da seguinte situação problema: Qual a relevância da tecnologia no processo da comunicação com o uso da internet no ambiente acadêmico?

A fim de responder este questionamento, o objetivo geral deste estudo consiste em: analisar a relevância da tecnologia no processo da comunicação e o uso da internet no ambiente acadêmico. Sendo que os objetivos específicos consistem em: observar com que frequência os acadêmicos utilizam a internet; verificar a percepção dos docentes quanto ao uso da internet para fins acadêmicos; selecionar qual o principal meio de acesso às informações utilizadas pelos discentes; e assim como, identificar as vantagens e desvantagens do uso da internet pelos acadêmicos.

A internet se configura atualmente como o principal meio para se obter informações, é notória sua contribuição para a evolução da humanidade, entretanto, observa-se que na mesma

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU.

³ Graduada no Curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU.

⁴ Professora Mestre do Curso de Ciências Contábeis e Administração, da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU.

medida em que essa ferramenta trouxe benefícios, alguns malefícios também são encontrados, principalmente no meio acadêmico devido ao uso inadequado da tecnologia. Torna-se então importante, o conhecimento sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA INTERNET

Segundo Marcondes (2005), a internet não possui um proprietário e nem um local definido para que ela seja instalada, ou seja, todas as pessoas que possuem um computador, podem se conectarem a ela, e usá-la. O grande benefício da internet, é que ela pode ser conectada em todos os tipos de computadores em todo o planeta terra. Cada utilizador da internet recebe uma única identificação chamada de endereço. É por meio deste endereço, que as pessoas irão se comunicarem, enviando e recebendo mensagens, de maneira instantânea. Isto é o chamado correio eletrônico. Através dos servidores (computadores que controlam o acesso de uma determinada rede a uma internet), é possível encontrar programas gratuitos e acessar bancos de dados públicos. Os bancos de dados têm como objetivo transmitir informações através do computador. Estas informações são noticiários como propagandas de pizzarias, lojas, livrarias e etc., que são compartilhadas imediatamente. Grande parte de tudo que está na rede, é feito pelas pessoas que querem oferecer publicamente suas opções ou talentos. Isto é chamado de World Wide Web ou Web.

Ainda para Marcondes (2005, p. 30-31):

A informação na web é organizada em forma de páginas, que podem conter textos, imagens, sons e, mais recentemente, pequenos programas. Além disso, as páginas da web podem ser ligadas umas com as outras, formando o que se chama de um conjunto de hipertextos. Assim é possível, por exemplo, que um trabalho de faculdade faça referência direta a um texto que serviu de base para o estudo. O leitor interessado na fonte de pesquisa pode saltar imediatamente para o texto original.

Segundo Dizard (2000) a internet nasceu de uma rede inventada por volta dos anos 60, como um mecanismo capaz de possibilitar a comunicação entre os militares. Foi contratada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Uma equipe de especialistas em preparação de programas e engenheiros eletrônicos, onde desenvolveram uma rede que não possuía nenhum tipo de comando central. As mensagens seriam transmitidas em pequenas partes, que eram chamadas de “pacotes”. Deste modo, a comunicação era repassada de forma rápida e sem falhas no sistema, pois era uma rede onde cada computador possuía um único sinal, ou seja, não dependia de outro computador para transferir as informações. Portanto, se um computador parasse de funcionar, não interromperia a passagem das mensagens.

Através de uma comunicação feita entre a Universidade da Califórnia e um centro de pesquisa em Stanford em Outubro de 1969, a APARnet (Advanced Research Projects Agency Network), entra em funcionamento, a princípio ligou quatro computadores. Futuramente mais computadores de outras universidades e centros de pesquisas se ajuntaram a estes. (DIZARD, 2000). Deste modo, foi possível expandir o número de computadores ligados à internet, mais universidades e centros de pesquisas tiveram acesso a informação e comunicação, podendo assim ampliar as pesquisas, em busca de inovações tecnológicas, aumentando assim, os benefícios para o ambiente acadêmico.

No começo do ano de 1980, aperfeiçoou-se o uso do TCP/IP (TransmissionControl Protocol/Internet Protocolⁱⁱⁱ), que é um protocolo que realiza a troca de informação na APARnet. Desta maneira, facilitava a conexão entre outros tipos de redes, fazendo com que a comunicação fosse ficando cada vez mais abrangentes entre as redes. No ano de 1990, a ARPAnet passou a

ser chamada de NSFnet (National Science Foundation's Network). A partir deste momento, a NSFnet foi ligada nas demais redes atuais, e até fora dos Estados Unidos, permitindo a conexão entre centros de pesquisas e Universidades de forma universal. A partir deste momento, a atual internet passou a existir e era usada especialmente no ambiente acadêmico como um instrumento gerador das informações entre as universidades (DIZARD, 2000).

A internet chegou ao Brasil no ano de 1991, com a RNP (Rede nacional de pesquisa), uma operação acadêmica em junção ao MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia). A RNP ainda é a “espinha dorsal” que engloba as instituições, universidades, laboratórios, centros de pesquisas, etc. No dia 20 de dezembro de 1994, a EMBRATEL lançou o serviço online para testar e conhecer melhor a internet. Apenas em 1995 que a internet foi liberada para o acesso comercial (MARCONDES, 2005).

Nota-se que o Brasil também foi privilegiado com a chegada da internet, podendo assim, ter acesso ao uso do comércio eletrônico, deste modo, o brasileiro usava do meio eletrônico para realizar compras e vendas de mercadorias.

Segundo Cortês (s.d), com o desenvolvimento do Windows 95, as empresas puderam implantar redes ligando somente alguns departamentos. Só a partir do ano de 1998, que as empresas tiveram o privilégio de terem um Departamento de Informática existente. Com a criação do Windows 98, foi possível aumentar o uso das redes e unir diversos departamentos dentro das empresas.

2.2 AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Na definição de Pinto (2004, p.4 apud SILVA, 2013, p. 11) “As tecnologias da informação ou novas tecnologias da informação e comunicação são o resultado da fusão de três vertentes técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas”. São nessas mídias que se encontram as informações, onde se concentram também a comunicação. Afonso (2010) considera ainda que a tecnologia da informação seja os métodos utilizados para processar as informações e para se comunicar, e que essas tecnologias acelerarão e tornam menos físico o conteúdo da comunicação, pois agora ela assume a forma de textos, vídeos, sons, imagens estáticas, etc.

Segundo Afonso (2010) a telecomunicação é uma maneira de se comunicar à distância que se tornou vulgar, porém muito necessário nos dias atuais, ela tem evoluído, diversificado e facilitado o processo de comunicação, hoje se tem diversos meios de telecomunicação que são utilizados, como os sistemas de rádio e satélite, as linhas telefônicas, etc.

A internet é uma rede mundial de computadores que estão interligados entre si, é ao maior gerador de informação acessível a todos em qualquer parte do mundo, a internet é para o homem é um dos maiores privilégios da vida moderna (AFONSO, 2010). Mediante a internet, foram criados novos sistemas de informação e comunicação, gerando uma enorme rede. A necessidade das pessoas de se comunicarem de maneira imediata, ocasionou um aumento no uso dessas tecnologias, surgindo assim à linguagem digital (SILVA, 2013).

A tecnologia da informação e comunicação está presente de forma direta e indireta na vida das pessoas, em quando usamos serviços bancários on-line, ou até mesmo quando se assiste televisão, ou seja, essa tecnologia influencia a vida social destas pessoas (PEREIRA; SILVA, s.d). A tecnologia está cada vez mais, ganhando espaço na sociedade, depende-se dela para realizar diversas tarefas ao longo do dia, no trabalho, no lazer, ou até mesmo na escola, ela facilita a busca pela informação e também proporciona a comunicação com pessoa que estão longe, é necessário porém saber usá-la.

As fontes de informação podem ser descritas como tudo o que produz e leva informação. O ambiente digital se transformou em uma relevante fonte de informação, devido ao crescimento dos seus usuários. O conhecimento das fontes de informação é de extrema

importância, pois afeta no processo do seu uso de maneira adequada (RODRIGUES; BLATTMANN, 2014). O uso da internet tem aumentado cada vez mais, devido à rapidez e precisão com que se podem obter informações nela, porém é preciso conhecer os fundamentos das fontes de informação, podendo assim usá-la de forma correta.

Segundo Afonso (2010, p. 22) “a comunicação é essencial à condição humana desde as mais remotas eras e consiste numa interação que ocorre entre dois ou mais intervenientes, em termos de transmissão e recepção de informação”. A comunicação pode ser usada como um meio de propagação da informação, porém na comunicação os receptores não têm opção de escolher o conteúdo da informação, e por isso são notados de maneira diferente. Após meados de 1980, a evolução tecnológica fixou seus fundamentos na educação, a tecnologia da informação e da comunicação, está concentrada na criação de mecanismos que integrem a educação, de maneira que ajude na evolução da busca pelo conhecimento, ela proporciona competitividade e chances para o crescimento sustentável das escolas, o uso da tecnologia se faz necessário pelo acesso rápido as informações. Porém existe certa hesitação dos professores em relação ao uso dessas novas tecnologias no ambiente escolar (MACÊDO, 2013)

Saber usar a informação pode ajudar na evolução de produtos e serviços das empresas, McGree e Prusak (1994 apud RODRIGUE; BLATTMANN, 2014) a forma como as empresas interpretam, recebem e como elas utilizam as informações é a maneira como elas concorrem uma entre as outras, as organizações que melhor souberem usar essas informações, ficam na frente das outras, sendo as grandes campeãs. Ou seja, do que adianta ter acesso às informações se não souber usá-la de maneira correta.

2.3 TIPOS DE REDES DE COMPUTADORES

Para Soares et al (1995), cada rede de computadores é constituída por um grupo de módulos processadores e também por um conjunto de comunicação, isto é, uma troca de informação e compartilhamento de recursos, sejam eles recursos de *hardware* ou *software* (conhecidos *hosts*). Deste modo, é possível a troca de dados e também compartilhar periféricos. E assim, haverá menos investimento em equipamentos, reduzindo-se custos.

Segundo Tanenbaum (1997 apud GOMES, 2005), existem as redes locais, também nomeadas de LANs, essas redes são de acesso privatizado, ou seja, são instaladas em um prédio de uma instituição ou em um determinado campus universitário, abrangendo uma pequena área geográfica. Este tipo rede é muito usado para conectar computadores englobando um grupo de escritórios, ambiente industrial e uso pessoal. A transferência das LANs, é basicamente composta por um cabo, que conecta todos os equipamentos. As redes MANs conhecidas como redes metropolitanas, sua velocidade de transmissão é alta, pois pode atingir até 200 Megabits por segundo. Assim, é possível o envio de mensagens de voz, dados e imagens. Sua conexão pode alcançar uma distância de até 75 quilômetros. As redes MANs, são usadas para conectar alguns locais dentro de uma mesma cidade. A rede WAN, é uma rede que atinge uma grande extensão geográfica, isto é, um continente ou país.

2.4 IMPORTÂNCIA DO USO DAS FONTES PARA GERAÇÃO DE CONHECIMENTO ACADÊMICO – CIENTÍFICA

Graças ao surgimento e evolução da tecnologia, a informação também passou por um processo de evolução. Nos dias atuais nota-se que a informação chega aos seus destinatários de força rápida e em grande quantidade. Nos tempos antigos, as pessoas se comunicavam umas com as outras, através de cartas que eram enviadas por um mensageiro. A mensagem demorava dias e meses para chegar ao seu destinatário. Hoje, a comunicação se tornou algo de fácil acesso.

Por meio de um aparelho celular, é possível realizar transações financeiras, pagar contas, enviar e-mails e muitas outras coisas (SILVA, 2014).

Deste modo, a evolução da tecnologia tem sido de grande relevância para o desenvolvimento da comunicação entre as pessoas, por toda a parte do mundo. Assim, a informação chega de forma mais rápida e eficaz para seus destinatários, economizando tempo.

Segundo Maia (2009), as fontes de informações é o principal meio utilizado para se ter acesso às informações que são significativas para seus usuários, colaborando para o progresso na pesquisa científica.

Deste modo, quando os usuários têm acesso a essas fontes, é possível obter um resultado eficiente nas pesquisas, pois, as fontes trazem informações úteis para a conclusão dos resultados da pesquisa científica.

Por causa do número infinito de informações, circulando por todos os lugares, houve-se a necessidade de fazer uma classificação quanto aos tipos de fontes de informação, sendo, primárias, secundárias e terciárias. As fontes de informação primária é uma fonte original, que apresenta exatamente na forma como que são produzidas pelos seus autores. Este tipo de fonte serve como base para novas pesquisas. São fontes primárias, monografias, livros, trabalhos científicos, teses, normas técnicas, e etc. Para Silva (2014, p. 17), “as fontes de informação primárias são aquelas informações tidas como seguras e completas sobre um assunto qualquer”. Fontes de informação secundárias têm como objetivo, fazer uma interpretação, bem como, analisar a informação original. São fontes secundárias, dicionários, enciclopédias, filmes, obras de referências bibliográficas e etc.

Fontes de informação terciária são fontes que tem como objetivo encaminhar os seus usuários para as fontes primárias e secundárias, trazendo um resumo ou consolidação da informação. São fontes terciárias, bibliotecas, resumos, catálogos coletivos, dentre outros. Existem também as fontes eletrônicas, que são fontes virtuais, disponíveis na internet. São inúmeras as fontes eletrônicas, e leva informação para um grande número de pessoas. Devido à evolução da tecnologia, essas fontes se tornaram cada vez mais eficazes, pois, são acessadas de forma rápida, trazendo um resultado imediato. Essas informações também estão disponíveis nas redes sociais, que são facebook, twitter, blogs e etc (SILVA, 2014).

Nota-se que as fontes de informação são de suma importância para seus usuários, pois possuem características diferenciadas, onde, seus utilizadores podem escolher qual fonte é mais eficaz para obter a informação desejada.

2.5 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO USO DA INTERNET NO AMBIENTE ACADÊMICO

“Cada vez mais, as notícias saem na Internet antes de estarem disponíveis em outros meios, e os excluídos do ciberespaço estão perdendo terreno” (MAGDALENA; COSTA, 2003, p. 16). A internet tem se tornado um dos meios de comunicação mais rápidos e eficientes, por isso, as pessoas que não a utilizam acabam ficando para trás.

Sabe-se que nem todos os alunos aprendem no mesmo compasso, e cada um têm seu próprio método de aprendizado, alguns aprendem escrevendo, outros escutando, outros ainda revisando toda a matéria. Em uma aula convencional os alunos teriam que transcrever todo o material exposto pelos professores do quadro, e isso ocasionaria uma grande perda de tempo. (BRAGA, s.d). Portanto, se este material for disponível na internet pode ser organizada de maneira que as informações possam ser acessadas a todo o momento sempre que for necessária sua consulta (PORTER, 1997 apud BRAGA, s.d).

Segundo Braga (s.d) “Se o material estiver disponível de forma adequada na Internet, bem como a programação acadêmica, os alunos poderão ser incentivados - ou motivados - a acessá-lo antes da aula e mesmo após a mesma”. Esse material oferecido pelo professor através

da internet, email, etc., pode ser impresso pelo aluno economizando assim tempo, pois ele não terá mais que transcrever o material do quadro, o professor pode utilizar de apresentações por slide do material acadêmico disponível, fazendo com que o andamento da aula seja mais interessante. Os recursos didáticos encontrados na internet têm se tornado muito importante para aqueles alunos que tem dificuldade de aprendizado e não conseguem seguir o ritmo da aula, pois esses recursos os deixam mais motivados (BRAGA, s.d).

Porém ainda são encontradas algumas dificuldades com o uso da internet no ambiente acadêmico, segundo (PORTO, 2006 apud FELDKERCHER, 2010) as tecnologias não podem ser consideradas ruins nem boas, pois na verdade, irá depender da maneira com que será usada e do ponto de vista de cada um, se usada de maneira correta não existe desvantagem. Ou seja, caso o aluno utilize a internet de maneira incorreta, durante a aula, como por exemplo, para acessar as redes sociais como whatsapp, facebook, entre outros, isso pode causar um déficit no aprendizado daquele aluno.

3 METODOLOGIA

Neste artigo utilizou-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa, descritiva e exploratória, sendo feito um estudo de caso na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (FACTU). Utilizando como procedimento de pesquisa o levantamento de dados por meio de referências de diversos autores, da observação direta dos pesquisadores e também com a aplicação de questionário estruturado aos alunos e um roteiro de entrevista semi-estruturado aos professores.

A pesquisa exploratória possibilita uma maior proximidade com o problema, na pesquisa descritiva os fatos são interpretados sem a intervenção do pesquisador (RODRIGUES, 2007).

Será selecionada aleatoriamente uma amostra da população dos acadêmicos da FACTU, os alunos do 4º e 6º período de Ciências Contábeis, a aplicação dos questionários foi realizada no dia 23/11/2017. O roteiro de entrevista foi aplicado a três professores da FACTU selecionados eventualmente, no dia 23/11/2017.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 184):

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

Tripodi et al (1975 apud MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 170) destaca que a pesquisa quantitativa utiliza da linguagem matemática para explicar causas de um determinado evento. Para Rodrigues (2007) a pesquisa qualitativa é descritiva, as informações obtidas através dela não podem ser quantificadas, torna-se muito importante a interpretação dos dados nesse tipo de pesquisa.

A escolha por pesquisa por aplicação de questionário aos alunos justifica-se pela necessidade da busca de dados, para que se possa fazer uma verificação mais precisa. Sendo importante ainda citar que este tipo de pesquisa proporciona maior economia de tempo para os aplicadores e respondentes, havendo menos riscos de distorção das perguntas, obtendo assim respostas mais rápidas e com maior precisão. A escolha por aplicação de entrevista semiestruturada aos professores, se justifica pelo fato do informante a partir do foco proposto pelo pesquisador, poder apresentar suas experiências, permitindo assim que o participante tenha respostas livres.

4 ANALISE DOS RESULTADOS

No dia 22 de novembro de 2017 foi aplicado a 15 (quinze) alunos do 4º e 6º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (FACTU) um questionário contendo 5 (cinco) questões acerca do tema abordado na presente pesquisa, foi realizada também uma entrevista com 3 (três) professores da (FACTU) contendo 5 (cinco) questões, o que contribuiu para verificação de vários aspectos referentes a identificar a relevância da tecnologia no processo da comunicação e o uso da internet no ambiente acadêmico.

As questões presentes nessa pesquisa foram utilizadas para a verificação dos aspectos citados anteriormente e serão abordadas a seguir, bem como as respostas obtidas pelos discentes e docentes. Primeiramente será feita a análise dos resultados obtidos pela aplicação dos questionários aos alunos e as respostas obtidas por eles.

No primeiro questionamento apontou-se seguinte pergunta: Qual o grau de importância do uso da Internet no ambiente acadêmico como fonte de pesquisa? Tendo como alternativa. **a)** Muito importante. **b)** Importante. **c)** Pouco importante. **d)** Não é importante.

A coleta resultou nos seguintes dados constantes no quadro abaixo:

Quadro 1 - Respostas ao questionamento 01

Alternativa	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
A	13	86,67
B	1	6,67
C	1	6,66
D	0	0,0
Total	15	100

Fonte: Dados coletados, 2017.

Observa-se que os acadêmicos (86,67%) têm como unanimidade a ideia de a internet é muito importante no meio acadêmico, enquanto o restante a acha importante (6,67%) e pouco importante (6,66%).

Nesse entendimento Braga (s.d) argumenta que a internet se tornou importante no ambiente acadêmico, pois facilita a vida de professores e alunos, sendo ainda mais relevante para aqueles alunos que possuem mais dificuldade em seguir o andamento da aula, pois se o professor disponibilizar esse material na internet os alunos poderiam acompanhar toda a matéria, além de tirarem suas dúvidas em sites acadêmicos.

Verifica-se, portanto, a importância da internet em sala de aula, para melhor andamento da matéria e também para maior entendimento dos alunos.

Posteriormente, no segundo questionamento foi abordada a pergunta que se segue: Você tem o hábito de acessar a Internet no ambiente acadêmico? Tendo como alternativas: **a)** Sim. **b)** Algumas vezes. **c)** Não. Os dados contidos no quadro abaixo apresentam as respostas obtidas no referido questionamento:

Quadro 2 - Respostas ao questionamento 02

Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
A	13	86,67
B	2	13,33
C	0	0,0
Total	15	100

Fonte: Dados coletados, 2017.

A partir dos dados coletados observa-se que a maioria (86,67%) dos discentes afirma que tem o hábito de utilizar a internet no ambiente acadêmico, e apenas (13,33%) a utiliza ocasionalmente.

Nesse sentido Rodrigues e Blattmann (2014) argumentam que a utilização da internet tem aumentando consideravelmente, e ganhado cada vez mais espaço na sociedade nos últimos anos, pelo fato de se obter informações de maneira quase que instantânea nela, ela está presente de maneira direta e indireta na vida das pessoas, e ajuda na realização de várias tarefas nos mais diversos ambientes.

Portanto, nota-se que a crescente utilização da internet atingiu também o ambiente acadêmico, onde por vezes os alunos a utilizam para realizar tarefas e pesquisas acadêmicas e também para acesso a site de relacionamento o que pode ser um fator negativo, caso não se utilize a internet de maneira correta.

Após, foi feito o terceiro questionamento com a seguinte pergunta: Qual é o seu principal meio de acesso as informações? Contendo as seguintes alternativas: **a)** Internet. **b)** Rádio e Televisão. **c)** Bibliotecas. **d)** Jornais e Revistas impressos. **e)** Outros. As respostas obtidas resultaram nos seguintes dados apresentados no quadro abaixo:

Quadro 3 - Respostas ao questionamento 03

Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
A	15	100
B	0	0
C	0	0
D	0	0
E	0	0
Total	15	100

Fonte: Dados coletados, 2017.

Percebe-se que todos os acadêmicos têm por unanimidade a internet como seu principal meio de acesso às informações. Obtendo um resultado de (100%), tornando-se possível novamente observar o quanto a internet é importante no ambiente acadêmico.

A internet traz inúmeras informações a diversas pessoas, com a evolução da tecnologia, essas fontes de informação se tornaram cada vez mais eficazes e podem ser acessadas de maneira rápida, trazendo assim resultados imediatos. (SILVA, 2014).

Assim sendo, pode se perceber que a escolha dos acadêmicos por acessar as informações mediante a internet, se justifica pela facilidade encontrada por eles de receberem informações de maneira rápida e eficazes, tendo assim economia de tempo, e acesso a diversas fontes.

Em seguida, no quarto questionamento foi abordada a seguinte questão: Qual fonte de informação você mais utiliza para fazer pesquisas acadêmicas? Contendo as seguintes alternativas: **a)** Livros. **b)** Bibliotecas. **c)** Internet. **d)** Outros. As respostas recebidas resultaram nos seguintes dados apresentados no quadro a seguir:

Quadro 4 - Respostas questionamento 04

Alternativa	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
A	0	0
B	1	6,67
C	13	86,67
D	1	6,66
Total	15	100

Fonte: Dados coletados, 2017

Ao analisar os dados apresentados, observa-se que a grande parte dos entrevistados (86,67%) utiliza a internet como fonte de informação para a realização de pesquisas acadêmicas, há ainda aqueles que utilizam a bibliotecas e outros meios para realiza - lá.

Segundo Macêdo (2013) após meados de 1980 a evolução tecnológica entranhou no ambiente escolar com a tecnologia da informação e da comunicação, contribuindo na busca pelo conhecimento, a internet é um instrumento importante no ambiente escolar, pois proporciona acesso rápido às informações.

Conclui-se que a internet é um meio de informação que se utilizado de maneira correta pode trazer muitas vantagens para alunos e professores, pois ela fornece todo e qualquer tipo de informação necessária para o estudo acadêmico.

Por fim, o quinto e último questionamento foi abordada a seguinte questão: Você concorda que a internet apesar das vantagens também possuem desvantagens no meio acadêmico? Contendo, nesse sentido, as seguintes alternativas: a) Sim. b) Concordo parcialmente. c) Não.

Expostos abaixo apresentam as respostas obtidas:

Quadro 5 - Respostas do questionamento 05

Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
A	11	73,34
B	2	13,33
C	2	13,33
Total	15	100

Fonte: dados coletados 2017

Analisando os dados apresentados, percebe-se que a maioria dos alunos (73,34%) concorda que a internet, além de trazer vantagens pode trazer algumas desvantagens para o meio acadêmico.

Segundo Porto (2006 apud FELDKERCHER, 2010) a internet não pode ser considerada boa ou ruim, pois dependerá da maneira como cada pessoa a utiliza, pois se ela for utilizada de maneira correta não trará desvantagem, porém o uso negligente dessa tecnologia pode trazer muitas desvantagens para os alunos.

Conclui-se, portanto, que a internet é um universo onde se tem acesso a qualquer tipo de informação, porém faz-se necessário saber utilizar essas informações para se possam obter bons resultados.

Foi realizada ainda, uma entrevista envolvendo Três professores desta mesma instituição, com o objetivo de verificar a opinião dos docentes com relação à importância do uso da internet no ambiente acadêmico. Será feita uma análise das respostas obtidas pela aplicação da entrevista.

No primeiro questionamento foi feita a seguinte pergunta: Quais as dificuldades enfrentadas em relação ao uso das novas tecnologias em sala de aula pelos acadêmicos?

Obtendo-se as seguintes respostas: Professor A: “Preparação do material adequado na apresentação do seminário, falta de informação necessária para o uso dessas tecnologias”. Professor B: “Penso que os acadêmicos têm muita facilidade, o problema é saber usar as tecnologias em benefício do aprendizado.” Professor C: “Em geral, os acadêmicos não têm dificuldade”.

Nota-se que o professor A tem uma visão de que alguns alunos ainda têm dificuldades para se relacionarem com certas tecnologias, devido à falta de informação quanto ao uso desses recursos tecnológicos. Vejam que o professor B e o professor C têm uma concepção de que os alunos não têm dificuldade quanto ao uso da internet no ambiente acadêmico. Porém, o professor B argumenta ainda, que esses alunos precisam de orientações necessárias para saber utilizar as tecnologias disponíveis no ambiente acadêmico.

Segundo Braga (s.d), os professores podem disponibilizar materiais apropriados na internet, para que os alunos possam acessá-los e trazer impresso para a sala de aula, assim o professor ganhará tempo e sua aula ficará bem mais produtiva.

No segundo questionamento foi feita a seguinte pergunta: As novas tecnologias da informação e da comunicação podem ajudar o professor no progresso do trabalho interdisciplinar no ambiente acadêmico? Contendo as seguintes alternativas: **a)** Sim, **b)** Não, justifique.

Ambos escolheram a alternativa **a** e argumentaram. Professor A “Quando os professores utilizam a metodologia ativa em ambientes de aprendizagem correlacionando as temáticas a serem utilizadas”. Professor B: “Toda forma de comunicação é importante no trabalho interdisciplinar, desde que utilizada em benefício do trabalho”. Professor C: “Rapidez, a internet tem muitas opções de pesquisa. Comunicações rápidas e concomitantes entre os membros envolvidos”.

Nota-se que o professor A tem uma concepção de que a inovação da tecnologia é importante quando se utiliza de uma metodologia correta para relacionar os temas abordados nas disciplinas. Ambos os professores afirmaram que as novas tecnologias da informação e comunicação, quando usadas para em benefício do trabalho interdisciplinar, são de suma importância para a comunicação entre professores e alunos.

Para Macêdo (2013), a evolução da tecnologia tem sido de grande relevância na educação, pois a tecnologia da informação e comunicação buscam mecanismos suficientes para ampliar a comunicação na educação, já que a tecnologia proporciona um acesso rápido a informação.

No terceiro questionamento foi feita a seguinte pergunta: Você utiliza recursos tecnológicos na sala de aula? Contendo as seguintes alternativas: **a)** Sim. **b)** Não, quais tipos de recursos.

Ambos os professores marcaram a alternativa **b**. O professor A disse que utiliza “Data show, computadores”. Professor B: “poucos, às vezes a internet para pesquisa dos alunos”. Professor C: “Transcoder, celular (se tiver internet), vídeos e filmes”.

Observa-se que o professor A e C, utilizam-se recursos tecnológicos na sala de aula, enquanto o professor B, quase não usa esses tipos de recursos no ambiente acadêmico.

Segundo Braga (s.d), quando não se utiliza dos recursos tecnológicos em sala de aula, pode ocasionar um atraso nos materiais, pois escrever em um quadro leva mais tempo e a aula se torna mais cansativa para os alunos, causando até desmotivação entre eles.

No quarto questionamento foi feita a seguinte pergunta: Em sua opinião, qual a contribuição que o uso da internet em sala de aula traz para o aprendizado?

Obtiveram-se as seguintes respostas: Professor A: “Utilizado para pesquisa e como fonte de informação.” Professor B: “A contribuição é grande, quando se usa para a pesquisa relacionada à disciplina.” Professor C: “muitos documentos (leis) atualizadas, principalmente.”

Percebe-se, que o professor A, afirma que a internet em sala de aula pode ser usada como uma fonte de informação para a pesquisa. Assim como professor B e C têm uma visão que internet sendo usada de forma correta, para fins pedagógicos em sala de aula, contribui para o aprendizado dos alunos, pois, ela traz materiais atualizados.

Segundo Braga (s.d), os materiais encontrados na internet auxiliam muito aqueles alunos que têm dificuldade no aprendizado, assim o aluno que não entendeu o conteúdo passado na sala de aula, pode recorrer à internet a qualquer momento para buscar um esclarecimento sobre sua dúvida.

No quinto e último questionamento, foi feita a seguinte pergunta: O uso da internet facilita a comunicação entre professores e alunos? Alternativas: **a)** Sim, **b)** Não, justifique. Ambos os professores marcaram a alternativa **b**. Tiveram ainda o seguinte argumento: Professor A: “Por meio de mensagens pode-se organizar tarefas escolares, tirar dúvidas e orientar nas

pesquisas.” Professor B: “Muitos professores utilizam redes sociais e whatsapp para comunicar com os alunos. Em regra, eu não uso.” Professor C: “Rapidez sem limite de espaço e tempo.”

Observa-se, que o professor A e C utilizam-se a internet como meio de comunicação para com os alunos, orientando-os e tirando suas dúvidas sobre as disciplinas. Enquanto que, o professor B, menciona que alguns professores têm o hábito de usar a internet, para se comunicarem com seus alunos, porém, ele não tem esse hábito.

De acordo com Silva (2014), devido à evolução das fontes eletrônicas muitas informações estão disponíveis nas redes sociais, redes como, facebook, twitter, blogs e etc. essas redes facilitam a comunicação entre as pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que as novas tecnologias da informação e da comunicação estão evoluindo rapidamente, e a utilização dessas tecnologias para a busca por informações mais eficazes e rápidas é de extrema importância. É notório que a internet se tornou o principal meio para se obter informação, e vem contribuindo para a evolução da humanidade.

Com o intuito de responder à problemática, percebe-se que a tecnologia é de grande importância no processo de comunicação entre professores e alunos, pois o uso da internet no ambiente acadêmico traz inúmeros benefícios desde que seja utilizada de maneira correta pelos discentes, e desde que existam orientações dos professores.

Conclui-se, portanto, que o uso da internet no ambiente acadêmico é muito relevante, através dela pode-se obter um melhor desenvolvimento dos alunos nas matérias. Por meio da pesquisa é possível perceber que os acadêmicos utilizam a internet com muita frequência, na faculdade, se tornando também para esses alunos seu principal meio de acesso às informações, por meio dessa descoberta foi possível responder alguns dos objetivos específicos propostos na pesquisa.

Percebe-se, ainda que, sob a percepção dos docentes desta instituição, o uso da internet traz diversos benefícios para a comunicação entre professores e alunos, contribuindo ainda para o aprendizado dos discentes, quando é utilizada como fonte de informação. Por meio de pesquisa apresentada no referencial teórico é possível ainda concluir que a internet não traz nenhuma desvantagem, todavia vai depender da maneira com que cada acadêmico a utilize, uma vez que sua utilização seja incorreta poderá acarretar alguns pontos negativos.

O presente artigo contribui em muito com a sociedade, pois mostra o quão importante é a internet na vida das pessoas, além de esclarecer sobre o uso desta no ambiente acadêmico, mostrando que ela traz grandes vantagens no meio acadêmico tanto para alunos quanto para professores.

Em relação a trabalhos futuros, esse artigo fornece algumas opções no que diz respeito à continuidade no desenvolvimento de como utilizar a internet na educação, e quais seriam as maiores dificuldades encontradas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Adriano. **Manual de Tecnologia da informação e Comunicação e OpenOffice.org**. 2ª edição, Lisboa: ANJAF, 2010.

BRAGA, Washington. **Característica do uso da internet como suporte ao curso de Engenharia**. s.d. Disponível em: <<http://wbrega.usuarios.rdc.puc.rio.br/transcal/pdf/Papers/cobem99-1.pdf>>. Acesso em 02 de nov. 2017.

CORTÊS, Pedro, Luiz. **Gestão da tecnologia da informação**. s.d. Disponível em: <http://agildoc.com/wp-content/uploads/2017/06/apostilagem-gestao-da-tecnologia-da-informacao.pdf> Acesso em 13 de Nov. 2017.

DIZARD Jr., Wilson. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GOMES, Daniel, Cardoso. **Proposta da otimização do tráfego da rede da Universidade federal de Lavras utilizando spanning tree protocol**. Disponível em: >http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/8343/1/MONOGRAFIA_Proposta_de_otimiza%C3%A7%C3%A3o_do_tr%C3%A1fego_da_rede_da_universidade_federal_de_lavras_utilizando_at%C3%A9cnica_de_spanning_tree_protocol.pdf>. Acesso em: 14 de Nov. 2017.

MACÊDO, Laurenice Rodrigues. **Sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação numa escola do Ensino Fundamental da Mata-BA**. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7863/1/2013_LaureniceRodriguesMacedo.pdf>. Acesso em: 14 de Nov. 2017.

MAIA, Paulo Cesar Chagas. **Fontes de informação ambiental: uma análise sobre sua aplicabilidade pelos profissionais da Secretaria de Estados de Meio Ambiente (SEMA)**. Disponível em: <HTTPS://www.semas.pa.gov.br/nda/bibliotecadigital/arquivos/MONOGRAFIA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%20AMBIENTAL1.pdf>. Acesso em: 25 de Nov. 2017.

MARCONDES, Christian Alfim. **HTML 4.0 Fundamental: a base da programação para web**. 1º edição, São Paulo: Érica, 2005.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7º edição, São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Marcos. **O comércio eletrônico no Brasil**. s.d. Disponível em: <http://www.cultura.ufpa.br/rcientifica/artigos_cientificos/ed_08/pdf/marcos_mendes3.pdf>. Acesso em: 11 de Nov. 2017.

MONTEIRO, Luís. **A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações**. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/62100555399949223325534481085941280573.pdf>. Acesso em: 13 de Nov. 2017.

PEREIRA, Nilo Moura; SILVA, Gislane Santos. **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliada para o desenvolvimento**. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/884/891>. Acesso em: 14 de Nov. 2017.

RODRIGUES, Charles; BLATTMANN, Ursula. **Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n3/a02v19n3.pdf>. Acesso em: 14 de Nov. 2017.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Paracambi: FAETEC/IST, 2007.

SILVA, Wesley Pereira. **O uso das novas tecnologias da informação e da comunicação na promoção do trabalho docente.** Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8995/1/2013_WesleyPereiraDaSilva.pdf>. Acesso em: 14 de Nov. 2017.

SILVA, Washington, Assis, Dias, Costas E. **As fontes de informação eletrônicas para atletas do vôlei de praia do noroeste do Brasil.** Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/925/1/WashingtonADCS_Monografia.pdf>. Acesso em: 15 de Nov. 2017.

SOARES, Luiz Fernando Gomes; Guido Lemos; Sérgio Colcher. **Redes de computadores: das LANs, MANs e WANs às redes ATM;** 2ª Edição – Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FELDKERCHER, Nadiane. **Uso das Tecnologias na Educação Superior presencial e a distância: a visão dos professores.** Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/1849>. Acesso em: 20 e dNov. 2017.

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES: estudo de caso sob a ótica dos clientes da Contabilidade Versiani.

MOTA, Delma Pereira¹
SANTOS, Letícia Spíndola²
SOUSA, Camila Kelen de³
MACHADO, Cláudia Aparecida⁴

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo identificar a importância da auditoria interna nas organizações e suas ferramentas de controle que auxiliam os gestores a identificar as informações úteis que possibilitem resultados confiáveis em suas tomadas de decisão, de modo a aumentar a competitividade de suas atividades, satisfazendo as expectativas de seus clientes. Primeiro descreveu-se sobre os conceitos da auditoria interna seguida da importância da auditoria interna nas organizações. Posteriormente discutiu-se sobre a diferença e as características da auditoria interna e a auditoria externa. Em seguida, abordou sobre a auditoria interna em um ambiente globalizado e cada vez mais competitivo onde surgiu a necessidade de informações úteis que sirvam de apoio à gestão, e que faz com que a auditoria interna assuma um papel cada vez mais relevante para as empresas. O presente artigo se justifica pela importância da auditoria interna sendo uma ferramenta que auxilia na administração das empresas, assegurando que os controles internos estejam sendo executadas de maneira correta, e evitar o retrabalho e as perdas nas organizações. Concluindo que a auditoria interna é indispensável para alcançar o sucesso empresarial, visto que as empresas necessitam de ferramentas que as auxiliem no seu processo de gestão, detectando e prevenindo possíveis falhas, bem como avaliando e examinando as atividades desempenhadas pela mesma.

172

Palavras-chave: Auditoria Interna. Organizações. Processo Decisório.

1 INTRODUÇÃO

No contexto empresarial atual, grandes empresas buscam constantemente meios de informações que possibilitem resultados confiáveis em suas tomadas de decisão, de modo a aumentar a competitividade de suas atividades, satisfazendo as expectativas de seus clientes.

A auditoria interna é uma das mais importantes ferramentas para o controle administrativo. As empresas necessitam de informações novas e atualizadas das perspectivas de lucro ou prejuízo, bem como possui a necessidade de detectar se existem falhas em seus controles internos.

A necessidade das empresas investirem em desenvolvimento tecnológico, aprimorar seus controles, reduzir custos, tornando mais competitivo os seus produtos, faz com que necessitam de um grande volume de recursos.

Diante dessa necessidade, um grande número de empresas está cada vez mais optando pelo controle interno, que graças à globalização e a tecnologia oferecerem números precisos e controles eficientes que auxiliam em uma tomada de decisão frente ao mercado, cada vez mais disputado. Os chamados controles de gestão asseguram que os planos traçados pelos gestores sejam executados como o planejado.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da FACTU.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da FACTU.

³ Graduada do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU.

⁴ Professora Mestre do curso de Ciências Contábeis e Administração, da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU.

Nessa perspectiva, com base na contextualização exposta acima se questiona: qual a importância da auditoria interna nas organizações? E buscando respostas para tal questionamento o objetivo geral deste trabalho consiste em diagnosticar a importância da auditoria interna nas organizações. E tratando-se dos objetivos específicos para o presente trabalho foram: verificar como a auditoria interna auxilia os administradores na obtenção de informações; pesquisar a situação patrimonial e financeira da empresa; demonstrar quais os recursos que a organização obtém com o auxílio da auditoria interna; identificar prejuízos irrecuperáveis.

A auditoria interna é uma ferramenta que auxilia na administração das empresas, assegurando que os controles internos estejam sendo executadas de maneira correta e evitar o retrabalho e as perdas nas organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna tem por finalidade desenvolver um plano de ação que auxilie a organização a alcançar seus objetivos adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados de uma organização.

A auditoria interna é portanto, um controle administrativo cuja atribuição é verificar e avaliar a efetividade dos demais controles. O objetivo geral do trabalho de auditoria interna consiste em prestar assistência a todos os membros da administração, no sentido de levar a um cumprimento eficiente de suas responsabilidades, proporcionando-lhes análises, avaliações, recomendações e comentários pertinentes às atividades examinadas (ATTIE, 1987, p. 72).

O que um auditor interno faz: Fiscaliza a eficiência dos controles internos; Assegura maior correção dos registros contábeis; Opina sobre a adequação das demonstrações contábeis; Dificulta desvios de bens patrimoniais; Possibilita apuração de omissões no registro das receitas; Contribui para obtenção de melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas; Aponta falhas na organização administrativa da empresa e nos controles internos.

A Auditoria Interna é uma função desempenhada a auxiliar os investidores, administradores, na condução do seu trabalho.

A auditoria Interna para Crepaldi (2007, p. 25 apud OLIVEIRA, 2012 p. 2) “constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficiência dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”.

Segundo Georgina e Isabel (2007, p. 134 apud BARBOSA, 2016, p. 28), “o principal objetivo da auditoria interna é incentivar o cumprimento dos objetivos da entidade, acrescentando valor para a entidade”.

2.2 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES

Para Attie (1992) a Auditoria Interna é uma função independente criada dentro da empresa para examinar e avaliar suas atividades, como um serviço a essa mesma organização. A proposta da auditoria interna é auxiliar os membros da administração a cumprirem-se eficazmente de suas responsabilidades. Para tanto, a auditoria interna lhes fornece análise, avaliações, recomendações, assessoria e informações relativas às atividades examinadas. Esse contexto demonstra-nos claramente a grande importância da Auditoria Interna nas organizações.

A Auditoria Interna possui grande importância para as organizações, pois ela: Contribui para maior exatidão das demonstrações contábeis; Possibilita melhores informações sobre a real situação econômica patrimonial e financeira das empresas; Assegura maior exatidão dos resultados apurados.

Attie (2006) explica que: A importância que a auditoria interna tem em suas atividades de trabalho serve para a administração como meio de identificação de que todos os procedimentos internos e políticas definidas pela companhia, os sistemas contábeis e de controles internos estão sendo efetivamente seguidos, e todas as transações realizadas estão refletidas contabilmente em concordância com os critérios previamente definidos.

Conforme Almeida (1996), com a expansão dos negócios sentiu a necessidade de dar maior atenção às normas ou aos procedimentos internos. Isso decorreu do fato de que o administrador e, em alguns casos, o proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as suas atividades. No entanto, não valeria a implantação de quaisquer procedimentos internos sem que houvesse um acompanhamento para verificar se os mesmos eram seguidos pelos empregados da empresa.

Para atender à administração da empresa, foi necessária uma auditoria mais periódica, com maior grau de profundidade, e que visasse, também, às outras áreas não relacionadas com a contabilidade, como sistema de controle interno, administração de pessoal, etc.

O controle interno representa o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, para produzir dados confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

A partir das necessidades mencionadas surgiu o auditor interno como uma ramificação da profissão de auditor externo, e conseqüentemente, do contador.

Para Almeida (1996, apud HAMES, 2004, p. 25), “O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

A Audibra (1995, apud HAMES, 2004, p. 28),

registra que: controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a alta administração como os níveis gerais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidas sejam atingidos. A alta administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar uma razoável certeza de realização.

Os auditores internos podem estar numa situação única para ajudar as suas empresas a eliminar desperdícios, simplificar tarefas e reduzir custos, e também avaliar as políticas, planos, procedimentos e normas legais em vigor e detectar os desvios de sua aplicação pela organização. É neste contexto que a auditoria interna se constitui como uma função de apoio à gestão, auxiliando a organização a alcançar seus objetivos.

2.3 MODALIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Segundo Gass (2008 apud RUBIO; SILVA; GUIMARÃES, s/d, p. 08), há várias modalidades de auditoria interna que foram sendo incorporadas ao longo do processo de desenvolvimento das atividades:

a) Contábil/Financeira – A auditoria Contábil focaliza prioritariamente as demonstrações financeiras, examinando e avaliando as partes componentes dos demonstrativos, bem como os procedimentos e registros, seguindo a legislação e os Princípios Fundamentais da Contabilidade, como também às normas internas da empresa.

b) Operacional – Está verifica se a organização ou unidade submetida a exame e avaliação opera de forma eficiente. O auditor interno deverá avaliar as operações da empresa segundo o escopo dos seus objetivos definidos no plano tático ou operacional e verificar a qualidade da versão impressa.

c) Sistemas – Abrangem o exame e avaliação dos processos de desenvolvimento, testes aplicativos e operações dos Sistemas, passam as informações à administração sobre a adequação, eficiência, segurança, custos, documentação, etc.

d) Qualidade – Foco especial da auditoria analisa a percepção do cliente e o ponto de vista de contribuição de resultados da empresa. O objetivo da empresa é dotar os seus produtos do mais alto padrão de qualidade. Porém é preciso verificar se o cliente está disposto a pagar pelos custos adicionais incorridos para produzir com maior qualidade.

e) Gestão – Utiliza-se de procedimentos dotados nas outras modalidades de auditoria, focada na avaliação dos resultados obtidos pela unidade sob exame, confronta com estratégias e o plano de ação, verifica possíveis ameaças e oportunidades para consecução de resultados futuros.

2.4 AUDITORIA INTERNA X AUDITORIA EXTERNA

É recomendável que haja integração permanente entre as duas auditorias para se determinar que todas as áreas consideradas prioritárias sejam examinadas a intervalos de tempo regulares e com extensão adequada.

Segundo Attie (1992, p. 35 apud HAMES, 2004),

a existência de auditoria externa não elimina a necessidade da auditoria interna e tampouco a recíproca é verdadeira, pois cada uma delas dispõe de uma função e tem diferentes objetivos. O trabalho conjugado entre ambas deve ser incentivado como forma de evitar duplicidade de trabalho, assim como promover a redução de custos de ambas às partes.

Neste processo de auditoria, não se pode deixar de considerar as diferenças entre o auditor interno e o auditor externo, sendo que ambas as auditorias estão voltadas para o controle interno como ponto inicial de seus exames e produzem recomendações de melhoria para as falhas/deficiências detectadas.

As duas fazem os trabalhos utilizando-se das mesmas técnicas de auditoria, o controle interno é seu ponto de partida para a realização de exames e nas sugestões de melhorias para as deficiências encontradas, modificando a extensão de seu trabalho de acordo com as suas observações e a eficiência dos sistemas contábeis e de controles internos existentes.

Entretanto para o Portal Educação (2010), os trabalhos executados pelos Auditores Internos e Externos têm suas diferenças básicas caracterizadas conforme apresenta quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Diferenças entre Auditoria Interna e Externa

Auditoria Interna	Auditoria Externa
Realizada por um funcionário da empresa	Realizada através de contratação de um profissional independente
Objetivo - atender as necessidades da administração	Objetivo - atender as necessidades de terceiros no que diz respeito à fidedignidade das informações financeiras
A revisão das operações e do controle interno é principalmente realizada para desenvolver aperfeiçoamento e para induzir ao cumprimento de políticas e normas, sem estar restrito aos assuntos financeiros	A revisão das operações e do controle interno é principalmente realizada para determinar a extensão do exame e a fidedignidade das demonstrações financeiras
O trabalho é subdividido em relação às áreas operacionais e às linhas de responsabilidade administrativa	O trabalho é subdividido em relação às contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado

O auditor diretamente se preocupa com a detecção e prevenção de fraude	O auditor incidentalmente se preocupa com a detecção e prevenção fraudes, a não ser que haja possibilidade de substancialmente afetar as demonstrações financeiras
O auditor deve ser independente em relação às pessoas cujo trabalho ele examina, porém, subordinado às necessidades e desejos da alta administração	O auditor deve ser independente em relação à administração, de fato e de atitude mental
A revisão das atividades da empresa é contínua	O exame das informações comprobatórias das demonstrações financeiras é periódica, geralmente semestral ou anual.

Fonte: Adaptado, Portal Educação, 2010.

O quadro mostra claramente as diferenças das características da auditoria interna e externa.

2.5 AUDITORIA INTERNA EM UM AMBIENTE GLOBALIZADO E COMPETITIVO

No contexto de um mundo globalizado e de crescente competitividade, a necessidade de informações úteis que sirvam de apoio à gestão, faz com que a auditoria interna assuma um papel cada vez mais relevante para as empresas.

Além de importante, a auditoria se tornou necessária às organizações. Focada na melhoria dos controles e processos, a auditoria interna se tornou uma aliada na verificação e fiscalização destes controles, proporcionando aos gestores segurança na tomada de decisão.

O processo da globalização permitiu que as empresas reconhecessem que para sobreviver em um ambiente em constantes mudanças é necessário um maior controle empresarial.

Em decorrência dessa complexidade para que as organizações consigam evoluir torna-se imprescindível, “que elas tenham um processo de gestão estruturado na forma do ciclo planejamento, execução e controle” (CATELLI, 2011, p. 135).

No mundo em que vivemos as mudanças são constantes e o administrador precisa estar atualizado cada vez mais e informado a respeito das variáveis-globalização e a competitividade para se diferenciar no mercado. Convém ressaltar que a globalização apresenta duas vertentes, de um lado ela oferece oportunidades para que as empresas se ampliem no mercado e do outro ela é extremamente exigente, uma vez que requer que as empresas busquem se aprimorar constantemente.

Dentro do novo contexto globalizado, a auditoria, por se envolver na avaliação ampla dos procedimentos organizacionais, mesmo mantendo a sua necessária independência, está deixando de ser uma atividade somente investigadora e certificadora, para ser mais participativa, sob a forma de, quiçá, assessoria, no desempenho empresarial e gestão estratégica de negócios apontando falhas e seus reflexos e, se for cabível, prescrevendo medidas saneadoras nas organizações, de fins econômicos ou não, auditadas (HOOG; CARLIN, 2008, apud OLIVEIRA 2012, p. 17).

O mundo dos negócios está cada vez mais dinâmico tanto pelos aspectos da economia quanto da globalização. A complexidade das organizações tem contribuído para o surgimento da auditoria e sendo a responsável pela sua evolução.

2.6 AUDITORIA INTERNA NO PROCESSO DECISÓRIO

O processo decisório de uma empresa são atos e pensamentos que levarão o gestor a uma escolha. Por isso, o auditor é um grande parceiro do processo decisório, pois conhece cada área detalhadamente, auxiliando a gerência na implantação de melhorias. A auditoria interna deve ser realizada de modo cauteloso pelo auditor, avaliando toda a empresa, com técnicas

específicas para cada área, a fim de auxiliar os tomadores de decisões a escolherem por uma alternativa confiável em determinado momento.

No processo de tomada de decisão, a maior dificuldade é a incerteza em relação ao futuro, mas esta pode ser reduzida com um bom modelo de decisão na sua concepção e implementação alimentadas com informações fidedignas, adequadas e oportunas, a fim de oferecer um resultado favorável e aceitável acerca de uma decisão.

Com o auxílio da auditoria interna, a gestão alimenta o seu modelo de decisão com informações adequadas e fidedignas recolhidas e avaliadas diariamente, para que a sua tomada de decisão seja a mais tempestiva possível.

Ainda o mesmo autor salienta que:

A concepção de um sistema de informações que auxilie o gestor a melhorar as suas decisões não depende apenas da identificação dos modelos decisórios dos gestores e das suas necessidades informativas. Muitas vezes, torna-se necessário repensar o próprio modelo de decisão, além de utilizar informação adicional para determinar a probabilidade de ocorrência de cada estado da natureza, a fim de reduzir o problema da incerteza (BEUREN, 2000 apud BARBOSA, 2016, p. 57).

A auditoria interna deve conhecer o modelo de gestão adotado pelo órgão de gestão da organização, levando à gestão as informações úteis para o objetivo pretendido, para que com estas informações a tomada de decisão conduza a uma gestão eficaz. Já que a auditoria interna é conhecedora dos atos ocorridos no passado de uma organização, pode prognosticar o efeito com a escolha de determinada decisão e, portanto, cabe à auditoria interna desempenhar eficazmente as suas responsabilidades no que diz respeito ao processo de tomada de decisão, auxiliando os gestores com as informações disponíveis, sejam quantitativas ou qualitativas.

Pode-se inferir que a atividade de auditoria interna no âmbito da assessoria à gestão, observando o cumprimento das suas normas, vem contribuindo sobremaneira para a concretização dos resultados das organizações, possibilitando a redução dos riscos a que as empresas estão expostas no atual cenário empresarial, acrescentando valor.

2.7 ÉTICA APLICADA À AUDITORIA

A ética geral se constitui de normas pelas quais o indivíduo estabelece uma conduta pessoal aceita. Normalmente, isso leva em conta as exigências impostas pela sociedade, pelos deveres morais e pelas consequências dos atos da pessoa.

A ética profissional dos auditores nada mais é que uma divisão especial da ética geral e nela o profissional recebe normas específicas de conduta em questões que refletem responsabilidades para com a sociedade, com a organização a que pertence e com outros membros de sua profissão, assim como para com a própria pessoa.

De acordo com Sá (2012 apud BASSO et al, 2012, p. 7), para que um código de ética profissional seja organizado é preciso que se trace a sua base filosófica, que deve fundar-se nas virtudes exigíveis a serem respeitadas no exercício da profissão e em geral abrange as relações do profissional com os usuários, os colegas, a classe e a nação.

O que um auditor faz, individualmente, sendo ou não uma atitude típica dos auditores em geral, às vezes é a única coisa que chama a atenção da organização, do público ou mesmo de comunidades inteiras. Assim a profissão de auditor, como um todo, pode ser julgada pelas atitudes de um único profissional.

Desta forma, no desenvolvimento de seu trabalho o auditor, independentemente de sua formação profissional, deve ter sempre presente que, se obriga a proteger os interesses da sociedade, respeitar as normas de conduta que regem os profissionais de auditoria, não podendo valer-se da função em benefício próprio ou de terceiros.

Fica, ainda, obrigado a guardar total confidencialidade das informações obtidas, não devendo revelá-las a terceiros, sem autorização específica. Assim sendo, a profissão de auditoria exige a obediência aos princípios éticos profissionais e qualificações pessoais que fundamentalmente se apoiam em: Integridade; Idoneidade; Respeitabilidade; Caráter ilibado; Padrão moral elevado; Vida privada irrepreensível; Justiça e imparcialidade; Bom-senso no procedimento de revisão e sugestão; Autoconfiança; Capacidade prática; Meticulosidade e correção; Perspicácia nos exames; Pertinácia nas ações; Pesquisa permanente; Finura de trato e humanidade.

Relativamente às competências técnicas, são baseadas no seu percurso académico, no qual abrange todas as áreas especializadas para o objetivo de auditar. Contudo, é fundamental que os auditores tenham um conjunto de características pessoais bem definidas, e estas abrangem “o comportamento pessoal e moral, isto é, uma cultura de valores éticos que leve os profissionais a atuar numa direção considerada correta por eles e pela sociedade” (Figueiredo, 2013, p. 2 apud LOPES, 2017).

É visível que de todas as profissões, o auditor é aquele que está mais sujeito a participar de esquemas espúrios já que sua atividade está intimamente ligada à apuração do registro de cifras, apuração de resultados que geram montantes, entre outros, manter-se a margem com equilíbrio é consequência da postura ética adotada pelo profissional.

3 METODOLOGIA

Inicialmente, se faz necessário definir o que é conhecimento. Segundo Galliano (1979, p. 17 apud HAMES, 2004 p. 14), “conhecer é estabelecer uma relação entre a pessoa que se conhece e o objeto que passa a ser conhecido”. O conhecimento científico é obtido através da observação da natureza e causa de fatos empíricos.

A metodologia tem como objetivo analisar as características dos vários métodos disponíveis, observando as suas vantagens e desvantagens.

A metodologia optada para o desenvolvimento deste artigo apoiou-se nos pressupostos fundamentais para as pesquisas científicas. Inicia-se com um levantamento bibliográfico de forma a construir um referencial teórico adequado para depois centrar-se numa pesquisa que permitiu analisar a importância da auditoria interna nas organizações.

Para tanto, utilizou-se como metodologia um estudo de caso com questionário semiestruturado, pesquisa qualitativa descritiva e exploratória com fontes primárias (para análise dos dados coletados) e secundárias (para composição do referencial teórico), um estudo de caso de uma contabilidade com aplicação de questionários aos clientes da empresa.

Segundo Demo (1987 apud CALLEGARI, 2013, p. 14) define-se metodologia como um conjunto de métodos técnicas que tem por objetivo traçar comparação da realidade com a teoria, ou seja, é o estudo do tipo de processo empregado na elaboração do projeto, tem como objetivo captar e analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliarem suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as suas implicações de sua utilização.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A presente pesquisa apresenta um estudo sobre o tema: “A importância da auditoria interna nas organizações: estudo de caso sobre a ótica dos clientes de uma contabilidade”.

A base de análise de dados foi estabelecida após a coleta realizada através da aplicação de um questionário contendo 05 (cinco) questões, sendo aplicado a 07 clientes com intenção de verificar a ótica dos clientes sobre a importância da auditoria interna nas organizações.

Para melhor entendimento do trabalho realizado, definiram-se as seguintes categorias de análise através dos resultados alcançados nesta pesquisa: qual a importância da auditoria interna dentro da empresa(i); porque decidiram implantar a auditoria interna(ii); mostrar como

a auditoria interna contribui para o processo decisório(iii); nível de confiança da auditoria interna (iv); Os resultados das atividades de auditoria interna atendem as expectativas da organização(v); Passa-se a análise das categorias.

4.1 QUAL A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA DENTRO DA EMPRESA

Após verificação dos dados coletados foi possível perceber que em resposta foi apontado à auditoria interna sendo de grande importância e destacando as principais importâncias temos: verificar e acompanhar o desenvolvimento da empresa e os meios de intervenção caso sejam necessários para o bom andamento econômico; ajudar no controle administrativo; questionar, administrar e propor sugestões; análise da situação financeira, visando melhorias para empresa.

Attie (2006, p. 52 apud RUBIO; SILVA; GUIMARÃES, s/d, p. 5) explica que:

A importância que a auditoria interna tem em suas atividades de trabalho serve para a administração como meio de identificação de que todos os procedimentos internos e políticas definidas pela companhia, os sistemas contábeis e de controles internos estão sendo efetivamente seguidos, e todas as transações realizadas estão refletidas contabilmente em concordância com os critérios previamente definidos.

A auditoria efetivada visa assegurar confiança nos controles internos contábeis e a definição das políticas pela companhia.

4.2 PORQUE DECIDIRAM IMPLANTAR A AUDITORIA INTERNA

A partir dos dados coletados torna-se possível as seguintes observações: garantir maior atenção e rigor dos funcionários contra erros e evitar fraudes; sistema de gestão, qualidade e planejamento; obter informações corretas da situação financeira e patrimonial da empresa; a meta é sem dúvida gerar lucro, e, somente através de um trabalho sério e minucioso poderá como sócios administradores caminhar em direção ao lucro.

Para Attie (1987, apud HAMES, 2004, p. 26), “cabe à auditoria interna convencer a alta administração e seus executivos que pode auxiliá-los na melhoria de seus negócios, identificando áreas problemáticas e sugerindo correção, para obter destes o apoio necessário ao desenvolvimento de prestação de serviço a toda empresa”.

4.3 MOSTRAR COMO AUDITORIA INTERNA CONTRIBUI PARA O PROCESSO DECISÓRIO

Em resposta tivemos as seguintes observações: Através de relatórios precisos gerados pelos profissionais de auditoria; desenvolvendo ação que auxilie a organização e assim alcançar os objetivos; do ponto de vista gerencial pode-se adquirir melhora nas funções da administração para o processo decisório, do mesmo modo compreendendo os passos da decisão no desenvolver das técnicas específicas que contribui mais eficaz à administração; é um acompanhamento primordial e de grande importância, contribui para o bom andamento administrativo, apontando os pontos negativos e procurando sempre resolver quaisquer problemas sem prejuízos futuros.

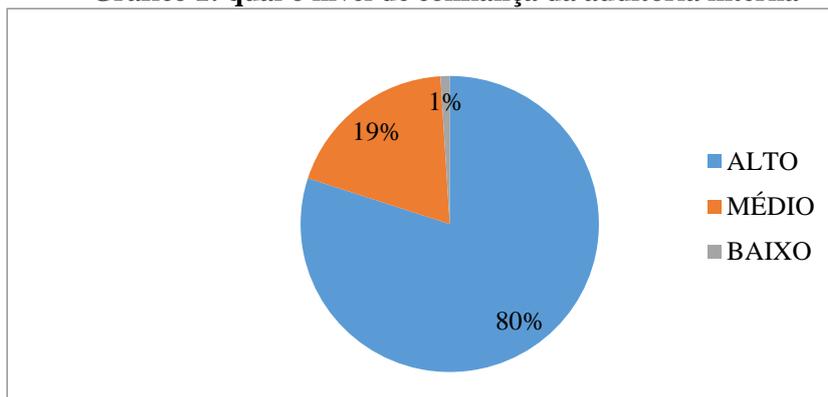
“A empresa poderá observar que a auditoria está cada dia mais voltada a orientar as tomadas de decisões para melhor eficiência e eficácia nos procedimentos adotados em lançamentos de fatos contábeis do que para penalizar o erro ocorrido pela mesma por falta de conhecimento” (LIMA, 2009 apud CREPALDI, 2015, p. 97).

4.4 NÍVEL DE CONFIANÇA DA AUDITORIA INTERNA

E a fim de analisar o entendimento dos clientes é apresentado o gráfico a seguir com as respostas obtidas.

Segundo Attie (1987, p. 33) “é necessária uma confiança mútua dos auditores e gestores, pois tratarão de assuntos junto às áreas, e é vital para o sucesso de um bom relacionamento entre auditor/auditado, de forma que permita que as portas dessas áreas continuem abertas para trabalhos futuros”.

Gráfico 1: qual o nível de confiança da auditoria interna



Fonte: Autoras do trabalho, 2017

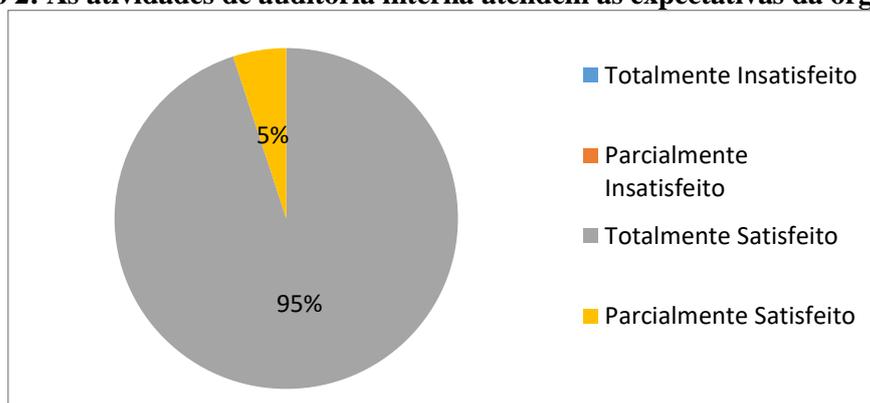
A partir dos dados coletados, observa-se que 80(%) consideram alto o nível de confiança, 19(%) consideram nível médio e apenas 1(%) disseram que o nível é baixo.

180

4.5 OS RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA ATENDEM AS EXPECTATIVAS DA ORGANIZAÇÃO

A partir dos dados coletados observa-se que a maioria (95%) disse que sim, totalmente satisfeito, que após a contratação de um auditor tem sido de grande satisfação devido o aumento dos lucros e a diminuição de gastos desnecessários que tinham antes; hoje com o controle interno de auditoria podemos acompanhar e estar atentos a qualquer situação de risco, que coloque a empresa em uma situação vulnerável; em tempo de crise econômica existe uma necessidade relevante de uma auditoria interna na empresa, pois através de dados gerados pelos relatórios, os administradores são capazes de decidir em tempo real o presente e o futuro econômico da empresa e apenas 5(%) disse que parcialmente satisfeito.

Gráfico 2: As atividades de auditoria interna atendem as expectativas da organização



Fonte: Autoras do trabalho, 2017

Diante disso Attie (1992, p. 26 apud CALLEGARI, 2013, p. 9) enfatiza que:

A partir desse momento, a administração passa a necessitar de alguém que lhes afirme que os controles e as rotinas de trabalho estão sendo habitualmente executados e que os dados contábeis, com efetividade, merecem confiança, pois espelham a realidade econômica e financeira da empresa. A Auditoria Interna neste momento é concebida, toma forma embrionária como uma atividade necessária à organização e desenvolve-se a fim de seguir a gerência ativa, concedendo-lhe alternativas, como ferramenta de trabalho, de controle, assessoria e administração.

A auditoria interna tende a sinalizar a organização e controle dos dados de uma empresa.

5 CONCLUSÃO

Pode-se concluir através de todas as informações colhidas e resumidas neste artigo que, a Auditoria Interna considerou de total importância para as organizações o processo de auditoria interna contábil, pois esta é a ferramenta imprescindível para o controle das informações aos administradores e a tomada de decisões.

Destaca-se, então, que para enfrentarem estes desafios e tomarem a melhor decisão, as empresas devem manter um sistema de controle que envolva um processo de planejamento, de forma a garantir à gestão e a integridade da organização. A chave para a solução destes problemas pode estar na criação de auditorias internas. Esta atividade deve estar em mudança constante, acompanhando a evolução da organização e focando o interesse da gestão.

Através dos relatórios empresariais, o auditor realizará a revisão analítica, onde confrontará diversas contas, para detectar as irregularidades. As contas que apresentarem maior risco de erros, o auditor aplicará testes mais detalhados até terminar seu trabalho e emitir seu parecer.

A Auditoria Interna deve avaliar a necessidade de emissão de relatório parcial, na hipótese de constatar impropriedades/irregularidades/ ilegalidades que necessitem providências imediatas da administração da entidade, e que não possam aguardar o final dos exames.

A Auditoria Interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

Após o estudo, fica em evidência a importância das empresas possuírem um sistema eficaz de controles internos. Na atualidade, devido à economia globalizada e com um alto grau de competitividade, a empresa que estiver mais preparada e organizada terá uma ótima estrutura para suportar a concorrência.

REFERÊNCIAS

CALLEGARI, Marcelo Donizete. **A importância da auditoria interna dentro de uma organização**. Projeto de pesquisa de monografia de conclusão de curso. Faculdade Cenequista de Capivari– CNEC, SP, 2013.

CREPALDI, Michelle Rossini; BIANCHI, Vinicius Rafael. **A importância da auditoria interna**. Vol. 04, n.10. Comunicação & Mercado /UNIGRAM. Dourados, MS, 2015.

HAMES, Gisele. **A importância da auditoria interna no processo decisório das organizações**: uma revisão de literatura. Florianópolis, SC, 2004.

MORAES, Maria Georgina da Costa Tamborino. **A importância da auditoria interna para a gestão:** caso das empresas portuguesas. Portugal, s/d.

OLIVEIRA, Denise Silva; GOMES, Gilson Freire da Fontoura; PORTO, Livia Carolina de Medeiros. **A importância da auditoria interna no processo de gestão das organizações em um ambiente globalizado e cada vez mais competitivo.** Revista de Ciências Gerenciais. São Paulo, v.1, n°. 1, 2012.

PORTAL DA EDITORA. **Procedimentos de auditoria interna.** Disponível em:<
<https://portaldeauditoria.com.br/procedimentos-de-auditoria-auditoria-intern>>. Acesso em 27 de nov. 2017.

RUBIO, Alessandra Cristina; SILVA, Josiane Marcacini; GUIMARÃES, Thiago Silva. **Auditoria interna e sua importância para as organizações.** s/d

PERFIL DOS CORREDORES FUNDISTAS DA CIDADE DE UNAÍ-MG

SILVA, Matheus Borges¹
SIMÕES, Graziela Cristina²

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi verificar o perfil dos corredores de rua da cidade de Unaí-MG, e os motivos que levam eles a praticarem esta modalidade. Este estudo se classifica como descritivo, de cunho quantitativo, realizada através da aplicação de um questionário estruturado. Foram pesquisados 30 corredores fundistas com idade média de 39,4 anos. Foram analisados o grau de escolaridade, frequência e volume semanal de treino, motivos que levam a prática dessa modalidade, se possuem ajuda financeira, se trabalham, qual a frequência de adoecerem. Foi observado que os voluntários possuem ensino médio completo; todos são trabalhadores e apenas 2 possuem ajuda de custo para treinar/competir; treinam de 3 a 5 vezes semanais e competem nas provas nas distâncias de 5km, 10km e meia maratona. Os principais motivos que os levaram a correr foi superar novos desafios, a busca pelo bem-estar psicológico, querer ser atletas e alívio de estresse.

Palavras-chave: Atletismo. Corrida de fundo. Qualidade de vida.

1 INTRODUÇÃO

A década de 80 foi um período de grande valia para os adeptos de atividades físicas, pois, nessa época houve um crescente número de trabalhos e evidências científicas mostrando os benefícios e o efeito protetor que a atividade física regular leva aos seus praticantes. Dessa forma, a realização da atividade física regular passou a desempenhar um importante papel para a saúde, seja na manutenção ou prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (MACHADO, 2014).

Com isso, a aquisição da atividade de caminhar e correr passou a ser cada vez mais eletiva. Esta é uma das possíveis elucidações da corrida estar entre as atividades físicas mais praticadas no mundo todo, além de ser uma atividade de fácil execução e de baixo custo. Atualmente, segundo o autor supracitado (2014, p. 20), “a corrida é o esporte que mais cresce no Brasil e no mundo, sendo o segundo esporte mais praticado nas metrópoles brasileiras”.

Para Tomazini e Silva (2014) várias são as hipóteses para o crescente desenvolvimento da corrida, como a facilidade de sua prática, não havendo a necessidade de materiais esportivos complexos ou locais especializados; também a crescente preocupação com a qualidade e prolongamento de vida tem contribuído para o crescimento das corridas de fundo. Desta forma, a corrida de rua se torna uma das atividades mais procuradas por pessoas que querem iniciar um programa de exercício aeróbio, seja por indicação médica, influência de parentes e amigos ou vontade própria. A participação de corredores amadores tem aumentado muito no Brasil nos últimos anos. Não é somente a melhora da qualidade de vida dos seus praticantes que fez da corrida o esporte que mais cresce em número de adeptos no mundo, mas o que uma competição de corrida proporciona aos seus corredores.

Com a finalidade de compreender melhor este momento, o estudo busca mostrar quais os motivos que levam as pessoas a aderirem a esta atividade e qual é o perfil desses praticantes. Tais questões nortearão esse estudo. Assim, o objetivo foi verificar o perfil dos corredores de provas de fundo da cidade de Unaí-MG. Tendo como objetivos específicos: Relatar quais os

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

² Orientadora. Mestre em Educação Física. Professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

motivos que levam as pessoas a aderirem a esta atividade; verificar frequência e volume das corridas realizadas por eles; se recebem suporte para os treinos.

A corrida é uma modalidade com grande número de adeptos na cidade de Unaí-MG, seja pela facilidade de sua prática, seja pelo seu baixo custo, ou pelo fator saúde, por estas e outras razões, a corrida se torna popular no âmbito competitivo e recreativo, assim, este trabalho justifica-se pelo fato de haver poucos estudos que abordem a temática da corrida de rua na cidade de Unaí-MG, o qual poderá trazer para a sua população conhecimentos a respeito de seus benefícios e orientações para melhoria da sua prática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRICO DO ATLETISMO

O que se conhece do atletismo, está associado à história particular de meninos e meninas, em sua grande maioria de baixa renda, que encontraram nas corridas, saltos e arremessos, um meio para a sua inserção social e até mesmo sua sobrevivência. Além disso, o que se conhece da modalidade está relacionada à história dos jogos olímpicos, afinal é parte de sua programação desde sempre (MATTHIESEN et al, 2005).

O atletismo tem a sua origem na Grécia, e, de acordo com sua filosofia e cultura, este país é apontado como desbravador da prática dessa modalidade. Baseado em fatos históricos, a Grécia pode ser considerada como terra natal do atletismo, sendo praticado desde 1929 a.C. “É importante observar e ressaltar que não somente os homens o praticavam, mas as mulheres e crianças também faziam parte desses grupos praticantes desse esporte” (TEIXEIRA, 1973, p 231).

Praticado a mais de quatro mil anos, o atletismo só se tornou uma atividade sistemática por volta de 1500 a.C. pelos Cretenses, na Grécia Antiga, pois ser forte, valente e ágil era sinal de força militar, sendo muito valorizados pelos comandantes dos exércitos. E foi na antiguidade que essa modalidade deu origem aos jogos olímpicos no ano de 776 a.C. na Grécia, considerado a forma mais antiga de um desporto organizado e também como esporte de base, pois reflete os movimentos essenciais do ser humano (PERNISA, 1983).

Os gregos, precursores do atletismo contribuíram para o surgimento das corridas do salto em distância e os lançamentos de dardo e de disco. Os Celtas (Irlanda) foram os inventores dos lançamentos do peso e do martelo, ao passo que os britânicos do século XIX, estruturaram e regulamentaram o atletismo moderno, quase na forma que atualmente acontece (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, s/d).

No passado, a prática do atletismo era concretizada, tendendo à preservação e a conservação da espécie e foi sendo implantada à cultura humana. Assim iniciou o atletismo, considerado esporte de base, por não apresentar grande dificuldade na realização de sua prática, por ser de fácil assimilação, e por usar os meios básicos do movimento humano: andar, correr, saltar, saltitar, lançar, arremessar (TEIXEIRA, 1973).

A realização do atletismo contribui no desenvolvimento das habilidades já existentes, aprimorando-as para eventuais competições ou meramente para a vida cotidiana (GONÇALVES, 2007).

Desde os primórdios já era comum perceber a existência do atletismo, cuja modalidade era utilizada como forma de sobrevivência da raça humana. Ao realizar as corridas, saltos, arremessos para a busca de alimentos, defesa e ataque de animais selvagens, praticava-se o atletismo intuitivamente (RUBIO, 2002).

Os primeiros campeonatos da história voltados ao atletismo foram os jogos olímpicos, que eram realizados na cidade de Olímpia na Grécia, no ano de 776 a.C. Durante muitos anos, o principal evento olímpico realizado foi o pentatlón, que compreendia 5 provas: lançamentos

de disco, lançamento de dardo, corridas pedestres, salto de longa distância e luta livre. Outras provas, posteriormente foram acrescentadas, como as corridas de homens com armaduras. Os romanos continuaram celebrando as provas olímpicas depois de conquistar a Grécia em 146 a.C. No ano 394 de nossa era o imperador romano Teodósio aboliu os jogos por se converter ao cristianismo. Durante oito séculos não se celebraram competições organizadas de atletismo (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, s/d).

Ainda segundo site da CBAAt, o atletismo sequentemente adquiriu uma grande evolução na Europa e América. Em 1896 se reiniciou em Atenas os jogos olímpicos da era moderna, com o Barão Pierre de Coubertin, uma modificação restaurada dos antigos jogos que os gregos celebravam em Olímpia. Mais tarde os jogos se celebraram em vários países a intervalos de quatro anos, exceto em tempos de guerra (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, s/d).

O atletismo tem sido a maior expressão nos jogos olímpicos. Com tantas outras modalidades que existem, vem com a consequência dos recordes a serem batidos. O aprimoramento das bases de treinamento objetiva produzir um super atleta, menos suscetível e muito mais mecânico e funcional, tendo chamado atenção do mundo para cada olimpíada que se anuncia. O atletismo está progredindo assustadoramente a cada dia, sendo difícil afirmar até onde irá o limite das possibilidades humanas (PORTAL, 2011).

2.2 ATLETISMO NO BRASIL

Com a criação da Federação Internacional de Atletismo Amador (IAAF), no ano de 1912, o atletismo começou a difundir pelo mundo. Em 1914, foi fundada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) que conduziu de forma total as modalidades do atletismo e dos demais desportos no país, tendo a mesma nesse mesmo ano, filiando-se à IAAF (SILVA, 2007).

O Brasil teve sua primeira participação nos jogos olímpicos no ano de 1928 na olimpíada de Paris, na França. A equipe brasileira na época contava com apenas oito integrantes. As primeiras medalhas olímpicas do atletismo brasileiro foram conquistadas nos jogos de Helsinque – Finlândia, em 1952, com o ouro de Adhemar Ferreira da Silva no salto triplo e o bronze de José Telles da Conceição no salto em altura.

É fundada em 2 de dezembro de 1977, a Confederação de Brasileira Atletismo – CBAAt, na cidade do Rio de Janeiro, instituto que passa a dirigir o atletismo nacional em substituição à antiga CBD, que viria a ser abolida em 1979 (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, s/d)

A CBAAt, a partir de 1987, com firme propósito de fazer o Brasil presente em todos os eventos internacionais, fez com que o atletismo tivesse um grande crescimento e viesse, inclusive, a receber um respeito maior internacionalmente, sempre participando com o número máximo de atletas permitido. Também foi a partir dessa época, que o atletismo brasileiro começou a reorganizar-se para poder acompanhar o ritmo internacional, atualizando na busca de recursos humanos e financeiros como acomodações, locais de treinamentos e treinadores para alcançar um melhor nível (NASCIMENTO, 2010).

O atletismo está citado em um grupo de esporte pouco popular no Brasil, vive-se com uma grande falta de incentivo, orientação e ajuda necessária das escolas, falta de preparação e conhecimento de profissionais e treinadores, poucas pistas e locais de treinamentos apropriados, pouca divulgação da mídia em prol da modalidade, sem deixar de citar o fato de atletas não terem apoio financeiro dos órgãos competentes para dedicar-se exclusivamente a prática da modalidade. Muitos espaços importantes vêm difundindo o atletismo. Podemos citar os clubes, as vilas olímpicas (realidade do Rio de Janeiro), os centros de treinamentos, as escolas. Contudo, essa difusão vem sendo feita timidamente, principalmente pelas escolas, pois cada

um desses espaços possui objetivos distintos, enfraquecendo a iniciação à modalidade (COICEIRO, 2005).

2.3 CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS DE FUNDO

Várias são as suposições para o desenvolvimento das provas de fundo. Para os autores Salgado e Mikahil (2006) apud Tomazini e Silva (2014), a origem desta evolução se encontram nos livros do médico norte americano Kenneth Cooper que, além de descrever os benefícios dos exercícios aeróbios para a saúde, propunham a prática da corrida (em intensidade baixa e longa duração) como forma para manter o coração saudável e evitar doenças, além de propor a realização de testes de corridas para classificação do nível de condicionamento dos praticantes. Estas ideias ficaram conhecidas como Método “Cooper”, e foi muito divulgado fazendo com que a sua prática crescesse de forma significativa a partir da década de 70, nos Estados Unidos e a partir dos anos 1980 em todo o mundo (COICEIRO; COSTA, 2005 apud TOMAZINI; SILVA, 2014).

Portanto as provas de fundo se caracterizam como sendo provas aeróbias, ou seja, com grande consumo de oxigênio para sua realização, também conhecida como provas de resistência.

Resistência é a capacidade de realizar um trabalho muscular com uma dada intensidade e durante um determinado período de tempo. O principal fator limitante e que simultaneamente afeta o resultado, é a fadiga. Dentro do complexo das capacidades motoras, a resistência é a capacidade que deve ser desenvolvida em primeiro lugar. Sem resistência é difícil repetir suficientemente outros tipos de treino de modo a desenvolver outros componentes da aptidão física. Existem dois tipos de resistência, a aeróbia e a anaeróbia (THOMPSON, 1991). Aqui se trata da resistência aeróbia, que significa que o trabalho muscular produzido só é possível com a utilização de oxigênio para obter energia.

Segundo Barbanti (1997), resistência é a capacidade de executar um determinado movimento por um longo tempo, sem perda aparente da efetividade deste movimento.

O tempo de execução e a intensidade do estímulo estão intimamente ligados. Dessa forma, a resistência pode ser de curta duração (45 segundos a 2 minutos de estímulo), com predominância do metabolismo anaeróbio, média duração (estímulos de 2 a 8 minutos), com uma fase crescente de mobilização do metabolismo aeróbio e de longa duração (estímulos superiores a 8 minutos), com predomínio do metabolismo aeróbio (WEINECK, 1999).

A resistência de longa duração, por sua vez pode ser subdividida em 3 grupos: Grupo I - corresponde a estímulos de até 30 minutos, com predominância do metabolismo de carboidratos; Grupo II - estímulos entre 30 a 90 minutos, quando predominam os metabolismos de carboidratos e ácidos graxos livres através da oxidação; Grupo III - estímulos de mais de 90 minutos, sendo suprida predominantemente pelo catabolismo de ácidos graxos (VALDIVIESO, 1998; WEINECK, 1999).

As provas de fundo são as provas mais longas disputadas dentro de estádios dos jogos olímpicos. Os atletas, batizados de fundistas, têm físico mais franzino do que os competidores das provas de velocidade, pois a prioridade deles é pela resistência e não a explosão muscular (COICEIRO, 2005).

As corridas de fundo que constituem os grandes eventos de atletismo são os 5.000, 10.000 metros e a maratona (42.195 metros). As corridas de fundo sempre foram muito populares na Europa, onde frequentemente se realizam competições onde aquelas distâncias estão presentes. Entre as mais difíceis encontra-se a maratona, que ao contrário das outras duas, é disputada não em pista, mas em piso asfaltado ou empedrado e em circuitos urbanos. A maratona tornou-se numa corrida popular desde a década de 1970, tendo iniciado corridas com

aquela distância em várias cidades de todo o mundo, como Boston, Nova York, Chicago, Londres, Seul e Madrid, entre outras (COICEIRO, 2005).

Para as corridas de rua, as distâncias padrão para homens e mulheres são de 15km, meia-maratona, 25km, 30km, maratona, 100km e revezamento em rua (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, 2005).

Diz a lenda que corria o ano de 490 a.C., e os gregos tinham vencido os persas na batalha de Maratona e coube a Pheidippides a tarefa de levar a boa notícia até a cidade de Atenas. Correu aproximadamente 35 km, desde Maratona até Atenas, e ao chegar só teve fôlego de anunciar "vencemos" e caiu morto. Em boa verdade não existem provas desta lenda, mas a história era boa e inspirou a competição que foi realizada pela primeira vez na olimpíada de 1896 em Atenas, em 10 de abril, tendo vencido Louis Spyridon, um jovem pastor grego de 24 anos (FERNANDES, 2003).

Nas provas de fundo, o atleta deve recorrer a todas as suas reservas de energia para tentar até o último momento um resultado melhor. Neste caso, todas as observações técnicas devem ser levadas em conta, porque são resultados da observação e da experiência, tendo como fim único mostrar a maneira pela qual se economiza energia, afastando a fadiga muscular. Para isso, torna-se necessário que os movimentos sejam executados com a maior perfeição possível, descontraídos e ritmados (FERNANDES, 2003).

2.4 TREINAMENTO PARA CORREDORES DE FUNDO

Weineck (1991) descreve que a idade ideal para a iniciação do desenvolvimento da resistência é a partir dos 7 anos, devendo dar atenção especial ao desenvolvimento da capacidade de resistência básica geral, pois esta capacidade física desenvolvida representa um fundamento importante para a estimulação e estabilização da saúde geral e maior resistência contra infecções comuns.

Porém, este tipo de treinamento para crianças e jovens deve ser incentivado com pequenos e grandes jogos, visando a melhoria da capacidade aeróbia, servindo dessa forma, como base para a melhoria das demais capacidades motoras. O treinamento dessa capacidade física fornece o desenvolvimento de outras capacidades como velocidade e força (WEINECK, 1999).

A resistência deve ser desenvolvida nos jovens de forma gradativa, evitando sobrecargas, evitando o treinamento especializado precoce, que segundo Kunz (1994) é um dos problemas mais sérios do esporte. É indiscutível que essa capacidade física deva estar associada a todo programa de treinamento, porém quando se trata de crianças e jovens, sua prática deve ser lentamente introduzida para que não esteja vinculada à fadiga que comumente leva ao desinteresse.

Segundo Manso (1999), no desporto há uma enorme gama de situações em que a musculatura se vê obrigada a responder durante sua prática. Pode-se dizer que a força é uma capacidade motora condicional que se manifesta de maneira diferente em função da necessidade de ações presentes no desporto. No movimento humano a capacidade de força está sempre interligada com outras capacidades motoras, como a resistência, sendo que o termo “resistência de força” é a combinação destas duas. Também se entende por “resistência de força” a capacidade de manter um nível constante de força durante um tempo de uma atividade ou gesto desportivo e que pode ainda ser aeróbia ou anaeróbia.

Em corridas de longa distância se utiliza a resistência de força aeróbia onde os músculos resistem a fadiga com uma provisão suficiente de oxigênio. Um dos aspectos determinantes de um bom resultado nas corridas de fundo ou de rua, é o consumo máximo de oxigênio (VO_2 máximo). Isto é a capacidade que os atletas têm de metabolizar energia de forma aeróbia num nível tão próximo quanto possível daquele valor (limiar anaeróbio) (BARBANTI, 1997).

Assim, a economia de corrida passa a ser revista como tão importante em corridas de resistência que Vancini e Lira (2005) chegam a afirmar que para dois atletas com níveis de VO_2 máx. semelhantes, a economia de corrida passa a ser o melhor preditor de desempenho e de sucesso esportivo, sendo considerada mais importante que o VO_2 máx.

Muitos são os meios para se desenvolver a resistência de força, alguns são preferencialmente utilizados devido sua facilidade de aplicação. Entre estes podemos mencionar o circuito ou a corrida em rampas. Utilizando o circuito ou a corrida em rampa, o treinador tem a possibilidade de orientar um grupo grande de corredores ao mesmo tempo além de poder utilizar o próprio ambiente natural (rampas), ou utilizar materiais com custo relativamente baixo ao elaborar uma estação de treinamento em circuito (BARBANTI, 1997).

Um atleta de corrida de longas distâncias deverá assegurar o desenvolvimento dentro das suas possibilidades genéticas dos sistemas cardiovascular, respiratório e também muscular no processo de periodização. Porém, para que ocorram as adaptações positivas ao atleta, o treinamento deverá previamente construir uma base para os treinamentos especiais de força (BARBANTI, 1997).

No atletismo, mais especificamente nas corridas de fundo, a capacidade aeróbica é a capacidade predominante, responsável por até 80% do fornecimento de energia em corridas de 10km (BOILEAU et al, 1982). Por outro lado, a capacidade de manter níveis de força constantes durante a atividade ou gesto desportivo também é muito importante para um atleta de elite, pois pode influenciar na resistência à fadiga (BARBANTI, 1997). A modulação da intensidade, duração e frequência de esforço físico durante as sessões de treino devem ser diferenciadas, quando existe a necessidade de aumentar o rendimento em capacidades biomotoras específicas. Por outro lado, não se pode esquecer que meios e métodos de treinamentos específicos, aplicados de forma simultânea podem gerar efeitos distintos nas capacidades físicas dos atletas (positivos, negativos ou neutros). Dessa forma, é necessário conhecer o tempo ideal de aplicação dos estímulos para conseguir as adaptações positivas nas capacidades predominantes da modalidade (GAMBETTA, 1991).

O treinamento de resistência de força para corredores de provas de fundo/rua tem sido largamente empregado por técnicos e treinadores, na busca de melhores marcas e para proporcionar a manutenção do elevado nível competitivo ao longo da temporada. O atleta, cada vez mais, chega próximo aos limites do corpo humano, não havendo, portanto, espaços para erros. Os efeitos reais dos programas de treino aplicados são quem determinam o estado de prontidão de uma equipe ou atleta. Ou seja, avaliar os atletas através de testes e re-testes físicos fornece subsídios importantes para a progressão do treinamento planejado, de uma forma responsável.

Alguns métodos mais utilizados e de fácil aplicação são apresentados a seguir para treinamento de corredores de fundo.

✓ **Método contínuo**

O método contínuo ou de duração, se caracteriza pela realização de exercícios contínuos sem pausas para recuperação, consta em um trabalho ininterrupto realizado em estado de equilíbrio entre a produção de energia e a utilização de oxigênio, utilizado para trabalhos cíclicos, visa melhora da resistência aeróbia (DANTAS, 1995). Nesse trabalho, as cargas devem ser aumentadas gradualmente pelo: 1) volume, onde se aumenta a distância ou o tempo da corrida com velocidade constante; 2) intensidade, mantendo a mesma distância com uma velocidade maior, deve-se aqui determinar pela frequência cardíaca (FC) ou VO_2 máx; 3) volume e intensidade, aumenta-se a distância ou o tempo da corrida e também a velocidade (BARBANTI, 1997).

Este estímulo, segundo Shephard e Astrand (1992) é realizado a uma intensidade submáxima do VO_2 máx, com tempo superior a 20 minutos. Este método apresenta volume e duração das cargas muito longas, objetivando as adaptações desejadas em modalidades com predomínio aeróbio (como por exemplo, as maratonas, trajetos de 100km ou também em corridas de 24 horas, método de duração extensiva). (WEINECK, 1999). Essas corridas podem ser realizadas em qualquer lugar, mas, no início, deve-se dar preferências a lugares planos, elas são melhores desenvolvidas em bosques, campos e parques.

Segundo Ballesteros (1992), a corrida contínua se subdivide em:

- Lenta-longa: 25km para um tempo de 1 e ½ a 2 horas, FC de 160bpm ou 50 a 60% do VO_2 máx.
- Média-moderada: 15 a 20km, 1 hora de duração, FC de 170 a 180bpm ou 75% do VO_2 máx.
- Rápida: ritmo próximo do máximo, 5 a 10km, aproximadamente de 15 a 45min. FC de 180 bpm.
- Progressiva: aproximadamente 45min. de corrida progressiva.

✓ **Método intervalado**

Este método envolve alternância entre o esforço e a recuperação, ou seja, diferentes estímulos atuam repetidas vezes sobre o organismo fazendo com que as qualidades físicas básicas como força, velocidade e resistência, sejam melhoradas mais rapidamente quando o princípio da sobrecarga é utilizado. As pausas aqui podem ser incompletas (vantajosa) ou completas (recuperação total) (BARBANTI, 1997).

Para Dantas (1995), o trabalho intervalado mais especificamente, constitui numa série de estímulos com intervalo que propicie uma recuperação apenas parcial podendo ser de dois tipos: recuperador, para se treinar o sistema anaeróbio alático ou sistema aeróbio em que o indivíduo deve ficar parado ou em alongamento, e o ativador, para se treinar o sistema anaeróbio láctico com pausa ativa.

✓ **Método de repetição**

Esse método é como o próprio nome diz, repetições de um percurso (curto, médio ou longo), sempre com a mesma intensidade nos estímulos, intercalado por um período de recuperação ótima, com uma velocidade cada vez maior. Já no que diz respeito à pausa, não se pode estabelecer normas que determine a pausa ideal, pois a mesma depende da carga empregada. No entanto, deve ser suficiente para o retorno das condições metabólicas iniciais de desempenho (WEINECK, 1999). A intensidade utilizada por este autor varia de 90 a 100% do VO_2 máx e o volume de 1 a 6 repetições.

Devido à alta intensidade as repetições são pequenas, ou seja, varia de 3 a 6 repetições por série. É perceptível que o princípio da “pausa vantajosa” não pode aqui ser mais respeitado, sendo uma recuperação mais longa. Nas corridas as pausas têm duração de 3 a 15min, e nos exercícios de força de 3 a 5min, que podem ser preenchidas trotando ou andando com exercícios de relaxamento. No método do trabalho de repetições se objetiva o desenvolvimento das seguintes qualidades físicas: velocidade, força máxima, força rápida (potência), resistência de velocidade (BARBANTI, 1997).

O desenvolvimento e o aprimoramento das capacidades físicas, relacionadas às estruturas neuromusculares, são essenciais para qualquer modalidade esportiva. A grande quantidade de competições realizadas, anualmente, pelos atletas, os obrigam a realizar uma preparação física adequada, visando suportar a sequência de disputas e amenizando, portanto, o desgaste físico, o que favorece a manutenção de uma técnica apurada (VIANNA, 2004).

✓ Método rampa

Outra forma de treinamento de força para corredores de provas de fundo foi apresentada em estudos realizados com 64 treinadores australianos, tendo sido constatado que o método mais utilizado para treinar a força, em corredores de meia e longa distância, é a corrida em rampas. (BARNES, 2000). O mesmo pode ser constatado em outro estudo, realizado com 17 treinadores portugueses, do qual participaram atletas que disputaram os campeonatos europeus, campeonatos mundiais e jogos olímpicos até 1993. Destes treinadores, 15 utilizavam a corrida em rampas (PAIVA, 1995).

As distâncias empregadas nos treinos de rampas dependem de vários fatores como a fase de preparação do atleta ou sua especialidade. Manso (1999) recomenda distâncias entre 200 e 400m com intensidade média para o desenvolvimento da resistência de força aeróbia-anaeróbia em corredores de meia e longa distância.

O trabalho em rampas permite grande variedade em sua realização, como por exemplo: mudança na inclinação utilizada, distância percorrida, número de repetições, aumento ou diminuição da intensidade e do tempo de recuperação. Infelizmente poucos são os estudos científicos sobre esta forma de treinamento, mesmo sabendo-se que este método é empregado por treinadores de atletas com desempenhos competitivos expressivos no cenário internacional. O grau de inclinação das rampas deve ser de tal forma que não altere a mecânica de corrida no atleta. Sendo que esta pode variar entre 5-15° dependendo da distância empregada (MANSO, 1999).

A frequência do treino de força deve ser realizada pelo menos uma vez por semana, inclusive no período de competição, pois, se for negligenciado durante duas ou três semanas, o atleta pode apresentar uma queda em seu desempenho competitivo (BARBANTI, 1997).

O treino em rampa é um método natural para se desenvolver uma maior potência muscular, variando sua forma de execução segundo Ballesteros (1992):

- Rampa curta: de 40 a 80m, inclinação média, em torno de 12 repetições, com pausa de 3 a 6min. Para desenvolver a potência e velocidade.
- Rampa média: de 100 a 150m, não muito inclinada, subida em forte progressão, 10 a 12 repetições, com recuperação incompleta de 2 a 3min. Para desenvolver velocidade e resistência anaeróbia.
- Rampa longa: 200 a 300m, pouco inclinada, sem forçar, de 15 a 20 repetições, com pausa ativa de 1 a 2min. Para desenvolver a resistência aeróbia.

Pode-se afirmar que o rendimento esportivo de corredores de provas de fundo/rua, pode ser melhorado através da correta execução do treinamento de resistência aeróbia e resistência de força, sem que, para isto, ocorra uma redução em qualquer uma destas valências, em nenhuma fase do treinamento.

2.5 CUIDADOS E SUGESTÕES RELEVANTES PARA A PRÁTICA DA CORRIDA

Antes de iniciar um programa de atividade física o indivíduo deve passar por uma avaliação médica detalhada para investigar complicações que possam ser agravadas com o programa, isso permitirá uma prescrição individualizada dos exercícios (*AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE*, 2003).

Segundo a instituição supracitada, a prática de exercício físico deve incluir: aquecimento adequado e um período de descanso. O aquecimento deve consistir em 5-10 minutos de atividade aeróbia (caminhada, trote) em baixa intensidade, com o objetivo de preparar a musculatura, coração e pulmão para um aumento progressivo na intensidade do exercício. Depois de um breve aquecimento, os músculos devem ser suavemente alongados por

outros 5-10 minutos. No final, o relaxamento deve durar aproximadamente 5-10 minutos e gradualmente diminuir a frequência cardíaca para seu nível inicial.

O calçado e a vestimenta adequados são essenciais e deve ser enfatizado principalmente em indivíduos com alguma restrição médica. É recomendada uma hidratação adequada antes, durante e após a sessão de exercícios, deve ser realizada de maneira precoce e contínua em quantidade suficiente para compensar perdas na transpiração refletidas na perda de peso corporal, ou a quantidade máxima de líquido tolerada (*AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE*, 2003).

Segundo Vincent e Vincent (2006) as contraindicações à prática de corridas, que também se aplicam a todas as outras formas de exercícios são: pressão arterial sistólica acima de 200mmHg ou pressão arterial diastólica acima de 110mmHg, em repouso; hipotensão ao esforço maior que 15mmHg; angina instável; arritmias não-controladas; doença aguda ou febre; frequência cardíaca de repouso maior que 120bpm; problemas ortopédicos graves; gravidez avançada ou complicada.

É fundamental que os treinadores fiquem atentos também aos sinais de hipoglicemia e hiperglicemia apresentados pelos alunos. Os seguintes sintomas são comuns nos casos de hipoglicemia: palidez, sudorese, taquicardia, tremores, fome, tonteira, convulsão e confusão mental. Para os casos de hiperglicemia os sintomas são: sede, poliúria, fome, cansaço, pele seca, dor de cabeça, náuseas, vômitos, hálito cetônico (*SANTANA; SILVA*, 2009).

Para que a prática da corrida seja confortável, as roupas, os calçados e os acessórios devem ser indicados para a prática, permitindo a realização dos movimentos necessários com segurança. Roupas leves e confortáveis, como shorts, calções e camisetas são indispensáveis. Além disso, não dá para se esquecer do protetor solar, boné ou viseira, e óculos para os dias de sol. Já em épocas mais frias, o ideal é preferir calças de corrida, camisetas de manga longa, gorros e luvas. “Em provas longas é importante o uso de gel antiatrito em determinadas regiões do corpo, evitando lesões devido ao atrito constante das roupas e tênis” (*DUARTE; DUARTE; ANDRADE*, 1997).

3 METODOLOGIA

O presente estudo se classifica como descritivo, de cunho quantitativo, uma vez que a pesquisa de campo realizada gerou uma coleta de dados através da aplicação de um questionário estruturado. A escolha pela pesquisa se deu pela valorização da interpretação do pesquisador sobre os dados colhidos.

A pesquisa descritiva busca identificar e descrever as características de uma população, projeto, associação, grupo, e com intuito de observar, registrar e analisar os fatos e fenômenos sem alterá-los de forma que ele seja imparcial e não interfira no resultado final (*CERVO; BERVIAN*, 2002).

Com relação à pesquisa quantitativa, os seus dados são quantificados. Geralmente são grandes números de amostras considerados representativos da população. A pesquisa quantitativa usa a linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, ela define rigorosamente quanto ao quadro teórico e as hipóteses. Destaca-se que o método quantitativo enfatiza a objetividade, na coleta de dados, analisando os dados numéricos através de procedimentos estatísticos (*GERHARDT; SILVEIRA*, 2009).

A pesquisa também consistiu em um estudo bibliográfico baseado em materiais publicados em livros, dissertações, teses e artigos científicos relacionados ao objetivo proposto no estudo, e também de pesquisas disponibilizadas na internet, resultando na relevância deste trabalho, pois através da pesquisa bibliográfica possibilita que ao final da pesquisa a problemática seja respondida.

Para participar da pesquisa os indivíduos assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, e a coleta de dados foi realizada pelo próprio pesquisador. O método de coleta de dados foi através da aplicação de um questionário estruturado contendo 8 questões fechadas, aplicada em 30 corredores, sendo 22 homens e 8 mulheres, com idade compreendida entre 20 a 58 anos de idade e média de idade de $39,4 \pm 9,2$. Tal pesquisa foi realizada no próprio ambiente de prática de corridas, no período que antecedia a determinada competição. Foram utilizados como métodos de inclusão, atletas praticantes de corrida há pelo menos seis meses, residentes em Unaí-MG.

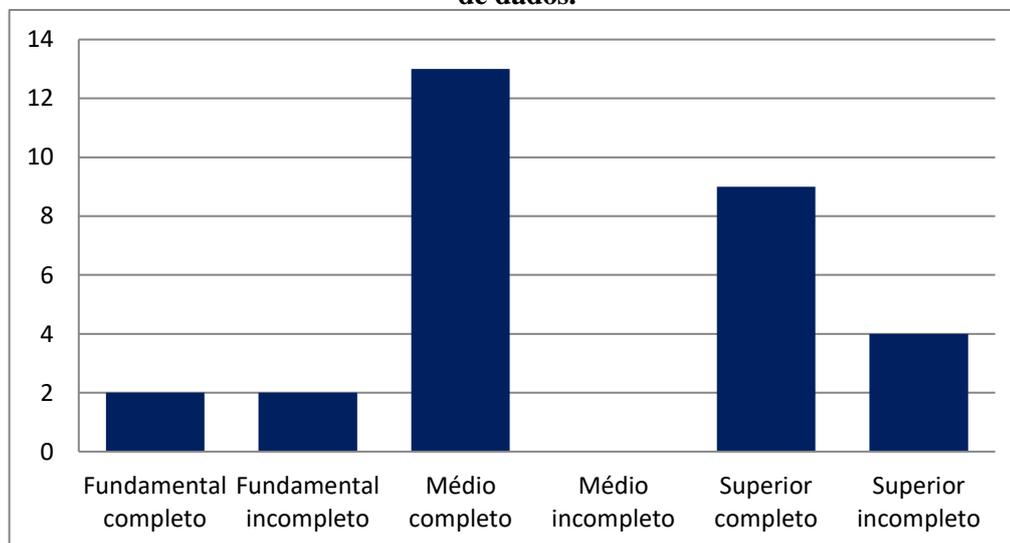
Os dados foram organizados de acordo com o número de ocorrências e tratados estatisticamente pelo programa excel 2007 e os registros e a organização desses dados são apresentados em gráficos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A quantidade de participantes maior de homens (22) do que mulheres (8) vai de encontro ao estudo realizado por Euclides e Coelho (2016), onde 155 atletas corredores de rua foram entrevistados, sendo que 69% dos atletas eram homens e apenas 31% eram mulheres.

A caracterização deles, conforme seu grau de escolaridade, pode ser observado no gráfico 1, em valores brutos. Neste tocante, a maioria dos entrevistados apresentam ensino médio completo, descrito por 13 indivíduos; seguido por ensino superior completo, ensino superior incompleto, ensino fundamental, e por fim a opção ensino médio incompleto e mestrado/doutorado que não foi citado por nenhum participante da pesquisa.

Gráfico 1 - Distribuição dos corredores pelo grau de escolaridade apresentado na data da coleta de dados.



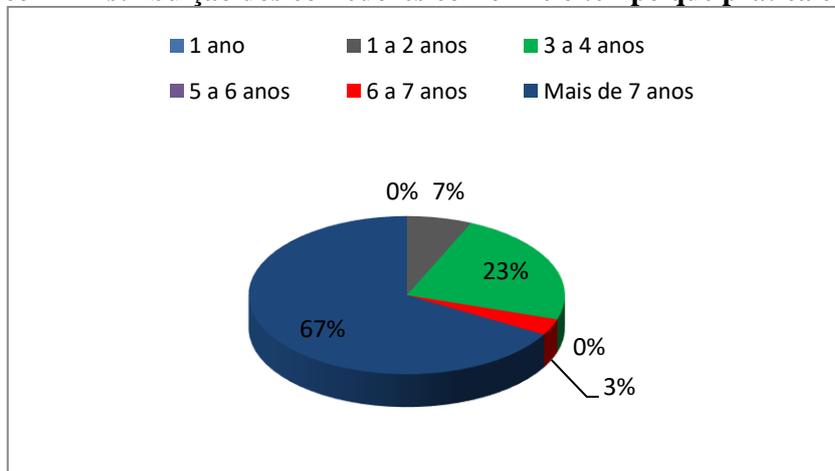
Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2016.

Estudo realizado por Tomazini e Silva (2014) encontram resultados um pouco diferente em corredores de São Paulo, onde 80% dos participantes possuíam grau superior completo; 25% mestrado e/ou doutorado e apenas 10% apresentaram ensino médio completo, alertando que quanto maior o grau de escolaridade, possivelmente maior o conhecimento quanto sobre os benefícios proporcionados pela prática de atividade física.

Em relação ao gráfico 2 está exposto a distribuição dos corredores referente à questão de tempo que pratica corrida, na qual observa-se que a grande maioria deles, ou seja 20 (67%) dos corredores já praticam corrida há mais de 7 anos; 7 (23%) entre 3 a 4 anos; 2 corredores ou 7% praticam entre 1 e 2 anos, e somente 1 (3%) pratica entre o tempo de 6 a 7 anos, sendo

assim, nota-se que a opção de 1 ano e de 5 a 6 anos não foi citada por nenhum corredor, mantendo assim 0%, tais resultados mostram que o tempo que praticam a corrida é bastante alto, o que vai de encontro ao estudo realizado por Tomazini e Silva (2014).

Gráfico 2 - Distribuição dos corredores conforme o tempo que pratica corrida (%)



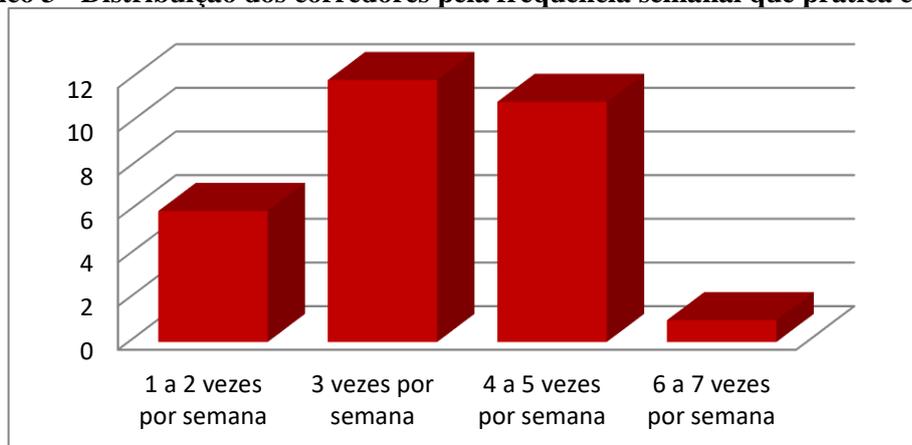
Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2016.

No que se refere a 3ª questão, percebe-se no gráfico 3 a distribuição das respostas dos corredores sobre a questão: em que frequência semanal você pratica corrida. Foi possível observar que 6 dos pesquisados relataram participar de 1 e 2 vezes por semana, 12 responderam praticar 3 vezes, 11 responderam de 4 a 5 vezes, e somente 1 corredor pratica entre 6 e 7 vezes por semana.

Resultados semelhantes aos de Euclides e Coelho (2016) onde a maioria dos atletas correm de 3 a 5 vezes/semana.

Com relação a esta frequência semanal de treinamento (de 3 a 5 vezes/semana) como a maioria relatou, é a frequência de treino adequada, segundo o American College of Sports Medicine (2003), para melhoria do sistema cardiorespiratório, da aptidão física e do desempenho desportivo.

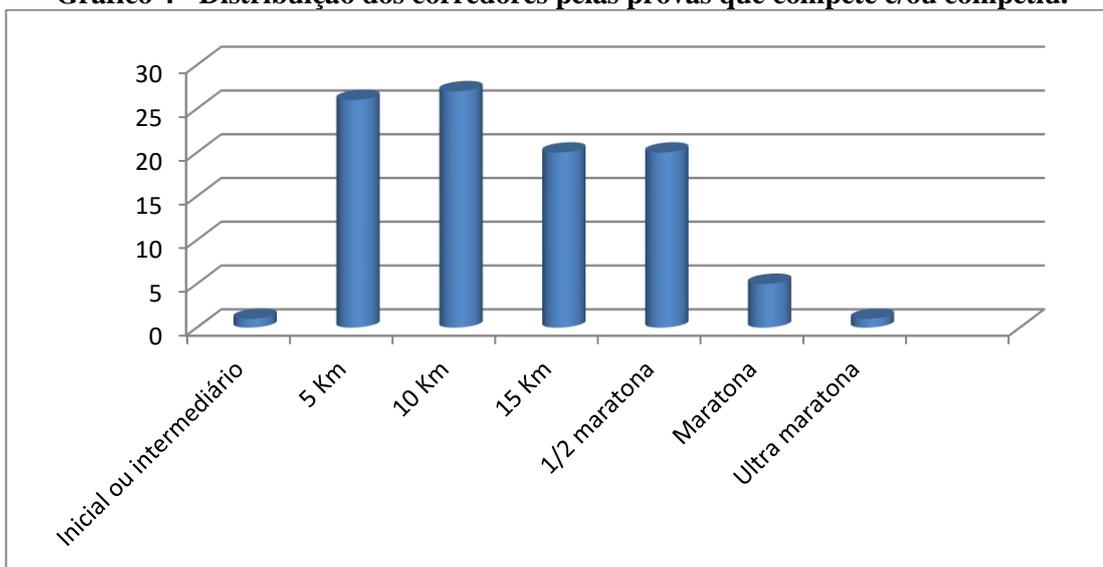
Gráfico 3 - Distribuição dos corredores pela frequência semanal que pratica corrida.



Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2016

Na próxima questão buscou-se conhecer as provas que os corredores competem ou que já competiram. Os atletas marcaram mais de uma prova, com isso, nota-se no gráfico 4 a distribuição dos participantes da pesquisa conforme suas respostas.

Gráfico 4 - Distribuição dos corredores pelas provas que compete e/ou competiu.



Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2016

A maioria participa ou participou de provas de 10.000, 5.000 e meia maratona respectivamente, que vai de encontro aos resultados de Euclides e Coelho (2016) onde 155 atletas pesquisados, todos percorrem de preferência distâncias de 5.000 e 10.000m. Esta questão é importante, pois reflete no volume de treino em que estes atletas se submetem. Estes achados vão de encontro com os resultados do estudo de Tomazini e Silva (2014). Tais distâncias de 5.000 e 10.000 a quilometragem percorrida para treinos está adequada para a finalidade de promoção de saúde e qualidade de vida.

Saber sobre esse o volume de treino é fundamental, aqui pôde-se observar que muitos dos atletas competem ou competiram para prova de meia maratona, isso quer dizer que em treinamento o volume realizado por eles é alto, atingindo em treino longas distâncias para competir.

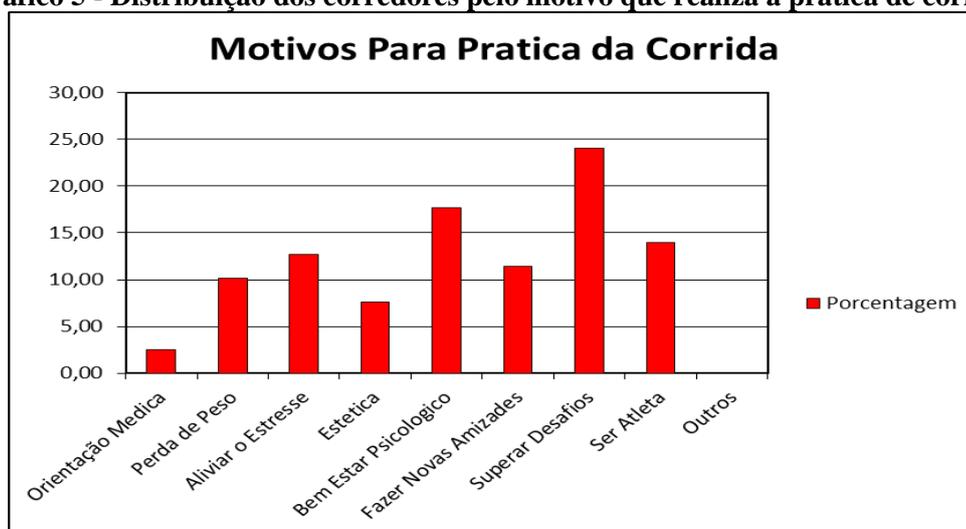
Hino et al (2009) relatam existir forte indício do volume de treino e a ocorrência de lesões em atletas de alto nível do atletismo brasileiro, observaram em estudo uma maior chance de afastamento entre os atletas que apresentaram volumes de treinamento de 31 a 60 min/dia comparados com aqueles que treinavam com menor volume de até 30 min/dia, os autores relatam ainda que quando a prática do exercício possui um foco sobre o desempenho em competições, verifica-se maior ocorrência de lesões, mesmo quando supervisionado por profissionais.

Com relação a um dos aspectos principais deste estudo, que foi identificar os principais motivos que levaram os praticantes a correr, os resultados obtidos podem ser observados no gráfico 5.

Cerca de 25% dos praticantes deste estudo correm para superar desafios, ficando em segundo lugar o bem-estar psicológico, seguido do fato de ser atleta e redução do estresse.

Estudos realizados por Tomazini e Silva (2014) com 60 corredores de São Paulo, a busca por bem-estar foi o principal fator, essa procura de uma maneira geral pode estar relacionada a busca por saúde e melhora na qualidade de vida. Já estudos realizados por Truccolo, Maduro e Feijó (2008) com 97 corredores no Rio Grande do Sul, o principal motivo para as mulheres foi o condicionamento físico e saúde, e para os homens foi redução da ansiedade, seguido de melhora do condicionamento físico e saúde.

Gráfico 5 - Distribuição dos corredores pelo motivo que realiza a pratica de corrida.



Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2016

No gráfico 6 está exposto a distribuição dos pesquisados referente a questão se recebem ou não ajuda de custo ou patrocínio, pode-se notar com isso que quase todos não recebem nenhuma ajuda, o que foi citado por 93% (28) dos corredores de Unaí-MG, e somente 2 dos participantes relataram receber algum tipo de ajuda financeira e/ou patrocínio, sendo descrito então por 7%.

Gráfico 6 - Distribuição dos corredores que recebem ou não alguma ajuda de custo e/ou patrocínio.



Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2016.

De acordo com Coiceiro (2005), o atletismo está citado em um grupo de esporte pouco popular no Brasil, vive-se com uma grande falta de incentivo, orientação e ajuda necessária, falta de preparação e conhecimento de profissionais e treinadores, poucas pistas e locais de treinamentos apropriados, pouca divulgação da mídia em prol da modalidade, sem deixar de citar o fato de atletas não terem apoio financeiro dos órgãos competentes para dedicar-se exclusivamente a prática da modalidade.

No gráfico 7 percebe-se que em relação a questão se os corredores trabalham atualmente, 90% deles responderam que sim e somente 10% relataram que não.

O atletismo tem sido a maior expressão nos jogos olímpicos. Com tantas outras modalidades que existem, vem com a consequência dos recordes que foram batidos. O aperfeiçoamento dos processos de treinamento objetiva produzir um superatleta menos sensitivo e muito mais mecânico e funcional, tendo chamado atenção no mundo para cada

olimpíada que se anuncia. O atletismo está progredindo assustadoramente a cada dia, sendo difícil afirmar até onde iria o limite das possibilidades humanas.

Gráfico 7 - Distribuição dos corredores que trabalham ou não atualmente.

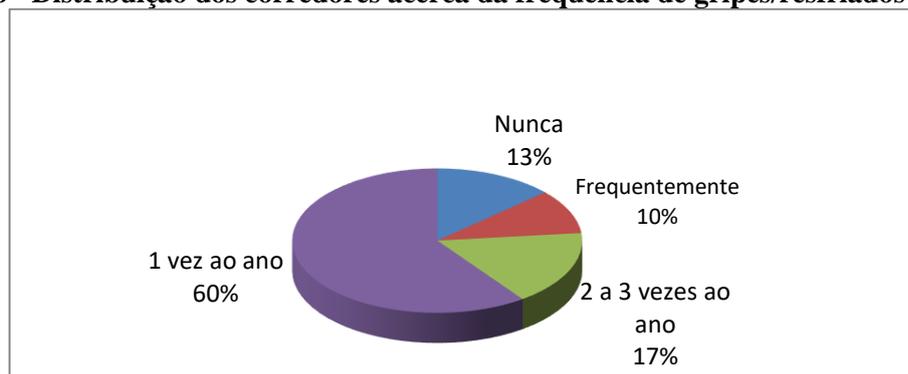


Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2016.

Para Tomazini e Silva (2014) várias são as hipóteses para o crescente desenvolvimento da corrida, como a facilidade de sua prática, não havendo a necessidade de materiais esportivos complexos ou locais especializados; também a crescente preocupação com a qualidade e prolongamento de vida tem contribuído para o crescimento das corridas de fundo. Desta forma, a corrida de rua se torna uma das atividades mais procuradas por pessoas que querem iniciar um programa de exercício aeróbio, seja por indicação médica, influência de parentes e amigos ou vontade própria. A participação de corredores amadores tem aumentado muito no Brasil nos últimos anos. Não é somente a melhora da qualidade de vida dos seus praticantes que fez da corrida o esporte que mais cresce em número de adeptos no mundo, mas o que uma competição de corrida proporciona aos seus corredores.

O gráfico 8 mostra a distribuição dos corredores acerca da pergunta: qual a frequência da ocorrência de gripes/resfriados e micoses? Com isso foi possível obter as seguintes respostas como ilustra o gráfico.

Gráfico 8 - Distribuição dos corredores acerca da frequência de gripes/resfriados ou micose.



Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2016.

Pode-se observar que a grande maioria quase não fica doente, 60% tiveram gripe/resfriado ou micose apenas uma vez ao ano, isso evidencia o efeito protetor da atividade física sobre o sistema imunológico. Na década de 80 houve um crescente número de trabalhos e evidências científicas mostrando os benefícios e o efeito protetor que a atividade física regular leva aos seus praticantes. Dessa forma, a realização da atividade física regular passou a desempenhar um importante papel para a saúde, seja na manutenção ou prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (MACHADO, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a corrida de rua é uma forma motivante e sem custos para cuidar da saúde, não exigindo equipamentos caros, se tornou uma das atividades mais procuradas por pessoas que querem iniciar um programa de exercício aeróbio. A participação de corredores de fundo tem aumentado muito nos últimos anos, e, como observado nesta pesquisa, não é somente a procura por uma melhora da qualidade de vida que fez da corrida o esporte que mais cresce em número de adeptos, mas o que uma competição de corrida proporciona aos seus corredores, como a de superação a novos desafios.

Os motivos que fizeram com que os fundistas desta pesquisa praticassem a corrida foram para superar novos desafios, a busca pelo bem-estar psicológico, quererem ser atletas e alívio de estresse.

A corrida exerce grande influência na busca de saúde e qualidade de vida, auxiliando na prevenção de doenças, fortalecendo o sistema imunológico.

Os perfis destes 30 corredores são de trabalhadores e apenas 2 recebem alguma ajuda de custo com patrocinadores, a maioria possuem como nível de escolaridade ensino médio completo, e praticam corrida há mais de 7 anos, competindo distâncias de 5.000, 10.000 e meia maratona, a maioria praticam o treinamento de 3 a 5 vezes na semana.

Não se pode deixar de salientar neste trabalho que, existe uma carência no Município por uma melhor infraestrutura para a prática do atletismo, como pista de atletismo, materiais para sua prática e treinadores, além da falta de estímulo como apoio da prefeitura e de patrocínios em auxiliar o esporte, isso faz com que o “atletismo” não evolua na cidade como deveria.

REFERÊNCIAS

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. **Diretrizes do ACSM para testes de esforço e sua prescrição**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

BALLESTEROS, J. M. **Manual de treinamento básico**. International Amateur Athletic Federation - IAAF. Espanha: James Alford. 1992.

BARBANTI, V. J. **Teoria e prática do treinamento esportivo**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.

BARNES, D. A strength and conditioning survey. *Modern athlete and coach*. v. 38, nº 1, p. 33-36, 2000.

BOILEAU, R.A. et al. Physiological Characteristics of Elite Middle and Long Distance Runners. *Can. J. Appl. Sci*, v.7, n.3, p. 167-172, 1982.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COICEIRO, G. A. **Atletismo: 1000 exercícios e jogos**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO – CBAAt. **Histórico das provas masculinas**. s/d. Disponível em: http://www.cbat.org.br/provas/historico_masculino.asp. Acessado em: 08 Mai. 2016.

_____. **Regras oficiais de atletismo**. Rio de Janeiro: Sprint. 2005. 216p.

DANTAS, E. H. M. **A prática da preparação física**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

DUARTE, M. F. S; DUARTE, C. R; ANDRADE, D. R. Perfil de ultramaratonista brasileiro que são como treinam. **Revista Treinamento Desportivo**. v.2, n.3, p. 65-68. 1997.

EUCLIDES, M. F; COELHO, J. C. A. Corredores de rua: perfil. **Rev. Conexão Eletrônica**. AEMS. Três Lagoas/MS. v.13, n.1. 2016.

FERNANDES, José Luís. **Atletismos: corridas**. 3. ed. São Paulo: EPU, 2003.

GAMBETTA V. *Principles of plyometric training*. *Track Technique* 97: 3099-3104. 1991.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 2009. 120 f. Monografia – (Graduação Tecnológica) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

GONÇALVES, G; **História do atletismo**. Trabalhos Escolares Prontos, 2007. Disponível em: <http://www.coladaweb.com>. Acessado em: 08 Fev. 2016.

HINO, A. A. F et al. Prevalência de lesões em corredores de rua e fatores associados. **Rev Bras Med Esporte**. v.14, n. 1, p. 36-39, 2009.

KUNZ, E. **Transformação didático pedagógica do esporte**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1994.

MACHADO, A. F. **Corrida para corredores: correndo de forma simples, segura e eficiente**. 1 ed. São Paulo: Ícone editora. 2014.

MANSO, J.M.G. L. F. *Fundamentación, valoración y entrenamiento*. Madrid: Editorial Gymnos, 1999.

MATTHIESEN, S. Q. et al. **Atletismo se aprende na escola**. Jundiaí/SP: Fontoura, 2005. 128p.

NASCIMENTO, M. Contribuições da inclusão do atletismo no currículo escolar do ensino fundamental. **Ágora: R. Divulg. Cient**. Mafra, v.17, n.2, p. 94-108. 2010.

PAIVA, M. **Escola portuguesa de meio fundo e fundo, mito ou realidade?** Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, 1995.

PERNISA, Hamlet. **Atletismo desporto base**. 3 ed. Juiz de Fora/MG: Graf-Set, 1983. 320p

PORTAL, R. C. **A influência da mídia no ensino do atletismo no ensino médio**. 41f. 2011. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma/SC. 2011.

RUBIO, K. Do olimpo o pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Rev. Paul. Educ. Fís**. São Paulo, v.16, n. 2, p. 130-43, jul. /dez. 2002.

SANTANA, E. A.; SILVA, S. A. P. S. Educação física escolar para alunos com diabetes mellitus tipo 1. **Motriz**. Revista de Educação Física. UNESP. Rio Claro/SP. 2009.

SHEPHARD, R. J. & ASTRAND, P. O. *Endurance in sport*. London: Blackwell Scientific Publications, 1992.

SILVA, S. B. da. **Iniciação ao atletismo e a habilidade motora de arremessar por cima do ombro**. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/CHFAKHIHVOUG.pdf>. Acesso em: 26 Abr. 2016.

TEIXEIRA, M. S. **Atletismo da iniciação a técnica: corridas, saltos, arremessos**. São Paulo: OBELISCO, 1973, 231 p.

THOMPSON, Peter. **Introdução à teoria do treino**. England. The International Amateur Athletic Federation. 1991.

TOMAZINI, F; SILVA, E. V. M. Perfil dos praticantes de corrida de rua de uma assessoria esportiva da cidade de São Paulo: motivos para adesão. **Coleção Pesquisa em Educação Física**. v.13, n.2, p. 135-142. Várzea Paulista. 2014.

TRUCCOLO, A. B.; MADURO, P. A.; FEIJÓ, E. A. Fatores motivacionais de adesão a grupos de corrida. **Motriz**, Rio Claro/SP, v. 14, n. 2, p.108-114, abr./jun. 2008.

VALDIVIESO, F.N. **La resistencia**. Madrid: Gymnos editorial, 1998.

VANCINI, R. L., LIRA, C. A. B. **Participação genética sobre o desempenho atlético**. Centro de Estudos de Fisiologia do Exercício (CEFE), 2005.

VIANNA J. M. Correlação entre testes de capacidade aeróbia e anaeróbia máxima e o desempenho em uma corrida de 10km. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, v.3, p.145-52. 2004.

VINCENT, K. R.; VINCENT. H. K. Treinamento de resistência para indivíduos com doença cardiovascular. **J Cardiopulm Rehabil**. V. 26. N. 1. p. 207-2016. 2006.

WEINECK, J. **Biologia do esporte**. São Paulo: Manole, 1991.

_____. **Treinamento ideal**. 9. ed. São Paulo: Manole, 1999.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O principal objetivo das Revistas da FACTU é promover a divulgação da produção intelectual do corpo docente e discente da Faculdade e também de profissionais externos à instituição. A revista fará as publicações de artigos originais, revisões literárias, resenhas de assuntos correlatos à diversas áreas.

CONDIÇÕES PARA A PUBLICAÇÃO

Todos os textos serão submetidos à Comissão Editorial da Revista, o material enviado deverá ser inédito e não poderá ser enviado a outras publicações. Os originais não serão devolvidos.

A extensão de cada trabalho deverá seguir os seguintes critérios:

- Artigos: máximo de 20 laudas;
- Revisões literárias: máximo de 20 laudas;
- Resenhas: de 3 a 5 laudas;

O trabalho deverá ser formatado em MSWord 2007, obedecendo às seguintes recomendações: o trabalho deve ser apresentado em papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitados na cor preta com exceção das ilustrações, no anverso da folha. Deve ser utilizada a fonte tamanho 12 (Times New Roman) para o texto e tamanho 10 para citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas das ilustrações e tabelas. Títulos serão destacados em negrito e caixa alta, subtítulos devem estar em caixa alta sem negrito, o uso de itálico deve ser limitado a palavras ou expressões em outro idioma, no decorrer do texto palavras (não expressões) podem ser destacadas utilizando-se negrito.

Todos os trabalhos devem ser apresentados em formato digital em que conste apenas o trabalho a ser examinado, acompanhado de 02 (duas) vias impressas, juntamente de uma carta encaminhada ao Editor da Revista autorizando sua publicação. O nome do arquivo deve ser o nome do autor, ex: seunome.doc.

As traduções deverão vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto. Quadros, tabelas, gráficos, ilustrações e fotos devem ser apresentados em folhas separadas com os respectivos títulos, comunicação da fonte e em condições ótimas para reprodução (para formatação desses elementos solicitar o Manual de Normas para publicação da FACTU).

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Página de rosto: a primeira página de cada artigo deverá indicar o título, o nome completo dos autores (máximo cinco), maior titulação e local(s) de trabalho.

Resumo: na segunda folha deverá constar um resumo em português de, no máximo, 150 palavras. O resumo deverá especificar o objetivo, uma breve descrição da metodologia, os apontamentos principais e as conclusões.

Palavras-chave: após o resumo em português, na mesma folha, é essencial uma lista de 3 a 5 palavras em português que descreva o conteúdo do trabalho.

Abstract: na terceira folha deverá constar o resumo em inglês, com no máximo 150 palavras, seguindo as mesmas especificações do resumo em português.

Texto: os artigos originais que contiverem coleta de dados **em campo** deverão obedecer, em linhas gerais, à seguinte seqüência: introdução; referencial teórico; metodologia; resultado e discussão dos dados; considerações finais e referências. As revisões bibliográficas deverão obedecer a seguinte seqüência: introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.

Para resenhas é dispensado o resumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto, sem o uso de recuo, digitadas em espaçamento simples e separadas entre si com espaço duplo. Devendo ser apresentadas em ordem alfabética em lista no final do trabalho, de forma complementar pode ser apresentada em nota de rodapé.

Indica(m)-se o(s) autor(es) pelo último sobrenome em letras maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, abreviado(s) ou não. Recomenda-se adotar um padrão quanto ao uso ou não da abreviação.

PADRÃO DE UMA REFERÊNCIA

SOBRENOME, Prenomes do autor. **Título:** subtítulo. ed. Local: Editora, ano.

Exemplo:

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. **Iniciação à pesquisa no direito:** pelos caminhos do conhecimento e da invenção. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CITAÇÕES

As citações podem ser diretas ou indiretas, sejam obtidas de documentos ou de canais informais. As fontes de que foram tiradas as citações são indicadas pelo sistema alfabético ou pelo sistema numérico, no entanto, qualquer que seja o método adotado, deve ser seguido consistentemente ao longo de todo o trabalho. Existem alguns tipos de citação que explicaremos a seguir:

201

CITAÇÃO DIRETA

É a **transcrição literal** de um texto ou parte dele, conservando-se a grafia, pontuação, uso de letras maiúsculas e idioma. É usada somente quando um pensamento significativo for particularmente bem expresso, ou quando for absolutamente necessário e essencial transcrever as palavras de um autor. As transcrições no texto devem aparecer entre aspas quando inferior a 3 três linhas ou destacadas graficamente se superior.

a) citação de até três linhas: a citação de até três linhas deve ser inserida no parágrafo, entre aspas, tamanho da fonte 12, não se esquecendo de mencionar Autor, ano e página, conforme modelo a seguir:

Ex.1

Segundo Paulus (1775, p. 46) O “tratamento obtido pela nobreza portuguesa na corte de Madri deveu-se à exímia intervenção de D. Francisco.”

OU

Ex. 2

O “tratamento obtido pela nobreza portuguesa na corte de Madri deveu-se à exímia intervenção de D. Francisco.” (PAULUS, 1775, p. 46).

b) citação com mais de três linhas: a citação com mais de três linhas deve aparecer em parágrafo distinto, a 4 centímetros da margem do texto terminando na margem direita. Esta **deve** ser apresentada **sem aspas**, deixando-se espaço simples entre as linhas e 2 (dois) espaços simples entre a citação e os parágrafos anterior e posterior, conforme modelo:

Ex. 1:

Um objetivo é um alvo que precisa ser atingido para a organização poder atingir suas metas.

Os objetivos são, por natureza, mais específicos que a definição da missão e são, na realidade, a tradução da missão em termos específicos e concretos com os quais se possa medir os resultados. Estabelecem-se muitos objetivos-marcos de execução das missões e da busca da consecução das metas. (STONER, 1985, p. 70).

Ou

Ex. 2:

Para Stoner (1985, p. 70),

Um objetivo é um alvo que precisa ser atingido para a organização poder atingir suas metas. Os objetivos são, por natureza, mais específicos que a definição da missão e são, na realidade, a tradução da missão em termos específicos e concretos com os quais se possa medir os resultados. Estabelecem-se muitos objetivos-marcos de execução das missões e da busca da consecução das metas.

CITAÇÃO INDIRETA

Também conhecida como **paráfrase**, é redigida pelo autor do trabalho com base em idéias de outro autor ou autores. Deve-se sempre indicar a fonte de onde foi tirada a idéia. As citações indiretas podem aparecer sob a forma de paráfrase, isto é, citação livre do texto, ou em forma de condensação que é a síntese dos dados retirados da fonte consultada, sem alterar fundamentalmente a idéia do autor, conforme exemplo a seguir.

Ex. 1

A palavra programa implica, um papel ativo, consciente e racional desempenhado por administradores na formulação da estratégia da organização e a estratégia é o programa geral para a consecução dos objetivos de uma organização (STONER, 1985).

Ou

Ex. 2

Segundo Stoner (1985), a palavra programa implica, um papel ativo, consciente e racional desempenhado por administradores na formulação da estratégia da organização e a estratégia é o programa geral para a consecução dos objetivos de uma organização.

CITAÇÃO DE CITAÇÃO

É a menção a um documento ao qual não se teve acesso, mas do qual se tomou conhecimento apenas por citação em outro trabalho. Esta forma de citação só deve ser usada na total impossibilidade de acesso ao documento original. A indicação é feita pelo sobrenome do autor original, ano da obra, seguido da expressão apud e do sobrenome do autor da obra consultada, ano da obra e página de for citação direta. Somente o autor da obra consultada é mencionado nas referências conforme exemplo a seguir:

NO TEXTO:

Segundo Mintzberg (1982 apud STONER, 1985, p. 70)

ou

(MINTZBERG, 1982 apud STONER, 1985, p. 70)

NA REFERÊNCIA:

STONER, J. A. F. **Administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985. p. 68-87.

ENVIO

Os interessados em apresentar qualquer publicação para avaliação, que sejam diretamente ligados a Faculdade, como docentes e discentes, deverão entregar diretamente a Comissão Editorial na própria sede da Faculdade. Já os profissionais externos deverão enviar para o seguinte endereço:

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU
Comissão Editorial da Revista FactuCiência
Rua Rio Preto, 422 - Centro
CEP: 38.610-000 – Unai/MG